

# COROGRAFIA DO REINO DO ALGARVE

1577

Frei João de São José

Edição de Rui Manuel Loureiro & Daniela Nunes Pereira



Um projecto

PRÓ JE TO MAGALANES PRESSO ALGARVE CULTURA ICC

REPÚBLICA PORTUGUESA  
CULTURA

cult  
alg  
Direção Regional de  
Cultura do Algarve

Co-financiado por

Interreg  
Espanha - Portugal



MAGALANES ICC



**Frei João de São José**

**COROGRAFIA DO REINO DO ALGARVE (1577)**

**Edição de Rui Manuel Loureiro & Daniela Nunes Pereira**

**Faro – Direção Regional de Cultura do Algarve – 2023**

**Projeto Magallanes\_ICC**



#### **Ficha Técnica**

Título:	Corografia do reino da Algarve (1577)
Autores:	Frei João de São José; Rui Manuel Loureiro; Daniela Nunes Pereira; João Carlos Garcia
Edição:	Direção Regional de Cultura do Algarve Projeto Magallanes_ICC
Capa:	Alexandra Santos, com base em mapa de Fernando Álvares Seco (Biblioteca Nacional de Portugal, <a href="http://purl.pt/29623">purl.pt/29623</a> )
Data:	Maiο 2023
Tiragem:	100 exemplares
ISBN (edição papel):	978-989-35136-1-3
ISBN (edição digital):	978-989-35136-2-0
Gráfica:	Litográfis

O projeto 0752\_Magallanes\_ICC\_5\_E é Cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional FEDER, através do Programa Interreg V-A Espanha-Portugal (POCTEP) 2014-2020.

## ÍNDICE

<b>PREFÁCIO</b> .....	5
Adriana Freire Nogueira	
<b>NOTA DE ABERTURA</b> .....	9
Rui Manuel Loureiro & Daniela Nunes Pereira	
<b>INTRODUÇÃO</b> .....	15
Rui Manuel Loureiro	
<b>COROGRAFIA DO REINO DO ALGARVE (1577)</b> .....	31
Frei João de São José	
- Livro I .....	37
- Livro II .....	105
- Livro III .....	127
- Livro IV .....	163
<b>BREVE GUIA DE LEITURAS</b> .....	189
Rui Manuel Loureiro & Daniela Nunes Pereira	
<b>ESTUDOS COMPLEMENTARES</b> .....	197
A ERUDIÇÃO DE FREI JOÃO DE SÃO JOSÉ .....	199
- Rui Manuel Loureiro	
UM REINO DE COUSAS NOTÁVEIS E MARAVILHOSAS: O ALGARVE DE FR. JOÃO DE S. JOSÉ .....	219
- João Carlos Garcia	



# **PREFÁCIO**

**Adriana Freire Nogueira**





## Prefácio

ADRIANA FREIRE NOGUEIRA \*

«(...) este reino do Algarve (...), digo que começa do Sacro Promontório, que é o cabo de São Vicente, e passa pelo cabo de Santa Maria, a que os geógrafos chamam *Promontorium cuneum*, até dar na barra do rio Guadiana, onde está a vila chamada Santo António de Arenilha, e da mesma vila sobe pelo rio acima, contra o norte, entre Portugal e Castela, passando pela vila de Alcoutim e pelas ribeiras do Leite e Vascão, que atravessam as serras e vêm despejar suas águas em Odiana, até à vila de Alcoutim, sete léguas pela barra dentro. Daí corta pelo sertão entre as serras chamadas do Algarve e o Campo de Ourique, e por Monchique e a Nave Redonda a Odeceixe, direito ao mar aonde este rio se mete no Oceano, junto do mesmo [...] cabo de São Vicente, onde esta demarcação começou» (p.39).

---

\* Diretora Regional de Cultura do Algarve.

É assim que Frei João de São José, em 1577, na *Corografia do reino do Algarve*, delimita e distingue este Algarve das «terras que os mouros chamam Algarves» que «são muito grandes e de muitos senhorios» (p.39).

Há vários anos que fui ouvindo investigadores sugerirem uma nova edição desta *Corografia*, pois a primeira, de 1983, editada por Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães, estava, há muito, esgotada. Felizmente, o projeto Magallanes\_ICC (um INTERREG que reuniu parceiros da Euroregião AAA – Alentejo-Algarve-Andaluzia) permitiu à Direção Regional de Cultura do Algarve dar corpo a este desiderato.

Para isso, teve a colaboração do historiador Prof. Doutor Rui Manuel Loureiro para coordenar. Assim, em colaboração com a também historiadora Doutora Daniela Nunes Pereira, partiram dos dois manuscritos que se conhecem desta obra, datados do séc. XVIII, e propuseram uma nova lição. A opção foi modernizar o texto segundo as normas em vigor, com pequenas correções na pontuação, mantendo a sintaxe original. A edição inclui as anotações marginais existentes nos manuscritos e acrescenta notas de rodapé, muito úteis para o leitor de hoje, que não terá familiaridade com as personagens mencionadas, notas que também nos esclarecem sobre questões textuais, históricas e geográficas. No final, os autores propõem outras leituras para quem tenha interesse em saber mais. A edição termina com dois estudos, um do Prof. Doutor Rui Manuel Loureiro e outro do Prof. Doutor João Carlos Garcia, que consolidam e enriquecem o presente trabalho.

Estamos, pois, perante um trabalho de referência que a todos deve orgulhar.

# **NOTA DE ABERTURA**

**Rui Manuel Loureiro & Daniela Nunes Pereira**



## Nota de Abertura

RUI MANUEL LOUREIRO & DANIELA NUNES PEREIRA \*

A passagem do quinto centenário da primeira circum-navegação do globo serviu de pretexto para um projeto designado como *Magallanes\_ICC*, que teve como objetivo dinamizar a temática das Indústrias Culturais e Criativas (ICC) nas regiões do Algarve, do Alentejo e da Andaluzia, fazendo a ponte com a investigação histórica mais recente sobre a época de Fernão de Magalhães. E foi no âmbito da componente de investigação histórica desse projeto que despontou a ideia de reeditar a *Corografia do Reino do Algarve*, escrita por Frei João de

---

\* RML: Professor do Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes; Investigador do Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa; Coordenador no Algarve -da componente de investigação histórica do Projeto Magallanes\_ICC.  
DNP: Doutorada em História; Contratada Juan de la Cierva, Universidad Complutense de Madrid.

São José em 1577, obra que conheceu a sua primeira edição há precisamente quatro décadas.<sup>1</sup>

O célebre navegador português, conhecido na historiografia espanhola como *Magallanes*, largou de Sevilha em 1519 no comando de uma histórica expedição marítima patrocinada por Espanha (ou antes, por Castela), que tinha o propósito de tentar alcançar as ilhas de Maluco, na extremidade oriental da atual Indonésia, seguindo uma rota ocidental. Nessas longínquas ilhas cultivavam-se algumas das mais valiosas especiarias, como o cravinho e a noz-moscada, que chegavam à Europa em reduzidas quantidades e a preços elevadíssimos, depois de percorrem as demoradas rotas simultaneamente marítimas e terrestres que ligavam a Ásia mais longínqua ao mundo mediterrânico.<sup>2</sup>

Nas décadas anteriores à viagem magalhânica, Portugal tinha lançado sucessivas expedições marítimas com rumo à Ásia, e tinha conseguido, em finais do século XV, com a histórica viagem de Vasco da Gama, estabelecer uma rota marítima direta entre Lisboa e a costa ocidental da Índia. A nova rota do Cabo, que seria controlada em exclusivo pelos portugueses nas décadas seguintes, permitiu a Portugal o acesso ao lucrativo comércio de mercadorias orientais (especiarias, drogas, sedas, porcelanas, etc.). Os portugueses rapidamente estabeleceram bases sólidas em diversos pontos do extenso litoral asiático, e atingiram por volta de 1511-1512 as ilhas de Maluco, onde uma década mais tarde construíram uma fortaleza.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Manuel Viegas Guerreiro & Joaquim Romero Magalhães (eds.), *Duas Descrições do Algarve do século XVI* (Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1983).

<sup>2</sup> A respeito do comércio destas especiarias antes e depois da viagem de Magalhães, ver Teresa Nobre de Carvalho, «The depictions of the spice that circumnavigated the globe. The contribution of García de Orta's *Colóquios dos Simples* (Goa, 1563) to the construction of an entirely new knowledge about cloves», *Abriu*, n. 6, 2017, pp. 187-212.

<sup>3</sup> Sobre a história da expansão portuguesa, ver a síntese recente de Luiz Filipe F. R. Thomaz, *A Expansão Portuguesa: Um prisma de muitas faces* (Lisboa: Gradiva, 2021).

Após a morte de Fernão de Magalhães numa das ilhas do arquipélago mais tarde designado como Filipinas, a viagem de circum-navegação seria concluída em 1522 pelo navegador de origem basca Juan Sebastián Elcano, originalmente embarcado como mestre de um dos navios da expedição.<sup>4</sup> Magalhães não pretendia navegar em torno do globo, mas o seu nome ficou para sempre ligado a este empreendimento, e também ao processo da primeira globalização que nessa conjuntura teve o seu arranque. Pela primeira vez, todos os mares da terra eram regularmente navegados, todos os continentes ficaram a partir de então em permanente contacto. E o mundo nunca mais seria o mesmo.

O projeto *Magallanes\_ICC* foi cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional FEDER, através do Programa INTERREG V-A Espanha-Portugal (POCTEP) 2014-2020. Este projeto trans-fronteiriço, desenvolvido em 2021-2023, teve a Direção Regional de Cultura do Algarve como parceira, em articulação com várias outras entidades das referidas regiões ibéricas. No âmbito de um projeto que visava divulgar temas de investigação histórica sobre a época de Fernão de Magalhães e a primeira globalização, junto de um público não-especializado, pareceu oportuno proceder à reedição da *Corografia do Reino do Algarve*, da autoria de Frei João de São José. Trata-se da mais exaustiva descrição de terras algarvias produzida no século XVI, que ainda hoje conserva todo o seu interesse, enquanto fonte essencial para o conhecimento do passado do *Reino do Algarve*, como durante muito tempo foi designada a região mais meridional de Portugal.

A nova edição da *Corografia do Reino do Algarve* foi sugerida e debatida por ocasião de duas jornadas de trabalho organizadas pela componente de

---

<sup>4</sup> Sobre a viagem de Fernão de Magalhães, ver Luiz Filipe F. R. Thomaz, *O Drama de Magalhães e a Volta ao Mundo sem Querer* (Lisboa: Gradiva, 2018), e também Rui Manuel Loureiro, *Em demanda da biblioteca de Fernão de Magalhães* (Lisboa: Biblioteca Nacional, 2019), que referem a bibliografia fundamental.

investigação histórica do projeto *Magallanes\_ICC*, que em 2020 e 2021 reuniram um alargado conjunto de especialistas de história do Algarve. E o trabalho editorial da obra de Frei João de São José foi tomado a cargo pelos signatários da presente nota de abertura. Este novo texto vai abundantemente anotado, de forma a esclarecer todas as dúvidas de leitura que se pudessem colocar ao leitor não especializado, e é precedido de uma breve introdução, que destaca alguns aspetos da vida e da obra de Frei João de São José. Segue-se um guia breve de leituras, que pretende fornecer aos leitores mais curiosos algumas pistas bibliográficas para poderem livremente aprofundar os seus conhecimentos sobre o mundo algarvio na época da primeira globalização. No fim de contas, esta edição tem um propósito eminentemente pedagógico, aproximar o público não especializado desta clássica descrição do Algarve.

Entretanto, em dado momento da preparação desta nova edição, pareceu oportuno enriquecê-la com dois estudos complementares: um deles sobre as fontes utilizadas e referidas por Frei João de São José, tema que nunca foi devidamente explorado; o outro, sobre a informação geográfica presente na sua descrição do Algarve quinhentista. Ficando o primeiro estudo a cargo de um dos editores da presente obra, surgiu a ideia de desafiar João Carlos Garcia para se associar ao projeto e produzir o segundo dos estudos complementares. São apenas dois exemplos de análise de uma obra tão rica e diversificada, que podem ser consultados independentemente da edição da *Corografia do Reino do Algarve* que os precede, mas que decerto a enriquecem.



# **INTRODUÇÃO**

**Rui Manuel Loureiro**



## Introdução

RUI MANUEL LOUREIRO

A *Corografia do Reino do Algarve* de Frei João de São José não é desconhecida do público especializado, pois foi publicada pela primeira vez em 1983, passam agora precisamente quatro décadas, numa obra intitulada *Duas Descrições do Algarve do Século XVI*, da responsabilidade de Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães, que eram então dois dos mais eminentes estudiosos de temas algarvios. O volume integrava também uma introdução contextualizante, para além de uma outra descrição quinhentista da região mais meridional de Portugal, a *História do Reino do Algarve*, da autoria de Henrique Fernandes Sarrão.<sup>1</sup> A

---

<sup>1</sup> Manuel Viegas Guerreiro & Joaquim Romero Magalhães (eds.), *Duas Descrições do Algarve do século XVI* (Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1983), pp. 21-132 (*Corografia*) e pp. 133-174 (*História*).

obra está desde há muito esgotada, sendo nos dias de hoje de acesso complicado para o público em geral.<sup>2</sup>

Pouco se consegue apurar sobre Frei João de São José, o autor da *Corografia do Reino do Algarve*. Desconhecemos, inclusivamente, o seu nome, que talvez fosse João de Aboim, pois era filho de Afonso de Aboim e de Brites Pires da Serra, como refere o bibliógrafo setecentista Diogo Barbosa Machado, cuja *Bibliotheca Lusitana*, publicada em Lisboa em 1741-1759, é a nossa principal fonte de informação.<sup>3</sup> João de Aboim, se era esse o seu nome, era natural de Tentúgal, onde terá nascido por volta de 1528, e veio a professar em Lisboa, em 1544, no convento de Nossa Senhora da Graça, da Ordem de Santo Agostinho.

Depois de exercer diversos cargos em casas da sua congregação religiosa, Frei João de São José foi nomeado prior do convento agostinho de Tavira, e terá viajado para o Algarve por via marítima em 1569, como recorda em dado passo da sua *Corografia do Reino do Algarve*: «Não longe deste lugar, defronte de Odemira, fomos salteados por ingleses luteranos, três religiosos que no ano de 1569 para este reino do Algarve por mar íamos».<sup>4</sup> Segundo parece, residiu em terras algarvias durante apenas «quatro anos», acompanhando as obras de edificação do novo convento que os agostinhos estavam então a construir em Tavira.<sup>5</sup> Em 1573 já estaria de regresso a Lisboa, cidade onde veio a falecer em 1580.

---

<sup>2</sup> O texto de apresentação dessa edição foi posteriormente retomado num dos capítulos da obra de Joaquim Romero Magalhães, *O Algarve na Época Moderna: Minúsculas 2* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra / Universidade do Algarve, 2012), pp. 69-80: «As corografias do Algarve de Frei João de São José e de Henrique Fernandes Sarrão».

<sup>3</sup> Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, 4 vols. (Lisboa: 1741-1759), vol. II, pp. 675-676.

<sup>4</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 45 (fl. 7). Todas as citações da *Corografia do Reino do Algarve* são feitas a partir da presente edição, indicando-se a página e o fólio.

<sup>5</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 91 (fl. 45<sup>v</sup>).

Diogo Barbosa Machado, no seu reportório bibliográfico, atribuía a Frei João de São José várias atividades e obras de natureza historiográfica.

- Em primeiro lugar, terá compilado elementos para uma história da Ordem de Santo Agostinho, os quais depois foram utilizados por um seu confrade espanhol, Frei Jerónimo Román y Zamora, na *Chronica de la orden de los Ermitanos del glorioso padre Sancto Augustin*, que foi impressa em Salamanca em 1569. O agostinho espanhol visitou Portugal em 1567-1568, precisamente em busca de materiais para a obra cronística que tinha entre mãos.<sup>6</sup> A colaboração entre ambos é explicitamente referida por Frei João de São José numa passagem da *Corografia do Reino do Algarve*.
- Depois, o frade agostinho publicou em Lisboa, em 1565, uma obra intitulada *Familia Augustinina*, que reunia informação sobre a orgânica, as regras e a história da Ordem de Santo Agostinho.
- Em terceiro lugar, Frei João de São José preparou pelo menos mais três obras manuscritas, que não chegaram a ser impressas: a *Corografia do Reino do Algarve*, mais adiante referida; uma obra intitulada *Família dos Aboins historiada*, que desapareceu sem deixar rasto, mas que decerto trataria da genealogia da sua própria família; e uma outra obra, também desaparecida, designada em fontes da Ordem de Santo Agostinho como «Processo e verdadeira Relação do que passou acerca das precedencias nesta Cidade de Lisboa, Evora e Santarem».<sup>7</sup>

A *Corografia do Reino do Algarve* terá sido redigida depois de Frei João de São José regressar de Tavira a Lisboa, pois ostenta a data de 1577,

---

<sup>6</sup> Sobre este cronista agostinho, ver Rafael Lazcano González, «Jerónimo Román Zamora», <https://dbe.rah.es/biografias/22379/jeronimo-roman-zamora> (acesso em 31-03-2023).

<sup>7</sup> Carlos A. Moreira Azevedo, *Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho em Portugal (1256-1834): Edição da Coleção de Memórias de Fr. Domingos Vieira, O.E.S.A.* (Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa - Universidade Católica Portuguesa 2011), p. 84.

dizendo o autor, a dado passo, e referindo-se à cidade algarvia, que «alguns anos nesta cidade fui morador», como se já lá não residisse no momento em que redigia a sua descrição das regiões meridionais de Portugal.<sup>8</sup> A obra demonstra um conhecimento apurado da realidade geográfica e humana do Algarve, que só poderia ter sido obtido em primeira mão, através de viagens realizadas nas regiões meridionais de Portugal e através do contacto regular com a realidade quotidiana dos algarvios. Desconhece-se o paradeiro do manuscrito original da *Corografia do Reino do Algarve*, conservando-se atualmente duas cópias manuscritas, ambas do século XVIII.

A primeira cópia da *Corografia do Reino do Algarve*, na qual se baseia, fundamentalmente, a presente edição, é um manuscrito de 134 folhas, encadernado, que se conserva na Biblioteca Nacional de Portugal, onde ostenta a cota COD. 109. Esta cópia está disponível *on-line*,<sup>9</sup> e aparenta ser mais próxima do original, tendo por título «Corografia do Reyno do Algarve: dividida em quatro livros pera mor declaração da obra, escrita pello R. P. Fr. João de São Jozé da Ordem dos Heremitas de S. agostinho da Provincia de Portugal no anno de 1577».

---

<sup>8</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 87 (fl. 42<sup>v</sup>).

<sup>9</sup> <https://purl.pt/37845>



Figura 1 – Página do manuscrito da Biblioteca Nacional de Portugal.

Trata-se de uma cópia em letra muito legível, mas que não contém qualquer referência ao nome do respetivo copista (cf. Figura 1).<sup>10</sup> Diogo Barbosa Machado declarava na sua *Bibliotheca Lusitana* ter visto uma cópia da obra de Frei João de São José na «selectissima Livraria dos Padres

<sup>10</sup> Registe-se aqui um veemente agradecimento à Direção da Biblioteca Nacional de Portugal, pela cedência de uma cópia digitalizada do manuscrito, antes deste ficar disponível ao público na Biblioteca Nacional Digital.

Teatinos desta Corte»,<sup>11</sup> pelo que não é impossível que esta fosse a cópia que hoje se conserva na Biblioteca Nacional de Portugal, onde foi depositado parte do espólio livresco da antiga Congregação dos Clérigos Regulares Teatinos.<sup>12</sup>

A outra cópia manuscrita da *Corografia do Reino do Algarve* conserva-se na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, e foi também utilizada na presente edição, para esclarecimento de algumas dúvidas de leitura. Trata-se do Manuscrito Vermelho 467, um códice encadernado com 136 folhas, com o título «Corografia do Algarve dividida em quatro livros pera mor declaração da obra escrita pelo R. P. Fr. João de S. Jozé, da Ordem dos Heremitas de Santo Agostinho da Provincia de Portugal. No anno de 1577». Está igualmente disponível *on-line* (cf. Figura 2).<sup>13</sup>

Esta segunda cópia inclui nas últimas páginas uma inscrição que identifica o seu copista, Frei Vicente Salgado, que foi cronista da Ordem Terceira de São Francisco. Este erudito franciscano, ativo no século XVIII, interessou-se pela obra de Frei João de São José na altura em que recolhia materiais para as suas *Memorias Ecclesiasticas do Reino do Algarve*, cujo primeiro (e único) tomo foi publicado em Lisboa em 1786.<sup>14</sup> E nessa obra, efetivamente, retoma notícias colhidas na *Corografia do Reino do Algarve*.

---

<sup>11</sup> Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, 4 vols. (Lisboa: 1741-1759), vol. II, pp. 675-676.

<sup>12</sup> Ver Luana Giurgevich & Henrique Leitão, *Clavis Bibliothecarum: Catálogos e Inventários de Livrarias e Instituições Religiosas em Portugal até 1834* (Lisboa: Secretariado Nacional para os bens Culturais da Igreja, 2016), pp. 321-327.

<sup>13</sup> <https://biblioteca.acad-ciencias.pt/pacweb/files/mv467.pdf>

<sup>14</sup> Sobre Frei Vicente Salgado, uma figura pouco estudada, ver Daniel Rodrigues de Carvalho, *Antiguidades, Gabinetes e Colecionadores: Em torno da Arqueologia, no século XVIII em Portugal*, dissertação de mestrado (Lisboa: Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa, 2019).



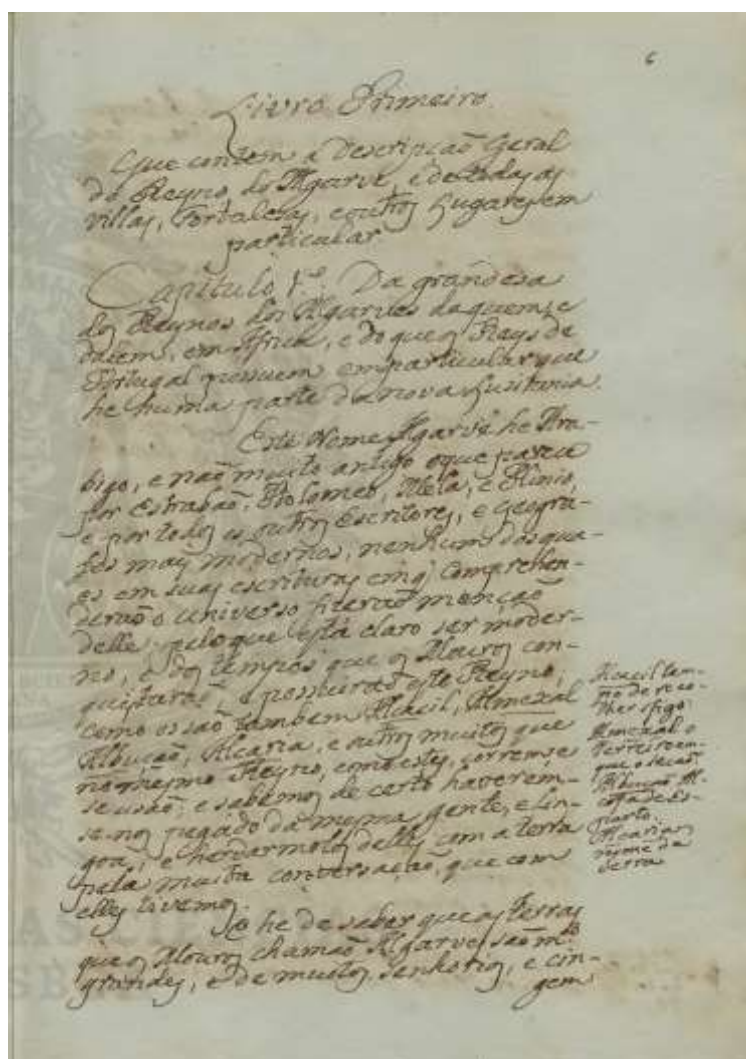


Figura 2 – Página do manuscrito da Academia das Ciências de Lisboa.

A cópia da *Corografia do Reino do Algarve* depositada na Biblioteca Nacional de Portugal é toda da mesma mão, numa letra bem legível. Aqui e ali, esta cópia apresenta notas marginais, na mesma mão, que chamam a atenção para determinadas passagens do texto ou que acrescentam referências bibliográficas (cf. Figura 1). É impossível

determinar se estas notas marginais figurariam no original de Frei João de São José, ou se foram introduzidas pelo anónimo copista setecentista. A cópia manuscrita da Academia das Ciências de Lisboa, toda ela também escrita numa mesma mão, inclui notas marginais praticamente idênticas.

Poderia ter sido Frei João de São José o responsável pelas notas marginais, pois estava familiarizado com a bibliografia impressa e manuscrita disponível em finais do século XVI, quando o seu original foi preparado. Um copista mais tardio, quase dois séculos mais tarde, poderia já não ter um conhecimento tão apurado das fontes que são citadas nas margens de ambas as cópias da *Corografia do Reino do Algarve*. Mas, por uma questão de precaução interpretativa, assumir-se-á que Frei João de São José não foi necessariamente o responsável pelas notas marginais. Tanto mais que pelo menos uma dessas anotações contém uma alusão a uma obra publicada depois de 1580, data da sua morte: trata-se de uma referência a uma das edições quinhentistas do *Itinerarium Antonini*, impressa em Colónia em 1600, de um anónimo itinerário do império romano, originalmente composto no século III.

A *Corografia do Reino do Algarve* está dividida em quatro partes distintas ou outros tantos «livros»:

- Livro primeiro: «Que contém a descrição geral do Reino do Algarve, e de todas [as] vilas, fortalezas e lugares em particular».<sup>15</sup> Trata-se de uma espécie de itinerário através do espaço algarvio, que é percorrido demoradamente por Frei João de São José, de oeste para leste, e depois em sentido inverso, detendo-se nos principais aglomerados urbanos, dos quais apresenta mais ou menos detalhadas descrições e caracterizações, bem como notícias de teor histórico. Este primeiro livro configura um detalhadíssimo retrato do Algarve na segunda metade do século

---

<sup>15</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, pp. 37-104 (fls. 1-56).

XVI, que frequentemente recorre a informações retiradas de uma diversidade de autores antigos, medievais e modernos. Trata-se em grande parte de obra absolutamente original, com recursos a vasta experiência do terreno e a informações orais recolhidas localmente.

- Livro segundo: «De, por quem e em que tempo foi conquistado o Reino do Algarve d'aquém-mar, havendo mais de quinhentos anos que era possuído dos mouros». <sup>16</sup> Frei João de São José apresenta nesta segunda secção uma detalhada crónica dos principais episódios da conquista do Algarve aos mouros, no século XIII, atribuindo especial destaque às ações de D. Paio Peres Correia, o fidalgo português que era mestre da Ordem de Santiago, em Castela. Trata-se de uma sùmula de notícias colhidas em várias obras anteriores – sobretudo manuscritos de teor cronístico –, às quais Frei João de São José terá tido acesso. O frade agostinho segue uma metodologia muito em voga na sua época, que consistia no aproveitamento e reformulação de textos anteriormente disponíveis. <sup>17</sup>
- Livro terceiro: «Que trata de como o Reino do Algarve veio em poder dos reis de Portugal e foi acabado de conquistar da maneira que ora está». <sup>18</sup> Nesta terceira parte, prossegue a crónica da conquista do Algarve, com destaque para as ações de D. Paio Peres Correia e do monarca lusitano D. Afonso III. Frei João de São José, na realidade, pretendia apresentar mais do que uma mera corografia, ou descrição de espaços, visando igualmente abordar a génese histórica desse *Reino do Algarve* de que avançava com a primeira descrição estruturada.

---

<sup>16</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, pp. 105-125 (fls. 57-78).

<sup>17</sup> Sobre estas questões intertextuais, ver mais adiante o estudo complementar de Rui Manuel Loureiro.

<sup>18</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, pp. 127-162 (fls. 79-112<sup>v</sup>).

- Livro quarto: «Das particularidades do Reino do Algarve d'aquém-mar».<sup>19</sup> Frei João de São José remata a sua obra com uma descrição das principais atividades produtivas do Algarve, com apontamentos variados de natureza etnográfica. É uma das secções mais originais da obra, já que apresenta uma detalhada exposição sobre múltiplos aspetos da vida quotidiana dos algarvios, descritos a partir da experiência direta no terreno, ou de 'trabalho de campo', como hoje diríamos.<sup>20</sup>

O frade agostinho coloca a sua descrição sob o signo de *corografia*, termo que no século XVI designava uma descrição detalhada de uma região circunscrita, opondo-se por vezes, mas nem sempre, a *geografia*, noção aplicada a descrições de natureza mais ampla ou genérica.<sup>21</sup> Em sentido estrito, assim, apenas os livros I e IV poderiam ser designados como partes de uma corografia do Algarve. E são estas as secções mais inovadoras e interessantes da descrição que Frei João de São José apresenta dos territórios algarvios.<sup>22</sup> Os outros dois livros, o II e o III, abrigam-se debaixo do género cronístico, visando apresentar o processo político e militar que no século XIII conduziu à formação do reino cristão do Algarve.

Não se consegue apurar se foi Frei João de São José a tomar a iniciativa de preparar a *Corografia do Reino do Algarve*, depois do seu regresso a Lisboa em 1573, após o período de residência em terras algarvias, ou se, pelo contrário, a obra resultou de alguma encomenda por parte da Coroa

---

<sup>19</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, pp. 163-187 (fls. 113-134<sup>v</sup>).

<sup>20</sup> A propósito destas questões etnográficas, ver Manuel Viegas Guerreiro, *Fr. João de S. José e a sua Corografia do Reino do Algarve* (Faro: Universidade do Algarve, 1980).

<sup>21</sup> Esta problemática foi desenvolvidamente estudada por Joaquim Romero Magalhães, «Descrições geográficas de Portugal: 1500-1650. Esboço de problemas», *Revista de História Económica e Social*, n. 5, 1980, pp. 15-56.

<sup>22</sup> Como, aliás, foi devidamente salientado no texto introdutório de Manuel Viegas Guerreiro & Joaquim Romero Magalhães (eds.), *Duas Descrições do Algarve do século XVI* (Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1983), pp. 3-20.

lusitana ou de algum personagem algarvio ilustre. Diogo Barbosa Machado nada adianta a este respeito. Mas, curiosamente, a dado passo da sua *Bibliotheca Lusitana*, o erudito setecentista menciona uma informação interessante no presente contexto, no verbete dedicado a um tal D. Francisco da Costa.

Este fidalgo português, que contava com larga experiência militar nas fortalezas e territórios que Portugal então controlava no Oriente, foi nomeado em junho de 1578 como governador do Algarve,<sup>23</sup> por despacho de D. Sebastião, quando este monarca se preparava para embarcar com rumo a Marrocos, onde viria a desaparecer na batalha de Alcácer Quibir, travada em agosto desse mesmo ano.<sup>24</sup> Ora, D. Francisco da Costa, nas palavras de Barbosa Machado, seria autor de uma «*Relação do Reyno do Algarve* escrita no anno de 1578 por ordem do Cardeal D. Henrique cujo original se conserva na Bib. Severiana».<sup>25</sup>

A coincidência é deveras curiosa! Poderia haver alguma ligação entre esta *Relação do Reino do Algarve*, atribuída a D. Francisco da Costa, mas que até à data não foi localizada, e a *Corografia do Reino do Algarve* de Frei João de São José? Não é impossível que se tratasse de duas cópias da mesmíssima obra, tal como não é impossível que os dois homens se tivessem cruzado, talvez em Lisboa, entre 1574 e 1578. D. Francisco da Costa, enquanto governador do Algarve, poderia de alguma forma ter obtido uma cópia da descrição preparada em 1577 pelo frade agostinho. Tratava-se de um homem extremamente culto, que deixou importante obra manuscrita, e que consideraria essencial recolher informação sobre a região portuguesa de que fora nomeado governador, e que decerto

---

<sup>23</sup> A respeito deste governador do Algarve, ver D. Francisco da Costa, *Cancioneiro chamado de D. Maria Henriques*, ed. Domingos Maurício Gomes dos Santos (Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1956).

<sup>24</sup> Sobre D. Sebastião, ver Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006).

<sup>25</sup> Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, 4 vols. (Lisboa: 1741-1759), vol. II, pp. 136-137.

conheceria mal, pois antes de 1578 apenas há notícias de estadias temporárias em portos algarvios. Mais remota será a possibilidade de ter sido D. Francisco da Costa o encomendador da obra, pois só soube da sua nomeação para o governo do Algarve em junho de 1578,<sup>26</sup> sendo que a *Corografia do Reino do Algarve* está datada de 1577.

A referência de Diogo Barbosa Machado à «Bib. Severiana», por outro lado, parece reportar-se à importante biblioteca que pertenceu ao erudito Manuel Severim de Faria, a qual, depois do seu desaparecimento em 1655, foi dispersa por vários possuidores.<sup>27</sup> D. Francisco da Costa foi nomeado embaixador em Marrocos em 1579, pelo cardeal-rei D. Henrique, com a missão de resgatar os nobres portugueses que ali haviam ficado cativos na sequência da batalha de Alcácer Quibir. Ele próprio ficaria retido em Marraquexe até 1591, data do seu desaparecimento. Mas não é impossível que parte do seu espólio livresco tivesse ido parar à riquíssima biblioteca de impressos e manuscritos reunida em Évora por Manuel Severim de Faria.

\* \* \* \* \*

A edição que o leitor agora tem entre mãos contém uma nova lição do texto da *Corografia do Reino do Algarve*, em português modernizado de acordo com normas que adiante vão explicitadas. Esta edição foi elaborada a partir dos dois manuscritos setecentistas anteriormente referidos, o da Biblioteca Nacional de Portugal, considerado texto-base, e o da Academia das Ciências de Lisboa, a que se recorreu para esclarecimento de dúvidas ou problemas de leitura.

---

<sup>26</sup> Ver Joaquim Veríssimo Serrão, *Itinerários de El-Rei D. Sebastião* (Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1987), p. 472.

<sup>27</sup> Sobre Severim de Faria, ver Joaquim Palminha Silva, *Manuel Severim de Faria, o mais douto português do seu tempo: ensaio biográfico* (Évora: A Defesa, 2003).

---

Esta obra de Frei João de São José é uma fonte de primeiríssima ordem para o estudo da história do Algarve na época da primeira globalização, e tem sido devidamente aproveitada pela historiografia moderna.<sup>28</sup> Nela se podem colher dados sobre as principais aglomerações urbanas, as fortificações e os edifícios religiosos, a população e as suas atividades produtivas, as curiosidades locais, e também sobre a especificidade geográfica e humana de uma região que era precisamente designada como «reino do Algarve». Daí a relevância de colocar de novo à disposição dos leitores esta *Corografia do Reino do Algarve*.

A nova edição da obra de frei João de São José que agora se apresenta, resultado visível da componente de investigação histórica do projeto transfronteiriço *Magallanes\_ICC*, pretende facultar a todos aqueles que se interessam pela história do Algarve elementos de estudo e de consulta que possibilitem um mais amplo conhecimento do passado histórico da região mais meridional de Portugal na época da primeira globalização.

---

<sup>28</sup> Ver, por todos, Joaquim Romero Magalhães, *O Algarve económico durante o século XVI* (Olhão: Sul, Sol e Sal, 2018), reedição de uma obra originalmente publicada em 1970.





# **COROGRAFIA DO REINO DO ALGARVE**

**FREI JOÃO DE SÃO JOSÉ**

**EDIÇÃO DE RUI MANUEL LOUREIRO & DANIELA NUNES PEREIRA**



## Critérios Editoriais

O texto da *Corografia do reino do Algarve* foi modernizado a partir do manuscrito setecentista existente na Biblioteca Nacional de Portugal, sendo esta versão sistematicamente comparada com a do manuscrito, também setecentista, da Academia das Ciências de Lisboa. A modernização de textos antigos é um procedimento controverso entre os especialistas, pois alega-se que modernizar equivale a desvirtuar o original, o que não deixa de fazer algum sentido.

Mas, relativamente a cópias manuscritas do século XVIII, de uma obra escrita quase duzentos anos antes, pode sempre argumentar-se que não estamos perante um original, mas sim face a um texto que sofreu sucessivas alterações. Entretanto, nos dias de hoje, o acesso facilitado aos dois manuscritos da obra de Frei João de São José, permitirá sempre que o leitor mais exigente, a cada momento, possa confrontar a presente edição com a lição desses manuscritos.

De resto, seguiram-se as seguintes normas:

- O texto do original foi rigorosamente respeitado em termos sintáticos e estilísticos.
- A ortografia foi modernizada de acordo com as normas do Novo Acordo Ortográfico.
- A pontuação foi ligeiramente reformulada.
- A utilização de maiúsculas e minúsculas foi normalizada.
- Os títulos (rei, conde, marquês, mestre) vão em minúscula, exceto quando designam uma personagem específica e estão em substituição do respetivo nome. Excetuam-se «D.» e «Frei», que normalmente andam associados aos nomes próprios dos respetivos titulares.
- Foram introduzidas palavras ou letras entre parênteses retos [...], de modo a esclarecer passagens menos claras ou a suprir lapsos do original.
- Manteve-se a numeração dos fólios do original da Biblioteca Nacional de Portugal.
- As anotações marginais do original foram indicadas em notas de rodapé.
- Eventuais dúvidas de leitura ou de interpretação foram sempre assinaladas em nota de rodapé.
- Um conjunto alargado de anotações de carácter filológico, histórico e geográfico tratou de esclarecer dúvidas de leitura e de, sempre que tal se justificava, apresentar os contextos pertinentes.
- Houve um cuidado especial na identificação das muitas personagens referidas, e também das numerosas referências intertextuais que figuram na *Corografia do Reino do Algarve*.

**COROGRAFIA DO REINO DO ALGARVE,  
DIVIDIDA EM QUATRO LIVROS, PARA MOR  
DECLARAÇÃO DA OBRA, ESCRITA PELO  
REVERENDO PADRE FREI JOÃO DE SÃO JOSÉ, DA  
ORDEM DOS EREMITAS DE SANTO AGOSTINHO DA  
PROVÍNCIA DE PORTUGAL, NO ANO DE 1577**

FREI JOÃO DE SÃO JOSÉ<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Nas notas de rodapé, os dois manuscritos da *Corografia do Reino do Algarve* são identificados pelas siglas BNP (COD. 109, da Biblioteca Nacional de Portugal) e ACL (Manuscrito Vermelho 467, da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa).



## [1] LIVRO PRIMEIRO

QUE CONTÉM A DESCRIÇÃO GERAL DO REINO DO ALGARVE, E DE TODAS [AS CIDADES,] VILAS, FORTALEZAS E OUTROS LUGARES EM PARTICULAR.

**Capítulo 1º – Da grandeza dos reinos dos Algarves d'aquém e d'além [mar] em África, e do que os reis de Portugal possuem em particular, que é uma parte de nossa Lusitânia.**

Este nome *Algarve* é arábigo, e não muito antigo, o que parece por Estrabão, Ptolomeu, Mela e Plínio,<sup>2</sup> e por todos os outros escritores e geógrafos mais modernos, nenhum dos quais em suas escrituras em que compreenderam o universo fizeram menção dele. Pelo que está claro ser moderno, e dos tempos que os mouros conquistaram e possuíram este reino, como os são também *alacir*, *almexar*,<sup>3</sup> *alboção*, *Alcaria*,<sup>4</sup> e outros muitos que no mesmo reino, como estes, correm e se usam, e sabemos

---

<sup>2</sup> Estrabão de Amasia (c.60 a.C.-c.25 d.C.), Caio Plínio Segundo (23-79), Pompónio Mela (século I) e Cláudio Ptolomeu (c.100-c.170) eram algumas das grandes autoridades clássicas no âmbito da história, da geografia e da história natural. As obras maiores destes autores, redescobertas na Europa no século XV, eram bem conhecidas em Portugal no tempo de Frei João de São José, tendo circulado amplamente em cópias manuscritas, e depois através de edições impressas.

<sup>3</sup> BNP: «alacil, almexal». As duas primeiras palavras devem ler-se 'alacir' e 'almexar', dois termos originários do árabe, que em português arcaico designam, respetivamente, 'a época da vindima ou da colheita' e 'o terreiro onde se secam os figos e outros frutos'. As palavras «alacil» e «almexal» aparecem repetidamente mais adiante (Livro IV), onde são sempre transcritas como 'alacir' e 'almexar'.

<sup>4</sup> Nota à margem: «*Alacil*, tempo de recolher o figo; *almexal*, o terreiro em que o secam; *alboção*, alfofa de esparto; *Alcaria*, nome da serra». As notas à margem estão registadas na mesma letra que o texto principal, mas não é certo que sejam da autoria de Frei João de São José, pois poderão ser da responsabilidade do copista da *Corografia*.

decerto haverem-se-nos pegado da mesma gente e língua, e [1<sup>v</sup>] herdámo-los deles com a terra, pela muita conversação que com eles tivemos.

E é de saber que as terras que os mouros chamam *Algarves* são muito grandes e de muitos senhorios, e cingem boa parte do mar Mediterrâneo, duma banda e da outra, e também do Oceano.<sup>5</sup> Da banda de Espanha<sup>6</sup> começam do cabo de São Vicente e correm ao levante até Almeria, que é na província Bética ou de Andaluzia, e daí atravessando o mar Mediterrâneo se estende por África, desde o reino de Tremecém,<sup>7</sup> pelo estreito de Gibraltar, até o cabo de Gué, tomando toda a ribeira da Mauritânia Tingitana,<sup>8</sup> em que há muitos reinos de grande fertilidade e jaz a melhor terra de toda [a] África. A toda esta região assim divisada<sup>9</sup> chamaram os mouros antigamente os *Reinos de Benamarim*,<sup>10</sup> e ao presente *Algarves d'aquém e d'além-mar*, e foi a derradeira que na África, em parte, nossos reis cristãos sujeitaram à fé da Santa Igreja, havendo muitos anos que era possuída dos seguidores da seita de Mafoma.<sup>11</sup> E porque minha tenção não é tratar de todos os Algarves em geral, como os tenho divididos, mas [2] somente desta parte que está mística<sup>12</sup> com nossa Lusitânia e é sujeita aos reis de Portugal, deixarei o mais a outros que nisso se quiserem ocupar.

<sup>5</sup> Mar Oceano, antiga designação atribuída ao oceano Atlântico.

<sup>6</sup> BNP regista sempre «Hespanha», termo que tem frequentemente o sentido de 'Hispania', ou Península Ibérica.

<sup>7</sup> O mesmo que Tlemcen, cidade e região da atual Argélia.

<sup>8</sup> Antiga província romana, no noroeste da África.

<sup>9</sup> ACL: «dividida», que parece mais apropriado.

<sup>10</sup> Aportuguesamento de Banu-Marin, dinastia dos Marínidas que hegemonizou Marrocos de meados do século XIII a meados do século XV.

<sup>11</sup> Mafoma designa nas fontes portuguesas desta época o profeta Maomé, sendo a 'seita de Mafoma' a religião islâmica. Frei João de São José refere-se às conquistas portuguesas em Marrocos, que se iniciaram com a ocupação de Ceuta em 1415, e depois se estenderam a outras regiões do litoral atlântico marroquino.

<sup>12</sup> Isto é, 'contígua'.



Começando<sup>13</sup> pois a deitar o primeiro traço geralmente a este reino do Algarve, de que falo, pela costa do mar Oceano contra levante, pela ordem que Estrabão<sup>14</sup> e Plínio<sup>15</sup> o demarcaram, digo que começa do Sacro Promontório, que é o cabo de São Vicente, e passa pelo cabo de Santa Maria, a que os geógrafos chamam *Promontorium cuneum*, até dar na barra do rio Guadiana, onde está a vila chamada Santo António de Arenilha, e da mesma vila sobe pelo rio acima, contra o norte, entre Portugal e Castela, passando pela vila de Alcoutim e pelas ribeiras do Leite<sup>16</sup> e Vascão, que atravessam as serras e vêm despejar suas águas em Odiana,<sup>17</sup> até à vila de Alcoutim, sete léguas pela barra dentro. Daí corta pelo sertão entre as serras chamadas do Algarve e o Campo de Ourique, e por Monchique e a Nave Redonda a Odeceixe,<sup>18</sup> direito ao mar aonde este rio se mete no Oceano, junto do mesmo [2<sup>o</sup>] cabo de São Vicente, onde esta demarcação começou.

Aos moradores deste reino vizinhos do Sacro Promontório chama Ptolomeu turdetanos,<sup>19</sup> e diz que possuem aquela parte de Lusitânia que o rio Guadiana divide da província Bética, que é [a] Andaluzia. Mas estes turdetanos, segundo este mesmo autor diz, mais se estendiam pela Lusitânia do que agora os algarvios, conforme a demarcação acima dita, porque lhe[s] dá no sertão duas cidades que agora se incorporam em

---

<sup>13</sup> Nota à margem: «Demarcação do reino do Algarve».

<sup>14</sup> Referência à *Geografia* de Estrabão, que circulou impressa na Europa a partir de finais do século XV; o livro III, que Frei João de São José conheceria bem, era dedicado à Península Ibérica.

<sup>15</sup> Caio Plínio Segundo, ou Plínio o Velho, escritor romano responsável por uma monumental e enciclopédica *Naturalis historia* (ou ‘História Natural’), que foi repetidamente impressa na Europa depois de meados do século XV, e que Frei João de São José conheceria bem.

<sup>16</sup> O mesmo que Odeleite.

<sup>17</sup> O mesmo que Guadiana.

<sup>18</sup> BNP: «O-de-Seixes».

<sup>19</sup> Nota à margem: «Ptolomeu, táb. 2, c. 4.5». Referência à *Geografia* de Ptolomeu, que circulou impressa na Europa a partir do século XV, e que era normalmente ilustrada por ‘tábuas’ ou mapas. Esta obra seria bem conhecida de Frei João de São José.

Portugal,<sup>20</sup> que são Mértola e Beja, quinze léguas fora dos seus termos. E ainda Estrabão<sup>21</sup> nos dá a entender que pela costa do mar Oceano chegavam estes turdetanos até à boca do rio Tejo, que é a barra de Lisboa.

É coisa maravilhosa as excelências que este autor Estrabão<sup>22</sup> escreve da província Turdetana, e os primores que conta dos turdetanos sobre todos os povos da Espanha. Da terra diz que seus campos lhe respondiam com duas novidades cada ano, e que havia tanta abundância de riquezas nela que quando os cartagineses os vieram a conquistar, com Barca seu capitão,<sup>23</sup> as manjedouras [3] dos cavalos, e as dornas e talhas em que recolham vinho e água, tudo era de prata. Dos mesmos turdetanos afirma<sup>24</sup> que eram os mais domésticos e sábios de toda [a] Espanha, e que tinham livros muito antigos de poesia e leis escritas em verso, que, segundo se dizia, havia mais de seis mil anos que eram feitas. De Beto rei de Espanha<sup>25</sup> se escreve que foi o primeiro que nos turdetanos deu conhecimento das letras, e que Asclépio Mirliano<sup>26</sup> regeu muito tempo suas escolas, e no fim escreveu um livro dos louvores dos turdetanos e de sua terra. E posto que a principal Turdetânia fosse a que agora chamamos Andaluzia, também os nossos turdetanos, que são os acima ditos, seus vizinhos, tinham com eles muito parentesco e semelhança,

<sup>20</sup> Note-se a distinção entre ‘reino de Portugal’ e ‘reino do Algarve’, vulgar na época de Frei João de São José.

<sup>21</sup> Nota à margem: «Estrabão, liv. 3º». Referência à *Geografia* de Estrabão.

<sup>22</sup> Nota à margem: «*Idem, ibidem*».

<sup>23</sup> Amílcar Barca (c.270-228 a.C.), general cartaginês.

<sup>24</sup> Nota à margem: «Coelius in Monastichon Regum Hispan.» Referência a Nicolau Coelho de Amaral (?-1568), da Ordem dos Trinitários, e à sua obra *Monastichon de primis hispanorum regib. lib. primus*, que foi impressa em Coimbra em 1554. A obra é adiante referida por Frei João de São José.

<sup>25</sup> Beto, lendário rei da Hispânia, conhecido pelo sobrenome de Turdetano; dele derivariam os nomes da província Bética, correspondente à atual Andaluzia, e do rio Bétis (atual Guadalquivir).

<sup>26</sup> Asclepiades Mirliano é um gramático referido na *Geografia* de Estrabão.

não só nos nomes, mas também em todas as excelências que deles se escrevem, como na lição deste mesmo autor aparece.<sup>27</sup>

Há neste reino ao presente quatro cidades, muitas vilas, fortalezas e outros lugares, alguns no sertão e os mais na ourela do mar, dos quais ao adiante farei particular menção, cada [3<sup>o</sup>] um em seu devido e próprio lugar.

**Capítulo 2º – Da maravilhosa disposição do Sacro Promontório, com a declaração deste vocábulo, a que ao presente chamamos cabo de São Vicente, com a razão da mudança deste nome.**

Ao cabo de São Vicente, de que me pareceu bem começar, chamam os antigos geógrafos *Sacrum Promontorium*, nome composto de duas partes, cada uma das quais tem seu particular sentido, e pede dele declaração. *Promontorium* se diz qualquer terra sobranceira ao mar que por ele faz entrada notável, mais que toda a outra junto de quem esta confronta,<sup>28</sup> onde fenece, a que comumente chamamos *cabo*. Para o que é de notar que os romanos, gente em tudo bem olhada e curiosa, a todos os lugares desta maneira puseram em Espanha e fora dela seus particulares nomes, para divisarem<sup>29</sup> as terras e entenderem melhor as paragens [4] dos mares por onde navegavam. E por esta razão, no cabo de Palas, na costa do reino de Murena,<sup>30</sup> chamaram *Promontorium Scombrarium*;<sup>31</sup> ao cabo de Gatas, no reino de Granada chamaram *Promontorium Caridemum*; ao cabo de Santa Maria, que começa na foz do rio Guadiana e acaba na vila de Albufeira, chamaram *Promontorium Cuneum*; ao cabo de Espichel, junto de Sesimbra na Lusitânia, chamaram *Promontorium Nerium*. E assim a outros

<sup>27</sup> Nota à margem: «Estrabão liv. 3º». Referência à *Geografia* de Estrabão.

<sup>28</sup> BNP: «com ponta»; usa-se a lição de ACL, que faz aqui mais sentido.

<sup>29</sup> Isto é, 'distinguírem'.

<sup>30</sup> Provável erro de cópia, por 'Múrcia', região do sueste da atual Espanha, onde se situa o cabo de Palos.

<sup>31</sup> BNP: «Sumbrarium»; opta-se pela lição de ACL, que está correta.

muitos, de maneira que este vocábulo *promontorium* era comum e geral a todos os que tinham as qualidades acima ditas, e pelo que mais lhe acrescentavam se entendia qual era o de que falavam.

Acrescentaram, pois, *Sacrum* a este de que tratamos, que em seu sentido tanto queria dizer como ‘Cabo Santo e dedicado a Deus’, profetizando já, em alguma maneira, o que depois nele havia de ser, e nós agora vemos, segundo o que adiante em seu lugar parecerá. Mas eles não o entendiam desta maneira, porque cegos em seus erros atribuíam aos [4] ídolos feitos de pedra e madeira a honra que só à divindade se deve, e esta foi a causa por que a este *promontorium* ou cabo chamaram *Sacro*, pelo terem dedicado a Hércules, homem facinoroso que os gentios<sup>32</sup> honravam como Deus.<sup>33</sup> Em este promontório lhe tinham seu templo edificado, segundo o diz Artemidoro, escritor e filósofo antigo,<sup>34</sup> e nele o honravam com serviços e cerimónias acostumadas, trabalhando de o ter propício em suas necessidades. Onde este mesmo autor diz que os romeiros que a este templo vinham, faziam montinhos de pedras pouco distantes uns dos outros, pelo caminho por onde vinham, que serviam de balizas aos que o não sabiam, como ao presente se costuma, e o vimos em Monserrate e Guadalupe,<sup>35</sup> casas de muita devoção, a que os castelhanos chamam *mojones*.<sup>36</sup> Outros havia cuja devoção passava mais adiante: estes, por si ou à sua custa, traziam água de outras partes, por no mesmo Cabo haver falta dela, de que bebiam os caminhantes que por sua devoção [5] vinham em peregrinação ao templo. E se estes romeiros ou peregrinos acertavam de chegar perto deste *Sacro Promontório* em se querendo pôr

<sup>32</sup> O termo «gentios» designava na época de Frei João de São José todos aqueles que não seguiam uma das grandes religiões monoteístas (judaísmo, cristianismo e islamismo).

<sup>33</sup> Nota à margem: «Di-lo Estrabão em seu liv. 3º». Referência à *Geografia* de Estrabão.

<sup>34</sup> O geógrafo grego Artemidoro de Éfeso (séculos II-I a.C.) é repetidamente citado na *Geografia* de Estrabão.

<sup>35</sup> Frei João de São José refere-se aos santuários católicos espanhóis de Montserrat, na região de Barcelona, e de Guadalupe, na região de Cáceres, que talvez tivesse visitado.

<sup>36</sup> *Mojón* (esp.) pode ter o significado de ‘marco’ ou ‘baliza’.

o Sol, não ousavam passar mui adiante aquele dia, mas ficavam-se aquela noite num bairro que não longe estava já para isso, crendo segundo suas falsas imaginações que os deuses tinham reservado as noites para si, e não lhes prazia que nelas alguém lhe[s] sacrificasse ou andasse caminho.

Este mesmo filósofo Artemidoro, que estas coisas escreve, movido por sua devoção e desejo de ver este Sacro Promontório, e também oferecer em o templo que nele estava, veio-o a visitar desde [a] Grécia, donde era natural, e considerando sua figura e o que com ela representava, comparou seu peito alteroso e sobranceiro ao mar a um navio bem emastreado. Para fazer esta comparação e semelhança, segundo Estrabão dele escreve, tomou três ilhas pequenas que [5<sup>o</sup>] este Cabo junto de si ainda ao presente tem,<sup>37</sup> e de uma delas lhe fez a proa, e das outras duas os mastros, por serem mais alterosas. No tempo que Artemidoro o viu e apodou, o que ele saberia bem fazer, porque era prudente e bem entendido, ser-lhe-ia esta semelhança mais apropriada do que é ao presente, por estar já gastado do mar cujas ondas continuamente nele roem há mais de mil e quinhentos anos que isto passou, e também por os moradores e vizinhos o terem já cultivado e limpo do arvoredo que nele havia, em cujo lugar sucederam torres e edifícios com que está mais honrado e fortalecido, de maneira que não temos já necessidade de *mojones* ou balizas para atinarmos com ele.

Não se pode, contudo, negar ser este um dos mais célebres lugares de sua qualidade, e o que com sua saída ponta mais entrada faz ao mar, pelo que com razão se poderia bem contar por uma das maravilhas do mundo. Nele, segundo diz Estrabão,<sup>38</sup> se acaba, como em um final e baliza remotíssima, [6] toda a máquina da terra da banda do ocidente, porque nele fenecem as duas partes do mundo, Europa e África, e os lusitanos e mauritanos são os últimos moradores delas. Nele se acham

---

<sup>37</sup> Nota à margem: «Ilha de Cães, ilha de Figueira, ilha de Gongor». Provável referência aos ilhotes do Martinhal, junto a Sagres.

<sup>38</sup> Nota à margem: «Estrabão, liv. 3<sup>o</sup>». Referência à *Geografia* de Estrabão.

em um mesmo instante diferentes ventos. Nele as águas continuamente se encontram umas com outras, e todas juntas num corpo tomando força calam por baixo dele por furnas e cavernas que a continuação delas já tem feito, e isto com tão grande ímpeto que parece que neste só lugar a natureza de contínuo peleja e trás contenda consigo mesma. As naus, navios e outros baixéis que navegam de levante a poente, e de qualquer outra parte da nossa Europa, aí vêm obedecer. E também os pescados que ao Estreito<sup>39</sup> em manadas e cardumes vão desovar e fazer criação,<sup>40</sup> primeiro a ele chegam a reconhecer a terra e saber, com o natural instinto que Deus lhe[s] deu, em que rumo e paragem estão, de maneira que julgará quem isto com atenção considerar, que todas as criaturas [6v] do mundo em alguma maneira lhe são sujeitas e [lhe] reconhecem senhorio.

No mais saído de sua ponta está um mosteiro de religiosos descalços do padre São Francisco,<sup>41</sup> bem acomodado à penitência e contemplação, para o que parece que foi ali feito, e nele acham caridade e hospedaria as pessoas de que é frequentado. Este mosteiro mandou edificar o bispo do Algarve, D. Fernando Coutinho,<sup>42</sup> que a este lugar foi muito afeiçoado, e para seu amparo e defesa mandou talhar com um [forte] da banda da terra, por causa dos mouros que não longe dele saíam. El-rei de Portugal D. João o 3.<sup>o</sup>,<sup>43</sup> vendo que ainda isto não bastava, mandou pegado com o mesmo mosteiro edificar uma fortaleza em que continuamente há soldados, muita artilharia e outros apetrechos de guerra, com que se defende o mesmo lugar, e também as naus e navios dos cristãos que em

---

<sup>39</sup> Referência ao estreito de Gibraltar.

<sup>40</sup> Nota à margem: «Atuns, corvinas, sardinhas».

<sup>41</sup> Nota à margem: «Há no Cabo um mosteiro de frades descalços». Por volta de 1260 foi fundada no Cabo uma albergaria para os peregrinos que iam em romaria ao túmulo de São Vicente, a qual daria posteriormente origem a um convento, primeiro jeronimita e depois franciscano.

<sup>42</sup> D. Fernando Coutinho foi bispo do Algarve entre 1502 e 1538, data da sua morte; está sepultado na Sé de Silves.

<sup>43</sup> D. João III reinou entre 1521 e 1557.

torno dele se acolhem dos inimigos que naquelas paragens de maravilha faltam.<sup>44</sup>

Fez mais este mesmo bispo D. Fernando [7] Coutinho uma torre pegada com o mosteiro, que é onde ora estão as armas, e levantou-a sobre todo o outro edifício para que servisse de farol,<sup>45</sup> e pôs no mais alto dela uma grande lanterna, com uma lâmpada, em que havia lume continuamente todas as noites, para os navegantes que andassem perdidos e todos os mais poderem, ainda que houvesse tempestades, reconhecer a terra, coisa para o lugar não menos necessária que lustrosa. E posto que por sua morte deixou renda para a fábrica e sustentação dela, tudo acabou, como há de suceder às mais coisas que agora vemos.

Não longe deste lugar, defronte de Odemira,<sup>46</sup> fomos salteados por ingleses luteranos,<sup>47</sup> três religiosos que no ano de 1569 para este reino do Algarve por mar íamos, pelos quais, depois de metidos a tormento, despidos e roubados, os mais da companhia nos determinaram pendurar em uma antena dum galeão bem artilhado em que vinham, por nos verem mui contrários à sua seita e ladroíces. [7<sup>v</sup>] Mas, como não fossemos dignos de tão boa sorte, um português que com eles andava de mistura, mostrando-se mais propício à [sua] nação, os tornou de maneira que nos deixaram, não sem outro perigo do mar, porque nos ficou a caravela despejada e boiante, com tempo levante que nos era contrário. Com este trabalho dobrámos o Cabo, onde deitando o batel ao mar nos saímos ao pé dele e saímos sobre um arrecife, pelo qual subimos em pés

<sup>44</sup> Provável referência à Fortaleza de Santo António do Beliche.

<sup>45</sup> Nota à margem: «Havia farol no Cabo não há muito tempo».

<sup>46</sup> Frei João de São José relata um episódio autobiográfico ocorrido em 1569, quando viajava de Lisboa para o Algarve.

<sup>47</sup> Ataques de corsários ingleses a navios portugueses não seriam muito frequentes nesta época, mas podiam ocorrer ocasionalmente. O rei inglês Henrique VIII (r.1509-1547) rompeu com a Igreja Romana em 1534, na sequência do movimento reformista que se desenvolveu nas regiões mais setentrionais da Europa, que teve em Martinho Lutero (1483-1546) um dos principais impulsionadores.

e mãos, [e] nos achámos em cima, os mais de nós escalavrados por causa de ser áspero rochedo e penedia.

Logo ordenámos uma devota procissão, coisa piedosa de ver, e encaminhámos para o mosteiro, todos postos em ordem a fazer graças do nosso livramento, na qual uns íamos descalços e outros despídos em camisa, e nenhum como dantes vinha. E posto que isto não procedia de sobeja devoção, mas da força passada que nos pusera em tal estado, não nos faltavam lágrimas que oferecer ao Senhor, considerando cada um que não havia muitas [8] horas que se vira em poder daqueles cruéis inimigos, com bem poucas esperanças de isto poder fazer. Fomos recebidos dos religiosos com a caridade que a todos mostram e a vista da nossa miséria lhe[s] pedia. E confesso que em parte folguei com a ocasião, e me fez esquecer o trabalho passado ver este lugar, coisa que muito desejava, e tomar experiência do que dele escrevo, ainda que foi à custa da própria pessoa.

Um religioso deste mosteiro, estando um dia com o capitão de Sagres pescando à cana no mais baixo das rochas deste Cabo, menos recatados do que deviam, foram cativos por uma galé de mouros que dobrava junto da terra sem ser sentida, e fazendo-se logo ao mar, alegres da presa que tinham feito, despiram ao frade e seu companheiro, e puseram-nos ao remo, segundo seu costume.<sup>48</sup> E um dos turcos, querendo festejar a presa e alegrar a companhia com fazer zombaria do frade e dos cristãos, vestiu-se o hábito com seu capelo, [8<sup>v</sup>] e fingindo grande devoção, começou a entrar pela coxia da galé, e de remeiro em remeiro, como quem por rua pública vai de porta em porta, pedia esmola pelo amor de Deus e de São Francisco. Não gastou muito tempo neste exercício, de que muito se regozijavam todos, quando chegando às Areias Gordas,<sup>49</sup>

---

<sup>48</sup> A costa algarvia era regularmente assaltada por embarcações oriundas de Argel, que nesta época era um protetorado do império otomano; as tripulações eram muitas vezes de origem turca.

<sup>49</sup> Designação de uma região costeira nas proximidades da cidade de Huelva.



aonde determinavam fazer aguada, houveram vista dalgumas velas, de que nada ficaram contentes, e o padre pedinte deixou o hábito de si com mais presteza de que o vestira. Estas velas eram cinco galés de Portugal, em que andava por capitão-mor D. Fernando Álvares de Noronha,<sup>50</sup> em guarda da costa do Algarve, o qual havendo vista da galé dos mouros, em cuja busca ia por ter já notícia do mau recado que havia feito, deu-lhe logo caça, e posto que trabalhou de se acolher à força de remo, quis o Senhor que a alcançou e rendeu. Era esta galé de um turco grande corsário chamado Ramadão, o qual ali foi morto, tendo [9] tendo feito antes naquela costa muito dano aos cristãos. Logo o capitão-mor mandou tirar do remo o religioso e os outros cristãos, e meter nele ao turco mendicante e a todos os companheiros, e dar-lhe com o rebém<sup>51</sup> a esmola que antes pedia. O religioso tornou a tomar e vestir-se seus hábitos, dando muitas graças ao Senhor Deus e ao bem-aventurado São Francisco, que acudiu por sua honra e teve por bem de o livrar dentro em vinte [e] quatro horas, um dia natural em que se viu cativo, e logo livre e tornado ao seu mosteiro, mas com o propósito de mais não pescar naquela costa.

---

<sup>50</sup> D. Fernando Álvares de Noronha, membro do conselho régio, foi capitão-mor das galés que defendiam a costa meridional de Portugal.

<sup>51</sup> O mesmo que 'chicote'.

**Capítulo 3º – De como o corpo do glorioso mártir São Vicente foi trazido do reino e cidade de Valencia de Aragão a este Sacro Promontório no tempo que Espanha se perdeu, e nele esteve escondido muitos anos.**<sup>52</sup>

A este Sacro Promontório do reino do Algarve [9<sup>v</sup>] foi trazido o corpo do glorioso mártir São Vicente, natural da cidade de Saragoça,<sup>53</sup> no tempo em que Espanha se perdeu e foi tomada dos mouros,<sup>54</sup> e nele esteve escondido por espaço de muitos anos. E porque a certeza disto chegue aos franceses da província de Aquitânia, os quais dizem e ainda escrevem que o têm em um seu lugar chamado Beuter,<sup>55</sup> a que foi levado de Valencia por diligência de um monge, direi aqui por quem e a maneira como veio a este nosso Sacro Promontório, e como depois dele foi trasladado à igreja mor chamada Sé de nossa notável cidade de Lisboa do reino de Portugal, onde é honrado e tido em grande veneração seu sepulcro por todo o povo.<sup>56</sup>

Aos quais não deve nossa escritura parecer sonho ou invenção de homens que desejam enobrecer seu reino e cidade, com a relíquia que não têm, mas verdade autêntica, de que fazem expressa memoria todas as

---

<sup>52</sup> Relativamente à história das relíquias de São Vicente, Frei João de São José parece ter-se inspirado numa obra que não cita, *Pro Sanctis Christi Martyribus Vincentio Olisiponensi patrono* (conhecida como ‘Carta a Bartolomé de Quevedo’), impressa em Évora em 1567, da autoria do humanista André de Resende (c.1500-1573), que mais adiante é explicitamente referido nas notas marginais.

<sup>53</sup> Vicente de Saragoça foi um diácono cristão, martirizado no ano de 304, em Valência, a mando das autoridades romanas.

<sup>54</sup> A invasão da Península Ibérica por povos islâmicos, a partir do Norte de África, iniciou-se em 711.

<sup>55</sup> Nota à margem: «Beuter». Frei João de São José terá confundido as suas informações, pois a cidade francesa para onde foi levado o corpo de São Vicente seria Castres. Esta informação fora transmitida pelo cronista espanhol, de origem alemã, Pere-Antoni Beuter (1490-1554), na sua *Cronica. Primera part d’la historia de Valencia que tracta deles antiquitats de Spanya, y fundacio de Valencia*, que foi impressa em Valencia em 1538.

<sup>56</sup> A trasladação de São Vicente para Lisboa teve lugar em 1173.

crónicas dos reis de Portugal, escritas por seus cronistas, varões sábios e de muito crédito, no que se lhe deve dar inteira fé, como ao mais que escreveram. E isto não é agora notório, ou novamente sabido [10] neste reino de Portugal, e seus vizinhos. Porque São Boaventura,<sup>57</sup> doutor santo, grave e sem suspeita, o escreveu em Itália há já trezentos anos, no princípio da vida do bem-aventurado confessor Santo António,<sup>58</sup> português natural e vizinho da mesma cidade e igreja em que o corpo deste glorioso mártir acerca de nós descansa. O que parece deveria bastar para tirar escrúpulo a qualquer que nisso tivera dúvida.

Contam, pois, os cronistas portugueses que acabando o vitorioso D. Afonso, primeiro rei de Portugal, de vencer e desbaratar cinco reis mouros numa só batalha no Campo de Ourique, o ano do Senhor de 1139,<sup>59</sup> e mortos muitos milhares de mouros, inimigos do nome cristão, tornou-se a Coimbra, naquele tempo cabeça de seu reino, trazendo consigo grandes despojos e muitos mouros cativos.<sup>60</sup> O que sabido por São Teotónio,<sup>61</sup> primeiro prior do insigne mosteiro de Santa Cruz da

---

<sup>57</sup> São Boaventura (c.1217-1274), franciscano italiano, autor de uns *Comentários às Sentenças de Pedro Lombardo*, que foram repetidamente impressos em prelos europeus nos séculos XV e XVI.

<sup>58</sup> Santo António de Lisboa (1195?-1231), doutor da Igreja, também conhecido como Santo António de Pádua, cidade onde terminou os seus dias.

<sup>59</sup> Nota à margem: «Rui de Pina, Pêro de Aveiro». Referência a Rui de Pina (1440?-1522?), que é citado repetidamente nas notas marginais; contudo, este cronista e diplomata não escreveu uma crónica do primeiro rei de Portugal, mas sim crónicas dos monarcas seguintes. A *Crónica de D. Afonso Henriques* foi escrita pelo cronista e secretário régio Duarte Galvão (1446-1517). Não se consegue apurar quem seria o cronista «Pêro de Aveiro», que é repetidamente citado como autor de uma *Crónica Geral*, e que mais adiante é designado como «Pedro de Aveiro Ribeiro». Poderia tratar-se de um copista responsável por alguma versão portuguesa da *Primera Cronica General* atribuída a Afonso X, o Sábio, rei de Leão e Castela, que adiante é citada.

<sup>60</sup> Referência à célebre batalha de Ourique, travada em 1139 por D. Afonso Henriques (r.1143-1185), que pouco depois assumiria o título de rei de Portugal.

<sup>61</sup> O religioso português São Teotónio (1082-1162) foi conselheiro de D. Afonso Henriques, tendo sido canonizado no ano que se seguiu à sua morte.

mesma cidade,<sup>62</sup> seu grande devoto e amigo, saiu a receber ao caminho, como outras muitas vezes fazia, alegrando-se [10<sup>v</sup>] de sua boa fortuna. E sendo informado que entre aqueles mouros cativos vinham também alguns cristãos de mistura, pediu a el-Rei que os quisesse libertar, pois sua fé o merecia. E maravilhando-se el-Rei como aquilo podia ser, mandou que lhos trouxessem diante, e vindos lhe[s] perguntou de que nação eram e que fé era a sua, e se era verdade que eram cristãos.

E chegando-se deles dois que entre os outros eram mais anciãos e de autoridade, responderam a el-Rei dizendo:

«Senhor, nós outros na fé cristãos somos, e de nação valencianos, e os mouros entre quem vivemos nos chamam *moçárabes*,<sup>63</sup> que quer dizer ‘mestiços’ ou ‘misturados alarves’,<sup>64</sup> e a causa disto, e como passa na verdade, contaremos a Sua Alteza, segundo nos ficou em memória de nossos antepassados. Não muito depois daqueles trabalhosos tempos, quando Espanha se começou a perder, passou a ela de África um por nome Albedramen,<sup>65</sup> a cuja ira e poder ninguém bastava resistir. Este, com menos receio que algum outro, se atreveu [11] a entrar por mais dentro por ela, e sujeitar a todos sem diferença, assim mouros como cristãos, e pô-los debaixo [de] seu senhorio. Vendo isto nossos antepassados que, segundo nos ficou por notícia, eram dos moradores da cidade [de] Valencia, no reino de Aragão, temeram muito; e desejando escapar [a] sua tirania, fugiram para lugares mais secretos, em que escondidos se

---

<sup>62</sup> O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra foi fundado pela Ordem de Santo Agostinho em 1131.

<sup>63</sup> Nota à margem: «Destes cristãos moçárabes trata Garibay, liv. 23, c.7». Referência à obra do cronista espanhol Esteban de Garibay Zamalloa (1533-1599), autor de *Los quarenta libros del compendio historial de las chronicas y universal historia de todos los reynos de España*, obra publicada em Antuérpia em 1571.

<sup>64</sup> Os moçárabes eram cristãos ibéricos que viviam sob domínio dos potentados islâmicos do Al-Andaluz.

<sup>65</sup> Referência a Abd al-Rahman I (r.756-788), emir de Córdoba.

pudessem valer, até ver o que o Senhor determinava do povo cristão naquelas partes. E para que com o mesmo Senhor pudessem merecer alguma coisa, tiraram consigo o corpo do glorioso mártir São Vicente, que na mesma cidade padecera e ainda estava, e com ele se passaram ao Algarve; e na ponta que mais dele sai ao mar, fizeram sua pobre morada, consolados em parte por terem consigo aquele santo tesouro, por cujos merecimentos lhes parecia seus trabalhos poderem ter remédio. Mas como a ira do Senhor, movida pelos pecados dos homens, não estivesse aplacada ainda de todo, vindo ali ter [por] acaso, depois de alguns anos, um [11<sup>v</sup>] mouro natural da terra, acompanhado dalguns seus, dos quais se não puderam esconder, foram todos por eles mortos, tirando alguns meninos e moços que consigo levaram cativos, dos quais descendemos nós os que aqui estamos presentes. E se do que dizemos a Sua Alteza, querer<sup>66</sup> tomar alguma experiência, damos por sinal de nossa verdade os vestígios de suas pobres moradas, que ainda no mesmo lugar [a]parecem, e também os corvos que o frequentam desde o tempo que o corpo do glorioso mártir a ele foi trazido, por cuja causa os mouros lhe puseram nome *monte dos Corvos*». <sup>67</sup>

A informação deste mesmo caso, não muito dissemelhante à que aqui estes cristãos a el-Rei deram, nos deixou Rasis mouro,<sup>68</sup> historiador de Albarab Miramolino,<sup>69</sup> rei de Córdoba, no livro das histórias que escreveu das antiguidades e sucessão dos reis sarracenos em Espanha,

---

<sup>66</sup> Leia-se 'quiser'.

<sup>67</sup> Segundo a tradição, um bando de corvos estaria permanentemente junto ao túmulo de São Vicente, em Sagres; dois corvos teriam acompanhado a trasladação das relíquias do santo para Lisboa. As armas de Lisboa passaram a integrar a imagem de uma embarcação com dois corvos, um à proa, outro à popa.

<sup>68</sup> Nota à margem: «Foi Rasis grande doutor em Medicina».

<sup>69</sup> Referência a Abd al-Rahman III, emir (r.912-929) e posteriormente califa de Córdoba (r.929-961).

que ainda temos volto em espanhol.<sup>70</sup> O qual, posto no que tratou das Sagradas Escrituras fingiu e disse muitas parvoíces, [12] como mouro e infiel que era, imitando os poetas antigos, porém, chegado à historia das coisas de seu tempo, que tocavam à matéria profana de que escrevia, falou bem e não deve ser enjeitado.<sup>71</sup> Este, na história de Albedramen, quarto rei deste nome e décimo nono na sucessão dos sarracenos, diz estas palavras à letra:

«Andando a era dos mouros alarves em cento e trinta e oito,<sup>72</sup> veio de África a Espanha um mouro por nome Albedramen, poderoso e grande cavaleiro, o qual, vencendo em batalha e matando a Joseph que naquele tempo reinava, conquistou e pôs debaixo de seu senhorio toda [a] Espanha».

E passadas algumas coisas que não fazem tanto ao nosso propósito, por ser a origem deste Albedramen, diz logo mais adiante:

«Este Albedramen tomou por força de armas todas as cidades e vilas que os sarracenos possuíam em Espanha, moveu também guerra contra os cristãos, e partindo-se para Sevilha, tomou Évora, [12<sup>v</sup>] Beja, e depois Santarém e Lisboa, e todo o Algarve, e em tal maneira afligi Espanha, que não havia cidade ou lugar em toda ela que se tivesse por segura, e não receasse seu poder, e os moradores delas, desemparrando suas casas e fazendas, fugiam para os montes e serras das Astúrias. Este destruiu todas [as] igrejas que achou em

---

<sup>70</sup> Trata-se de Ahmad ibn Muhammad al-Razi (887-955), cronista andaluz também conhecido como Rasis, autor da chamada *Crónica do mouro Rasis*, que continha uma descrição geográfica e uma história da Península Ibérica até ao seu tempo, e que circulou em tradução manuscrita portuguesa no tempo de Frei João de São José, a qual teria sido mandada fazer pelo humanista André de Resende, mais adiante referido. Frei João de São José alega ter utilizado uma versão castelhana da obra.

<sup>71</sup> Nota à margem: «Escreveu Rasis aos 958 da Encarnação do Senhor». O cronista Rasis teria já falecido nesta data.

<sup>72</sup> Nota à margem: «E de Cristo 760».

Espanha, em cujo tempo havia nela muitas fábricas notáveis, assim do tempo dos gregos como dos romanos, e todos os corpos que pôde, daqueles em que os cristãos criam e chamavam santos, tirou fora delas e os fez queimar publicamente. O que vendo os cristãos, cada um recolhia destas coisas o que podia, e fugia com elas para os montes mais solitários, de maneira que tudo o que podiam escapar puseram em salvo e levaram escondido às serras das Astúrias, e a outros lugares semelhantes. E como Albedramen se fosse chegando para Valencia, os cristãos que nela moravam tinham o corpo dum morto por [13] nome Vicente, o qual eles adoravam como a Deus, e persuadiam ao povo que aquele homem fazia ver cegos e ouvir os surdos, e dava saúde aos enfermos, e desta maneira enganavam a gente simples e sem letras. Mas estes, como souberam a vinda de Albedramen, temeram ser descobertos com seus enganos e fugiram, levando consigo o corpo daquele que digo».

Escreve mais este mesmo Rasis que:

«Falando com outro mouro, Alibachaces, cavaleiro e natural de Fez, lhe contara que estando ele no Algarve já havia alguns anos, fora um dia caçar com alguns de sua casa. E alongando-se àquela ponta que a terra mais mete ao mar, achara alguns cristãos dos que fugiram de Valencia e tinham ainda consigo o corpo do homem Vicente acima dito, com que dela fugiram, os quais moravam em algumas pobres casinhas que haviam feito. E por saber que eram cristãos, os mandou matar, não deixando deles senão alguns meninos [13<sup>v</sup>] e moços, que consigo levava cativos, e o corpo de seu Vicente se ficara só no mesmo lugar».

Não deixa de parecer verdadeira a história deste mouro acerca dos trabalhos daqueles tempos em que os mouros se apoderaram de Espanha, os quais, com zelo de sua diabólica seita, não se contentavam

com matar cristãos que podiam haver vivos, mas ainda, como este diz, queimavam e derramavam as relíquias dos gloriosos mártires e confessores que nas igrejas achavam, desejando pôr em esquecimento seus nomes. Pelo que convinha aos cristãos que de suas mãos podiam escapar, fugir com elas e esconderem-se pelos montes e serras, ou para outras povoações que ainda estavam em poder de cristãos. E desta causa sucedeu vermos hoje em nossa Espanha muitos corpos de santos mudados das cidades e terras onde primeiro estavam e eram honrados, e levados a diversos lugares, sem acharmos os tempos ou razão por que [14] se isto fizesse, nem a causa que moveu aos naturais deixarem levar dos estrangeiros os corpos de seus santos e padroeiros, sobre que muitas vezes acontecia terem brigas e contendias entre si mesmos.

Destes foi o corpo do glorioso discípulo de Cristo, São Manços, que tínhamos em nossa Évora, e agora está em um lugar de Castela junto a Medina de Rioseco.<sup>73</sup> A bem-aventurada Eulália e Júlia sua companheira, tão celebradas em Mérida dos vetões,<sup>74</sup> vemos mudada aos Eunios de França.<sup>75</sup> São Leandro, bispo de Sevilha, não [a]parece, nem temos novas algumas de seu corpo.<sup>76</sup> A virgem Santa Leocádia, a que tanta honra fazia Toledo, trocou o Tejo com o Reno, e foi-se a Colónia, à cidade Agripina.<sup>77</sup> Santo Ildefonso, conhecido e reverenciado em todo mundo por sua muita santidade e doutrina, desamparou sua própria cidade e se

---

<sup>73</sup> Os restos mortais de São Manços – cuja ligação a Jesus Cristo é apócrifa – terão sido trasladados para Villanueva de San Mancio, pequena aldeia nas proximidades de Medina de Rioseco, nas cercanias de Toledo.

<sup>74</sup> Os vetões eram um povo celta pré-romano.

<sup>75</sup> Os restos mortais de Eulália de Mérida (290-304) terão sido trasladados para Oviedo. A referência a «Eunios», localidade que não se consegue identificar, terá decerto sido colhida na obra de André de Resende, *Pro Sanctis Christi Martyribus Vincentio Olisiponensi patrono*, já anteriormente referida; poderia tratar-se de um lapso de Resende por Elne, localidade no sul de França, para onde, de acordo com uma certa tradição, teriam sido levados os restos mortais de Eulália.

<sup>76</sup> Trata-se de Leandro (c.534-596), bispo de Sevilha.

<sup>77</sup> Os restos mortais de Santa Leocádia, segundo parece, foram trasladados para Saint-Ghislain, na atual Bélgica, de onde mais tarde regressariam a Toledo.



passou às Astúrias de Oviedo, à cidade [de] Zamora.<sup>78</sup> Quem pois nos poderá dar razão de tantas e despropositadas mudanças? Quis o Senhor Deus, [14<sup>v</sup>] que em tudo provê, que no-las desse Rasis, um mouro infiel daquele tempo, como temos ouvido.

#### **Capítulo 4º – De como o corpo do glorioso mártir São Vicente foi tresladado do Sacro Promontório para a cidade de Lisboa, em tempo d’el-rei Dom Afonso Henriques.**

Ouvindo el-rei D. Afonso Henriques as razões dos valencianos cativos, de que algum tanto me diverti,<sup>79</sup> e tendo porventura notícia desta escritura de Rasis, que naquele tempo era mais fresca, foi muito alegre e nasceu em seu coração um firme [e] constante desejo de haver aquela tão preciosa relíquia, e tê-la em seu reino. E tomando conselho com os seus em que maneira isto poderia ter efeito, foi acordado que fizesse tréguas com os mouros por certo tempo, e que ele mesmo em pessoa o fosse buscar. As quais [pazes] feitas sem nenhuma dilação (porque [15] os mouros nenhuma outra coisa desejavam), partiu-se logo o devoto Rei de Coimbra para aquele lugar, com tanto fervor e devoção, que punha em esquecimento todo o perigo e trabalho a que se oferecia. E chegando lá, fez buscar o santo corpo com toda [a] diligência, mas, por muito que nisso trabalhou, como o Senhor tinha determinado de o colocar na mui nobre cidade de Lisboa, onde hoje está, que ainda naqueles tempos, e depois por alguns anos, foi possuída dos mouros, não permitiu que fosse achado. Com cuja vontade o devoto Rei se conformou, como em todas as mais coisas fazia, e se tornou a seu reino, ainda que algum tanto desconsolado por não poder alcançar o cumprimento de seus desejos.

---

<sup>78</sup> Trata-se de Ildefonso (607-667), arcebispo de Toledo a partir de 657.

<sup>79</sup> Isto é, ‘desviei’.

Depois disto, andando o tempo, teve o Senhor por bem alimpar a insigne cidade de Lisboa das imundices torpes de Mafamede,<sup>80</sup> para a fazer uma das mais nobres e célebres cidades de toda nossa Europa, e nela ser servido de grande número de fiéis clérigos e religiosos de todas as ordens, para cujo [15<sup>v</sup>] efeito esforçou o coração do magnânimo e invencível Rei para que viesse sobre ela e lhe pusesse cerco. O qual logo [o] fez, com ajuda de algumas gentes estrangeiras que o Senhor lhe mandou para este efeito, e a cabo de cinco meses a cidade foi entrada aos vinte e cinco dias de Outubro de 1147, em dia dos santos mártires São Crispim e [São] Crispiniano.<sup>81</sup> E não se esquecendo o devoto Rei da empresa do glorioso mártir São Vicente, cujos desejos sempre estavam vivos e inteiros em seu coração, fez logo edificar um mosteiro com muita despesa e renda que lhe deu, e dedicou-o à honra deste glorioso mártir, aparelhando-lhe o lugar onde fosse honrado, quando o Senhor tivesse por bem e fosse servido de lho conceder.<sup>82</sup>

E como viu tempo e conjunção para isso, mandando-lhe el-rei mouro de Sevilha, Albojaque por nome,<sup>83</sup> pedir tréguas por cinco anos, lhas concedeu, somente por ter mais liberdade e ocasião de fazer buscar e trazer a seu reino o corpo deste glorioso mártir. E assim o pôs logo em obra, mandando por mar ao dito Cabo certas pessoas [16] de muito esforço e crédito, com boa guarda de armas e todo o mais necessário, em cuja companhia quis que fosse um dos cristãos valencianos que na batalha do campo de Ourique tomara, de que acima fiz menção, para que mais certificadas do lugar buscassem aquela santa relíquia com toda diligência, e não tornassem a Portugal sem ela. Os quais, partidos de Lisboa, fizeram sua viagem sem algum impedimento do mar, que naquele lugar continuamente anda alterado e soberbo com suas ondas, que por

---

<sup>80</sup> Mafamede designava nas fontes portuguesas desta época o profeta Maomé.

<sup>81</sup> A cidade de Lisboa foi conquistada em 25 de outubro de 1147, com o apoio de um contingente de cruzados que participavam na Segunda Cruzada (1147-1149).

<sup>82</sup> Trata-se do Mosteiro de São Vicente de Fora, que foi reconstruído em finais do século XVI.

<sup>83</sup> O rei da taifa de Sevilha era nesta época Al-Mu'tadid (r.1042-1069).

então estiveram quedas e se humilharam, em maneira que no mesmo Cabo saíram a terra, tomando isto por bom presságio do seu caminho.

E postos logo em oração de joelhos, primeiro que outra coisa fizessem, rogaram ao Senhor que lhe aprovesse de lhe[s] mostrar aquela santa relíquia, e nisto satisfazer os bons desejos do devoto Rei, de que sucederia não pequena glória a Sua Majestade e ao glorioso mártir, sendo seu corpo trazido e dado por padroeiro a este reino, tão próspero logo em seus princípios. Acabada sua oração, começaram logo a cavar com grande confiança, [16v] onde o cristão valenciano mostrava alguns vestígios da habitação antiga, em que os corvos ainda não faltavam, em testemunho do tesouro que ali fora posto. E havendo aberta a terra por algumas partes, chegaram ao ataúde em que fora posto, já gastado da humidade, com o santo corpo dentro nele, de que ficaram muito alegres. E começando a recolher em uma arca bem concertada que para isso levavam, um dos companheiros, com indiscreta devoção, meteu no seio um osso do santo corpo, e logo sentiu sobre si a mão do Senhor e caiu cego, sem poder ver coisa alguma. E conhecendo a causa de sua desventura, tornou a pôr a santa relíquia onde a tomara, confessando o seu atrevimento, e o santo mártir, aceitando sua penitência, lhe tornou logo a vista, por seus merecimentos, em presença de todos, de que deram glória a Deus pelo milagre, e certeza que lhes deu de acharem o que buscavam.

Isto feito, recolheram-se ao navio, e dando vela para se tornar, viram vir dois corvos, os quais, chegando ao navio, [17] um se pôs na popa e outro na proa, não querendo desamparar seu companheiro e patrono. Chegados ao porto de Lisboa, não quiseram tirar logo o santo corpo do navio, nem manifestar o que traziam, receosos de alvoroçar o povo, porque el-Rei era ausente, mas esperaram o silêncio da noite e então o

levaram secretamente à Igreja de Santa Justa,<sup>84</sup> onde naquele tempo chegava o mar, e está ainda a porta chamada de São Vicente, por causa desta alegre entrada que o glorioso mártir por ela fez. Mas como já era chegado o tempo em que o Senhor tinha ordenado manifestar o corpo deste glorioso seu cavaleiro para ser honrado de todo o povo cristão, todos os moradores da cidade acudiram pela manhã à Igreja de Santa Justa, como se para isso foram chamados, e começaram a contender entre si mesmos, dizendo um que fosse levado ao Mosteiro de São Vicente, que el-Rei para ele edificara, e outros não, senão que se devia pôr na Sé, como igreja principal, para que ali fosse venerado de todo o [17] povo.<sup>85</sup>

A isto acudiu Gonçalo Viegas, capitão dos ginetes, que na cidade estava, e com bons razões pacificou todos, dizendo que não se devia determinar coisa alguma daquele santo corpo sem parecer d'el-Rei, que estava ausente, e que a ele pertencia fazer nisso o que fosse sua mercê. Parecendo isto a todos bem, D. Roberto, deão da Sé, homem de boa vida e prudente, não satisfeito das razões de Gonçalo Viegas, sabendo que nestas dúvidas é melhor a condição e parte dos que possuem, foi-se secretamente a D. Moniz, prior de Santa Justa, e rogou-lhe muito que por honra do glorioso mártir lho deixasse mudar logo à Sé, que era igreja nobre e principal de toda a cidade, onde com mais devoção e concurso seria honrado de todo o povo, que era o fim para que o Senhor o concedera a este reino. Finalmente, tantas e tais razões lhe deu, que o persuadiu e lhe concedeu o que pedia. Ao outro dia vieram logo os cónegos da Sé com toda a clerezia, e com solene procissão levaram o santo corpo à sua igreja, dando todos muitas graças ao Senhor [18] e ao glorioso mártir São Vicente, por escolher este reino e cidade para sua morada e descanso na terra, por cuja intercessão esperavam receber do

---

<sup>84</sup> A Igreja de Santa Justa, que terá sido fundada em 1166, situava-se junto às atuais Escadinhas de Santa Justa, em Lisboa; foi destruída no terramoto de 1755.

<sup>85</sup> A Sé de Lisboa começou a ser edificada em 1147, após a conquista de Lisboa aos mouros por D. Afonso Henriques.

Senhor grandes mercês e benefícios. Em gratificação deste benefício que o prior de Santa Justa, D. Moniz, fez em deixar mudar o corpo deste glorioso mártir à Sé, como dito é, acordou o bispo dela com o cabido de lhe dar uma prebenda nela, para ele e para todos os priores da mesma igreja que depois dele fossem, e assim se fez.

El-Rei, quando isto soube, dizem as crónicas que chorou com prazer, porque era muito devoto e católico cristão, e teve por bem que estivesse na Sé, onde lhe foi feito um rico sepulcro ou relicário na capela-mor à banda da epístola, e a guarda dele é encomendada a dois cónegos dos mais anciãos do cabido. E tornou el-Rei a mandar ao mesmo lugar, para que com mais diligência buscassem se ficara ainda alguma relíquia do santo corpo, e foi achado um pequeno osso da cabeça, e foi-lhe [18<sup>v</sup>] trazido com alguns pedaços do ataúde em que fora ali posto. E mandou-os pôr na Sé com as mais relíquias. Em memória desta mercê e benefício recebido, deu el-Rei por insígnias à mesma cidade de Lisboa uma nau, e nela a imagem do glorioso mártir São Vicente, com dois corvos, um na popa e outro na proa, como se eles puseram, acompanhando seu santo corpo, como [a]parece na bandeira da câmara da mesma cidade e em cima de muitas portas dela. E o cabido tomou também a mesma imagem por armas e selo.

E porque isto que aqui se diz destes corvos não pareça patranha aos que tanta notícia deste caso não têm, testemunha é todo o povo de Lisboa, e os estrangeiros que nela vêm e a isso atentam, como hoje em dia andam na mesma Sé mansos e domésticos, havendo quatrocentos anos que isto passou, sem nunca dela faltarem. Antes contam os cronistas<sup>86</sup> que um moço por nome João, que servia na Sé, tirou com uma pedra e deu [19] em um, e foi coisa maravilhosa, que nesse ponto ficou tolhido de todos seus membros. O que vendo seu pai, e havendo grande tristeza, deitou-se diante o sepulcro do glorioso mártir São Vicente em oração, rogando-lhe

---

<sup>86</sup> Nota à margem: «Galvão». Referência à *Crónica de el-rei D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão.

com muitas lágrimas que houvesse piedade dele e de seu filho, e foi logo são como de antes. Sabido este milagre, não ousou mais alguém fazer-lhe[s] mal, mas antes muitas mulheres devotas têm por costume, quando vão ouvir missa à Sé, levarem-lhe[s] pão nas mangas por devoção do glorioso mártir, e eles têm já cuidado de o ir buscar por suas mangas, quando as veem assentadas.

Depois que el-rei D. Afonso Henriques teve o corpo do glorioso mártir São Vicente em Lisboa, principal cidade de seu reino, como já é dito, mandou edificar uma igreja no lugar em que no Algarve muitos anos esteve, em memória deste feito, e dali em diante, por honra de tão glorioso hóspede que aposentou em si, deixou e perdeu o nome [19<sup>v</sup>] de Sacro Promontório que antigamente tinha, e se chamou cabo de São Vicente, e por ele é agora conhecido entre todos os outros.

#### [20] **Sagres**

Sagres é uma vila bem murada, com sua fortaleza, a qual o infante D. Henrique, mestre da Ordem de Cristo em Portugal e filho d'el-rei D. João o 1<sup>o</sup>,<sup>87</sup> mandou edificar em uma angra que o mar faz duas léguas da ponta do cabo de São Vicente para o levante, por que os mouros e quaisquer outros inimigos não tivessem lugar de sair nela a fazer saltos nas povoações pequenas que estão pela terra dentro.<sup>88</sup> Nesta mesma vila e fortaleza vivia este Infante algum tempo, e nela faleceu, sendo de idade de sessenta e sete anos, na era do Senhor de 1455.<sup>89</sup> Diz João de Barros, na primeira parte da sua *Europa*, que este infante D. Henrique, quando edificou esta vila e fortaleza, lhe pôs o nome *Terçanabal*, mas que outros lhe chamavam a *Vila do Infante*, por a ele mandar edificar e gostar muito

---

<sup>87</sup> D. João I reinou entre 1385 e 1433.

<sup>88</sup> A construção de uma vila em Sagres ter-se-á iniciado por volta de 1450.

<sup>89</sup> O infante D. Henrique nasceu em 1394 e faleceu em 1460.

da sua vivenda.<sup>90</sup> Agora, o nome por que a conhecemos é *Sagres*; o qual o padre Gaspar Barreiros quer que [20<sup>v</sup>] seja mais antigo do que dizemos que é a mesma vila, e que se deriva desta dicção *Sacro*, tomada do Sacro Promontório, que é o cabo de São Vicente, em cujas fraldas ela está.<sup>91</sup> Possível é que esta angra em que o Infante mandou edificar esta vila e fortaleza se chamasse antes disso Sagres, e que este nome antigo prevalecesse até nossos tempos, e os outros dois mais modernos se lhe acabassem com o tempo. É ao presente alcaide-mor desta vila Rodrigo Eanes de Sarre.

### Lagos

A cidade de Lagos é marítima [e] está edificada na ladeira dum teso<sup>92</sup> que faz rosto ao levante, e junto dela, da mesma banda, entra uma ribeira no mar, que corre do sertão. Tem diante de si uma formosa baía, em que há vilas e lugares de que adiante farei menção. Entram nela naus e navios de toda sorte, e é muito frequentada de levantiscos,<sup>93</sup> por causa do muito [21] pescado que desta cidade levam embarrilado em conserva. Tem duas fortalezas, uma antiga, chamada Solaria, e outra nova, que em nossos dias mandou fazer o católico rei D. João o 3<sup>o</sup> deste nome, a que se pôs nome Pinhão, ambas sobranceiras ao mar, e bem providas de toda [a] munição necessária aos tais lugares.<sup>94</sup> Além disto, no cais tem um lugar alto à

<sup>90</sup> O cronista João de Barros (c.1496-1570) refere-se a «Terçanabal» na sua *Primeira Década da Ásia*, publicada em Lisboa em 1552 (liv. I, cap. 2). Existem referências a uma obra que teria escrito com o título de *Europa*, mas o manuscrito da mesma nunca foi encontrado.

<sup>91</sup> Referência ao humanista Gaspar Barreiros (c.1515-1574) e à sua *Corografia de alguns lugares*, que foi publicada em Coimbra em 1561.

<sup>92</sup> BNP: «Tejo», que parece ser um lapso.

<sup>93</sup> Referência a gentes do Levante, ou seja, oriunda de diversas regiões da parte oriental do Mediterrâneo.

<sup>94</sup> Nenhuma destas fortificações sobrevive atualmente: o forte da Solaria construído provavelmente no século XVI, situava-se no local do atual forte da Ponta da Bandeira; o forte do Pinhão foi construído, mais tarde, em meados do século XVI.

maneira de baluarte, com alguns tiros<sup>95</sup> grossos que varejam o porto e baía dele, de maneira que por mar está bem fortalecida. A cidade, ou vila que antes era, é cercada de muros antigos com seu castelo, e os arrabaldes lhe começou a cercar em nossos dias Diogo da Silva,<sup>96</sup> alcaide-mor da mesma cidade, filho do regedor João da Silva.<sup>97</sup> A mais água que nela há lhe vem de fora, por canos, os quais lhe acabou de fazer el-rei D. Manuel o primeiro deste nome.<sup>98</sup> Nesta cidade há o principal trato dos atuns, que importa muito, como direi adiante, no quarto livro. E nela têm el-Rei e a Rainha<sup>99</sup> seus feitores, por cuja [21<sup>v</sup>] causa há nela muitos mercadores estrangeiros, levantiscos e de outras partes, que tratam neste pescado e em outras coisas, com que a terra engrossa cada vez mais. O ano de 1573 do Senhor, el-rei D. Sebastião o primeiro deste nome foi a visitar este reino do Algarve, e por ser a primeira vez que nele entrava, todas as cidades e vilas determinaram de o festejar, e cada uma por si lhe fazer solene recebimento.<sup>100</sup> Os lacobrigenses, que eram os primeiros, por entrar el-Rei pelo Cabo de São Vicente, onde foi por mar, se armaram todos e com suas enxarvias e albernozes em cima,<sup>101</sup> à maneira de mouros de pé e cavalo, fizeram um formoso exército, e antes que el-Rei entrasse, puseram-se todos em emboscada em certo lugar, donde lhe saíram ao encontro com suas bandeiras despregadas, e postos em ordem de peleja, cercaram-no e prenderam-no com grandes alaridos, como os mouros costumam. Do que el-Rei mostrou muito gosto, e entrando na

<sup>95</sup> Isto é, 'peças de artilharia'.

<sup>96</sup> Entre outros cargos relevantes, Diogo da Silva (1511-1556) foi alcaide-mor de Lagos nos últimos anos de vida.

<sup>97</sup> As muralhas de Lagos, integrando catorze baluartes, foram concluídas em tempo de D. João III.

<sup>98</sup> D. Manuel I reinou em Portugal entre 1495 e 1521.

<sup>99</sup> Referências a el-rei D. Sebastião (r.1557-1578) e à rainha D. Catarina de Áustria (1507-1578), viúva de el-rei D. João III e avó de D. Sebastião.

<sup>100</sup> Esta viagem foi descrita por João Cascão, num relato intitulado *Jornada de D. Sebastião ao Alentejo e ao Algarve* (1573), que na época ficou manuscrito, e de que hoje se conserva uma cópia no Arquivo Nacional / Torre do Tombo, existindo outra cópia na biblioteca da Casa de Cadaval.

<sup>101</sup> Enxarvia é um toucado antigo, de linho ou seda; albernoz é um manto de lã comprido e com capuz, muito usado pelos muçulmanos.



terra [22] e vendo a grande povoação e gente lustrosa e abastada, fê-la cidade e concedeu-lhe alguns privilégios para mais se enobrecer, de que todos ficaram satisfeitos.<sup>102</sup>

Sobre o nome e sítio desta cidade têm lançado os escritores modernos diversos juízos e pareceres, porque isto trazem consigo as coisas desta qualidade, a que tempos têm gastada a memória com seus contínuos sucessos. Também deu a isto grande ocasião as muitas cidades e outras povoações que quase de um mesmo nome se acham nos escritores antigos que houve em nossa Lusitânia e em toda a Espanha, os quais quis aqui pôr para que o leitor veja quanta razão têm os modernos que sobre esta antigualha ainda ao presente não cessam entre si de alterar os nomes das cidades, que são os seguintes:

Arcobriga, Arcobrica, Arabriga – Arrabada, [22<sup>v</sup>] Cetobriga, Conimbriga, Deobriga, Flaviobriga, Gerabriga – Alenquer, Catagobriga – Gradamiro, Juliobriga, Lacobriga – Lagos, Lancobriga, Langobriga – Castelo da Feira, Lavobriga, Lacobria, Medobriga – Almodôvar, Mirobriga, Merobriga, Mundobrica, Nertobriga, Segobriga – Segouta, Setobriga, Turobrica, Talabrica, Vertobrica [23], Cesarobrica.

A causa que dão da semelhança de tantos nomes, dizem que é o natural desejo que os homens têm de despertar e continuar sua memória na estimação dos homens que ao mundo estão por vir. Para isto, escrevem que, depois de Espanha povoada, houve nela um rei que foi o quarto dos primeiros que nela reinaram, chamado Brigo,<sup>103</sup> o qual, movido por este comum desejo, edificou muitas cidades na mesma província, a que pôs por remate de seus nomes o mesmo que ele tinha, antepondo-lhe[s] algumas sílabas ou dicções com que se diferenciasssem umas das outras, como nas acima ditas parece. E se isto na verdade assim passou como

<sup>102</sup> Data de 1573 a elevação de Lagos a cidade.

<sup>103</sup> Lendário rei da Hispânia (ou Península Ibérica).

tem a semelhança, com razão poderemos chamar Briga à nossa província Lusitânia, como o fizeram os castelhanos pela mesma causa, pois achamos nela muitas cidades e vilas intituladas deste nome: como é esta Lacóbriga de que falamos; Lancóbriga no Campo de Ourique;<sup>104</sup> Cetóbrica adonde [23<sup>v</sup>] agora chamamos de Tróia, junto de Setúbal;<sup>105</sup> Meróbriga, que dizemos ser Odemira;<sup>106</sup> Miróbriga, que é Marvão, meia légua de Portalegre;<sup>107</sup> Arábrica, junto da Serra da Arrábida;<sup>108</sup> Conímbriga, que foi Condeixa-a-Velha; Mundóbriga, que dizem ser Montemor-o-Velho.<sup>109</sup> E com estas, outras muitas, que por serem arruinadas não temos já delas mais que os nomes que achamos nos livros dos escritores antigos.<sup>110</sup> A esta opinião parece contrariar a autoridade de Plínio, e de outros depois dele, o qual diz que Luso ou Lisa seu companheiro, que foram depois deste rei Brigo quatrocentos anos ou mais, lhe deram este nome Lusitânia;<sup>111</sup> mas a isto se pode bem responder que não diz Plínio que foram estes os primeiros que a povoaram e a ela trouxeram moradores.

Outros escrevem que este nome Briga quer dizer ‘castelo’ ou ‘povoação’, na língua dos cântabros, que são os biscainhos,<sup>112</sup> que afirmam ser a

<sup>104</sup> Junto a Ourique situam-se as ruínas do Castro da Cola.

<sup>105</sup> As ruínas romanas de Cetóbriga localizam-se em Setúbal.

<sup>106</sup> As ruínas romanas de Miróbriga localizam-se nas cercanias de Santiago de Cacém.

<sup>107</sup> Junto a Marvão situam-se as ruínas romanas de Ammaia.

<sup>108</sup> Junto ao Portinho da Arrábida situam-se as ruínas romanas de Creiro.

<sup>109</sup> Teria existido uma localidade romana designada como *Montobriga* nas proximidades de Arronches.

<sup>110</sup> Nota à margem: «Enchiridion de los tiempos». Referência à obra *Enchiridion de los tiempos*, da autoria do dominicano espanhol Alonso Venero (1488-1545), que foi primeiro impressa em Burgos em 1528, com muitas edições posteriores.

<sup>111</sup> Frei João de São José parece estar a referir-se a *Os Lusíadas* do poeta Luís de Camões (c.1524-1580), obra que foi primeiro impressa em Lisboa em 1572, e que numa das suas estrofes se refere aos lendários reis da Lusitânia: «Esta foi Lusitânia, derivada / De Luso, ou Lisa, que de Baco antigo / Filhos foram, parece, ou companheiros, / E nela então os Incolas primeiros» (c. III, est. 21).

<sup>112</sup> Nota à margem: «Florião do Campo, *Enchiridion de los tiempos*, Garibay, liv. 4, cap. 8, e outros». Para além das obras de Alonso Venero (*Enchiridion de los tiempos*) e de Esteban de Garibay (*Los quarenta libros*), referência ao cronista espanhol Florián de

primeira de nossa Espanha, e que este nome Briga foi nela geral e comum a todas as [24] povoações daquele tempo, e que o que mais lhe acrescentavam era por se diferenciarem umas das outras, ou por respeito de seus edificadores que o tal benefício lhe[s] fizeram. Para o que trazem não poucos exemplos de outras muitas províncias e nações, que em suas línguas isto mesmo fizeram, os quais escuso relatar aqui, por não fazer mais largo processo sobre coisa que não importa muito à nossa escritura. A opinião destes, a ver bem, se compadece com a de cima, porque em todas as províncias e nações do mundo houve quem primeiro nelas começou a edificar cidades e vilas, de que essas mesmas povoações podiam tomar a ocasião que nossa Europa tomou do rei Brigo, cuja história nesta parte tem para comigo muita força, pelo que acima fica dito.

Mas tornando à nossa cidade de Lagos, donde me diverti, diz Garibay, no 6º livro de sua história,<sup>113</sup> que Quinto Metelo, capitão romano, estando em Espanha com dignidade proconsular, o ano de 76 antes de nossa redenção, [24<sup>v</sup>] pôs cerco à cidade [de] Lacóbriga, que agora se chama Lagos, perto de Alvor, ambos lugares de Portugal, mandando aos soldados levar mantimento para cinco dias, tendo tenção de a tomar à sede, por não ter Lacóbriga dentro em si para se sustentar mais que um só poço de agua nadível,<sup>114</sup> e toda a mais que tinha em seus arrabaldes lha podia bem tirar. O que sabido por Sertório, capitão famoso dos Lusitanos,<sup>115</sup> mandou à dita cidade dois mil soldados, com outros tantos odres de água, os quais entraram na cidade sem lhe[s] poder resistir o exército romano, mas antes, como Metelo mandasse seis mil soldados a

---

Ocampo (c.1499-c.1558), autor de *Los cuatro libros primeros de la crónica general de España*, cuja primeira edição foi impressa em Zamora, em 1541.

<sup>113</sup> Nota à margem: «Garibay, liv. 6, cap. 16». Referência à obra de Esteban de Garibay, *Los quarenta libros*.

<sup>114</sup> Isto é, 'potável'.

<sup>115</sup> Quinto Sertório (c.122-72 a.C.), general e político romano, que dominou grande parte da Península Ibérica, com apoio dos Lusitanos.

buscar mantimentos a outros lugares do Algarve, os salteou Sertório com três mil soldados lusitanos e os desbaratou e fez levantar o cerco.

Esta história é tomada de Plutarco, da *Vida de Sertório*,<sup>116</sup> na qual diz Garibay, como acima fica dito, que esta cidade que agora chamamos Lagos, de que tratamos, [25] é a mesma que antigamente se chamava Lacóbriga, onde diz Plutarco que isto aconteceu. Nicolau Coelho, em seu *Monastichon* dos primeiros reis de Espanha,<sup>117</sup> falando d'el-rei Brigo, diz que a Lacóbriga antiga que Pompónio<sup>118</sup> situa no Algarve, junto do cabo de São Vicente, é já destruída e não há dela senão algumas ruínas de edifícios antigos, junto da cidade de Lagos do Algarve. Diz mais que esta Lacóbriga antiga e outras muitas cidades de Espanha, que são semelhantes a esta nos nomes, foram edificadas do mesmo Brigo, quarto rei de Espanha, que foi quatrocentos e onze anos depois do dilúvio geral. O autor do *Enchiridion de los tiempos* esta mesma opinião aprova, e diz que também este rei Brigo edificou Medóbriga, que ele tem ser Montemor-o-Velho.<sup>119</sup> Mas acerca da cidade [de] Lacóbriga que tratamos não se determina qual seja. O mestre Vaseu, na sua descrição do reino de Portugal,<sup>120</sup> escreve que esta Lacóbriga estava edificada [25<sup>v</sup>] junto de um lugar chamado Alagoa,<sup>121</sup> que é vizinho da cidade [de] Silves, onde diz que de seus edifícios se acham ainda ruínas, à qual cidade lhe parece que sucedeu Lagos, mais chegada ao cabo de São Vicente.

<sup>116</sup> Referência ao escritor grego Plutarco (c.45-120), autor das *Vidas Paralelas*, obra que no século XVI conheceu numerosas edições em prelos europeus, e que Frei João de São José conheceria.

<sup>117</sup> Referência a Nicolau Coelho de Amaral e ao seu *Monastichon de primis hispanorum regib. lib. primus*, anteriormente identificado.

<sup>118</sup> Referência ao escritor romano Pompónio Mela, autor de um tratado de geografia conhecido como *De situ orbis*, que foi repetidamente impresso em prelos europeus no século XVI, e que Frei João de São José conheceria.

<sup>119</sup> Mais acima, Frei João de São José associa Montemor-o-Velho a «Mundóbriga».

<sup>120</sup> Referência a João Vaseu ou Joannes Vasaeus (1511-1561), humanista flamengo que fez carreira em Portugal, e que entre outras obras publicou as *Chronici rerum memorabilium Hispaniae*, saídas dos prelos em Salamanca em 1552.

<sup>121</sup> BNP: «Alaga», decerto por lapso. Lagoa é sempre designada como «Alagoa».

Outros,<sup>122</sup> interpretando este nome Lacóbriga em Ptolomeu,<sup>123</sup> guiados somente pela semelhança do nome, dizem que é Talavera, e outros que Coimbra, não advertindo não poder ser isto, pois Pompónio a situa no Sacro Promontório, a que agora chamamos de cabo de São Vicente. A mim mais provável se me faz não ser ela nenhuma destas, mas a própria cidade [de] Lagos de que tratamos, de que nenhum deles dá origem, para o que me não faltam algumas razões que ao leitor não cuidou parecerão mal. Uma das quais é ter Lagos pouca água dentro em si, e por isso lhe vem de fora por canos, que dissemos acima que el-rei D. Manuel lhe acabou. A qual falta sabemos que tinha a antiga Lacóbriga, pois escreve [26] Plutarco que não havia dentro nela mais de um só poço, e que a mais que em seus arrabaldes havia se atrevia Quinto Metelo a lha impedir, quando por sede a quis tomar e lhe pôs cerco, como acima fica dito.

Outra razão e argumento se toma da ordem que Pompónio guarda em contar as terras e lugares, porque assim as vai escrevendo, primeiras ou derradeiras, como as acha situadas, conforme a ordem onde começa ou acaba, como em suas escrituras facilmente se pode ver. E como ele comece a descrição da costa do Algarve no Sacro Promontório para levante, se Lacóbriga estivesse junto da Alagoa, primeiro houvera de nomear *Portus Annibalis* e a Albufeira,<sup>124</sup> e depois Lacóbriga, porque desta maneira cuidáramos ser verdadeira a opinião destes. Mas como isto se acha pelo contrário, e Pompónio a nomeie primeiro e a faça mais vizinha do Sacro Promontório que outra terra alguma, e ainda a faça [26] marítima, o que não tem a Alagoa, parece que se pode sustentar ser hoje

---

<sup>122</sup> Nota à margem: «Francisco de la Hierva». Trata-se de uma referência ao médico espanhol Francisco Núñez de la Hierba (c.1460-c.1505), que publicou em Salamanca, em 1498, uma edição da obra de Pompónio Mela, intitulada *Cosmographia Pomponi cum figuris*.

<sup>123</sup> Referência à *Geografia* de Ptolomeu.

<sup>124</sup> Talvez o manuscrito original registasse aqui 'Alvor', em vez de «Albufeira».

Lagos a mesma Lacóbriga.<sup>125</sup> E também não faz pouco ao caso ser muito bom porto de mar, ao qual se chegam todos os bons edificadores, assim por escusarem o perigo dos inimigos que a ele acodem, como por ser o mar bom vizinho aos que se chegam a ele.

No Concílio 4º Toledano, celebrado em tempo de Sisenando ou Sisebuto, quarto rei dos godos,<sup>126</sup> e do papa Honório primeiro, cuja eleição foi no ano do Senhor 622,<sup>127</sup> em que se ajuntaram setenta bispos e se achou presente Santo Isidoro, arcebispo de Sevilha,<sup>128</sup> subscreveu com eles o dito concílio *Servus Dei Episcopus Lacobrigensis*. Este bispo, por nome Servo de Deus, podemos crer que foi da cidade Lacóbriga, de que tratamos. E posto que depois, pelos tempos, seu bispado se mudasse ou extinguisse, porque o que sobre isto passou não tenho alcançado, pelos muitos trabalhos que sucederam a esta província, não é [27] de espantar, porque isto mesmo lemos que sucedeu à cidade de Beja, cuja cadeira se mudou para Badajoz, e aos bispados da cidade Britolense, situada no Campo de Ourique,<sup>129</sup> e da Arcobricense, também da Lusitânia,<sup>130</sup> cujos bispos se acharam o[u] subscreveram no mesmo Concílio, e agora de seus bispados nem ainda das mesmas cidades onde eles estavam não achamos mais que os nomes.

Tem Lagos dentro em si um mosteiro de freiras da Ordem de Nossa Senhora do Carmo, que em nossos dias se começou, e está já posto em

---

<sup>125</sup> Lacóbriga situar-se-ia no monte Molião, à entrada da atual cidade de Lagos, nas cercanias do paul (e daí as referências a uma «lagoa»).

<sup>126</sup> Os Concílios de Toledo eram reuniões magnas do antigo estado visigótico na Península Ibérica, que juntavam membros do clero e da nobreza. O 4º Concílio teve lugar em 633, no tempo do rei Sisenando (r.631-636).

<sup>127</sup> O papa Honório I pontificou entre 625 e 638.

<sup>128</sup> Isidoro de Sevilha (c.560-636) foi canonizado em 1598, de modo que o «São» será uma adição do copista da *Corografia*. Santo Isidoro foi autor das *Etimologias*, uma vasta compilação de natureza enciclopédica, que circulou impressa em sucessivas edições desde finais do século XV.

<sup>129</sup> O bispado «Britolense» situar-se-ia na região da atual Viana do Castelo.

<sup>130</sup> Provável referência a Arcos de la Frontera, cidade da província de Cádiz.

bons termos, pela muita devoção da gente da terra, e um mosteiro de Capuchos, e duas freguesias.<sup>131</sup> Desta cidade de Lagos foi natural o bem-aventurado padre Frei Gonçalo, chamado de Lagos,<sup>132</sup> religioso da Ordem dos Eremitas do Padre Santo Agostinho, cujo corpo se guarda na vila de Torres Vedras, e é tido em grande reverência, por cujos merecimentos Nosso Senhor tem feito e faz hoje em dia [27<sup>v</sup>] muitos milagres, que no mesmo mosteiro desta ordem são guardados, e se acharão na história de sua vida, que com a dos outros santos e beatos desta Ordem e Província cedo sairão a lume, com o favor divino.<sup>133</sup> É ao presente alcaide-mor desta cidade Lourenço da Silva,<sup>134</sup> filho de Diogo da Silva. E dista do cabo de São Vicente seis léguas para levante.

### [28] Alvor

A vila que chamamos Alvor presumem alguns ser a mesma a que Pompónio em sua *Geografia* chama *Portus Annibalis*,<sup>135</sup> por estar na mesma

<sup>131</sup> Referências ao Convento de Nossa Senhora do Carmo, construído em meados do século XVI (atual Igreja das Freiras), e ao antigo Convento de São Francisco ou dos Capuchos, reconstruído depois de 1560 (atual quartel da Guarda Nacional Republicana).

<sup>132</sup> Referência ao Beato Gonçalo de Lagos (c.1360-1422), que entre 1412 e a data da sua morte foi superior do convento agostinho de Torres Vedras.

<sup>133</sup> BNP acrescenta aqui uma frase que parece estar deslocada: «É autor do que tratamos, e que foi a este Concílio com os bispos de Évora, Viseu, Lisboa, Porto, Lamego e Idanha, todos bispos lusitanos que a ele foram e subscreveram, como em seus escritos aparece, e posto que». Nota à margem: «Esta é a ordem do Concílio em que subscreveram». Note-se a referência a uma obra sobre frades agostinhos em preparação. Frei João de São José terá fornecido diversa documentação a Frei Jerónimo Román y Zamora (1536-1597), agostinho espanhol que preparou uma crónica da Ordem de Santo Agostinho; mas a obra foi efetivamente publicada, com o título *Chronica de la Orden de los Ermitanos del glorioso padre Sancto Augustin* (Salamanca, 1569). Será que Frei João de São José não teve conhecimento da publicação desta obra? Ou referir-se-ia a outra obra que ficou inédita? Curiosamente, Frei Jerónimo Román diz nesta mesma obra ter recebido de Frei João de São José um manuscrito com a vida de Gonçalo de Lagos.

<sup>134</sup> Lourenço da Silva (?-1578) foi o 7º senhor de Vagos, e alcaide-mor de Lagos.

<sup>135</sup> Nota à margem: «Pompónio Mela, liv. 3, cap. 1». Referência ao *De situ orbis* de Pompónio Mela. Aníbal (247-c.182 a.C.) foi um general cartaginês.

paragem em que ele a situa, que é no marítimo do Sacro Promontório, depois de Lacóbriga, da banda do levante. A particular razão deste nome não achei quem ma desse. Possível é que, vindo este capitão de sua pátria, Cartago, por mar a nossa Espanha, no tempo em que nela trouxe guerra com os romanos sobre a esforçada Sagunto,<sup>136</sup> desembarcasse neste porto, ou lhe acontecesse algum caso pelo qual lhe ficasse este nome. Mas se é Alvor a mesma povoação a que Pompónio chama *Portus Annibalis* ou outra, eu o não ousou afirmar, fique no bom juízo de cada um, posto que a mim muito me persuade ser esta ver que é porto de mar, que concorda com o sítio e nome antigo, o que não tem outra povoação pelo sertão, mas dentro de que se mostram ainda algumas [28<sup>v</sup>] ruínas, que alguns suspeitam ser o *Portus Annibalis* antigo. Nesta vila [de] Alvor faleceu el-rei D. João o 2<sup>o</sup> deste nome, e o decimo terceiro entre os reis de Portugal, a 18 de outubro de 1495,<sup>137</sup> porque como, por causa da enfermidade, fosse ao Algarve aos banhos de Monchique e sentisse que lhe não aproveitavam, passou-se a esta vila [de] Alvor por conselho dos médicos, onde a poucos dias faleceu, como tenho dito. No rio de Alvor entram naus e navios carregados até à vila, com preia-mar.

### Vila Nova

Vila Nova chamada de Portimão, à diferença de outras que neste reino há deste mesmo nome, é povoação nova como seu nome nos dá a entender, e se vê pelos geógrafos antigos, nenhum dos quais, escrevendo muito particularmente os lugares desta costa do Algarve, fez dela [29] alguma memória, fazendo-a de outras que em sua comparação lhe ficam muito desiguais. Tem boa foz, e entram nela navios de cento e cinquenta e duzentas toneladas, e sobe pelo sertão duas léguas até Silves, onde tem alguns lugares que por este rio estão e lhe dão muita graça e proveito. É Vila Nova povoação grande em seu género, nobre e de bons edifícios

<sup>136</sup> A localidade espanhola de Sagunto, na costa mediterrânica, foi sitiada por Aníbal em 219 a.C.

<sup>137</sup> El-rei D. João II (r.1481-1495) faleceu em Alvor, a 25 de outubro de 1495.



para a terra, e de muito trato por diversas partes, dentro e fora do reino, pelo bom porto que tem, e vai cada dia em crescimento. Muitas cidades há em Itália e em outros reinos a que ela faz não pouca vantagem, e que carecem das boas partes que nela louvo. Na entrada da barra tem um castelo chamado Ferragudo,<sup>138</sup> que edificou o bispo do Algarve, D. Fernando Coutinho, e um mosteiro de religiosos do bem-aventurado padre São Francisco, chamado [dos] Capuchinhos,<sup>139</sup> que dão à vila que mais dentro está graça e majestade.

[29<sup>v</sup>] Foi conde desta vila D. Martinho de Castelo Branco, filho de D. Gonçalo de Castelo-Branco,<sup>140</sup> o que rompeu primeiro a batalha de Castro Queimado,<sup>141</sup> que el-rei D. Afonso 5<sup>o</sup> desbaratou, pelo qual serviço e por outros lhe fez mercê desta vila, e lhe deu bandeira quadrada.<sup>142</sup> Foi seu escrivão da puridade e veador da Fazenda, e do príncipe D. João, sendo rei, almotacé-mor, vedor das obras do reino e resíduos, monteiro-mor e governador da Casa do Cível. Ficaram dele filhos, dos quais o mais velho foi este D. Martinho de Castelo Branco, a quem el-rei D. Manuel deu título de conde desta Vila Nova de Portimão, a bandeira quadrada, e foi também veador da Fazenda d'el-rei D. João o 2<sup>o</sup> e d'el-rei D. Manuel, e camareiro-mor do príncipe D. João, seu filho, que foi rei de Portugal, o 3<sup>o</sup> deste nome. Ao presente é senhor desta vila

---

<sup>138</sup> Castelo de São João de Arade, construído em inícios do século XVI, no local de uma antiga torre de vigia.

<sup>139</sup> Convento de São Francisco ou dos Capuchos, em Portimão, cuja fundação data da década de 1530, e atualmente em ruínas.

<sup>140</sup> D. Martinho de Castelo Branco (c.1465-1527), que foi 1<sup>o</sup> conde de Vila Nova de Portimão, exerceu diversos cargos de relevo, sendo nomeadamente veador da Fazenda. O seu pai, D. Gonçalo de Castelo Branco (c.1424-1493), exerceu também diversos cargos de relevo na burocracia régia portuguesa, que são de seguida listados.

<sup>141</sup> Referência à batalha de Toro, travada em Castro Queimado, em Espanha, a 1 de março de 1476, durante a guerra de sucessão de Castela. O contingente comandado pelo monarca português D. Afonso V (r.1438-1477) defendia o partido da sua jovem sobrinha e esposa, D. Joana de Trastâmara (1462-1530).

<sup>142</sup> A bandeira quadrada é símbolo de distinção, pois só as mais altas hierarquias do poder a podem utilizar.

D. Martinho, filho do acima dito D. Francisco.<sup>143</sup> Terá esta vila mil e quinhentos vizinhos, e começou-se [30] a edificar em tempo d'el-rei D. Afonso 4º deste nome,<sup>144</sup> por doze homens que a isso se obrigaram, o principal dos quais se chamava Portimão, donde tomou o nome.

### Silves

A cidade de Silves, em que ao presente está a cadeira bispal de todo o reino do Algarve, não é muito antiga, o que parece porque nenhum dos geógrafos que deste reino escreveram faz menção dela, não deixando de a fazer de Alvor, que não está mais longe dela que duas léguas e meia. Se Silves tem esta dignidade antes da perda geral de Espanha, não o ousaria a afirmar, por não ter achado até o presente certa notícia disso, mas me parece que podia estar em Estômbar, pelas razões que em seu lugar apontarei. A primeira memória que dela acerca disto acho é que el-rei D. Sancho o 1º,<sup>145</sup> filho do 1º rei de [30<sup>v</sup>] Portugal, D. Afonso Henriques,<sup>146</sup> tomou esta cidade aos mouros o ano do Senhor 1189, com a ajuda de uma armada de franceses e ingleses e alemães que ia em socorro da Terra Santa,<sup>147</sup> e com vento contrário entraram na barra de Lisboa; e que o mesmo rei, acabando de a despejar dos mouros, a fez cidade e pôs nela bispo que tivesse cargo dela. A *História Pontifical* diz que

---

<sup>143</sup> Não foi referido anteriormente qualquer «D. Francisco», mas trata-se de D. Francisco de Castelo Branco (?-1548), que era filho de D. Martinho, 1º conde de Vila Nova, e que desempenhou funções de camareiro-mor de D. João III; o segundo D. Martinho de Castelo Branco (?-1578), que aqui é referido, era filho deste D. Francisco; mas nenhum deles teve o título de conde de Vila Nova.

<sup>144</sup> D. Afonso IV reinou entre 1325 e 1357. Mas a fundação de Portimão datará de cerca de 1460, do tempo de D. Afonso V.

<sup>145</sup> D. Sancho I reinou entre 1185 e 1211.

<sup>146</sup> Nota à margem: «Na crónica deste mesmo rei». Referência à *Crónica de el-rei D. Sancho I*, da autoria de Rui de Pina, que na época circulou em manuscrito.

<sup>147</sup> A conquista de Silves contou com a colaboração de um contingente de cruzados que participavam na Terceira Cruzada (1189-1192).

este rei foi D. Sancho Capelo,<sup>148</sup> mas se o autor dela lhe não escorregou a pena por descuido, enganou-se, porque neste ano 1189, em que isto passou, reinava em Portugal D. Sancho o 1º acima dito, e não D. Sancho o 2º, que à diferença do 1º foi chamado de alcunha Capelo, o qual tomou o reino aos 1223 anos do Senhor,<sup>149</sup> que são 34 depois que isto aconteceu.

Não durou muito a Silves esta boa sorte e estado em que dizemos que el-rei D. Sancho o 1º a pôs, porque estando este mesmo Rei ausente, ocupado na conquista de outras terras, veio sobre ela [31] Jacob, rei mouro de Córdoba,<sup>150</sup> com grande exército, e a tornou a tomar, dando-se-lhe a partido, depois de grandes combates e de não poder sofrer o estreito cerco que nela tinha posto. Quase 70 anos depois desta cidade [ser] ganhada por el-rei D. Sancho e perdida, como fica dito, a tornou a tomar o grande capitão e mestre D. Paio Correia, português de nação, mas então vassalo d'el-rei de Castela,<sup>151</sup> da maneira que em seu lugar se dirá. Estando, pois, esta cidade sujeita a Castela com algumas outras terras que este capitão e mestre D. Paio Correia neste reino do Algarve tomara aos mouros inimigos de nossa fé, el-rei D. Afonso X deste nome, filho d'el-rei D. Fernando,<sup>152</sup> o que ganhou aos mouros Córdoba e Sevilha, querendo enobrecer esta cidade e melhorar a igreja catedral dela

---

<sup>148</sup> Referência à monumental *Historia Pontifical y Católica*, do cronista espanhol Gonzalo de Illescas (1521-1574?), cujas duas partes foram publicadas respetivamente em Dueñas (Palencia) em 1565 e em Valladolid em 1566.

<sup>149</sup> D. Sancho II reinou entre 1223 e 1248.

<sup>150</sup> Trata-se de Abu Yusuf Yaqub al-Mansur (r.1184-1199), califa almóada de Córdoba, também chamado Almançor ou Miramolim nas fontes portuguesa, que reconquistou Silves em 1191.

<sup>151</sup> D. Paio Peres Correia (c.1205-1275) foi mestre da Ordem de Santiago, em Castela, tendo desempenhado um ativo papel na reconquista do Algarve. Os seus feitos são relatados numa anónima *Crónica da conquista do Algarve*, que data da segunda metade do século XIV, e que Frei João de São José certamente teve oportunidade de consultar.

<sup>152</sup> Referências aos reis de Castela, Fernando III (r.1217-1252) e Afonso X (r.1252-1284).

no ano do Senhor 1255, fez esmola ao bispo dela,<sup>153</sup> chamado D. Garcia,<sup>154</sup> e ao cabido, por alma do seu pai el-rei D. Fernando, de todas [31<sup>v</sup>] as igrejas que então havia no Algarve e ao diante houvesse, reservando para si o padroado delas, e mais lhe deu os dízimos das bodegas e de todo o almoxarifado do Algarve, e lhe confirmou os donadios<sup>155</sup> que antes tinha dado a D. Frei Roberto,<sup>156</sup> bispo que antes nela fora, com outros bens na mesma provisão nomeados. Desta doação ficamos entendendo não haver muito tempo que Silves era bispado, pois ainda seu bispo nem o cabido tinham igrejas anexas, nem os dízimos e outras coisas que esta provisão el-Rei novamente lhe concede.

Depois disto, no ano 1270, sendo já o reino do Algarve da coroa de Portugal, el-rei D. Afonso o 3. deste nome,<sup>157</sup> querendo reparar, conservar e dotar com dons a Sé desta cidade,<sup>158</sup> a exemplo dos príncipes católicos, concedeu ao venerável padre mestre Bartolomeu,<sup>159</sup> bispo dela, e a todos seus sucessores canonicamente eleitos, o direito [do] padroado da Igreja de Santiago de Tavira,<sup>160</sup> para que o encomendassem [32] em suas orações, a qual Sé, diz o mesmo Rei nesta doação, que de tempo muito antigo era muito rica famosa e resplandecente. Naquele tempo, que agora há 306 anos, bem podia ser isto, mas ao presente muito ao contrário vemos tudo, assim no serviço, fábrica e ornamento da Sé, como nos edifícios e moradores da cidade, na qual casa que uma vez cai nunca mais se levanta, e a mor parte dela está já arruinada e sem gente. A causa disto dizem alguns ser a maldição de um bispo inocente, que nela

---

<sup>153</sup> Nota à margem: «Está esta doação em Lisboa, na Torre do Tombo».

<sup>154</sup> D. Garcia (?-1268) foi bispo de Silves entre 1261 e a data da sua morte.

<sup>155</sup> O mesmo que 'doações'.

<sup>156</sup> Frei Roberto (?-1261), da Ordem de São Domingos, foi bispo de Silves entre 1253 e a data da sua morte.

<sup>157</sup> D. Afonso III reinou entre 1248 e 1279.

<sup>158</sup> A construção da Sé de Silves ter-se-á iniciado na segunda metade do século XIII, depois da conquista definitiva do Algarve aos mouros por D. Afonso III.

<sup>159</sup> D. Bartolomeu (?-c.1292), monge de Alcobaça, foi bispo de Silves entre 1268 e a data da sua morte.

<sup>160</sup> Nota à margem: «Palavras da doação, que está em Lisboa, na Torre do Tombo».

foi morto;<sup>161</sup> outros dizem, o que é mais de crer, ser seu sítio de muitos anos a esta parte doentio e de maus ares, pelo que certos meses de Verão, a mais da gente que pode se vai viver a outras terras e a suas quintas, quem as tem, de maneira que não aguarda nela senão alguma gente da mais pobre, e alguns cónegos e outros clérigos, para serviço da igreja.

Esta foi a causa por que alguns bispos trabalharam [para] mudar a Sé e cabido para Farão,<sup>162</sup> lugar marítimo e sadio, e as bulas desta mudança foram expedidas e a [32<sup>v</sup>] terra da vila feita cidade. Mas não houve efeito, porque alguns dos cónegos naturais da terra e que nela tinham suas casas e fazendas o contrariaram, e sobre isso houve enfadamentos entre eles. Até que este presente ano de 1577 houve efeito esta mudança na Semana Santa. Não tem Silves dentro de si nem fora mosteiro algum de frades nem de freiras, que é assaz argumento de sua pouca bondade, nem outra freguesia mais que a Sé. Pelo rio abaixo, edificou, quase uma milha, o bispo D. Manuel de Sousa<sup>163</sup> um mosteirinho de capuchinhos do padre São Francisco, porque outros não creio que aguardarão aí.

Tem uma ribeira que lhe corre por junto da banda do sul, com uma boa ponte, onde com águas-vivas chega a maré que lhe sobe pela barra acima duas léguas. Alguns dizem, e não sem razão, que a edificação de Vila Nova na boca da barra deste braço do mar foi grande parte da diminuição desta cidade, à qual se mudou todo o trato e comércio que [33] a ela vinha, de maneira que o bem de uma fez mal a outra. O termo de Silves é grande e há nele muita terra boa para semear e para criações, e se faria nela muito proveito, mas falta-lhe a gente, e a astúcia e trabalho, que à arte e exercício da agricultura é necessário. Um sítio de terra lhe cai

---

<sup>161</sup> Referência a Álvaro Pais (c.1275-c.1349), que foi bispo de Silves a partir de 1333, mas entrou em conflito com el-rei D. Afonso IV.

<sup>162</sup> A cidade de Faro é sempre designada no manuscrito como «Farão».

<sup>163</sup> D. Manuel de Sousa (1470?-1549) foi bispo de Silves entre 1538 e 1545, tendo neste último ano sido nomeado arcebispo de Braga.

contra o mar, que tem quase duas léguas em comprido, toda chã e frutífera, que os moradores têm suas quintas de figueirais, olivais e vinhas, a que chamam Lobite, a qual, se caíra em mãos de nação italiana, fizeram<sup>164</sup> nela outro paraíso terreal. Mas como os portugueses naturalmente somos pouco astuciosos e nos contentamos com pouco, quase tudo ao presente está perdido, o que lamentando um dos seus naturais dizia:

Ai de ti, pobre Lobite  
que assim te enches de panasco,  
quem te vira noutro tempo,  
quando tu por uma das centos,  
[33<sup>v</sup>] e parecias outro Damasco.

É este bispado sujeito nas apelações ao bispado de Évora. O alcaide-mor de Silves é ao presente Fernão da Silva, filho de Rui Pereira da Silva e neto do regedor João da Silva.<sup>165</sup>

### Alagoa

A vila chamada Alagoa está de Silves uma légua para levante pela rota que neste caminho levamos, terá 300 [ou] 400 vizinhos. Tomou o nome de uma grande alagoa de água empoçada que tinha diante si, a qual se vazou e enxugou depois, por certas aberturas que lhe fizeram em torno e pelo meio, não sem grande indústria e gasto, mas tudo bem empregado, porque além de ficar a terra mais sadia, lavra-se nela muito pão,<sup>166</sup> e toda a semente que lhe deitam dá em grande abundância. Não falta quem diga que junto desta vila [34] estava antigamente a cidade de Lacóbriga, de

<sup>164</sup> Leia-se 'fariam'.

<sup>165</sup> João da Silva (1482-1577) foi Regedor das Justiças no tempo de D. João III, a partir de 1522; seu filho, Rui Pereira da Silva (c.1520-?) foi alcaide-mor de Silves; a este sucedeu no cargo o filho, Fernão da Silva (1546-?).

<sup>166</sup> Nota à margem: «Vaseu». Referência a João Vaseu e à sua obra *Chronici rerum memorabilium Hispaniae*, já anteriormente identificada.

que Pompónio fez menção no Sacro Promontório; mas já disto dei algumas razões quando tratei de Lagos. Não longe desta vila se começou em nossos dias um mosteiro de Nossa Senhora do Carmo,<sup>167</sup> o qual vai em crescimento, posto que lhe faltaram os dízimos da alagoa acima dita, a cuja sombra se começou, e os religiosos dele fazem muito proveito a toda a comarca com seu exemplo e doutrina.

### Albufeira

Albufeira é uma vila moderna, bem cercada, situada na ribeira do mar Oceano, cinco léguas de Lagoa<sup>168</sup> contra o levante, terá ao presente quinhentos vizinhos, antes mais que menos.<sup>169</sup> Faz a costa junto dela uma baía e o mar uma pequena entrada, com que a cinge da banda do levante, mas já agora lhe vai entupindo de areia cada vez mais com suas inquietas ondas. [34<sup>v</sup>] O mais dela é povoado de lavradores, e tem muitos figueirais, e nela se carrega muita mercadoria desta para diversas partes. É ao presente alcaide-mor dela Luís de Azevedo, e agora Diogo de Azevedo seu filho.<sup>170</sup>

### Alcantarilha

A vila chamada Alcantarilha está [a] légua e meia de Albufeira pelo caminho que levamos, terá passante de duzentos vizinhos,<sup>171</sup> todos lavradores de boas terras e figueirais que em seu termo tem. Esta vila se começou a cercar agora em nossos dias, por ocasião de uma saída que fizeram os mouros na costa do mar, que perto está, o ano do Senhor [de] 1550, em que a saquearam com alguns lugarinhos que não longe dela estão.

---

<sup>167</sup> O Convento de Nossa Senhora do Carmo, em Lagoa, foi fundado em 1550.

<sup>168</sup> BNP: «Lagos», talvez por lapso.

<sup>169</sup> Nota à margem: «600».

<sup>170</sup> Luís de Azevedo (?-1572) e seu filho Diogo de Azevedo (?-?) foram alcaides de Albufeira, este último desde 1572.

<sup>171</sup> Nota à margem: «300».

**[35] Farão**

A cidade de Farão é marítima, moderna pelas mesmas razões que em Vila Nova apontámos. Foi a primeira que el-rei de Portugal D. Afonso o 3º tomou aos mouros, depois que seu sogro el-rei D. Afonso de Castela lhe deu este reino do Algarve.<sup>172</sup> Está bem assentada e é cercada de bons muros, com seus arrabaldes de fora, e tem boas casas todas povoadas de mareantes, mercadores e outra gente que vive por sua lavoura. Tem Farão bom porto e seguro, a que se entra pela foz do rio Bias, que está apartada da cidade quase uma légua e meia, e este rio é de água salgada e tem duas bocas; por esta que é a maior entram navios de 150 [ou] 200 toneladas, e pela outra menos principal caravelas e outros baixéis desta sorte. Está Farão afastado de Silves distância de nove léguas pela costa, e tem muito e bom peixe, mas de pão algumas vezes é falta, por ter [35v] pequeno termo, porém, como é porto de mar, sempre lhe acode de fora quando se sente falta.

Há nela duas freguesias, uma de Santa Maria chamada de Farão, igreja grande e antiga,<sup>173</sup> onde se determinava mudar a matriz de Silves, e como fica dito já está mudada este ano de 1577, na Semana Santa. A outra, São Pedro, que agora fazem os mareantes de novo, e virá a ser um templo sumptuoso, conforme aos princípios que leva.<sup>174</sup> Tem esta cidade em si e em seu termo passante de dois mil vizinhos, e há nela gente nobre e cavaleirosa. Fê-la el-rei D. João o 3º cidade, em tempo do bispo D. Manuel de Sousa, que foi o primeiro e que mais força pôs na mudança da igreja catedral para esta terra.<sup>175</sup> Importa a el-Rei a alfândega

---

<sup>172</sup> O rei D. Afonso III casou em segundas núpcias com D. Beatriz (1242–1303), filha de Afonso X de Castela; mais adiante, é designada como «D. Brites».

<sup>173</sup> A Igreja de Santa Maria, depois Sé de Faro, foi construída a partir de 1251.

<sup>174</sup> A Igreja de São Pedro, em Faro, foi construída a partir de 1577, no local de uma antiga ermida de mareantes.

<sup>175</sup> Faro foi elevada a cidade em 1540.



dela uns anos por outros dois mil cruzados.<sup>176</sup> Esta cidade e a de Silves já desde o tempo d'el-rei D. João o 2º são património das rainhas de Portugal, e só os dízimos do peixe miúdo e do sal e a portagem desta terra lhe[s] importa comumente três mil cruzados e às [36] vezes mais.<sup>177</sup> Há nela três armações de atuns, que também são das rainhas, e elas de sua mão põem os oficiais que feitorizam toda esta renda, e com ela respondem a seus tempos ordenados.

Pouca distância fora dela, tem um mosteiro do padre São Francisco, que fundou Nuno Rodrigues Barreto<sup>178</sup> para Capuchinhos, e nele moraram algum tempo. E no ano de 1564, a instância da devota rainha D. Catarina, mulher d'el-rei D. João o 3º, trocaram com os Observantes de Vila Nova, e se melhorou toda a casa e cerca, como se fora feita de novo.<sup>179</sup> Dentro na própria cidade tem outro mosteiro de freiras capuchas da mesma ordem, que vivem em grande recolhimento e aspereza, o qual teve princípio em umas mulheres honradas e velhas que naquele mesmo lugar faziam vida recolhida, à maneira de beatas, e esta devota Rainha lhes edificou mosteiro sumptuoso e provê de todo o necessário.<sup>180</sup> D. Afonso, irmão de D. Fernando o 2º duque de Bragança,<sup>181</sup> foi conde de Faro no tempo que era vila, e ao presente é [36<sup>v</sup>] alcaide-mor dela Rui Barreto,<sup>182</sup> e também o foram seus antepassados.

<sup>176</sup> Nota à margem: «3V tt<sup>os</sup>», decerto abreviatura de «3 mil cruzados». ACL: «uns anos por outros três mil cruzados» (fl. 37). O cruzado era uma moeda de ouro que corria em Portugal, com peso aproximado de 3 a 4 gramas

<sup>177</sup> ACL: «comumente três para quatro mil cruzados, e às vezes mais» (fl. 37<sup>v</sup>).

<sup>178</sup> Nuno Rodrigues Barreto (c.1500-1563) foi vedor da fazenda real no Algarve a partir de 1522, e também alcaide de Faro.

<sup>179</sup> O Convento de São Francisco, em Faro, foi edificado a partir de 1529.

<sup>180</sup> O Convento de Nossa Senhora da Assunção, em Faro, foi construído a partir de 1519. Nele funciona atualmente o Museu Municipal de Faro.

<sup>181</sup> Referência a dois dos filhos do 1º duque de Bragança, D. Afonso de Portugal (1380-1461): D. Afonso (c.1402-1460), que morreu antes do pai, e D. Fernando (1403-1478), que foi 2º duque de Bragança.

<sup>182</sup> Rui Barreto (?-?) foi alcaide de Faro provavelmente a partir de 1563, data da morte do pai, Nuno Rodrigues Barreto.

### Loulé

Loulé é vila grande e bem assentada,<sup>183</sup> situada no sertão [a] duas léguas de Farão para a parte do norte. Não é das antigas de que os geógrafos fazem memória, porém é a segunda que el-rei D. Afonso o 3º tomou aos mouros, depois de Farão, neste reino do Algarve. Tem grande e bom termo, e por isso é abastada de pão, vinho, azeite, carne, figos, e de peixe que lhe vem cada dia de Farão, de maneira que tem todo o necessário para a vida humana, sem o ir buscar fora, o que se acha em poucos lugares. Há nela e em seu termo passante de mil vizinhos, e quase todos são lavradores e criadores de muitos gados, porque é terra muito aparelhada para esta granjearia, pela serra que tem por vizinha. Mora nela muita gente nobre e abastada, e que para qualquer rebate [37] de mouros, que nesta costa continuam muitas vezes, se prezam não serem os derradeiros. Tem dois mosteiros de religiosos, um deles antigo, no cabo da vila, que foi primeiro da Ordem do Padre São Francisco, e ela o deixou por certos respeitos, e é agora dos Eremitas do Padre Santo Agostinho.<sup>184</sup> O outro foi edificado agora de novo, algum tanto apartado, para os Capuchinhos do mesmo Padre São Francisco.<sup>185</sup> Foi conde desta vila [de] Loulé D. Henrique de Meneses, filho do conde D. Duarte de Meneses,<sup>186</sup> o que morreu em África em tempo d'el-rei D. Afonso o quinto, o qual Rei a deu em condado a este D. Henrique, seu filho, depois da morte de seu pai. Depois disso, ficou Loulé à condessa de

---

<sup>183</sup> Nota à margem: «De Loulé a Évora há 30 léguas, caminho mais direito pela serra».

<sup>184</sup> O Convento da Graça, antigo Mosteiro de São Francisco que foi originalmente fundado em inícios da segunda metade do século XIII, passou em finais da década de 1560 para a posse dos frades agostinhos.

<sup>185</sup> O Convento Santo António, em Loulé, foi fundado em 1546.

<sup>186</sup> D. Duarte de Meneses (1414-1464), conde de Viana, foi capitão de Alcácer Ceguer desde 1458 até à sua morte; D. Henrique de Meneses (c.1450-1480), seu filho, para além de conde de Viana, foi 1º conde de Loulé, a partir de 1471, tendo igualmente exercido a capitania de Alcácer Ceguer, depois da morte do pai.

Marialva, sua filha,<sup>187</sup> por cuja morte se tornou à Coroa, e foi conde dela o infante D. Fernando, filho d'el-rei D. Manuel.<sup>188</sup> Ao presente é alcaide-mor dela Gonçalo Nunes Barreto.<sup>189</sup>

### [37<sup>v</sup>] **Estoi**

Estoi ao presente é um lugar de pouco mais que cento e cinquenta vizinhos, perto de Farão, uma légua do mar, e donde se ele bem vê, e quatro de Tavira. Nesta vila ou aldeia se acham ruínas e vestígios de edifícios antigos, que alguns dizem serem da Ossónoba antiga, que os geógrafos situam no Promontório Cúneo, que é o cabo de Santa Maria. Para prova disto trazem razões bastantes, com que claro mostram não poder ser Ossónoba Silves, como o disse Olivarius nas anotações que fez sobre Pompónio Mela,<sup>190</sup> e com ele Valgrisi, nos *Ptolomeus* de Veneza,<sup>191</sup> nem ainda Estômbar, como outros querem, pois estes dois lugares ambos estão muito afastados no Sacro Promontório, e não no Cúneo, onde Pompónio e Plínio situam a Ossónoba de que falamos. Além disto, temos o *Itinerário de Antonino*,<sup>192</sup> o qual de Balsa, que é Tavira, a Ossónoba

<sup>187</sup> D. Beatriz de Meneses (1470-c.1538), 2<sup>a</sup> condessa de Loulé, pelo seu casamento com D. Francisco Coutinho (1465-1532), foi condessa de Marialva.

<sup>188</sup> Nota à margem: «Duarte». ACL: «o infante D. Fernando filho d'el-rei D. Duarte» (fl. 38), decerto por lapso. O infante D. Fernando (1507-1534) era filho do rei D. Manuel I; casou com a 3<sup>a</sup> condessa de Loulé, D. Guiomar Coutinho (?-1534), que era filha de D. Beatriz de Meneses.

<sup>189</sup> Gonçalo Nunes Barreto já era alcaide de Loulé em 1551.

<sup>190</sup> Referência ao escritor espanhol Pedro Juan Oliver (?-c.1557), também conhecido como Petrus Johannes Olivarius, que publicou a obra *Pomponii Melae de situ orbis libri III* em Paris, em 1536, com várias reedições posteriores.

<sup>191</sup> Referência a Vincenzo Valgrisi (c.1490-c.1572), impressor francês que trabalhou sobretudo em Veneza, onde publicou diversas edições das obras de Ptolomeu, e nomeadamente *La Geografia di Claudio Tolomeo Alessandrino*, em 1561, numa tradução do humanista italiano Girolamo Ruscelli (1518-1566).

<sup>192</sup> O *Itinerário de Antonino* é uma descrição detalhada das vias de circulação do império romano, espécie de guia de viagens, composto em latim por autor anónimo, provavelmente no século III. Foi impresso pela primeira vez em Paris em 1512, com o título *Itinerarium provinciarum omnium Antonini Augusti*, tendo subsequentemente numerosas reedições.

não põe mais de dezasseis milhas, que quadram bem com as quatro léguas que hoje há neste caminho de Tavira a Estoi, sem [38] lhe minguar coisa alguma, e de Tavira a Silves há treze grandes [léguas], que é muito crescimento.

O sítio e termo de Estoi é muito fresco, de muitas fontes e boas águas, e de tal disposição que poderia bem nela estar uma grande povoação, como foi Ossónoba em seu tempo, o qual, pelas memórias que os escritores nos deixaram, achamos que de cinco cidades ou lugares que neste reino do Algarve havia, que eram *Estrum*,<sup>193</sup> *Balsa*, *Ossonoba*, *Portus Annibalis* e *Lacobriga*, Ossónoba era a mais nobre e antiga de todas elas. Mas, como o tempo tem por costume gastar todas as coisas e pô-las em esquecimento, também gastou a Ossónoba, da qual diz Rasis mouro, e cronista do rei Almançor de Córdova,<sup>194</sup> que em seu tempo ainda era grande e populosa, e podemos dizer que dela nos não ficou mais que a ossada e o nome, que ainda dura para sua memória. Há ainda dela uma torre e uns aquedutos, mas já arruinados, afastados donde foi a cidade quanto um tiro de besta, da [38<sup>v</sup>] banda do leste ao meio-dia, pelos quais vinha água a Ossónoba de umas fontes, por um cano chamado Alface. Acham-se assim mesmo edifícios que serviram de banhos, e todas as casas deste lugar [de] Estoi estão edificadas sobre fundamentos e alicerces velhos, segundo afirmam os antigos, e se servem ainda os moradores da água que pelos canos corre, como faziam antigamente.<sup>195</sup>

<sup>193</sup> Poderá haver aqui um lapso do copista, e talvez se trate da antiga *Esuri*, designação romana de Castro Marim. O manuscrito da ACL regista: «*Esur*, *Balsa*, *Ossonoba*, *Portus Annibalis* e *Lacobriga*» (fl. 39). Pompónio Mela, na sua obra *De situ orbis*, referia-se a *Mirtylis*, *Balsa*, *Ossonoba*, *Lacobriga* e *Portus Annibalis*. A antiga *Mirtylis* corresponderia à atual Mértola.

<sup>194</sup> Frei João de São José referiu-se anteriormente a Rasis como «historiador de Albarab Miramolino», numa referência a Abd al-Rahman III, emir e califa de Córdova entre 929 e 961; o califa almóada de Córdova designado nas fontes portuguesas como Almançor era Abu Yusuf Yaqub al-Mansur, que reinou mais de um século depois, entre 1184 e 1199.

<sup>195</sup> A moderna arqueologia associa a antiga Ossónoba à atual cidade de Faro, e não a Estoi.

Foi esta cidade Ossónoba um dos mais antigos bispados da Lusitânia, e ainda de toda Europa porque seu bispo por nome Vincensio se acha[va] presente e subscreveu no Concílio Eliberitano da província Bética ou Andaluzia,<sup>196</sup> que se celebrou em tempo do papa São Silvestre<sup>197</sup> e do grande imperador Constantino, cuja mãe, Santa Helena, com seu neto Constantino,<sup>198</sup> dizem alguns se achou presente.<sup>199</sup> Está claro ser este o primeiro concílio da nossa Espanha, e que concorreu com o grande e geral [Concílio] Niceno, segundo de seus escritos parece.<sup>200</sup> Também na repartição que este mesmo [39] imperador Constantino fez dos bispados de Espanha, que foi ainda antes deste concílio, ficou este de Ossónoba sujeito ao bispado de Mérida, que naquele tempo era cabeça da Lusitânia, e com ele Beja, Lisboa, Coimbra, Lamego, Évora, e outros de que já se não pode dar razão, pelas mudanças que neles depois houve. Este bispado de Ossónoba, dizem alguns escritores<sup>201</sup> que se mudou para Silves, mas que razão para esta mudança houve, nem o tempo em que se fez, nenhum até [a]o presente achei que nisto falasse. O que eu agora aqui farei, por me cair mais em obrigação nesta escritura.

---

<sup>196</sup> O Concílio de Elvira teve lugar em princípios do século IV, em Eliberis ou Elvira, antiga cidade da Andaluzia cuja localização ainda é objeto de debate. Nele participou Vicente de Ossónoba.

<sup>197</sup> São Silvestre I (285-335) foi papa entre 314 e a data da sua morte.

<sup>198</sup> Constantino I reinou sobre o império romano entre 306 e 337; foi o primeiro imperador romano a converter-se ao cristianismo. Era filho de Helena de Constantinopla (250-330), também designada como Santa Helena, e foi sucedido por seu filho, Constantino II (r. 337-340).

<sup>199</sup> Nota à margem: «O bispo de Girona». Trata-se de uma referência a João de Biclara ou Iohannes Biclarense (c.540-c.620), clérigo e cronista de origem goda, autor de uma crónica intitulada *Chronicon Biclarense*, que circulou sob forma manuscrita, apenas sendo impressa pela primeira vez em 1600.

<sup>200</sup> O primeiro Concílio de Niceia (correspondente à atual Iznik, na Turquia) reuniu em 325, a instâncias do imperador Constantino.

<sup>201</sup> Nota à margem: «Resende». Referência a André de Resende e à sua obra *Historia de antiguidade da cidade Euora*, impressa em Évora em 1553, e que adiante é referida explicitamente noutra nota marginal.

Para o que é de notar que era cidade Ossónoba e seu bispado permaneceu em sua dignidade desde o tempo do imperador Constantino, em que começou, até a geral perdição de Espanha, em que passaram mais de quatrocentos anos, e nela se perdeu com os mais que nesta província havia. Parece claro isto pelo Concílio oitavo Toledano,<sup>202</sup> celebrado em tempo [39<sup>o</sup>] do devoto Recessundo, 29<sup>o</sup> rei dos Godos,<sup>203</sup> acerca dos anos setecentos do Senhor, pouco antes desta lastimosa destruição, no qual concílio se achou presente e subscreveu Saturnino, bispo de Ossónoba. De maneira que com verdade podemos dizer que este bispado, e também a mesma cidade, se destruiu e se perdeu nesta tormenta de tão largos anos que os mouros possuíram quase toda Espanha, de que a pior parte coube a este reino do Algarve, por estar deles mais vizinho e nele terem os mouros a escala de toda a África, donde veio esta peste à nossa Espanha. Isto mesmo podemos dizer da cidade Britolense, que Ptolomeu situa no Campo de Ourique, e da Alcóbriga Lusitânia,<sup>204</sup> cujos bispos se acharam presentes e subscreveram neste mesmo concílio, e agora nem de seus bispados, nem das mesmas cidades, nem de seus sítios temos particular noticia.

#### [40] **Tavira**

A cidade de Tavira, sem alguma dúvida, é ao presente, e foi sempre, a principal de todo o reino do Algarve, não só na grandeza da povoação e dotes que a natureza repartiu com o solo do seu sítio, mas também na nobreza dos moradores dela, que são as três excelências que fazem uma terra nobre, e que com razão se pode gloriar delas. É Tavira cidade marítima muito bem assentada, e situada pelos geógrafos no Promontório Cúneo, a que agora chamamos o cabo de Santa Maria, e a

---

<sup>202</sup> O VIII Concílio de Toledo foi celebrado em 653.

<sup>203</sup> ACL: «Resisvindo» (fl. 40<sup>v</sup>). Trata-se de Recesvinto ou Recesvindo (r.649-672), rei do reino visigótico da Hispânia, que era filho de Quindasvinto (r.642-653), com quem reinou conjuntamente no período 649-653.

<sup>204</sup> Trata-se do bispado «Arcobricense», já acima referido.

primeira de que fazem menção os que a descrição desta costa do Algarve começam do rio Guadiana, como foram Pompónio Mela e Ptolomeu. Foi chamada esta cidade dos geógrafos antigos Balsa, e agora seu nome é Tavira ou Tavila, e a razão desta mudança dizem alguns dos moradores ser o acontecimento seguinte.

Como o mestre de Santiago D. Paio Correia passasse por esta cidade o mesmo dia [40<sup>v</sup>] que a ganhou aos mouros, estando com eles em tréguas, e fosse socorrer aos sete cavaleiros que andavam a caçar e os achasse já mortos, segundo em seu lugar se dirá,<sup>205</sup> foi movido a grande ira, e disse à gente que consigo levava «Tá-vira ou Tá-à-vila», como quem diz «Tá, não vades mais adiante, mas voltaí atrás, e tornemos [a] dar na vila que atrás nos fica, e tomemos vingança da injúria que estes mouros a nossos cavaleiros e a nós fizeram». Poucas terras há em que não haja uma patranha semelhante, como a nossa Lisboa, porque não a vamos catar mais longe,<sup>206</sup> de cujo nome, querendo um dar razão, disse que *Lix* fora um homem e que *Boa* era sua filha. De Évora, outros também, movidos por duas cabeças, uma de homem e outra de mulher, que esta cidade traz por armas aos pés de um cavaleiro armado,<sup>207</sup> dizem que é Évora e Évorinho, não sabendo [o] que significam estas cabeças, [41] as do mouro e de sua filha, que estavam por atalaias na torre, quando Giraldo sem Pavor<sup>208</sup> subiu a ela e lhas cortou, e tomou esta cidade e a entregou a el-rei D. Afonso Henriques.

<sup>205</sup> Ver mais adiante, liv. II, cap. 4<sup>o</sup>.

<sup>206</sup> Nota à margem: «A Crónica d'el-rei Dom Afonso o Sábio». Referência à *Primeru Crónica General*, que narra a história dos reinos hispânicos desde as origens até ao final do reinado de Fernando III, preparada entre 1270 e 1284 sob o patrocínio de Afonso X de Castela, e que terá circulado em Portugal em cópias manuscritas.

<sup>207</sup> Nota à margem: «Refere Resende, na sua *Evora*, cap. 14». Alusão à *Historia de antiguidade da cidade Euora*, de André de Resende.

<sup>208</sup> Geraldo Geraldês, líder militar português, que em 1165 conquistou a cidade de Évora

E posto que isto assim seja, não se pode deixar de crer que alguma ocasião havia de haver para uma vila ou cidade perder seu antigo nome, e de tomar outro tão despropositado como é o de Tavira, que sucedeu ao de Balsa, pois sabemos bem que lho não puseram os mouros no tempo que este reino possuíram, nem é de sua língua, nem se corrompeu de um sem outro, como foi o de Cetóbriga em Setúbal, e de *Eburobritium* em Bombarral,<sup>209</sup> e o de Meróbriga em Odemira. E vemos em nosso mesmo reino haverem acontecido semelhantes mudanças em alguns lugares, como a *Scalabis*, que por lhe vir nova hóspede ou moradora, a gloriosa Virgem Santa Eiria, natural de Tomar,<sup>210</sup> perdeu seu primeiro nome e agora lhe chamamos Santarém. E a Conimbriga antiga, que por mudar a outra parte sua povoação, e deixar a que antes era, lhe chamamos [41<sup>v</sup>] hoje Condeixa. E desta mesma maneira podemos ter que acontecesse a esta cidade de Tavira, enquanto não achamos outra razão de sua mudança mais suficiente que a acima dita; pois pareceu a outro que bastava, para perder o nome a antiga e famosa Cartago, pela ver destruída e espantando-se, dizer: «Tu ne es?», e daqui lhe ficar este que agora tem.<sup>211</sup>

Os vizinhos que Tavira pode ter em si e em seu termo serão três mil, pouco mais ou menos, e foi toda cercada de bons muros, ao modo antigo, mas já em algumas partes estão arruinados e ocupados com casas da banda de dentro, e também dos arrabaldes, que depois os moradores fizeram, o que não se devia permitir, ao menos em cidades e outras terras marítimas e fronteiras aos inimigos, como é Tavira. Todos à uma nos dizem que foi já muito mais nobre e populosa, e quem a vir assim o julgará, porque sem dúvida a terceira parte dela está arruinada e sem moradores, e a mais barata mercadoria, [42] e que mais presto nela se acha, são casas, ao menos se não estão na praça ou nos lugares mais

---

<sup>209</sup> A localidade romana de Eburobritium situava-se nas proximidades da atual Óbidos.

<sup>210</sup> Trata-se de Iria de Tomar ou Santa Iria (c.635-653), da qual derivará o nome de Santarém.

<sup>211</sup> A antiga Cartago situava-se nas proximidades da atual Túnis.



frequentados de povo. Muitas causas apontam os moradores deste menoscabo e diminuição, e uns dizem que foi deixar el-rei D. João o 3º os lugares que os portugueses haviam ganhado e possuíam em África,<sup>212</sup> porque, como Tavira era a principal terra do Algarve, ela servia de escala a todos eles, e com a continuação dos passageiros e das mercadorias que dela vinham, que era muito mel, cera, courama, pescado seco, tâmara, cavalos e gado, e com outras que em retorno do nosso reino iam, engrossava a terra muito. Outros dizem que também deu causa a isto mudarem-se muitos mercadores, e outros homens ricos, da mesma cidade para Sevilha e mais lugares marítimos de Castela, pelos muitos ganhos que sentiam nos tratos das Índias<sup>213</sup> do mesmo reino, cujo rei não consente ir[em] tratar a elas os estrangeiros, mas somente seus naturais, ou ao menos moradores de suas terras.

[42º] Eu, que alguns anos nesta cidade fui morador, alcancei outra [razão] que não faz pouco ao caso, que não calarei, e é a pouca humanidade e muitas vexações que se fazem aos estrangeiros que de outros reinos a ela por mar vêm com suas mercadorias, pelos que têm arrendadas as alfândegas e outros direitos, de maneira que os que isto uma vez experimentam, vão escandalizados e jurando de lhe não tornar a entrar mais pela barra dentro. O contrário disto sabemos que se faz em Aiamonte, primeiro lugar de Castela, seis léguas afastado para levante, onde o duque senhor da terra<sup>214</sup> franqueia algumas mercadorias, e noutras favorece aos que as trazem, e desta maneira os estrangeiros acodem mais a seu porto, e a vila, de pouco tempo a esta parte, vemos ir em grande crescimento, ao contrário da nossa Tavira.

---

<sup>212</sup> Nota à margem: «Arzila, Azamor». Estas duas praças marroquinas, anteriormente controladas pelos portugueses, foram abandonadas por ordem de D. João III, Azamor em 1541 e Arzila em 1550.

<sup>213</sup> As Índias Ocidentais, para onde frequentemente emigravam algarvios, quer no exercício de funções técnicas (como pilotos, por exemplo), quer para se dedicarem ao comércio.

<sup>214</sup> Referência ao duque de Medina Sidónia, à época Alonso de Guzmán y Sotomayor (1550-1615).

Está dividida esta cidade em duas partes, como Roma e Sevilha, e passa-lhe um braço de mar pelo meio, uma légua adiante, o qual [43] lhe dá muita graça e frescura, e tem sua ponte, por onde os moradores se comunicam sem enfadamento. Na boca ou barra deste rio, que está afastado da cidade quase uma légua, faz ao presente el-rei D. Sebastião uma torre e fortaleza,<sup>215</sup> com que as naus grossas que estiverem da barra para dentro, ou a ela se acolherem, ficarão mais seguras, e os inimigos menos ousados do que soíam de acometerem qualquer insulto. Desta barra à de Farão, acima dita, há quatro léguas para a banda do poente, e de uma à outra corre um braço de mar por dentro de terra, quanto um tiro de espingarda, e às vezes mais e menos, a que os de Tavira chamam rio de Santa Luzia, por causa de uma ermida que junto dele está,<sup>216</sup> o qual a natureza pôs por muro e amparo dos inimigos às terras que a este espaço estão, por não ser navegável em muitas partes senão com barcas e outros baixéis desta sorte. Há continuamente pescadores neste rio, e toma-se nele todo [o] género de peixe e de marisco, e tudo tão avantajado na bondade e sabor que [43<sup>v</sup>] facilmente se conhece.

O ano de 1571 se descobriu nesta costa, defronte da cidade duas léguas ao mar, tanta soma de ostras todas juntas, pegadas umas nas outras, que diziam os pescadores que faziam vulto de uma grande serra. Os primeiros que a começaram a pescar foram castelhanos, com uns ancinhos grandes de ferro a que chamavam *rastros*,<sup>217</sup> e uns grandes penedos em cima deles, com uma rede de cordas de trás, e tudo isto levava à toa por cordas uma barca, remando com grande força, de maneira que todas as ostras que o ancinho com seus dentes levantava apanhava a rede que detrás ia. Amanheceram um dia neste lugar passante de vinte barcos castelhanos, todos a pescar com estes engenhos, o que

---

<sup>215</sup> O Forte de Santo António de Tavira foi mandado edificar no reinado de el-rei D. Sebastião.

<sup>216</sup> A Ermida de Santa Luzia, em Tavira, contruída por meados do século XVI.

<sup>217</sup> Rastro é um ancinho de ferro usado para abrir sulcos na terra.

visto pelos da governança da cidade, mandaram a eles o bergantim de vigia que sempre anda armado e tomaram-lhe[s] as velas, e mais as ostras, porque se atreveram a pescar naquela paragem sem licença. E posto que davam de concerto boa soma de dinheiro por os deixarem pescar, e se obrigavam [a] trazer à cidade cada [44] dia uma barca de ostras a vender por bom preço, não lho aceitaram, por reclamarem os pescadores da terra, dizendo que este ganho pertencia a eles. Valia o milheiro delas vinte *reales* de prata,<sup>218</sup> que são pouco mais de sete tostões,<sup>219</sup> e em Castela dobrado, e eram tão grandes e formosas como quantas os homens viram. Durou esta pescaria pouco mais de um ano, e faziam os pescadores tanto proveito nelas, posto que as mais iam para Castela, que não havia quem fosse ao mar pescar outro peixe. Mas sobrevindo umas tormentas, moveu-se a areia com a força das ondas e tornou a cobrir esta mina, e não se pescaram mais como soíam. Disto não pesou a muitos do povo, e diziam que fora castigo de Deus para os pescadores, os quais o faziam tão mal com a cidade que, morrendo as ostras junto dela, não havia quem pudesse alcançar um cento, e para Castela iam cada dia barcadas delas. E desta maneira fazem também ao pescado, porque muitas vezes se aconteceu que em Aiamonte está o nosso peixe às moscas, [44<sup>v</sup>] como dizem, e em Tavira não se pode achar uma venda dele, por valer lá sempre mais caro, e lho pagarem em *reales*, que eles estimam mais que os nossos patacões.<sup>220</sup>

Mas tornando-me à cidade, digo que teve dentro de si duas freguesias, e cinco derramadas pelo termo, e dois mosteiros de religiosos e um de freiras, e uma boa casa da Misericórdia e um hospital com mais de quinhentos mil réis de renda,<sup>221</sup> as quais casas ambas os moradores

---

<sup>218</sup> O *real* de prata era uma moeda espanhola que também circulava em Portugal, com um peso aproximado de 28 gramas.

<sup>219</sup> O tostão era uma moeda de prata que circulava em Portugal, com peso aproximado de 8 gramas.

<sup>220</sup> O patacão era uma moeda de cobre que corria em Portugal, com peso aproximado de 15 gramas.

<sup>221</sup> Nota à margem: «600». ACL: «600 mil» (fl. 45<sup>v</sup>).

fizeram à sua custa. A principal freguesia chama-se Santa Maria,<sup>222</sup> e é da Ordem de Santiago, como o são quase todas as deste reino [do Algarve]; a outra é da invocação do apóstolo São Tiago, a qual el-rei de Portugal D. Afonso 3º deu ao bispo e cabido, como já acima disse falando em Silves.<sup>223</sup> O mais antigo mosteiro é dos Observantes do Padre São Francisco, e posto que seu edifício é da têmpera velha, como se diz, de poucos anos a esta parte se vai melhorando nas oficinas.<sup>224</sup> Está bem situado, tem boa cerca e nela muita água. O segundo mosteiro na ordem do tempo é de [45] freiras de São Bernardo; começou-o a edificar el-rei D. Manuel, e depois o acabou o bispo do Algarve D. Fernando Coutinho, e lhe dotou cinquenta mil réis de juro,<sup>225</sup> e outros alguns foros na terra para sua manutenção.<sup>226</sup> O terceiro mosteiro é de religiosos Eremitas do Padre Santo Agostinho, ao qual deu motivo e princípio, no ano de 1542, um religioso da mesma Ordem, por nome Frei Pedro de Vila Viçosa,<sup>227</sup> o qual já antes disto tinha começado outro em Azamor; e como el-rei D. João o 3º neste tempo deixasse os lugares que este reino possuía em África, foi-lhe forçado deixar ele também o que tinha começado. E passando a esta cidade [de] Tavira, que então ainda estava próspera, como tenho dito, fez seu assento na Judiaria, que estava junto dum poço que ainda está dentro na cerca do mesmo mosteiro, e da sinagoga<sup>228</sup> fez igreja, a que pôs por invocação de Nossa Senhora da Graça, e alcançou para ela muitos poderes de Roma. E ajuntou logo consigo alguns [45<sup>v</sup>] religiosos de sua Ordem, com quem vivia pobrementemente, pedindo pelas portas dos fiéis, mas tendo muito cuidado que na casa não faltassem sermões, confissões para o povo, e todo o

<sup>222</sup> A Igreja de Santa Maria, em Tavira, foi construída no século XIII, depois da conquista da cidade aos mouros em 1239.

<sup>223</sup> A Igreja de Santiago, em Tavira, foi também construída em meados do século XIII; foi doada ao bispo de Silves em 1270.

<sup>224</sup> O Convento de São Francisco, em Tavira, terá sido fundado em 1272.

<sup>225</sup> Nota à margem: «52». ACL: «cinquenta e dois mil» (fl. 46).

<sup>226</sup> O Mosteiro de São Bernardo, em Tavira, também conhecido como Mosteiro de Nossa Senhora da Piedade, começou a ser construído em 1509.

<sup>227</sup> O Convento de Nossa Senhora da Graça, em Tavira, foi fundado em 1542.

<sup>228</sup> BNP: «Esnoga».

outro género de consolação que nos mosteiros bem ordenados costumam achar os que a eles vão. Neste lugar e desta maneira viveram muitos anos, sem começar novo edifício, porque acerca do sítio havia diversos pareceres, até [a]o ano de 1568, em que a Ordem me mandou a esta terra, para que, tomado sobre o caso maduro conselho, se determinasse o que mais convinha. E assim, com a ajuda e favor divino, se começou a obra como ora vai o ano seguinte de [15]69, na qual assisti quatro anos,<sup>229</sup> com os trabalhos que as obras de tal qualidade trazem consigo, mas não sem algum gosto de me parecer que por tempo poderia vir a ser um dos bons conventos da província.

El-rei D. Manuel o primeiro fez a Tavira cidade,<sup>230</sup> posto que ela neste foro esteve [46] nos tempos antigos, como consta dos autores que dela escreveram, mas por estar só [a] quatro léguas de Ossónoba de que acima tratei, que era bispado, o não foi ela também, não lhe faltando partes para isso, como outra qualquer, e a razão por que não se fez depois da perda de Espanha, creio ser por el-rei D. Sancho Capelo<sup>231</sup> ganhar primeiro dos mouros a Silves, e a querer logo enobrecer com esta dignidade, da qual a não quis privar el-rei de Castela D. Afonso, quando a segunda vez a tornou a tomar.<sup>232</sup> Rende sua alfândega e sisa a el-Rei dez mil cruzados, uns anos por outros. E o marquês de Vila Real tem nela a renda da portagem da terra e do mar, e os quintos do pescado que morre na costa e o dízimo do que morre no alto. De tudo isto fez mercê el-rei D. Afonso o 5º a D. Pedro de Meneses, conde de Viana, o primeiro marquês e instituidor da Casa de Vila Real,<sup>233</sup> para ele e seus sucessores,

<sup>229</sup> Frei João de São José refere de forma explícita ter residido em Tavira durante quatro anos, após os quais, muito provavelmente, terá regressado a Lisboa.

<sup>230</sup> Tavira foi elevada a cidade em 1520.

<sup>231</sup> ACL, nota à margem: «Aliás, D. Sancho I»; a referência está correta, pois foi D. Sancho I que conquistou Silves, como anteriormente foi referido.

<sup>232</sup> A conquista de Tavira teve lugar em 1239, de acordo com investigações recentes.

<sup>233</sup> D. Pedro de Meneses (c.1370-1437) foi conde de Viana do Alentejo e 1º marquês de Vila Real; exerceu funções de governador de Ceuta desde a conquista portuguesa daquela cidade, em 1415 até à data da sua morte, com uma interrupção entre 1430 e 1434.

pelos serviços que lhe fez em África, onde foi o primeiro [46<sup>v</sup>] capitão da cidade [de] Ceuta, situada na garganta do Freto Hercúleo,<sup>234</sup> a que agora chamamos estreito de Gibraltar.

O termo de Tavira, que cai no longo da costa, julgado por homens desafeiçoados e que o entendem, é o mais alegre, fresco e proveitoso de todo o reino, que, a não lhe faltar pão, poderia competir com o melhor de nossa Espanha. Todo está povoado de quintas, cheio de hortas, e plantado de figueiras, amendoeiras, romeiras, oliveiras, e outro arvoredado de toda [a] sorte. De maneira que quem olha na Primavera representa uma bela vista, e não há ramalhete de diversas flores e ervas cheirosas, nem pano de armar, por fresco que seja, a que se não possa bem comparar. Os julgadores<sup>235</sup> que uma vez a ela vão e os feitores que por algum respeito fazem nela detença, todos a uma voz lhe dão este mesmo louvor e a não deixariam se lhe fosse possível, e tem-se por refrão entre eles verdadeiro que «quem uma vez morou em Tavira, sempre por ela suspira». E esta, a meu ver, se pode dar por boa razão, porque Tavira é povoada de toda [47] ou da mais fidalguia do reino, e nela se acham pessoas de todas as gerações nobres de Portugal, porque como da conquista dos lugares de África, em que os reis trabalharam muito tempo, esta fosse a escala onde todos acudiam, achando-se os homens nela favorecidos da natureza, fizeram nela seu assento. Há nela Melos, Cunhas, Corte-Reais, Pessanhas, Barretos, Pantojos, Correias, Ichoas,<sup>236</sup> Viegas, e outra muita gente nobre que nela mora, e que está derramada por suas quintas e fazendas.

Todos estes, não menos que os que estão em África, vivem sempre com o olho sobre o ombro e recatados dos imigos, que muitas vezes fazem saídas nesta costa, a qual eles no Verão vigiam de dia e de noite, com o

---

<sup>234</sup> Frei João de São José traduz literalmente *Fretum Herculeum*, a designação latina do estreito de Gibraltar.

<sup>235</sup> Nota à margem: «Justiças».

<sup>236</sup> O mesmo que 'Ochoas'.

pé na estribeira e lança em punho, como dizem, sem por isto terem salário ou prémio algum mais que a honra de defender sua pátria, porque se prezam pouco de ricos e muito de bons cavaleiros. E como isto assim seja, não pouca obrigação tem o Rei de os favorecer a todos com honras e mercês, [47<sup>v</sup>] pois eles vigiam por que nós durmamos, eles trabalham por que nós descansemos, e nos servem de muro e fortaleza, a cuja sombra o reino se tem por seguro. E quando cá nos chega a nova do rebate, já eles lá têm todo o seu cabedal metido a terreiro. El-rei D. Manuel deu a alcaidaria-mor desta cidade a Vasco Anes Corte-Real,<sup>237</sup> e dele ficou a seu filho Bernardo Corte-Real, cuja filha e herdeira casou com Martim Correia da Silva, que agora é alcaide-mor dela.<sup>238</sup>

O derradeiro de janeiro de 1573 entrou a primeira vez nesta cidade el-rei D. Sebastião, e saíram-no a receber os moradores, os mais custosos que puderam, a Nossa Senhora da Luz, uma légua da cidade, com oito bandeiras da ordenança de pé e de cavalo, e os capitães lhe beijaram a mão na porta que chamam de Malforo, por onde entrou. Tinham feito um arco triunfante, e junto dele um teatro, donde lhe fez a fala António Mimoso,<sup>239</sup> prior que era da Igreja de Santa Maria, [48] a qual ouviu com atenção. Fez esmola ao Mosteiro de São Francisco de cem cruzados, e ao de Nossa Senhora da Graça, duzentos, para as obras dos ditos mosteiros; mandou soltar todos os presos que não tinham partes; e tomou alguns filhos de fidalgos no mesmo foro de seus pais, e outros de menos estofa<sup>240</sup> por moços da câmara; e que todo o mercador que pagasse quarenta mil reis de direitos, tivesse menagem; e a toda a cidade

<sup>237</sup> BNP: «Vasqueanes Corte-Real».

<sup>238</sup> Vasco Anes Corte-Real (c.1450-1537) foi o segundo capitão-donatário de Angra e da ilha de São Jorge, nos Açores; foi também alcaide-mor de Tavira, desde data incerta até à sua morte. Sucedeu-lhe nesta alcaidaria o filho, Bernardo Corte-Real (1490-1561?), que foi alcaide entre 1537 e 1561. A filha deste, Joana de Meneses, casou com Martim Correia da Silva (?-1582), que foi alcaide de Tavira entre 1561 e a data da sua morte.

<sup>239</sup> Nada de especial se consegue apurar sobre este clérigo, que na década de 1560 era visitador das igrejas da Ordem de Santiago.

<sup>240</sup> Isto é, 'de menos qualidade'.

concedeu os privilégios de Montemor. E depois de estar na terra três dias, partiu pela posta a Castro Marim, de que adiante farei menção.

### **Cacela**

A vila de Cacela é marítima e está [a] duas léguas de Tavira pela costa contra levante. Foi esta vila em outro tempo muito maior do que agora é, como parece pelas ruínas e alicerces velhos que em torno dela estão, e também porque o mestre de Santiago D. Paio Correia deu em troco por ela aos mouros dois [48<sup>v</sup>] lugares, a saber, Alvor e Estômbar, como em seus lugares [a]parecerá. Tem boa fortaleza num tesó, sobranceira ao mar,<sup>241</sup> e nela começa uma formosa baía que se estende por espaço de quatro léguas pela costa contra levante, até dar na foz do rio Guadiana, na qual há continuamente muitos pescadores com suas cabanas, onde chamam Monte Gordo, e se toma nela muito pescado, mas quase todo ele se come em Castela, por estar vizinha e nela sempre valer mais. O termo de Cacela tem boas terras de pão, figo e criações, e por ele está derramada quase toda a gente da vila, em suas quintas e fazendas, mas não muito segura nos inimigos que no Verão poucas vezes faltam nesta costa.

El-rei D. Afonso o 3<sup>o</sup> fez doação para sempre, com parecer e consentimento dos principais do reino, do castelo e vila de Cacela, pela saúde de sua alma e de seus descendentes, ao mestre de Santiago D. Paio Peres Correia e a toda a Ordem, cuja [ao] presente é.

---

<sup>241</sup> O Castelo de Cacela, anteriormente lugar de uma fortificação islâmica, passou para a posse de D. Paio Peres Correia em 1255, como adiante se refere; mais tarde, em meados do século XVI, estando muito degradado, foi objeto de obras de reabilitação.



### [49] Arenilha

Santo António de Arenilha é uma vileta pequena situada na foz de Guadiana, na volta que a costa faz da banda de Portugal para o norte, de onde lhe entra este rio. Nem ela nem seu termo têm de que lhe façamos mais larga memória nesta escritura. É senhor dela ao presente Luís Leite, filho de António Leite, capitão que foi em Mazagão<sup>242</sup> e depois em Azamor, antes que el-rei D. João 3º deixasse os lugares de África, e este lugar lhe deram em recompensa, ou em casamento com a primeira mulher chamada D. Catarina, segundo alguns dizem.<sup>243</sup>

### Castro Marim

A vila de Castro Marim é marítima e uma das antigas deste reino do Algarve. Faz memória dela Antonino em seu *Itinerário*, e chama-lhe *Estrum*, como se lê na melhor impressão destes livros, que é a de Paris,<sup>244</sup> e prova-se ser este lugar *Estrum* Castro Marim, e não Jerez,<sup>245</sup> como alguns sem razão ou fundamento [49<sup>v</sup>] interpretam, pelo sítio onde está, pelo conto das milhas e léguas, e pelo nome que ainda retém em parte, que são os mais certos argumentos que nesta matéria de uma terra podemos ter. No mesmo Antonino está bem entendido tudo isto, mas a falta da consideração e pouco discurso que alguns escritores têm acerca dos lugares, lhes faz muitas vezes errar na computação deles, e dizerem uma coisa por outra, como nesta vila veremos. Para cuja declaração digo que Antonino, em seu *Itinerário*, faz dois caminhos deste lugar *Esuri*, ou por melhor dizer *Estrum*, até outro a que ele chama *Pax Julia*, um deles

---

<sup>242</sup> A fortaleza de Mazagão, situada na atual cidade marroquina de El Jadida, foi ocupada pelos portugueses em finais do século XV, e só seria abandonada depois de meados do século XVIII

<sup>243</sup> António Leite foi alcaide entre 1542 e cerca de 1554; sucedeu-lhe o filho, Luís Leite, que seria alcaide entre 1555 e 1588.

<sup>244</sup> Nova menção ao *Itinerário de Antonino*, e mais concretamente à edição parisiense, que foi anteriormente referida.

<sup>245</sup> Jerez de la Frontera.

por compêndio, que é por atalho, como dizemos, e outro por rodeio, como ele sempre costuma. No primeiro, põe setenta e seis milhas, desta maneira:<sup>246</sup> de *Estrum* a *Myrtilis* quarenta milhas, que concordam bem com as dez léguas que há hoje de Castro Marim a Mértola; e de *Myrtilis* a *Pax Julia* põe trinta e seis [milhas], que vêm a fazer, sem [50] alguma falta, as nove léguas que há de Mértola a Beja, e quatro milhas por légua, como sempre ele conta. No outro caminho, por rodeio, põe de *Estrum*<sup>247</sup> a Balsa vinte e quatro milhas, que são as seis léguas que há de Castro Marim a Tavira, e de Balsa a Ossónoba põe dezasseis milhas, que caem bem com as quatro léguas que é de Tavira a Estoi, que dizemos ser a Ossónoba antiga. E dali prossegue a sua rota até dar em *Pax Julia*, donde ficamos entendendo não poder ser outro lugar *Estrum* senão o nosso Castro Marim, como tenho dito, sem o irmos buscar a Castela, onde os geógrafos o não situam. E quanto ao nome mudar-se de *Estrum*<sup>248</sup> em Castro, que não difere muito, não o tenho por dificultoso, considerando as muitas mudanças que o tempo tem feito em nossa Espanha, não só nos nomes, mas ainda nos mesmos lugares, com que já agora não atinamos.

Está Castro Marim edificado na cabeça de um monte alto, de todas as partes cercado de mar, senão do poente, e seu sítio é bem acomodado [50<sup>v</sup>] do lugar donde está, que é fronteira de Castela, onde tem por competidora uma grande vila, mas espalhada, chamada Aiamonte, não se metendo entre ambas elas mais do que espraia o rio Guadiana em sua barra, que pode ser pouco mais ou menos de uma légua. É o mais desta vila cercado com boa fortaleza,<sup>249</sup> e seu arrabalde e tudo junto representa

---

<sup>246</sup> Nota à margem (que aqui se traduz do latim) «Ver *Itinerarium Antonini*, pp. 96 e 97, edição de Colónia e suas notas, pp. 578 e sgs. e 582». Referência à edição do *Itinerarium* que foi impressa em Colónia em 1600. Esta anotação mais tardia que o próprio texto de Frei João de São José é da responsabilidade do copista.

<sup>247</sup> BNP: «Estru».

<sup>248</sup> BNP: «Estur».

<sup>249</sup> A construção da cerca de Castro Marim iniciou-se em tempo de el-rei D. Afonso III, sendo as suas fortificações consolidadas nas décadas seguintes.

majestade aos que a vêm de longe, pelo lugar alteroso em que está posta, com que mostra seus edifícios, tudo o qual bem considerado, parece que favorecido da própria natureza, está ameaçando não só a sua vizinha Aiamonte, mas a toda Castela.

El-rei D. Dinis,<sup>250</sup> vendo nela estas partes, renovou seus antigos edifícios e a fez convento cabeça do Mestrado e Ordem dos Cavaleiros de Cristo, que ele novamente instituiu nestes reinos, e lhe aplicou por autoridade do papa Clemente quinto<sup>251</sup> as rendas que os Templários antigos tinham em Portugal, cujas relíquias estes eram.<sup>252</sup> Depois em alguns anos se mudou este convento para a antiga vila de Tomar, que antes [51] fora da Ordem dos mesmos Templários, e é hoje um dos célebres conventos de toda a Cristandade, assim em renda como em toda a virtude e religião.<sup>253</sup>

Tem Castro Marim muitas marinhas de sal, muito peixe, em seu termo muitas carnes e muita caça em seus montados, mas como tem tão perto de si Castela, onde estes mantimentos sempre valem mais caro, ela lhe come tudo. É alcaide-mor dela ao presente D. Luís de Ataíde.<sup>254</sup>

---

<sup>250</sup> D. Dinis reinou em Portugal entre 1279 e 1325.

<sup>251</sup> Clemente V foi papa entre 1305 e 1314.

<sup>252</sup> Nota à margem: «No ano do Senhor 1320». A Ordem de Cristo foi criada em Portugal em 1319, sendo herdeira dos bens da extinta Ordem do Templo.

<sup>253</sup> Referência ao Convento de Cristo, em Tomar, cuja construção original remonta a meados do século XII, e que ao longo dos tempos foi sendo sucessivamente consolidado e ampliado.

<sup>254</sup> Não é certa a identificação deste D. Luís de Ataíde. Mas poderia tratar-se do fidalgo homónimo, que viveu entre 1516 e 1581, e que em duas ocasiões distintas foi vice-rei do Estado da Índia (1568-1571 e 1578-1581). Quando regressou a Portugal pela primeira vez, D. Luís de Ataíde foi entusiasticamente recebido por el-rei D. Sebastião; mas depois, quando se revelou contrário aos projetos bélicos deste monarca relativamente a Marrocos, tornou-se impopular na corte régia. Neste período, entre 1572 e 1577, poderia ter sido nomeado para um cargo na periferia, menos compatível com a sua categoria social e com a sua carreira (como o de alcaide de Castro Marim), para nas vésperas da campanha de Alcácer Quibir ser afastado de Portugal, com uma nova nomeação como vice-rei do Estado da Índia, onde viria a falecer.

### **Azinhal**

Azinhal é um lugarinho de trinta vizinhos, pouco mais de uma légua de Castro Marim, cujo termo é pelo rio Guadiana acima, da banda de Portugal.

A-do-Leite a Maior<sup>255</sup> é uma aldeia que terá cem vizinhos, está entre Castro Marim e Alcoutim, três léguas duma vila e da outra, algum tanto metida pelo sertão.

A-do-Leite a Menor é uma aldeia de vinte vizinhos, está junto donde a ribeira do mesmo nome se mete em Guadiana, três léguas abaixo de Alcoutim.

### [51v] **Alcoutim**

Alcoutim é uma vila situada na ribeira de Guadiana, seis léguas da barra pelo rio acima para o norte. É pequena na povoação, mas fresca no sítio, porque goza do mesmo rio que lhe bate nas portas. É de muito arvoredos e fruta, de que as ourelas deste rio estão acompanhadas, assim da banda de Portugal como de Castela, com que faz sua navegação não pouco deleitosa, em especial nos meses de Verão e Primavera. Tem Alcoutim muitas criações de gados, e caça de toda a sorte, porque seu termo é grande e está no melhor das serras do Algarve, por onde lhe correm as ribeiras do Leite e Vascão, e vão despejar as suas águas em Guadiana, que as leva consigo ao mar. Esta vila é da Casa de Vila Real, por respeito de D. Maria Freire, filha e herdeira de João Freire, senhor de Alcoutim, a qual casou com D. Fernando de Meneses, segundo marquês de Vila Real.<sup>256</sup> El-rei D. Manuel, estando em Muge,<sup>257</sup> depois de fazer conde de

---

<sup>255</sup> O mesmo que Odeleite.

<sup>256</sup> D. Fernando de Meneses (1463-c.1524) era filho de D. Pedro de Meneses, anteriormente referido; foi 2º marquês de Vila Real e também 1º conde de

Alcoutim este D. Fernando acima dito, que foi filho de D. Pedro, 1º marquês de [52] Vila Real, lhe fez graça e mercê deste condado e título de juro, de maneira que os filhos legítimos mais velhos do marquês de Vila Real se intitulassem condes de Alcoutim, por esta ordem, e foi depois D. Pedro, filho deste D. Fernando, e D. Miguel, filho deste D. Pedro, e D. Manuel de Meneses, irmão deste D. Miguel, que por sua morte é agora marquês de Vila Real e conde de Alcoutim.<sup>258</sup>

Nesta vila [de] Alcoutim e seu termo, que parte com o de Mértola, se acaba o reino do Algarve da banda do levante, e começa a província d'Entre Tejo e Guadiana. E aqui faz volta ao poente, por entre as serras do mesmo Algarve e o Campo de Ourique, até se ir a meter no mar Oceano, junto de Odemira e de seu rio. Nesta paragem, que é o sertão deste reino, há muitas vilas e outros lugares, mas alguns não de muita importância, por causa da terra ser montuosa e falta de águas no estio, e também de pão, que é o que dá alento e forças aos lavradores e outros homens para se ajuntarem e fazerem grandes povoações. Há, porém, muitos fatos de gado de toda a sorte, que pastam por toda ela [52<sup>v</sup>] e se criam em suas ribeiras, os quais dão não pouco refrigério aos caminhantes com sua vista, leite, queijo, se é tempo dele. E como isto assim seja, não gastarei tempo em fazer tão particular memória delas como fiz das do marítimo, onde jaz o principal do Algarve, mas passarei com as nomear pela ordem em que elas estão situadas, quanto me for possível, como o fizeram os geógrafos antigos, que com só isto se contentaram, ainda nas principais de todo ele.

A aldeia de Martim Longo é o primeiro lugar que se oferece nesta volta que fazemos pelo sertão, do levante para poente. É lugar grande e

---

Alcoutim, pelo casamento com D. Maria Freire, filha de João Freire (c.1415-1474), que era senhor da terra de Alcoutim.

<sup>257</sup> BNP: «Mujá».

<sup>258</sup> Os marqueses de Vila Real e condes de Alcoutim, D. Pedro de Meneses (1486-1543) e seus filhos, D. Miguel de Meneses (1534-1564) e D. Manuel de Meneses (1537?-1590), foram governadores de Ceuta.

abastado, porque tem boas terras de pão e de criações. É termo da vila de Alcoutim, nove léguas dela pela serra dentro. Haverá nela como quatrocentos vizinhos, muitos deles homens ricos para a terra, e que acodem a qualquer rebate de mouros, não com menos concerto que os que moram na cidade.

Vale do Choupo é um lugarete de quarenta vizinhos, [53] termo de Alcoutim.

O Pereiro é uma aldeia de trinta vizinhos, termo de Alcoutim.

Aldeia dos Guiões terá cinquenta vizinhos, é termo de Alcoutim.

Moncarapacho é um lugar pequeno, duas léguas de Tavira, cujo termo é. Mas tudo ao redor de si tem povoado de quintas, em que continuamente mora muita gente fidalga, e outros homens honrados que vivem por suas fazendas. É terra abastada porque nela se colhe o principal figo e azeite de todo o Algarve. Tem uma igreja grande e boa,<sup>259</sup> provida de todo o necessário, e fazem-se os ofícios divinos nela com tanta perfeição como dentro em Tavira. Tem também casa de Misericórdia, e é toda gente lustrosa e de opinião, e que aos repiques dos mouros, que pelo Verão muitas vezes nestas partes há, não são os derradeiros que acodem.

A Fonte do Bispo é um lugar de cento e cinquenta vizinhos, duas léguas de Tavira pelo caminho de Loulé, é terra fresca de boas águas, e toda [53<sup>v</sup>] povoada de quintas com muitos figueirais, amendoais, vinhas e terras de pão, que a fazem alegre e abastada.

Salir foi antigamente vila acastelada, edificada num teso que fica alteroso da banda do norte e do poente, donde lhe cai uma formosa várzea de

---

<sup>259</sup> A Igreja de Nossa Senhora da Graça, em Moncarapacho, foi construída em finais do século XV.

pão, das melhores que há dentro nas serras do Algarve. Tem ainda alguns pedaços de muro com seus cubelos, mas já tudo arruinado.<sup>260</sup> Moram dentro alguns poucos lavradores, e os mais estão espalhados pela serra. E acodem os dias santos a uma freguesia que junto do castelo está, invocação de São João Batista.<sup>261</sup> Haverá em toda ela trezentos fogos, e é termo de Loulé, duas léguas para o norte.

Paderne é um lugar de setenta vizinhos, termo de Loulé. Acham-se junto dele sinais de edifícios antigos, como que foi já em algum tempo povoação de mais importância. É terra fresca e de criações.

Pera é um lugar junto de Alcantarilha, não longe do mar, jaz no termo de Silves e terá quarenta vizinhos, todos lavradores, por ser terra de pão e que toda [54] se semeia. Faz o mar defronte dela uma formosa praia da banda do sul, na qual está uma armação de atuns que se chama a Armação de Pera.

Monchique é um lugar [a] quatro léguas de Silves, cujo termo é, e cai-lhe da banda do norte à vista da mesma cidade. O sítio deste lugar parece maravilhoso a todo o homem que considera os segredos da natureza, a qual repartiu todas as coisas e as pôs em seus divididos lugares para ornato e conservação do universo. A graça e recreação que tem Sintra, na província da Estremadura, e [a] serra da Estrela em toda a Beira, essa podemos dizer que tem Monchique em todo o reino do Algarve, porque nele somente Inverno e Verão correm os mesmos ares, nascem as mesmas águas, se acha todo o género de fruta, isto é, a cereja, a castanha, o pero, a laranja, e todo o mais que costuma recrear e dar deleitação à natureza humana. E tanto mais tenho isto por maravilhoso neste lugar, quanto toda a outra terra, assim a que jaz em torno como a que está mais apartada, por espaço de quarenta léguas, carece desta fresquidão, e parece

---

<sup>260</sup> O Castelo de Salir, conquistado aos mouros em meados do século XIII, foi depois progressivamente desativado, por ter perdido a sua importância estratégica.

<sup>261</sup> Poderá tratar-se da Igreja de São Sebastião, em Salir.

que dá a entender [54<sup>v</sup>] que só neste lugar ajuntou a natureza o que negou às outras partes do reino. Tem Monchique uma légua de si uns banhos de água saudável, aos quais por conselho dos físicos se foi a banhar el-rei D. João o 2º deste nome,<sup>262</sup> não faltando em Portugal outros mais perto em que isto pudera fazer. O ano de 1573,<sup>263</sup> que el-rei D. Sebastião visitou o Algarve, foi a este lugar e se satisfez muito da sua frescura, e se tratou de o fazer vila, e el-Rei a fizera sem dúvida, se não houvera quem disso o remontou por seu interesse.<sup>264</sup>

Mexilhoeira Pequena terá trinta vizinhos, está pegada com o rio de Vila Nova, um tiro de bombarda da mesma vila, da banda do nascente. É termo de Silves, lugar aprazível, e de muita pescaria e marisco. Neste lugar se embarca o mais figo do Algarve, e o porto onde o embarcam, que está junto das casas, tem cem braças de altura, o que se não acha noutra parte alguma de todo este rio.

Mexilhoeira Grande está mais adiante, no rio [55] do Alvor, terá trezentos vizinhos. Tem muita água, caça e marisco, e é termo de Silves.

Porches está [a] duas léguas de Silves, cujo termo é. Lugar de quarenta vizinhos, terra de pão e criações.

A Bordeira é um lugarinho de quarenta vizinhos, termo de Lagos.

Budens terá outros tantos vizinhos como Bordeira, e também é termo de Lagos.

Aldeia do Bispo está légua e meia do cabo de São Vicente, terá sessenta vizinhos. É lugar de boas águas e sadia, e tem muitas criações.

---

<sup>262</sup> D. João II estanciou alguns dias em Monchique, em meados de outubro de 1495.

<sup>263</sup> BNP: «mil quinhentos setenta e ...».

<sup>264</sup> D. Sebastião visitou Monchique em janeiro de 1573.



A Raposeira é uma aldeia, meia légua do Cabo, terá cem vizinhos, e é termo de Lagos.

Aljezur é uma vila situada no alto, meia légua do mar, onde se mete uma ribeira do mesmo nome, que faz um pequeno porto dobrando já o Cabo, pela costa do sul para o norte. Terá duzentos vizinhos, é terra de muitos e bons vinhos, e criações de gado de toda a sorte, mas no Verão é pouco sadia.

Odeceixe<sup>265</sup> é o derradeiro lugar que o Algarve tem [55<sup>v</sup>] ao longo da costa, do lado do poente para o norte, cujo termo chega a Odemira, que é o primeiro lugar de Portugal. Tomou o nome duma ribeira que não longe se mete no mar, e nele faz uma pequena barra em que há embarcação, terá oitenta vizinhos e é termo de Aljezur.

Afora os acima ditos, há no reino do Algarve outros muitos lugares, como são Sines, Vila Nova de Milfontes, Benfali,<sup>266</sup> os Colos, a Murteira, a Carrapateira, Algoz, Carvoeiro, o Freixo, Pena Grande, a Peninha, a Nave Redonda, Alte, Quarteira, Marim e as Alcarias, e A-dos-Pretos, dos quais não faço aqui mais particular memória, por não ter inteira notícia delas, e me parecerem de menos importância.

No situar de todas estas terras do reino do Algarve, até aqui, quanto me foi possível, [descrevi] as paragens em que cada uma delas está discorrendo, primeiro pelas que jazem na costa do mar de poente a oriente, e depois dando volta pelo sertão em busca das que se esconderam entre suas empoladas serras. E se com tudo isto [56] o leitor achar alguma coisa das que eu aqui digo estar menos verificada do que lhe a ele parece, lembre-se que somos homens, aos quais é mais próprio o errar que acertar, em especial nesta matéria, pela muita dificuldade que todos os geógrafos acharam nela.

---

<sup>265</sup> BNP: «Odeseixes».

<sup>266</sup> Provável lapso por 'Bensafrim'.

## Fim do 1º Livro

*Laus Deo*

Sines é uma vila situada na ourela do mar Oceano, [vinte] légua[s] do cabo de São Vicente para o norte. Tem porto e carregação. Desta vila foi natural D. Vasco da Gama,<sup>267</sup> primeiro conde da Vidigueira e almirante do mar, o que primeiro descobriu a Índia em tempo d'el-rei D. Manuel, de gloriosa memória, de que não pouco se pode gloriar.<sup>268</sup> E na dízima do pescado desta lhe deu o mesmo Rei trezentos mil réis de tença, com promessa de o fazer senhor dela, por ser seu natural.<sup>269</sup>

---

<sup>267</sup> Vasco da Gama (1469-1524), descobridor do caminho marítimo para a Índia, em 1497-1499, após o que recebeu o título de Dom e foi nomeado 1º conde da Vidigueira.

<sup>268</sup> Nota à margem: «Castanheda, 1º livro da *História da Índia*, cap. 29». Referência ao cronista Fernão Lopes de Castanheda (1500-1559) e à sua *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, cujo primeiro livro foi publicado em Coimbra em 1551 (e os restantes sete livros na mesma cidade, nos dez anos seguintes).

<sup>269</sup> Nota do copista (corrigida pela versão do manuscrito da ACL): «Isto estava em um papelinho separado, mas da mesma letra que se acha escrito logo no princípio». O fl. 56<sup>v</sup> está em branco.

**[57] LIVRO SEGUNDO**

**DE, POR QUEM E EM QUE TEMPO FOI CONQUISTADO O REINO DO ALGARVE D'AQUÉM-MAR, HAVENDO MAIS DE QUINHENTOS ANOS QUE ERA POSSUÍDO DOS MOUROS.**

**Capítulo 1º – Do tempo em que se perdeu Espanha e se começou a recuperar pelos cristãos, e com ela o reino do Algarve.**

Na geral perdição de Espanha, que foi no tempo do infeliz rei D. Rodrigo,<sup>270</sup> derradeiro dos godos, cujo reino começou o ano de nossa redenção de 712 e durou sete [anos] e meio, se perdeu também o reino do Algarve d'aquém-mar, que é uma parte dela.<sup>271</sup> O qual rei D. Rodrigo, pelejando com os mouros [57<sup>v</sup>] na derradeira batalha que com eles houve, que começou em domingo, nove dias andados de setembro de 714,<sup>272</sup> e durou até o domingo seguinte, foi no fim dela vencido morto, ou segundo outros dizem, desaparecido da mesma batalha, em maneira que não se achou mais memória dele senão em Viseu, cidade de Portugal, um letreiro que dizia assim: «Aqui jaz D. Rodrigo, derradeiro rei de Espanha».

Passados seis anos depois deste geral dilúvio, se começaram a juntar e fazer corpo alguns cristãos que às Astúrias de quase toda Espanha se foram retirando e escaparam, por ser terra montuosa e áspera,<sup>273</sup> e

---

<sup>270</sup> Nota à margem: «Pedro d'Aveiro, em sua *Crónica*. Rodrigo, o último rei godo da Lusitânia, terá reinado apenas um ano, entre 710 e 711.

<sup>271</sup> Nota à margem: «Em menos de dois anos foi perdida Espanha».

<sup>272</sup> A batalha de Guadalete terá ocorrido em 711 (e não em 714).

<sup>273</sup> Nota à margem: «*Enchiridion de los tempos*, fls. 10, 41». Referência à obra de Alonso Venero, *Enchiridion de los tempos*.

levantaram por rei a D. Pelaio,<sup>274</sup> filho de D. Fávila, duque que fora de Cantábria, que é Navarra. E com o favor divino começaram a tornar sobre si e fazer rosto aos mouros e ganhar alguns poucos lugares dos muitos que eram perdidos.

Este D. Pelaio, que depois se intitulou rei de Leão, [58] foi o primeiro que fez resistência aos mouros depois da derradeira batalha em que se perdeu el-rei D. Rodrigo. Do qual contam as crónicas que estando escondido numa cova, nas Astúrias, com quase mil companheiros, foi nela pelos mouros achado e combatido, primeiro com razões e afagos pelo inclinarem à sua seita, e depois com as armas para o destruírem.<sup>275</sup> Mas o Senhor piedoso, que já como pai açoitara a seu povo, provocado por seus pecados, e o queria tornar a reconciliar à sua amizade, mostrou ali suas misericórdias com milagre singular. E foi que todas as setas, dardos e pedras que os mouros atiravam à cova, para matar os cristãos que nela estavam, se tornavam a eles e os feriam e matavam. O que vendo D. Pelaio, saiu da cova com seus companheiros e matou deles mais de trinta mil, e os que escaparam subiram-se a um monte para ali se fazerem fortes, e por vontade do Senhor, que já favorecia seu povo, caiu o monte [58'] com eles e matou a todos sem ficar algum deles. E seguindo os cristãos esta vitória, ganharam em pouco tempo a cidade de Leão, nas Astúrias, e todas as outras terras suas comarcãs, de que logo este D. Pelaio se intitulou rei, como já é dito.<sup>276</sup>

Desta vitória tomaram ousadia outros cristãos da província [de] Tarragona, que é Aragão, e de Cantábria, que é Navarra, os quais também se haviam retirado aos montes Pirenéus, cujos vizinhos eram, para sair de seu desterro e dar com ímpeto nos inimigos, que estavam

---

<sup>274</sup> BNP: «Pelayo», designação em espanhol de Pelágio (r.718-737), que foi o primeiro monarca do reino das Astúrias.

<sup>275</sup> Referência à batalha de Covadonga, que ocorreu em 722.

<sup>276</sup> Nota à margem: «História Pontifical, p. 249, liv. 4º». Referência à crónica de Gonzalo de Illescas, *Historia Pontifical y Católica*, anteriormente identificada.

apoderados e feitos senhores de suas terras e herdades. Para o que melhor efetuarem, levantaram por rei a um cavaleiro nobre de entre eles, chamado Garcia Ximenes, o ano do Senhor 722, oito anos depois da geral perdição de Espanha,<sup>277</sup> o qual, com o favor divino e bom esforço de seus companheiros, ganhou o reino de Navarra e se intitulou rei dela por consentimento de todos.<sup>278</sup> E assim por esta maneira o fizeram outros muitos [59] cristãos, andando o tempo, e daqui sucedeu dividir-se Espanha em diversos reinos, e sendo primeiro, em tempo dos romanos e depois dos godos, toda junta uma só monarquia.

Nesta sucessão dos tempos veio a reinar em Castela e Leão el-rei D. Fernando o 2º, no ano de nossa redenção 1216,<sup>279</sup> no qual estes dois reinos se tornaram a ajuntar a segunda vez. Este Rei houve muitas batalhas com os mouros; em uma delas lhe[s] tomou a cidade de Córdoba, no ano de 1235,<sup>280</sup> na qual achou os sinos que el-rei Almançor mandara tirar da igreja do apóstolo Santiago, em Galiza,<sup>281</sup> em desprezo dos cristãos, e os mandou tornar a ela com muita festa e alegria. Na tomada desta cidade, dizem as crónicas<sup>282</sup> que se achou presente D. Frei Paio Peres Correia,<sup>283</sup> português de nação e mestre da Ordem de Duques, que agora é de Santiago,<sup>284</sup> em Castela, pessoa nobre e de grande casa, guerreiro singular contra os mouros, [59] inimigos de nossa santa fé, ao qual el-Rei a deixou encomendada, tornando-se a Castela, para que a governasse e defendesse.

---

<sup>277</sup> Em 722 tinham passado onze anos sobre o início da conquista da Península Ibérica pelos muçulmanos.

<sup>278</sup> Garcia Ximenes terá sido proclamado rei de Navarra em 729, reinando até 758.

<sup>279</sup> Nota à margem: «D. Fernando 3º, o Santo». Referência a Fernando III, o Santo, rei de Leão e Castela.

<sup>280</sup> A conquista de Córdoba data de 1236.

<sup>281</sup> Referência à Catedral de Santiago de Compostela, que foi saqueada em 997 por Almançor ou Abu ‘Amir Muhammad (c.939-1002), político e militar andaluz.

<sup>282</sup> Nota à margem: «Rui de Pina, na *Crónica de el-rei D. Afonso 3º*». Referência à *Crónica de el-rei D. Afonso III*, da autoria de Rui de Pina, que na época circulou em manuscrito.

<sup>283</sup> Nota à margem: «D. Paio Pires se chamava nas doações que el-Rei lhe fez».

<sup>284</sup> A Ordem de Santiago chamou-se originalmente ‘Fratres de Cáceres’.

Desejava muito este rei D. Fernando tomar aos mouros a cidade de Sevilha e província [de] Andaluzia, que toda era de mouros naquele tempo, e na volta que fez a Castela deixou isto muito encarregado a D. Paio Correia e a um D. Rodrigo Álvarez,<sup>285</sup> asturiano, mandando-lhe[s] que nesta empresa pusessem todas as suas forças. Os quais, querendo satisfazer aos desejos d'el-Rei e ao que lhe[s] deixava encomendado, partiu-se D. Paio Correia para Sanlúcar de Barrameda<sup>286</sup> e D. Rodrigo Álvarez para Alcalá de Guadalajara,<sup>287</sup> onde, com muitas gentes que consigo levavam, guerreando continuamente, puseram a cidade em todo o aperto, que o rei dela, constringido da necessidade, lhe[s] deu grande quantidade de ouro por tréguas de um ano, que os ditos fronteiros lhe prometeram. [60] Neste ano semeavam os mouros o mais do pão que tinham na cidade, com fundamento de colher muita novidade para alguns anos, com que depois pudessem sustentar a guerra que os cristãos lhe[s] fariam. Disto foi logo el-Rei avisado, e não havendo por boas as tréguas que os fronteiros com os mouros tinham feito, ajuntou muita gente, e vindo-se em pessoa a Sevilha, com os mesmos fronteiros pôs cerco sobre a cidade, que durou dezasseis meses, no fim dos quais se deram os mouros com seguro das vidas, em dia de São Clemente do ano de 1248.<sup>288</sup>

E neste meio tempo da tomada de Córdoba e Sevilha,<sup>289</sup> que foram treze anos, os quais o mestre D. Paio Correia esteve por fronteiro na Andaluzia, não cessava de fazer contínua guerra aos mouros, e ora os acometia numa parte, ora noutra, em maneira que os enleava, e em nenhum lugar estavam seguros, nem se sabiam dar conselho com ele. E

---

<sup>285</sup> Rodrigo Álvarez (?-c.1334) foi senhor de Noreña, nas Astúrias.

<sup>286</sup> BNP: «San Lucas de Barrameda».

<sup>287</sup> Alcalá de Henares e Guadalajara são duas localidades castelhanas próximas, mas distintas.

<sup>288</sup> Sevilha foi reconquistada em 1248.

<sup>289</sup> Nota à margem: «Rui de Pina, na *Crónica d'el-rei D. Afonso 3º*, cap. V». Referência à *Crónica de el-rei D. Afonso III*, de Rui de Pina.

nas muitas entradas que por suas terras fez, [60<sup>v</sup>] foi uma na Lusitânia, junto do Campo de Ourique, na qual tomou a vila de Aljustrel, e noutra a de Mértola, que em seu sítio e fortaleza está não pouco arriscada.<sup>290</sup> As quais el-rei de Portugal, que então era D. Sancho Capelo, assim chamado por causa de um certo vestido de que usava, logo mandou pedir a el-rei D. Fernando, seu primo com irmão, por serem de sua conquista. El-rei D. Fernando mandou logo ao Mestre que lhas entregasse, e ele, pelas almas de seus antepassados e amizade grande que com o Mestre tinha, as deu à Ordem e Mestrado de Santiago, como na mesma doação [a]parece, cujas ainda ao presente são.

**[61] Capítulo 2º – De como D. Frei Paio Correia, mestre de Santiago em tempo d’el-rei de Castela D. Fernando o 2º,<sup>291</sup> tomou aos mouros Estômbar e Alvor, no reino do Algarve.**

No mesmo tempo que o mestre de Santiago D. Paio Correia esteve por fronteiro na província [de] Andaluzia,<sup>292</sup> segundo já é dito, trabalhou muito por tomar alguma fortaleza aos mouros, no reino do Algarve, que tinha por vizinho, confiado que como nele metesse o pé, como dizem, e tivesse onde recolher a gente que a ele levasse, tudo o mais lhe seria menos dificultoso. Estes desejos comunicou por algumas vezes com seus cavaleiros, em que não achou conforme parecer, porque alguns recusavam a empresa pela aspereza da terra e ser muito povoada, e os mouros terem socorro pelo mar, que lhe[s] viria d’África todas as vezes que o houvessem mister. Mas o Mestre, cujo coração era já [61<sup>v</sup>] favorecido da graça do Senhor para este negócio, deliberou consigo não deixar de o levar ao cabo, por dificuldade alguma que nisso lhe fosse

---

<sup>290</sup> A reconquista de Aljustrel data de 1234, a de Mértola, de 1238.

<sup>291</sup> Isto é, ‘D. Fernando III’.

<sup>292</sup> Nota à margem: «Rui de Pina, na *Crónica d’el-rei D. Afonso o 3º*, cap. VI, e Pedro de Aveiro Ribeiro, em sua *Crónica geral*, p. 217». Referência à *Crónica de el-rei D. Afonso III*, de Rui de Pina.

posta, e falou em segredo com um Garcia Rodrigues, mercador que tratava neste Algarve com os mouros e com os cristãos suas mercadorias, e nisto andava corrente, e lhe disse que seus desejos eram, com a ajuda do senhor Deus e por seu serviço, cobrar dos mouros este reino do Algarve, se pudesse, para o que havia então singular conjunção e aparelho, pelas discórdias que sabia de certo que havia entre os reis e senhores dele; e que, se o já não tinha cometido, era porque não sabia a terra nem por onde lhe convinha fazer as primeiras entradas, e que, pois ele tudo isto bem sabia, lhe quisesse dizer seu parecer verdadeiro, como bom cristão e homem em cuja conta ele o tinha.

E Garcia Rodrigues, em quem havia bom entendimento e juízo, lhe deu logo para isto tão bom conselho e ardil, e também aviamento de tudo o que pôde, que o Mestre se persuadiu e apartou logo alguns dos seus corretores, por maneira d'almogavaria,<sup>293</sup> e os mandou diante, com instrução de [62] Garcia Rodrigues, a considerar a terra e fazer nela algum salto, onde melhor lhe[s] parecesse. Os quais partiram d'Aljustrel, donde o Mestre estava, e passaram pela torre d'Ourique, e andaram de noite com muito tento, por não serem dos mouros sentidos, e o primeiro lugar a que chegaram foi à torre d'Estômbar. E considerando com diligência a gente e guarda que nela havia, entenderam que estava desapercibida e sem algum receio de cristãos, pelo que deram de súbito nela com o maior ímpeto que puderam, e aprouve ao senhor Deus que sem muita força ou perigo foi logo tomada. Esta nova mandaram logo ao Mestre, que não com menos alegria que pressa fez prestes seus cavaleiros, com que, chegando à torre, houve prazer com os seus, louvando-lhe[s] seu esforço e valentia. Dali a poucos dias foi sobre a vila de Alvor e a tomou e povoou de cristãos, para que a possuíssem e defendessem.

---

<sup>293</sup> Almogavaria, incursão ou expedição armada de almogávares, tropas mercenárias cristãs, muito ativas nas campanhas militares da Reconquista.



Como o Mestre foi em posse destes dois lugares e teve onde recolher suas gentes e mantimentos, deles fez tanta guerra e dano aos mouros que moravam em Silves e sua comarca, [62<sup>v</sup>] que, vendo-se perseguidos e que não podiam lavrar suas terras nem sair fora senão todos juntos, fizeram consultar entre si e cometeram ao Mestre que, se quisesse, lhe dariam Cacela, junto com Tavira, por Estômbar e Alvor, que lhe[s] tinha tomado. O que os mouros nisto pretendiam era que, como estes lugares estavam em meio do reino e mais juntos do cabo que agora chamamos de São Vicente, onde então a terra era mais povoada, recebiam e podiam receber ao diante dos cristãos mais dano que de Cacela, que era mais no fim da terra e estava junto com Tavira, que era lugar forte e de grande povoação, cujos moradores e vizinhos, por serem muitos, poderiam mais facilmente deitar fora e tornar a tomar a vila aos cristãos. Desta troca aprouve também ao Mestre,<sup>294</sup> por Cacela ser lugar forte sobre o mar e naquele tempo bem cercada, pelo que logo se mudou para ela e lhe[s] deixou livres os outros lugares.

**[63] Capítulo 3º – Recontros que o mestre D. Paio Peres Correia teve com os mouros, estando em Cacela, nos quais foram vencidos e desbaratados.**

Aposentado o Mestre em Cacela com toda sua gente,<sup>295</sup> e posta nela toda boa guarda e provisão necessária, logo se fez prestes para ir sobre o lugar [de] Paderne, que sabia estar menos apercebido. E porque, como quer que os mouros entre si havia muito tempo que tinham grandes diferenças e desconcertos, porém, a necessidade e perigo em que os pôs a ida do Mestre ao Algarve, lhe[s] causou que logo foram amigos, para com iguais corações defenderem suas pessoas e terras. Pelo que, sabendo os de Farão, Tavira e outros lugarinhos comarcãos que o Mestre era saído de

<sup>294</sup> Nota à margem: «Deu o Mestre Estômbar e Alvor por Cacela».

<sup>295</sup> Nota à margem: «Rui de Pina, na *Crónica d'el-rei D. Afonso o 3º*, cap. 6º, e Pero d'Aveiro, no lugar já dito». Referência à *Crónica de el-rei D. Afonso III*, de Rui de Pina.

Cacela com sua gente a correr a terra, como tinha por costume, avisaram os de Loulé para que, o dia seguinte, todos juntos lhe[s] tomassem o passo e se encontrassem com ele[s]. E o outro [63<sup>v</sup>] dia, em amanhecendo, logo se ajuntaram todos sobre este acordo e foram dormir contra a serra, a um lugar a que chamam o Desbarato.<sup>296</sup>

O Mestre e os seus, caminhando toda a noite, nada disto sabiam, e porque as escutas que adiante levava sentiram rumor de gente, não quis o Mestre ir mais adiante, mas fez sinal que repousassem. E como foi manhã, o Mestre, com sua singular e costumada destreza, ordenou toda sua gente em esquadrões e, guiados de sua bandeira, que ia adiante estendida, não andaram muitos passos quando houveram vista dos mouros, que jaziam num vale embrenhados, os quais, vendo a pouca gente que o Mestre levava em sua comparação, foram muito alegres e cobraram grande esforço e ousadia, tendo por certo que a vitória ficaria com eles. Isto não permitiu o Senhor que fosse assim, porque o Mestre, cuja confiança não estava nos homens posta senão em só Deus, por cuja honra e fé pelejava contra os inimigos da verdade, deu logo neles Santiago, sem mais tardar, e a batalha [64] foi tão bem pelejada d'ambas as partes que a vitória esteve duvidosa por grande espaço. Ao fim, os cristãos apertaram tão esforçadamente com os mouros que não puderam mais sofrer, mas voltando as costas fugiram com desacordo cada um por onde melhor podia, ficando muitos deles mortos e feridos, sem se poderem bulir. Outros se recolheram a um lugar a que chamam o Furadouro, caminho da Fonte do Bispo, e o Mestre com os seus se tornou ao lugar da batalha e não quis seguir mais o alcance por ver sua gente muito cansada do trabalho passado. E logo aquela mesma tarde os que fugiram da batalha se ajuntaram com outros muitos que a eles se vinham, e lamentando sua desventura mostraram grande tristeza do desbarate passado, em especial os de Tavira, por verem que cobraram por vizinhos homens de tanto esforço.

---

<sup>296</sup> Desbarato situa-se nas proximidades de São Brás de Alportel.

Havendo entre si conselho sobre o que fariam, disseram alguns deles:

«Estes cristãos já nos não temem, nem têm em conta, como vedes, e isto não sem causa, [64<sup>v</sup>] pois que por nossa fraqueza ou desventura sempre deles nos apartamos vencidos. Mas, contudo, esforcemo-nos e não desmaiemos de todo, porque mais acostumado é nos que seguem o exercício da guerra serem muitas vezes de uns mesmos vencidos e numa só batalha restaurarem todo o perdido, e mais ficar ainda de ganho. Isto, se bem o consideramos, não pode deixar de ser agora, pela conjunção a que somos vindos. Os cristãos, muitos deles estão feridos e todos cansados, e ainda seguros pela vitória que de nós houveram, parecendo-lhes que já em nós não há forças para lhe[s] resistir, e muito menos para os acometer. Ajuntemo-nos todos e, em amanhecendo, sem mais tardar demos sobre eles, porque este é o dia em que os havemos de desbaratar e deitar fora de nossas terras».

E vindo todos neste parecer, levantaram-se de madrugada e foram-nos esperar ao Almargem, caminho de Cacela, por onde sabiam que haviam de passar.

O Mestre, [65] que destes conselhos não podia ser sabedor, como foi manhã, começou com os seus a marchar pela serra caminho de Cacela, e já sobre a tarde chegou ao lugar onde os mouros o esperavam. E não levava já toda sua gente, porque muita dela mandara ao monte, onde agora é Castro Marim, a recolher alguns dos seus que passavam pela ribeira. E logo em os mouros tendo vista do Mestre, saíram a ele com tão grande ímpeto e grita, que o puseram em grande perigo e turvação. Mas recobrando sobre si, como quem em semelhantes casos andava versado, não sem grande trabalho retirou sua gente atrás para um outeiro que a serra faz contra Tavira, que depois foi chamado o Cabeço do Mestre,

onde pela fortaleza e boa disposição do lugar ficavam algum tanto mais seguros. Os mouros, chegando-se ao outeiro, o combatiam rijamente, e com tanto esforço trabalharam por deitar dele o Mestre com os seus, que, se a noite não sobreviera, que os apartou, eles sairiam com a sua, como [65<sup>v</sup>] tinham dito, se o Senhor d'outra maneira o não ordenara.

Afastados os mouros, constringidos pela escuridão, alojaram-se ao pé do outeiro, com determinação de ao outro dia, em amanhecendo, darem fim ao que tinham começado. O Mestre, logo como foi noite, visto o perigo em que estava, mandou a Cacula com grande presteza pedir socorro, e como era perto, logo essa mesma noite lhe veio. O que sentindo os mouros, que não longe estavam e tinham suas espias, cada um se acolheu a sua casa, antes que amanhecesse, no qual houveram bom conselho, porque o Mestre tinha determinado, com o socorro que lhe veio, dar sobre eles o outro dia, como fez, mas achando-os já postos em salvo, se tornou em paz e com alegria para Cacula.

#### **[66] Capítulo 4º – Da morte dos sete cavaleiros e de como o Mestre tomou Tavira.**

Vendo-se os mouros, em especial os moradores de Tavira e seus, perseguidos do Mestre,<sup>297</sup> e que em nenhum lugar estavam seguros dele, houveram entre si conselho e acordaram de lhe mandar pedir tréguas até o mês de setembro, porque era já entrado o mês de julho, em que lhe[s] era necessário recolher o pão e fazer seu alacir do figo e vindima, o que não ousavam fazer com medo do Mestre e de suas gentes. Não enjeitou o Mestre este requerimento, posto que, ao conceder dele, se mostrasse aos mouros carregoso, porque lhe pareceu ter necessidade deste tempo para se recrearem os seus dos muitos trabalhos passados, e também para se aperceber de mais gente para o que determinava, pelo que lhe[s]

---

<sup>297</sup> Nota à margem: «Rui de Pina, na mesma crónica, cap. 8º, e Pero d'Aveiro, no lugar acima dito». Referência à *Crónica de el-rei D. Afonso III*, de Rui de Pina.

mandou logo passar suas certidões, que nos tais casos se costumam. [66<sup>v</sup>] E sendo os cristãos e mouros seguros por razão destas pazes, começaram a comunicar-se uns com os outros no que lhe[s] cumpria. Mas elas duraram pouco, e não chegaram ao termo por eles assentado, e a causa foi esta.

D. Pedro Pires,<sup>298</sup> comendador-mor de Santiago, que andava em companhia do Mestre, disse um dia a outros cavaleiros que, por seu desfadamento, pois estavam em tréguas, deviam ir caçar às Antas, que eram dali [a] três léguas, para o que tinham boas aves de altanaria. O Mestre, sabendo isto, não foi disso contente, como pessoa prudente e recatada, e disse-lhe[s] que escusassem a ida, porque os mouros, por suas condições, não eram menos ciosos de suas terras que de suas próprias mulheres, e que com qualquer ocasião, sendo homens sem fé e verdade, lhe[s] poderiam fazer algum dano, que custaria depois caro. Ao qual o comendador-mor tornou dizendo que, pois estavam com eles [67] em tréguas pelos mesmos desejadas e requeridas, não havia que temer, e que para mais resguardo eles iriam à caça aparelhados de paz e de guerra, que escolhessem eles qual quisessem. Com esta confiança partiu de Cacela D. Pedro Pires, com outros cinco companheiros, e tomando o caminho direito por Tavira, entraram pela ponte e atravessaram pelo meio da praça e porto da vila, a cavalo, com seus açores e outras aves de caça em suas mãos, e foram ter às Antas, uma légua de Tavira, junto da ribeira, onde começaram a caçar com muito prazer e contentamento.

Os mouros, vendo-os passar por suas portas a cavalo, tão seguros, e parecendo-lhes, como gente apoucada, que o faziam em seu desprezo, receberam grande dor, porque sua vista lhe[s] refrescou a memória de muitas mortes e outros danos, que por muitas vezes deles em suas pessoas e terras tinham recebido. E ajuntando-se alguns, disseram com grande [67<sup>v</sup>] dor a outros: «Certamente os homens que sofrem tanta

---

<sup>298</sup> D. Pedro Pires Pereira (?-1269), nobre português que participou nas atividades da Reconquista no Algarve e na Andaluzia.

afronta e desprezo, como estes cristãos com ousadia e soberba nos fazem, são mais que mortos, e mostram que não têm vergonha nem coração, e que carecem de verdadeiro juízo. Vós não vedes estes homens, que são nossos inimigos, e nos têm feito tantos danos e afrontas em nossas mesmas pessoas e terras, que assim passam por nossos portos seguros e sem receio, como se a vila fora sua, fazendo de nós bestas e sem sentido?»

Ao rebuliço destas palavras se ajuntaram logo muitos, com grande alvoroço, e determinaram ir, como logo foram muito indignados, em busca dos cavaleiros cristãos que andavam caçando com muito gosto, bem fora de cuidar o que se lhes aparelhava. Os quais, como os viram vir ao longe, com grande pressa e estrondo, logo suspeitaram o que podia ser, e deixadas as aves e seu desenfadamento ocioso, se ajuntaram, e falando entre si disseram: «Claro vemos que estes mouros [68] vêm sobre nós, e o principal remédio que nisto temos nos há de vir de Deus, o qual por sua grande piedade tenha por bem de nos socorrer e esforçar neste trabalho. O conselho mais acertado que já agora podemos ter é que nos esforcemos como cavaleiros a sofrer qualquer afronta que nos vier, e aprazerá ao senhor Deus, pois somos cristãos e pelejamos por sua fé, que não somente nos defenderemos destes inimigos da verdade, mas que também os venceremos. E quando Ele doutra maneira o ordenar, e não pudermos salvar as vidas, vendamo-las por seu justo preço e hajamo-las por bem empregadas, pois as oferecemos em coisa de santo seu serviço.»

Isto dito, mandaram logo um recado ao Mestre com grande pressa, fazendo-o certo do perigo em que ficavam e pedindo-lhe que os quisesse vir a socorrer. E para que, entretanto, se pudessem defender, fizeram um palanque de paus de figueiras velhas que acharam, onde logo [68<sup>v</sup>] se recolheram todos seis. Os mouros, em chegando, os acometeram com grande força, e acharam neles, ainda que poucos, esforço e resistência, e não tão fáceis de entrar como cuidavam. Nesta conjunção, acertou de passar pela estrada Garcia Rodrigues, o mercador com que o Mestre se

aconselhara sobre a vinda do Algarve, como atrás fica dito, o qual ia de Farão para Tavira com suas mercancias, segundo costumava, e vendo o ajuntamento e rebuliço dos mouros, seguiu o fio deles para saber o que podia ser. E achando os cavaleiros cristãos em tão grande trabalho, tocou-lhe o espírito do Senhor e tornou depressa adonde deixara as cargas, e disse aos que consigo levava: «Ide vosso caminho e levai essas cargas e parti-as entre vós, que se eu viver não me faltará a misericórdia do Senhor, e também se morrer, melhor sorte será a minha, pois acabo em seu serviço». Isto dito, deu a correr e deitou-se dentro do palanque [69] com os cavaleiros cristãos, oferecendo-se ao mesmo perigo, os quais foram com ele muito esforçados, e os ajudou por espaço do dia em que se defenderam, rodeados dos inimigos, dando e recebendo muitas feridas, sem repouso algum, nem poderem dar fé uns do que os outros faziam. Mas, como eram n[ã]o mais de sete, e as forças com a continuação do trabalho lhes falecessem, foi seu palanque entrado e eles todos sete mortos, dando fim a suas vidas como esforçados cavaleiros de Cristo, nosso Redentor, a troco doutras que lhe[s] duram para sempre. O que não fizeram sem boa vingança dos inimigos, ficando por testemunha desta verdade muitos corpos de mouros naquele lugar, daqueles que mais se lhe[s] atreviam.

Não era ainda esta contenda acabada, quando chegou o recado ao Mestre, em Cacela, donde logo partiu sem tardança, com desejo de os socorrer, porque bem sabia que os cavaleiros eram [69<sup>v</sup>] tais que, sem nenhum desfalecimento de suas honras, ou haviam morrer pelejando ou vencer aos inimigos. E seguiu o caminho por onde eles foram, porque este era o mais direito, e sem contradição alguma entrou pela vila e praça dela com toda sua gente, e tão aceso ia no desejo de os livrar, que não lhe lembrou que nesta conjunção a pudera tomar sem algum perigo, ou porventura se lhe lembrou, o que é mais de crer, o dissimulou por então, estimando em mais, como bom capitão, a perda de seus cavaleiros com cujo favor e ajuda podia tomar esta e outras muitas, como já tinha feito. E chegando às Antas e vendo-os mortos, rodeados de corpos de mouros,

foi muito anojado de tão feio caso, e com grande ímpeto de ira deu logo sobre muitos mouros que ainda ali achou, e matou tantos que a ossada deles durou ali por longo tempo. E a outros que fugiram foi seguindo ao alcance, fazendo neles [70] grande destroço, até chegar à vila, cujas portas acharam fechadas pelos que dentro ficaram, e somente lhe abriram um postigo escuso que está contra Malforo, junto donde agora se edifica um mosteiro do padre Santo Agostinho, invocação de Nossa Senhora da Graça,<sup>299</sup> sobre que deu o Mestre subitamente com eles, e os feriu tão rijo que, não tendo eles acordo para se defender nem cerrar o postigo, entrou de volta com eles e se apoderou da vila, não sem grande estrago dos mouros.

Era a este tempo senhor dela um mouro por nome Albenfalila, do qual não se soube se morrerá nestes encontros ou se fugiu para outra parte onde mais não fosse visto. De maneira que esta batalha e a morte dos cavaleiros e a tomada da vila tudo foi junto num dia, que foi 11 de junho, dia do apóstolo São Barnabé, de 1242,<sup>300</sup> no qual se faz solene procissão na mesma cidade, em memória deste benefício. E apoderado já o Mestre da cidade e posto [70<sup>v</sup>] nela bom recado, foi-se às Antas pelos corpos dos sete cavaleiros, e com muitas lágrimas e suspiros os mandou apartar dentre os mouros e os trouxe consigo. Havia na cidade uma mesquita edificada no mais alto dela, esta mandou o Mestre consagrar e a dedicou à gloriosa Virgem Maria Nossa Senhora, e nela mandou pôr os corpos destes seus cavaleiros num sepulcro de pedra grande e bem lavrado, em que foram entalhados sete escudos com as vieiras e armas do apóstolo Santiago.<sup>301</sup> Os nomes dos cavaleiros são estes: D. Pedro Pires, comendador-mor de Santiago, em Castela, Mem do Vale, Durão Vaz, Álvaro Garcia, Estêvão Vaz, Beltrão de Caia e o mercador Garcia Rodrigues. São tidos em muita devoção de todo o povo da terra, e ao

---

<sup>299</sup> O Convento de Nossa Senhora da Graça, em Tavira, já anteriormente referido.

<sup>300</sup> A reconquista de Tavira teve efetivamente lugar em 1242.

<sup>301</sup> Trata-se da Igreja de Santa Maria do Castelo, em Tavira, contruída depois da reconquista da cidade.



presente está seu sepulcro sobre o altar da mão esquerda colateral à capela-mor, e isto não sem muita razão, pois derramaram o seu [71] sangue, como os mártires, por defesa da verdadeira fé de nosso Redentor Jesus Cristo, com o qual é de crer que reinam agora em sua glória.

**Capítulo 5º – Aparecimento que estes santos cavaleiros fizeram a el-rei D. Afonso de Castela, tendo cercada Tavira, com que levantou o cerco e se tornou a Castela.**

El-rei de Portugal, D. Afonso o quarto deste nome,<sup>302</sup> casou o infante D. Pedro,<sup>303</sup> seu filho, com D. Branca, filha d'el-rei D. Afonso de Castela e Leão, que já era seu genro.<sup>304</sup> E vindo a Infante a Portugal, achou-se que era muito enferma, pelo que o Infante tomou muito desgosto dela em maneira que foi tornada a Castela, onde se meteu freira no mosteiro das Huelgas de Burgos.<sup>305</sup> [71<sup>v</sup>] Depois disto, tornou o Infante a casar com D. Constança, filha de D. João Manuel, principal senhor de Castela que rei não fosse,<sup>306</sup> do que el-rei de Castela nada ficou contente, posto que em suas palavras e cartas mostrasse o contrário, e trabalhou quanto pode pelo estorvar, até ainda depois de já feito [o casamento], impedir a vinda da mesma Infante a Portugal, de que nasceram desgostos e contendas entre ambos estes reis, sogro e genro, que duraram alguns tempos.

---

<sup>302</sup> Nota à margem: «Pedro d'Aveiro em sua *Crónica geral*, fl. 272».

<sup>303</sup> D. Pedro sucedeu ao pai em 1357, e reinou em Portugal até 1367.

<sup>304</sup> Afonso XI (r.1312-1350), rei de Leão e Castela, foi casado em segundas núpcias com D. Maria de Portugal (1313-1357), filha de el-rei D. Afonso IV de Portugal.

<sup>305</sup> Referência ao Mosteiro de Santa María la Real de Las Huelgas, em Burgos.

<sup>306</sup> D. Constança Manuel (c.1316-1349) era filha de D. Juan Manuel (1282-1348), importante nobre espanhol, que era neto do rei Fernando III de Castela, e autor de *El conde Lucanor*, coletânea de contos e exemplos morais escrita por volta de 1335.

Durando estes enfadamentos, el-Rei de Portugal entrou por Castela e D. Pedro, seu irmão,<sup>307</sup> por Galiza, onde fizeram muito dano, assim nos castelhanos como em suas terras. El-rei D. Afonso de Castela, também passando Guadiana por junto de Alcoutim, por uma ponte de barcas que mandou fazer, pôs cerco sobre a vila de Castro Marim, onde naquele tempo estava o convento do Mestrado de Cristo,<sup>308</sup> e pelo lugar ser em si forte e ter boa gente [72] que o defendia, levantou-se e passou diante a Tavira, e cercou-a com todo seu exército. Ele pousava no mosteiro de São Francisco da mesma cidade,<sup>309</sup> junto do qual tinha o melhor de sua gente, e um sábado de madrugada corria a vila em torno, considerando por onde melhor a bateria, o qual feito, tornou-se ao arraial a concertar sua gente por seus desejos. E chegando à porta do mosteiro onde poisava, de olhar para a vila e viu estar sobre a igreja de Santa Maria, que dali aparece toda, sete homens de grandes corpos, vestidos todos de branco, com bandeiras nas mãos da mesma cor, e nelas as armas do apóstolo Santiago.

El-Rei, vendo isto, foi muito espantado e mandou chamar o guardião da casa, que era homem antigo e sabia dar razão do que lhe perguntavam, e contou-lhe o que vira, pedindo-lhe muito que nisso lhe quisesse dizer o que entendia. O guardião, sem nisso [72<sup>v</sup>] mais cuidar, lhe respondeu, dizendo: «Senhor, aqueles sete homens que vistes sobre a igreja, são sete cavaleiros que morreram mártires por nossa fé, quando esta terra se tomou aos mouros; e seus corpos estão sepultados naquela igreja sobre que os vistes, onde o Senhor por eles tem feito muitos milagres, e temos confiança em seus merecimentos, que enquanto aqui estiverem esta terra não será tomada por inimigos, nem sairá do poder e senhorio em que agora está.» Ouvindo el-Rei esta resposta tão bem dada pelo velho guardião, pareceu-lhe bem, e por devoção dos santos mártires não quis

---

<sup>307</sup> Leia-se 'seu filho'.

<sup>308</sup> BNP: «Christus». Castro Marim era então sede da Ordem de Cristo.

<sup>309</sup> Referência ao Convento de São Francisco, em Tavira, anteriormente mencionado.

bater a vila, nem ir mais adiante em seu propósito, mas logo se tornou para seu reino, sem fazer mal algum em Portugal.

**[73] Capítulo 6º – Como o mestre D. Frei Paio Peres Correia tomou aos mouros Salir, Alvor, Estômbar e a cidade de Silves.**

Muito contentamento recebeu o Mestre com a tomada de Tavira,<sup>310</sup> por ser a principal coisa do Algarve em povoação, bom sítio e fortaleza. E considerando que o Senhor notavelmente o favorecia, e que por seu meio era servido libertar aquele povo e tirá-lo do poder dos mouros e torná-lo ao grémio de sua Igreja, como antes fora, não se descuidou de tão gloriosa empresa, mas todos os meios para isto haver efeito buscava, com muito cuidado e diligência. Pelo que, depois de deixar Tavira abastecida de todo o necessário e com boa guarda, ajuntou suas gentes e foi sobre a vila de Salir e tomou-a por força, não se podendo defender de [73] sua grande potência. Depois disto, foi sobre Alvor, que antes trocara com os mouros por Cacela, como atrás fica dito, e tornou-a a tomar segunda vez. Daí foi pôr cerco sobre Paderne, que era castelo muito forte e tinha boa comarca entre a serra e Albufeira, e logo despediu parte de sua gente e a mandou correr o termo de Silves, onde, andando alguns dias, tomaram outra vez a torre de Estômbar, que já fora sua. O que ouvindo Albenafão, rei daquela terra, que residia em Silves e nela tinha sua corte e aposento, e crendo que com esta gente seria também o mestre D. Paio Correia, contra quem estava muito irado, ajuntou seu exército e saiu de Silves com propósito de ir sobre ele e o desbaratar.

O Mestre, sendo disto avisado, levantou o cerco que [74] tinha posto sobre Paderne, e por caminho escuso e desviado se veio pôr sobre Silves,

---

<sup>310</sup> Nota à margem: «Rui de Pina, na *Crónica* já dita, cap. 3º, e Pero d’Aveiro, no mesmo lugar». Referência à *Crónica de el-rei D. Afonso III*, de Rui de Pina.

onde lhe tomou todas as portas da cidade, pondo em cada uma boa guarda de seus cavaleiros. Albenafão, quando soube que na torre de Estômbar não havia mais gente que a que a tomara e defendia, não curou de fazer detença nela, mas fez logo volta sobre Silves, receoso dalgum ardil do Mestre, que bem conhecia. E, querendo-se recolher à cidade, achou tomadas as portas pela gente do Mestre, e cometeu entrar por força a porta que dizem da Azóia,<sup>311</sup> que lhe pareceu mais despejada que as outras. E quis logo sua dita que [se] encontrou com o Mestre, que de fora tinha a guarda dela, num campo junto da cidade, onde [74<sup>v</sup>] agora está uma ermida de Nossa Senhora da Invocação dos Mártires. E logo ambos juntos começaram uma porfiada peleja, em que o Mestre, por ter sua gente dividida em muitas partes, e el-Rei a sua junta, se viu em grande perigo, carregando toda sobre ele com grande ímpeto por lhe tomar a porta que defendia. Mas ainda com tudo isso não puderam, e trabalharam por se meter debaixo da torre [da] Azóia,<sup>312</sup> que é edificada sobre arcos, à maneira de ponte, saída para fora dos muros, por que os que em cima estavam os ajudassem e defendessem, mas nem isto puderam, porque o Mestre lho defendeu. Os mouros que estavam pelos muros e torres da cidade, vendo seu rei à porta e com grande vantagem de gente, cobraram coração e desceram para o recolher. Mas os cristãos, [75] sentindo isto, acudiram com grande esforço e apertaram-nos tanto que, da volta que fizeram para se recolher, se emburilhou o Mestre também com eles, onde se diz que nesta entrada morreram mais mouros, e também cristãos, que em nenhuma outra parte do Algarve.

El-Rei ficou de fora, e a porta logo tomada pelo Mestre, e sendo disto muito triste, andou a cavalo em torno da cidade buscando todas as portas dela, e em todas achou resistência, porque assim o tinha o Mestre provido. E por derradeiro foi-se a um postigo chamado da Traição, que estava no alcácer, que era seu aposento, o qual também achou impedido, pelo que já como desesperado da honra e vida feriu rijamente das

---

<sup>311</sup> BNP: «Zoiã».

<sup>312</sup> BNP: «Zoiã».

esporas ao seu cavalo e fugiu do arraial, mas não da vingança divina, porque, passando o rio abaixo da cidade, para se deitar da outra banda, deu o cavalo com ele num pego, [75<sup>v</sup>] onde nunca mais foi visto, o qual depois foi chamado o pego de *Denamafom*,<sup>313</sup> em memória deste acontecimento.

Os mouros que na cidade ficaram vivos, recolheram-se ao alcácer e fizeram-se nele fortes para se defender, mas o Mestre não o quis bater, antes lhe[s] deu seguro que vivessem na cidade, se quisessem, e lavrassem suas herdades, com lhe prometerem obediência e o mesmo tributo que antes pagavam ao rei mouro, no que os mouros logo concordaram, e conheceram a mercê e boa obra que nisto do Mestre recebiam. Esta maneira de misericórdia e reconciliação se diz que o Mestre teve sempre nos lugares que tomou no Algarve, cujos alcáceres não batia, dando seguro aos que neles se recolhiam, por que de todo se não despovoassem; e, por esta causa ficaram muitos mouros em todos os lugares do Algarve, forros e senhores de suas fazendas, e nele [76] duraram longos tempos.

Já esta cidade fora outra vez tomada aos mouros por el-rei D. Sancho o 1º, filho d'el-rei D. Afonso Henriques, com ajuda de gentes de diversas nações que, indo em socorro da Terra Santa, entraram no porto de Lisboa o ano de 1189, e logo o dito Rei fez nela igreja catedral, e mandou celebrar os officios divinos. Mas depois disto, em tempo deste mesmo rei D. Sancho, entrou em Portugal com grão poder el-rei mouro de Sevilha, chamado Jacob.<sup>314</sup> E depois de tomar e destruir Alcácer do Sal, se foi pôr cerco sobre Silves, que pouco havia que fora tomada aos mouros. E os cristãos que dentro estavam, depois de muitos trabalhos e mortes e sem esperança de socorro, a deram aos mouros com partido das vidas, e

<sup>313</sup> Chamando-se o rei mouro de Silves «Albenafão», talvez haja aqui um lapso de cópia.

<sup>314</sup> Frei João de São José fez antes referência a «Jacob, rei mouro de Córdova» (fl. 31), numa referência a Abu Yusuf Yaqub al-Mansur, califa almóada de Córdova.

desde este tempo a tornaram a possuir os mouros, até [a]o tempo que o Mestre a tornou outra vez a tomar pela maneira acima dita.

[76<sup>v</sup>] **Capítulo 7º – De como o mestre de Santiago, D. Frei Paio Correia, tomou aos mouros Paderne e governou todas as terras que no reino do Algarve lhe tinha tomadas, até virem em poder dos reis de Portugal.**

Logo que o Mestre se viu em posse pacífica da cidade de Silves pela maneira acima dita,<sup>315</sup> pôs no alcácer dela boa gente de guarnição, por que os mouros que nela ficavam não ousassem rebelar ou tornar atrás do que com ele tinham capitulado. Proveu-a também de todo o necessário, desejando que a terra se fosse melhorando, pela comarca e sítio que nela via. O que acabado, tornou logo a fazer seu caminho para a fortaleza de Paderne, e depois de a ter bem cercada, mandou cometer aos mouros que nela estavam que lha dessem livremente, e que ele lhe[s] prometia de o fazer bem [77] com eles, como o tinha feito com os de Silves, os quais estavam em suas casas e tinham suas fazendas, livres e contentes como estavam antes. Mas estes, confiados em suas forças e na boa fortaleza que tinham, parecendo-lhe[s] que se poderiam bem defender, não se quiseram dar. Pelo que o Mestre os mandou combater rijamente, em tal maneira que em poucos dias a vila e o alcácer foram entrados. E por dois cavaleiros da Ordem que nestes combates morreram, que o Mestre muito sentiu, não os quis o Mestre depois receber a algum partido, nem usar com eles de sua piedade costumada, antes mandou que todos andassem<sup>316</sup> à espada, porque o mereciam.

Esta vila [de] Paderne, e sua fortaleza, foi naquele tempo coisa grande e nobre, segundo mostram ainda ao presente as ruínas e vestígios que de

---

<sup>315</sup> Nota à margem: «Rui de Pina, na *Crónica* acima dita, cap. 10, e Pedro de Aveiro, no mesmo lugar». Referência à *Crónica de el-rei D. Afonso III*, de Rui de Pina.

<sup>316</sup> Provável lapso por ‘passassem à espada’.

seus edifícios ficaram. E alguns, escrevendo a razão de sua diminuição, dizem que, por o sítio se fazer por tempos doentio e correrem nele maus ares, [77<sup>v</sup>] muitos dos moradores se passaram a morar a Albufeira, por ser mais sadia e estar junto do mar, que com sua abundância e liberalidade a todos favorece.

E é de saber que todos os lugares acima ditos, que são Tavira, Silves, Alvor, Paderne, Salir, Estômbar e Cacela, o mestre de Santiago, D. Frei Paio Correia, português de nação, conquistou e ganhou aos mouros pela maneira acima dita, em tempo d'el-rei de Castela e Leão, D. Fernando, o segundo deste nome,<sup>317</sup> cujo vassalo era, estando por seu mandado por fronteiro na província [de] Andaluzia, antes que o dito Rei ganhasse aos mouros a cidade de Sevilha, em cuja tomada o Mestre também se achou presente, e é de crer que nela fez cavalaria dignas de sua pessoa. E tomada Sevilha, el-rei D. Fernando não quis sair mais dela enquanto viveu, que foram três anos e meio, o qual tempo o Mestre, por mandado do mesmo rei D. Fernando, [78] governou as terras do Algarve acima ditas, afora as suas do mestrado que em Castela tinha. E por morte d'el-rei D. Fernando, herdou o reino de Castela e Leão D. Afonso o 10<sup>o</sup>, seu filho, no ano do Senhor de 1252, o qual teve grande familiaridade com o Mestre, por sua muita cavalaria e virtude, e lhe deu sempre muita parte de si e de suas coisas, e o mandou estar e residir no Algarve, para conservação e segurança das terras que nele tinha ganhadas, porque havia no mesmo reino ainda outras que estavam em poder dos mouros.

Fim do Livro Segundo.<sup>318</sup>

---

<sup>317</sup> Leia-se 'D. Fernando III'.

<sup>318</sup> O fl. 78<sup>v</sup> está em branco.





## [79] LIVRO TERCEIRO

**QUE TRATA DE COMO O REINO DO ALGARVE VEIO EM PODER DOS REIS DE PORTUGAL E FOI ACABADO DE CONQUISTAR DA MANEIRA QUE ORA ESTÁ.**

**Capítulo 1º – De como a rainha de Portugal D. Brites<sup>319</sup> foi a Castela e pediu a el-rei D. Afonso, seu pai, o reino do Algarve d'aquém-mar.**

Correndo a era de nossa geral redenção de 1252 e morto el-rei de Castela e Leão D. Fernando, em Sevilha, foi levantado e obedecido por rei destes mesmos reinos o príncipe D. Afonso, seu filho, o décimo deste nome, que foi chamado o Sábio, na [79<sup>v</sup>] cidade de Sevilha, havendo três anos e meio que fora tomada aos mouros. Este rei D. Afonso foi nobre de condição, liberal, virtuoso, cavaleiro e letrado, em tanto que escreveu as *Sete partidas*, compôs as *Histórias gerais* e um livro intitulado *Tesouro*, e fez as tábuas que de seu nome são chamadas *Alfonsinas*.<sup>320</sup>

Estava neste tempo o império romano vago, por morte do emperador Frederico,<sup>321</sup> e ouvindo os eleitores a fama deste tão ilustre príncipe, saída

---

<sup>319</sup> D. Beatriz de Castela, anteriormente referida.

<sup>320</sup> Afonso X não foi propriamente o autor, mas antes o impulsionador de um grupo de obras que foram preparadas durante o seu reinado: as *Siete Partidas* reuniam um vasto conjunto de matérias legislativas; a *Primera Crónica General* foi anteriormente referida; a *General Estoria* era um ambicioso projeto cronístico, que pretendia reconstituir a história universal; as *Tabuas alfonsinas* eram tábuas astronómicas baseadas na obra de Ptolomeu, e foram impressas no século XVI. A designação de «Tesouro» aplica-se às *Cantigas de Santa María*, uma verdadeira enciclopédia da música medieval ocidental.

<sup>321</sup> Referência a Frederico II, que foi imperador do Sacro Império Romano-Germânico entre 1220 e 1245.

por toda a Cristandade, de suas grandes virtudes e excelências, escolheram-no para esta suprema dignidade, dele bem merecida, no ano do Senhor de 1255, como quer que depois a renunciou a rogo do papa Gregório X,<sup>322</sup> por paz do povo cristão, que muitos anos antes nem a Igreja nem o mesmo império tinha, pelo qual não é menos de louvar que do mais que nele havia.

Este rei de Castela e Leão, D. Afonso, casou uma filha, por nome D. Brites, a quem muito queria, com D. Afonso, rei de Portugal, o terceiro deste nome, que primeiro fora conde de Bolonha, e com ela lhe deu muitas vilas e castelos em dote, da qual [80] houve o príncipe D. Dinis, que depois lhe sucedeu no reino, e outros filhos e filhas. E considerando este rei D. Afonso o 3º como em seu reino de Portugal não tinha já lugares alguns que conquistar, porque os reis seus antepassados, sendo nisto muito solícitos, cada um em seu tempo fizera tão crua guerra aos mouros que possuíam a mor parte dele, que muitos deles vencidos e mortos, e outros fugidos para outras províncias, foram constrangidos a lho deixar em paz, desejava muito não lhe falecer esta ocasião, assim para acrescentar em seu estado e honra, e não parecer somenos deles, como principalmente para nisso servir a Deus nosso Senhor e se mostrar zeloso de sua fé verdadeira.

Com isto lhe veio à memória que o mestre de Santiago, [D. Paio Peres] Correia, tinha ganhado no reino do Algarve terras atrás ditas no 2º Livro, que eram da conquista e senhorio de Castela, em que havia ainda outras muitas em poder dos mesmos mouros, determinou sabiamente pedir estas terras e conquistas a el-Rei seu sogro, de cuja liberalidade e nobreza nada duvidava, pela experiência que [80v] todo o mundo de suas obras tinha. Deste pensamento deu parte à rainha D. Brites, sua mulher, a qual o confirmou muito mais nele, e logo ambos entre si determinaram que ela fosse a corretora deste negócio e tomasse o trabalho de ir em pessoa

---

<sup>322</sup> Gregório X foi papa entre 1271 e 1276

a Castela visitar el-Rei seu pai, e da parte de seu marido e sua levasse esta embaixada. E por que nisto não houvesse mais dilação, fosse logo prestes. E entrando por Castela, achou el-Rei seu pai em Toledo, o qual com sua ida foi mui alegre e a recebeu com muita honra e contentamento, porque lhe tinha grande amor e sempre o mostrara por palavras e obras.

Passados depois disto alguns dias, estando a rainha só praticando com el-Rei seu pai em coisas de sua pessoa, de que ele mostrava ter muito gosto, lhe disse que ela de seu marido tinha já muitos filhos, como ele bem sabia, e que Portugal era pequeno para os agasalhar a todos, com outras palavras e razões que seu desejo e necessidade naquela hora lhe [81] apresentava, pelo que de parte d'el-Rei seu marido, sua e de seus netos, pedia lhe quisesse dar as terras que o mestre de Santiago, D. Paio Correia, tinha ganhadas aos mouros no Algarve, com a mais conquista do mesmo reino, afirmando-lhe que, tirados à parte os desejos que tinha de o ver e honrar sua bênção, esta fora a causa de seu caminho. El-Rei, que de seu próprio natural era largo e magnânimo, posto que nisto de alguns mal julgado, ouvindo a petição de sua filha a que muito queria, e as boas razões que em sua causa alegava, mostrou-se disso alegre e contente, e sem mais dilação lhe mandou passar carta patente selada, na qual fez doação para sempre a el-rei de Portugal D. Afonso, seu genro, e a todos seus descendentes, do reino do Algarve, com todas as terras ganhadas e por ganhar que nele havia.<sup>323</sup> E em reconhecimento desta boa obra, quis que o mesmo rei de Portugal e seus filhos ficassem obrigados em sua vida dele somente a lhe dar cinquenta cavaleiros d'ajuda todas as vezes que ele os pedisse contra os reis de Espanha [81<sup>v</sup>] com quem ele tivesse guerra.

E porque este rei de Castela, D. Afonso, folgava muito com a vista e conversação da rainha D. Brites, sua filha, pela grande afeição que lhe

---

<sup>323</sup> Nota à margem: «Depois foi desta doação e doutras acusado em cortes de Valladolid».

tinha, não lhe deu lugar que logo se tornasse a Portugal, como ela quisera, pelo que ela mandou a provisão acima dita a el-Rei seu marido, o qual a estimou tanto como antes a desejava. Mandou-lhe também outras com ela do mesmo Rei, para o mestre D. Paio Correia e para outros nobres cavaleiros que em sua companhia no Algarve andavam, pelas quais lhe[s] notificava a doação que a el-Rei de Portugal, seu genro, e a seus descendentes fizera e lhes mandava que assim a cumprissem.

**[82] Capítulo 2º – De como el-rei de Portugal D. Afonso o 3º deste nome acrescentou o escudo de suas armas e intitidou primeiramente rei de Algarve.**

Recebida a doação acima dita por el-rei de Portugal D. Afonso com muita alegria e alvoroço, por ser coisa que muito desejava, não tardou em a dar a execução, mas logo o fez saber ao mestre D. Paio Correia e a todos os outros nobres cavaleiros que em sua companhia andavam, mostrando-lhe[s] as provisões d’el-Rei de Castela, seu sogro, que sobre isto lhe mandara. E todos geralmente se mostraram muito contentes, em especial o mestre D. Paio Correia, que era português de nação, o qual, posto que vassalo d’el-Rei de Castela, sempre se mostrou grande servidor e amigo assim d’el-rei D. Sancho, sobrenome Capelo, como também deste rei [82] D. Afonso, seu irmão, que depois o tomou por compadre em agradecimento destas amizades. Pelo que logo, sem mais dilação, assim ele como os mais cavaleiros, por virtude das provisões acima ditas, entregaram o reino do Algarve a el-Rei de Portugal, com todas as fortalezas, vilas, lugares e terras que nele eram ganhados aos mouros, e a conquista das que estavam por ganhar, metendo-o em posse pacífica dele, com todas as cerimónias e solenidades ao caso necessárias. E o mesmo mestre D. Paio Correia, pelo amor que a el-Rei e a sua nação tinha, se ficou em sua companhia por algum tempo, e como seu vassalo o acompanhou e ajudou a conquistar os mais lugares do Algarve, como adiante em seus lugares se verá.

Isto feito, logo el-Rei entendeu em ornar o escudo de suas armas reais com insígnias deste novo reino que acrescentara à sua coroa, e também o título de sua potência, em suas provisões e embaixadas que aos reis estranhos mandava, intitulado-se nelas primeiramente rei de Portugal e do Algarve [83] d'aquém-mar. Do escudo dos reis seus antepassados tirou um cordão de púrpura com seus nós, que o cercava em torno e atravessava quatro vezes, em sinal de fortaleza e de não poder ser entrado, e acrescentou nele uma orla larga da mesma púrpura, e castelos dourados, com que estas armas ficaram muito mais lustrosas e ricas. Sobre o número destes castelos há não pequena variedade nas memórias antigas, porque em alguns selos das provisões deste Rei que ainda duram, se acham oito, *scilicet*,<sup>324</sup> um em cima e outro em baixo, e três em cada uma das ilhargas, e noutras partes catorze. Pelo que ficamos entendendo que acerca disto não se teve respeito aos castelos que lhe foram dados juntamente com o reino do Algarve, donde se tomou o motivo desta alteração, os quais são sete, *scilicet*, Cacela, Tavira, Paderne, Estômbar, Silves, Alvor e Salir, mas se deixou sempre ao juízo dos pintores e outros oficiais a que a obra se cometia. Parece isto bem claro, além do acima dito, nos selos d'el-rei D. Dinis, seu filho, nos quais se acham dez; nos de D. João [83v] o 1.º, dezasseis; nos de D. Manuel, treze; nos de D. João o 3.º, catorze; e noutros, sete. E este é o número que agora se usa nos d'el-rei D. Sebastião, o qual é mais conveniente, por muitos respetos, com que nas armas reais melhor parecem.

O motivo que el-rei D. Afonso teve para acrescentar suas armas foi a posse que tomou deste novo reino do Algarve, que à coroa de Portugal ajuntou, como já é dito, e o que nelas acrescentou não foi sem muita consideração e conveniência, como a tal príncipe convinha, porque a orla vermelha pôs em lugar do cordão de púrpura com que o primeiro rei D. Afonso Henriques as cercou, em sinal do muito sangue português que

---

<sup>324</sup> Isto é, 'a saber'.

na conquista deste reino a nossa nação derramou por a fé de Cristo, nosso Redentor, quando o libertou e tirou da mão dos mouros infieis em cujo poder estava havia mais de quinhentos anos. E os castelos que na orla meteu, que eram e são as armas de Castela, acrescentou por respeito da rainha D. Brites, sua mulher, filha d'el-rei de Castela D. Afonso o décimo deste nome, que foi eleito imperador, em memória [84] do benefício recebido, a que os portugueses se prezaram sempre não serem pouco agradecidos.

E, pois, esta escritura me obrigou a tratar de alguma parte das armas de nosso reino, parece que o lugar convida e a natureza mo pede não deixar a matéria imperfeita, mas que satisfaçamos nesta parte aos curiosos entendimentos, desejosos de alcançar as coisas em sua perfeição, ao menos quanto é possível, para o que servirão os capítulos seguintes.

### **Capítulo 3º – Das armas do 1º conde de Portugal, D. Henrique,<sup>325</sup> tronco e origem donde procedem todos os reis dele.**

Não há menos opiniões entre os naturais acerca das armas que o primeiro conde de Portugal, D. Henrique,<sup>326</sup> trouxe quando de sua pátria veio, que em todas as outras coisas antigas deste reino, e a causa disto cuidou não ser outra senão a muita barbaria daqueles [84v] tempos e a pouca curiosidade que sempre os portugueses tivemos em assoalhar nossas obras e pôr em memória o que depois importa e desejamos saber. Deste não pequeno descuido tomaram ocasião alguns estrangeiros<sup>327</sup> para

---

<sup>325</sup> Henrique da Borgonha, que foi conde de Portucale entre c.1096 e 1112.

<sup>326</sup> BNP: «Anrique».

<sup>327</sup> Nota à margem: «Garibay, liv. 34; Lucio Marineo, liv. 6». Referência ao cronista espanhol Esteban de Garibay e à sua obra *Los quarenta libros*, já anteriormente mencionada; referência ao humanista siciliano Lucio Marineo Siculo (1444-1536), que ensinou na universidade de Salamanca e foi autor de uma obra intitulada *De Hispaniae laudibus*, impressa em Burgos em 1496, que anos mais tarde, em 1530, foi novamente publicada em Alcalá de Henares em duas versões distintas, uma em

se nos entrarem por casa e quererem saber mais, e reprender as faltas dela, que os próprios moradores, afronta sem dúvida não pouco de sentir, mas digna de perdão, pois, como digo, nosso sobejo silêncio nesta parte os fez falar a eles e licenciar a pena com tanta ousadia, em matéria que aos naturais mais pertencia.

Vindo, pois, a nosso propósito, diz o autor da *Crónica do primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques*,<sup>328</sup> que o conde D. Henrique, seu pai, de que falamos, quando de sua pátria saiu e veio a nossa Espanha, trazia no escudo de sua nobreza campo branco sem outra coisa alguma. Não falta a quem isto faça dúvida, respeitando sua pessoa que todos afirmam descender de alto sangue de reis e príncipes de diversas nações, os quais não costumam trazer seus escudos desacompanhados das armas das suas [85] gerações donde procedem, de que não pouco se prezam. Mas a esta objeção se pode facilmente satisfazer com a consideração das excelências que concorreram em sua pessoa. Porque, como fosse mancebo de altos pensamentos, quando saiu de sua terra em companhia de outros dois dos mesmos quilates,<sup>329</sup> de que as crónicas fazem larga menção, todos desejosos de mostrar seu valor e esforço contra os mouros, inimigos de nossa fé, que ainda eram senhores de muita parte de Espanha, não quis este tomar as armas de seus avolários,<sup>330</sup> assim creio que o fizeram também os outros, mas trazer seu escudo com campo branco, determinando ele por si fazer obras com que o ornasse de brasões dignos de seus merecimentos, porque estes são os mais excelentes e que se trazem com mais gosto.

---

latim (*De Rebus Hispaniae memorabilibus*) e outra em castelhano (*De las cosas memorables de España*).

<sup>328</sup> Referência à *Crónica de el-rei D. Afonso Henriques*, de Duarte Galvão, já anteriormente mencionada.

<sup>329</sup> Três nobres franceses casaram com filhas do rei Afonso VI de Leão (r.1065-1072): Henrique da Borgonha, depois conde D. Henrique; Raimundo da Borgonha, conde da Galiza entre 1093 e 1107; e Raimundo de Saint-Gilles, conde de Toulouse entre 1094 e 1105.

<sup>330</sup> Leia-se 'avoengos'.

E não foi esta invenção nova no conde D. Henrique, porque, muitos anos antes dele, lemos do esforçado Vuifredo, 3º conde de Barcelona,<sup>331</sup> que ajudando ao imperador Luís Balbo nas guerras que trouxe com os normandos,<sup>332</sup> onde fez proezas estranhas, com que ganhou muita honra e crédito para sua pessoa, saindo um dia da batalha muito ferido, se foi ao Imperador, e mostrando-lhe em o arnês [85<sup>v</sup>] com que pelejara seu escudo sem divisa alguma mais que o campo dourado, lhe pediu que lhe desse armas para ele e seus sucessores. O Imperador, chegando-se a ele, alegre de ver seu grande esforço, molhou os quatro dedos da mão direita no sangue que de suas feridas corria e fez com eles no escudo quatro raias d'alto a baixo, dizendo: «Estas serão vossas armas, conde».<sup>333</sup> Outros escrevem que trazia o conde em seu escudo uma cruz azul cor de céu, que o atravessava d'alto a baixo e duma ilharga a outra, e desta opinião são os mais, mas não há na origem ou razão dela menos dificuldade que na de cima, porque sabemos não serem estas as armas dalguns seus avoengos, posto que muitos lha[s] dão.

A isto se responde que também estes falam verdade nisto que dizem, porque, como este conde D. Henrique, depois de casado e estar em Portugal, passasse em companhia doutros muitos príncipes cristãos em socorro da Terra Santa,<sup>334</sup> que quatro ou cinco anos havia fora tomada pelos cristãos aos turcos,<sup>335</sup> e havia ainda entre nós e eles cada dia grandes batalhas e recontros, dizem todos os autores [86] que desta matéria tratam, que o papa Urbano II,<sup>336</sup> que a esta santa empresa os

<sup>331</sup> Nota à margem: «Beuter, dos condes de Barcelona». Referência à *Cronica* de Pere-Antoni Beuter, anteriormente referida.

<sup>332</sup> Provável referência a Vifredo II, conde de Barcelona entre 897 e 911, e a Luís III, imperador do Sacro Império Romano-Germânico entre 901 e 905.

<sup>333</sup> Frei João de São José refere-se ao antigo brasão do condado de Barcelona, um escudo amarelo com quatro barras verticais vermelhas.

<sup>334</sup> D. Henrique, na verdade, não terá passado à Terra Santa.

<sup>335</sup> Os turcos seljúcidas haviam conquistado Jerusalém em 1078; a cidade foi conquistada por forças cristãs durante a Primeira Cruzada (1096-1099).

<sup>336</sup> Urbano II foi papa entre 1088 e 1099, e convocou a Primeira Cruzada em 1095.



moveu, lhe[s] deu este sinal da cruz por armas e insígnia de sua empresa, com cuja virtude fossem mais fortes que todos os inimigos. Deste santo e vitorioso sinal se contentou tanto o conde D. Henrique, que para nobreza sua e de seus descendentes não quis outro senão a ele sobre o campo branco que antes trazia, crendo firmemente que com ele destruiria os mouros que em seu condado lhe tinha[m] ocupadas as mais de suas terras, e os deitaria fora dele como na Terra Santa, donde ele foi, vira por experiência pouco tempo havia. E não se enganou o conde, nestes seus pensamentos, da confiança, segundo depois pelo tempo sabemos que aconteceu, porque assim o costuma fazer Deus Nosso Senhor com aqueles que só nele põem suas esperanças e as tiram do mundo e das suas coisas.

**[86v] Capítulo 4º – Das armas que el-rei D. Afonso Henriques o 1º de Portugal tomou em princípio de seu reino, e da ocasião que para isso teve.**

El-rei D. Afonso Henriques, o primeiro de Portugal, não trouxe outras armas em seu escudo mais que as de seu pai, o conde D. Henrique, que, como fica dito, era uma cruz azul em campo branco, até que no Campo d'Ourique foi levantado por rei de Portugal por todos os de seu exército, da maneira que em sua crónica lemos. Mas, depois que neste lugar, com ajuda e favor de Cristo Redentor nosso, que lhe apareceu no céu, venceu os cinco reis mouros com quem estava em campo, logo tratou de tomar novas armas significadoras não só desta grande vitória, mas também dos meios por onde a alcançou, que foram as insígnias de nossa geral redenção com que Cristo, nosso Redentor, lhe apareceu. E primeiramente repartiu a cruz azul que seu pai, [87] o Conde, antes trazia em cinco escudos pequenos, à honra e reverência das cinco chagas, e em memória dos cinco reis vencidos, ordenando-os em maneira que eles mesmos ficassem fazendo a cruz antiga, e meteu neles os trinta dinheiros por que nosso Redentor em sua sagrada paixão foi vendido.

O modo que nisto teve foi não menos devoto que delicado e curioso, e por isso de poucos entendido, porque fez deles um enigma e história abreviada, coisa a que os reis de Portugal seus sucessores sempre foram inclinados no tomar de suas insígnias. Isto fez metendo treze dinheiros em cada escudete, repartidos de três em três e na ponta mais baixa um só, e desta maneira se acha ainda ao presente nas armas deste Rei, que el-rei D. Afonso o 4º mandou pintar com o retrato do mesmo Rei, tirado ao natural, e pôr na capela-mor da Sé de Lisboa, em que se mandou sepultar. Onde estiveram com os retratos dos outros reis de Portugal, da mesma maneira tirados, até nossos dias, que o cabido mandou [87<sup>v</sup>] fazer coro na mesma capela-mor, e então se tirou dela esta curiosa antigualha, e a recolheu [...] Brandão,<sup>337</sup> provedor das capelas deste mesmo rei D. Afonso, com que agora tem ordenada uma antecâmara que, segundo ele diz, estima mais que o seu morgado.

O primeiro segredo destes treze dinheiros é que eles, com o mesmo escudete em que estão, significam os treze reis mouros com seu imperador Miramolim, de Marrocos, que este rei D. Afonso Henriques venceu e desbaratou, tendo eles cercado seu filho, o príncipe D. Sancho, na vila de Santarém, a qual foi uma das mais abalizadas vitórias que algum dos príncipes cristãos, até o presente, de seus inimigos alcançou, de que tenhamos memória. Há outro segredo no número destes dinheiros, e é que, com serem n[ã]o mais de treze, significam trinta, e por tantos se contam, porque os três da primeira ordem não servem mais que de dar a entender e mostrar que os dez que abaixo deles estão se hão de contar três vezes, e desta maneira ficam sendo trinta em cada escudo, como também os cinco, que se agora metem em cada um, não fazem

---

<sup>337</sup> Ambos os manuscritos (BNP e ACL) apresentam um espaço em branco antes de «Brandão». Durante a primeira metade do século XVI, o provedor das capelas de D. Afonso IV era Duarte Brandão; mas tratar-se-á decerto de uma referência a um seu descendente, que por 1577 seria detentor do mesmo cargo.

mais de [88] vinte e cinco, e para que façam trinta em número, havemos de contar o do meio duas vezes.

Ordenou-se isto assim não só porque, com serem treze, significam o vencimento dos treze reis acima ditos, mas também por evitar o grande número de trinta que nos escudos, por serem pequenos, não pareciam bem e se contam com dificuldade. E com tudo isto, alguns menos considerados os puseram todos, como em algumas partes os vemos, regendo-se pelas palavras da crónica deste Rei, sem mais outra consideração, a qual diz que tomou por parte de suas armas trinta dinheiros, deixando a ordenança disso a quem pertencia. Pelas bordaduras do escudo principal, mandou este rei D. Afonso Henriques deitar um cordão de púrpura com seus nós, que, depois de o cercar em torno, atravessava pelo meio duas vezes em cruz, o qual em ser vermelho mostrava muito sangue que na conquista deste reino se derramou pela fé de nosso Redentor, donde estas armas tomaram seu princípio, e pelos nós e círculos dele, sua fortaleza e a confiança que os reis de Portugal [88<sup>v</sup>] devem ter de não serem vencidos de seus inimigos, por virtude deste sinal saudável da santa cruz.

Não eram naquele tempo estes escudos, assim o maior como os menores, do mesmo talho que agora os vemos, mas à maneira de grandes paveses com ferrões agudos nas pontas de baixo, porque os que a pé se combatiam os ferravam em terra para detrás deles pelejar e não voltar atrás sem primeiro arriscar a vida, e os iam mudando adiante todas as vezes que lhe[s] era possível, a que chamam 'ganhar terra aos inimigos'.

**Capítulo 5º – Das alterações e mudanças que houve no escudo das armas reais de Portugal, desde e primeiro rei D. Afonso Henriques, que as tomou, até el-rei D. Sebastião, que ao presente reina.**

Da maneira que acima é dito permaneceram as armas reais deste reino de Portugal sem mais alteração alguma que de notar seja, [89] em tempo do mesmo rei D. Afonso Henriques, que as tomou, e de seu filho D. Sancho o primeiro deste nome, e de D. Afonso II seu neto, e de D. Sancho II seu bisneto, até chegarem a D. Afonso, também seu bisneto, que primeiro foi conde de Bolonha. Este rei D. Afonso 3º deste nome, por razão do reino do Algarve que à coroa de Portugal acrescentou, tirou do escudo real o cordão de púrpura que o cercava, e em seu lugar pôs a orla larga da mesma cor, com castelos dourados, que agora lhe vemos, como já no capítulo segundo fica apontado.

O primeiro rei que depois de D. Afonso o 3º, acima dito, fez alteração nas armas reais foi D. João de Boa Memória, o primeiro deste nome, o qual, como antes de ser rei era mestre da ordem dos cavaleiros que em Castela se chamam de Calatrava e em nosso Portugal de Avis, e ainda, sendo rei, não deixasse o mestrado, quis pôr nas armas reais uma lembrança disto. Por esta causa, meteu a comenda de Avis no escudo real, enfiando os cinco menores na aspa dela, de maneira que ficava com as pontas, [89<sup>v</sup>] que são as flores do lírio, na orla de todas as quatro partes. Também reduziu os dinheiros ao número de cinco em cada escudete, como agora os vemos, dos quais para fazermos trinta havemos contar os do escudo do meio duas vezes.

El-rei D. Duarte, o 1º deste nome, pôs detrás do escudo das armas reais a comenda de Avis, que seu pai el-rei D. João o 1º pôs na dianteira, de maneira que só as pontas dela lhe apareciam por detrás, na orla, e em todo o mais as deixou como antes estavam.

El-rei D. João o 2º tirou de todo a comenda de Avis do escudo real. E, considerando que os dois pequenos das ilhargas, jazendo deitados, parecia quebra e perdimento de batalha nas armas reais, conforme as leis delas, mandou-os erguer e pôr direitos, como agora os vemos. Nesta [90] forma, que é a mais perfeita e que melhor parece, as trouxe depois el-rei D. Manuel o 1º e el-rei D. João o 3º, e as traz agora el-rei D. Sebastião o 1º, cuja vida e estado real Nosso Senhor Deus prospere por muitos anos, para nestes reinos, e em todo o mundo, lhe fazer grandes serviços, amém.

Tão-pouco me pareceu fora de propósito focar aqui, brevemente, a excelência, fortaleza e esforço que Deus Nosso Senhor tem dado por virtude destas santas armas aos reis de Portugal, logo desde seu princípio até [a]os tempos presentes, e assim temos confiança que será até [a]o fim do mundo. E desta glória, se assim se pode chamar, o principal cabe ao devotíssimo e magnânimo rei D. Afonso Henriques, tronco e princípio dos de Portugal, porque a ele, como fundamento desta casa real, apareceu Cristo nosso Redentor crucificado, estando para romper batalha com cinco reis mouros, e se assegurou da vitória, de cujas insígnias ele entendeu que lhe convinha armar-se contra [90º] os inimigos daquele Senhor que em tal tempo lhe aparecera. E a princípios tão santos e gloriosos como estes, não podia deixar de suceder o que agora vemos.

Do imperador Constantino o Magno escreve Eusébio, em sua *História Eclesiástica*,<sup>338</sup> que estando em campo contra Maxêncio, imperador tirano,<sup>339</sup> lhe apareceu no céu com o sinal da cruz e ouviu vozes de muitos anjos que diziam: «Constantino, com este sinal vencerás». E assim foi que, tomando ele logo este sinal feito de prata e ouro, e fazendo-o levar em seu exército como pendão real, não só venceu os inimigos, mas daí em diante foi um dos abalizados príncipes que a Igreja Católica teve.

<sup>338</sup> Eusébio (c.265-339), que foi bispo de Cesareia, escreveu uma *Historia Ecclesiastica* que foi repetidamente impressa nos séculos XV e XVI.

<sup>339</sup> Magêncio ou Maxêncio, imperador romano que reinou entre 306 e 312.

Também do glorioso São Martinho, bispo turonense,<sup>340</sup> se lê que, como o imperador Juliano o Apóstata<sup>341</sup> lhe atribuisse a medo e covardia o não querer exercitar o ofício de tribunado, que seu pai na corte tivera, lhe respondeu com grande constância: «Por que não te pareça que o enjeitar tua cavalaria me nasce de medo e covardia, como dizes, e não de zelo e amor [91] de religião cristã, amanhã verás que, armado não de armas de ferro ou aço mas somente do sinal glorioso da cruz de meu Senhor Jesus Cristo, entrarei por meio dos inimigos tão seguro e sem temor como agora aqui me vês diante ti».

Não é pois de maravilhar se o nosso bom rei D. Afonso Henriques, armado deste mesmo sinal e também das cinco chagas e mais insígnias da paixão de Cristo, nosso Redentor, com que no céu lhe apareceu, venceu cinco reis mouros numa batalha, e noutra ao imperador Miramolim de Marrocos, com treze reis que em sua companhia vinham, e isto não com multidão de soldados e munições de guerra, que em seus exércitos não trazia, nem com tiros, bombardas e outros artifícios de fogo, que ainda naquele tempo não havia, mas com poucos portugueses, e estes esforçados, que em seu pequeno e novo reino tinha, os mais deles armados de seus próprios vestidos, com bestas, muitas delas de pau, de que ainda não faltam relíquias, e [91<sup>v</sup>] espadas largas de quatro palmos em comprido com cabos de cruz, que eram os melhores daquele tempo, o que tudo claro mostra não serem isto somente obras humanas, mas também grandes favores de potência divina. E quem duvida haver-se estendido o império dos reis de Portugal tanto que vemos hoje suas quinas reais postas em Oriente, nos mais distantes términos da terra, e lá terem sujeitos tantos reis de diversas seitas da gentilidade, conquistados por tão largos e perigosos mares, senão por virtude e respeito destas santas insígnias da nossa redenção, de que estão compostas e enobrecidas suas reais armas?

---

<sup>340</sup> São Martinho de Tours (316-397), ou Martinus Turonensis, foi bispo da cidade francesa de Tours.

<sup>341</sup> Flávio Cláudio Juliano, imperador romano que reinou entre 361 e 363.

Que forças, que poder humano foram bastantes para, em partes tão remotas de nosso Portugal, que ficam sendo os mais distantes polos que nosso Deus criou no mundo, para combater, sujeitar e fazer tributários passante de vinte reinos, cujos nomes aqui quero pôr, para mor testemunho desta verdade, que são:

[92] o reino de Goa, o de Ceilão, o de Malaca, o de Cochim, o de Pimenta, o de Samorim, o de Cananor, o de Mangalor, o de Onor, o de Braçalor, o do Idalcão, o do [Ni]zamaluco, o de Cambaia, o de Ormuz, o das ilhas de Maldiva, o de Melinde, o de Mombaça, o de Narsinga, o de Moçambique, o de Sofala,<sup>342</sup>

com outros muitos de gente bárbara e indómite, todos os quais estavam em suas terras e reinos favorecidos uns dos outros, e de todo o necessário à [92] vida humana, e lá os fomos a buscar, descobrir, e à força de ferro e fogo sujeitar, e se isto não foram obras da mão direita do Mui Alto, que a nossa nação portuguesa, esquecida nesta última ourela da terra, quis engrandecer desta maneira? Pelo que tenho por muito acertado não se fazerem mais alterações ou mudanças nestas reais armas, posto que o tempo deu não poucas ocasiões para isso, como aqui vemos,

---

<sup>342</sup> Frei João de São José apresenta uma listagem de regiões orientais onde, na sua época, existia algum tipo de presença portuguesa: Goa, Cochim (Kochi), Cananor (Kannur), Mangalor (Mangalore), Onor (Honnavar) e Braçalor (Basrur) eram portos ou regiões da costa ocidental da Índia, onde existiam entrepostos portugueses; o reino da «Pimenta» correspondia à região indiana do Malabar, onde abundava esta especiaria; Samorim era a designação do soberano de Calecute, na costa ocidental da Índia; na ilha de Ceilão existiam algumas fortalezas portuguesas; Idalcão, corruptela de Adil Khan, designava o soberano de Bijapur, no Decão ocidental; Nizamaluco, corruptela de Nizâm al-Mulk, era o título do soberano de Ahmadnagar, no Decão; Cambaia correspondia ao Guzerate, onde os portugueses possuíam a fortaleza de Diu; Narsinga designava o reino indiano de Vijayanagar; Ormuz era uma ilha do Golfo Pérsico que estava sob protetorado português; as ilhas de Maldiva era regularmente frequentadas pelos portugueses; em Melinde, Moçambique, Mombaça e Sofala, portos da costa oriental de África, existiam entrepostos ou fortalezas portuguesas.

por que não misturemos as coisas profanas com as divinas, e fiquemos sempre entendendo que a glória de nossas vitórias não as alcançamos tanto por nossas forças como pelo socorro divino, dado a nós por virtude da cruz e chagas santíssimas que os reis de Portugal trazem em suas armas reais, com isto bastantes a conquistar todo o mundo.

**[93] Capítulo 6º – De como el-rei D. Afonso de Portugal, depois de lhe ser dado o Algarve, foi sobre a vila de Farão, que era de mouros, e lhe pôs cerco, onde o mestre D. Paio Correia se veio também ajuntar com ele.**

Metido el-rei D. Afonso em posse do Algarve, como acima fica dito, logo tratou de conquistar os lugares que ainda nele estavam pelos mouros, porque esta fora uma das causas que o moveram a o desejar e pedir a el-rei de Castela, seu sogro. Para o que mandou com grande diligência ajuntar e fazer prestes muitas gentes em seu reino, e como foi feito, se partiu para Beja e dali para Almodôvar, que é no Campo d’Ourique, e passou a serra pelas Cortiçadas, levando seu caminho direito para a vila de Farão, que era do senhorio de Miramolim rei de Marrocos. Nesta vila estavam dois mouros principais, *scilicet*, Aloandro,<sup>343</sup> que a tinha da mão do mesmo rei, e Bombarão, seu almoxarife, a quem pertencia arrecadar os direitos que os mouros lhe pagavam no Algarve e [93<sup>v</sup>] mandar-lhos a África, a seus tempos ordenados. Estes dois mouros tinham a vila bem provida, assim de gentes que nela continuamente estavam, como também de mantimentos, armas e todo o mais ao exercício da guerra necessário, porque era ela um dos melhores [portos] de mar de todo o Algarve, e escala principal da Mauritânia, em África. Dentro do alcácer dela tinham uma fusta bem adereçada, a qual, com engenhos para isso já feitos, deitavam ao mar por cima do muro e com ela mandavam seus avisos a Miramolim, em África, pedindo-lhe socorro

<sup>343</sup> Aloandro Ben Bakr, da família dos Banu Harún, último alcaide mouro de Faro; uma das suas filhas foi companheira de el-rei D. Afonso III.



ou dando-lhe notícia de como a terra estava. Sobre tudo isto, a vila era cercada de bons muros, altos e fortes, e por estas razões os moradores dela viviam confiados e com pouco temor dos cristãos, parecendo-lhes que suas forças e a bondade do lugar os defenderiam, se com eles entender quisessem.

A este tempo, o mestre de Santiago D. Paio Correia estava no mesmo Algarve, e como soube da ida d'el-Rei, logo se foi para ele com todas suas gentes. Esperou-o na vila de Salir, entre Loulé e Almodôvar, onde, ajuntando-se ambos, o Mestre lhe fez sua reverência [94] devida e el-Rei o recebeu com grande honra e sinais de muito amor, porque eram já compadres e seus serviços lho mereciam.

Desta vila [de] Almodôvar se partiu logo el-Rei com todo seu exército já posto em ordem, e chegando à vista de Farão, pareceu-lhe lugar forte e bem pousado, como o era, e que para o combater lhe era necessário força de gente e bem ordenada. E, portanto, o primeiro que fez em chegando foi repartir em estâncias todo o muro aos principais fidalgos e capitães que consigo levava, com boa companhia de gente, para que todos a um mesmo tempo dessem bateria aos mouros por todas as partes, e não dessem lugar aos inimigos de fazer um corpo nem de se poderem ajudar uns aos outros. A primeira estância tomou el-Rei para si, junto do alcácer, que era o mais forte e perigoso, e ocupou todo aquele lanço do muro que há até [à] porta, que agora é chamada dos Freires. O segundo deu ao Mestre com toda sua gente, que foi desta porta dos Freires até à porta da Vila. O terceiro deu a um rico-homem e bom cavaleiro, título que naquele tempo não importava pouco, chamado Pêro Estacho ou [94'] Estaço, e foi da porta da Vila até uma torre que adiante está, que depois foi chamada de João de Boim. A este mesmo João de Boim, que era pessoa de grande estima,<sup>344</sup> deu el-Rei outro lanço, *scilicet*,

---

<sup>344</sup> Provável referência a D. João Peres de Aboim (1213-1285), senhor de Portel, que foi mordomo-mor de Portugal. Relembre-se que Frei João de São José pertencia à família Aboim.

esta sua torre, com todo o mais que havia até [a]o alcácer onde el-Rei estava. Além destes capitães aqui nomeados, eram com el-Rei outros cavaleiros e pessoas mui principais do reino, *scilicet*, D. Fernão Lopes, prior do Hospital [e] mestre d’Avis, o chanceler D. João d’Avinhão, Mem Soares e João Soares, e Gaspar Lourenço e outros muitos.<sup>345</sup>

Como el-Rei teve a vila cercada por terra pela maneira acima dita, proveu logo, como prudente, sobre o que lhe era necessário para o mar, por lhe tirar as esperanças de haverem socorro de África nem doutra parte alguma. Mandou chegar à barra sua frota que trazia de navios e naus grossas, e ordenou que os mais fortes e bem armados entrassem no rio e se atravessassem no canal dele, os quais mandou forrar de couro da banda do mar, por que, se por caso os inimigos viessem e lhe[s] deitassem fogo, lhe[s] pudessem<sup>346</sup> [95] acudir antes que se atesse e fizesse muito mal. E desta maneira ficou a vila cercada também por mar, o que os mouros sentiram muito e foram postos em grande cuidado, mas, contudo, mostravam esforço com determinação de se defender[em].

**Capítulo 7º – De como el-rei D. Afonso de Portugal combateu a vila de Farão, no Algarve, e a rendeu por força, e depois a deixou aos mesmos mouros, e com privilégio de seus vassallos.**

Feitas as diligências acima ditas, mandou logo el-Rei aos capitães que estavam repartidos pelo muro que, a certo sinal, combatessem rijamente a vila, cada um pelo lugar que lhe era encarregado, os quais o fizeram com grande esforço e sem cansar nem dar repouso aos mouros, que, por se verem combatidos por todas partes, não se sabiam dar a conselho nem onde primeiro [95<sup>v</sup>] acudissem. E como isto se continuasse de dia e de noite por espaço de tempo, no qual os cristãos, animados com a presença de seu rei, que amiúde os visitava e esforçava com suas boas palavras e

---

<sup>345</sup> Nada de especial se consegue apurar sobre estas personagens.

<sup>346</sup> BNP: «podem».

obras, matavam, feriam e cativavam a muitos, não receando os perigos e mortes em que [a] cada hora se viam. Os mouros também, por defenderem a si e a sua pátria, pelejavam com grande esforço, e em muitos dos cristãos que mais descuidados achavam, vingavam sua ira, mas como isto não fosse em comparação dos danos e mortes que continuamente recebiam, sem esperança de socorro ou favor de parte alguma, senão de verem seus muros postos por terra e a eles entregues à fúria dos inimigos, houveram entre si são conselho, em especial Aloandro e Bombarão, e saíram de dentro com sinal de paz, pedindo que os deixassem falar a el-Rei, com o qual começaram a tratar de se dar a partido.

Sobre a conclusão deste negócio se foi el-Rei falando com eles até dentro da vila, pela porta que junto do alcácer estava, onde tinha sua estância, sem disso dar conta aos [96] do arraial, nem aos capitães que em suas estâncias residiam, acompanhado somente dos de sua guarda e dalguns outros que junto dele se acharam. E posto que el-Rei fez isto assim por tomar resolução no caso, com mais quietação e sossego dos seus, em que podia haver diversos pareceres, como acontece, contudo, não foi sem grande perigo de sua pessoa e pouca consideração do que podia suceder, como logo direi. Neste caminho se acabaram de concertar o alcaide e almoxarife com el-Rei de lhe darem a vila, com certas condições que adiante direi, e o meteram logo em posse do alcácer, com os que ele quis, que foram até dez cavaleiros dos que o acompanharam, sendo o mesmo alcácer primeiro despejado dos mouros principais acima ditos.

O Mestre e os outros capitães, achando el-Rei menos do arraial e sendo-lhe[s] dito que era dentro na vila, não creram que podia ser isto por seu bem, senão que fora enganado e os mouros lhe tinham feito traição, e foram por isso muito anojados, e correu logo esta nova por todo o arraial, de que todos ficaram turbados, sem saber o que lhes convinha a fazer. Com este ímpeto se determinaram logo [96<sup>v</sup>] todos a entrar a vila por força, cada um por onde pudesse, e sobre isso perder a vida pela

liberdade de seu rei, e os do Mestre num instante trouxeram soma de lenha, e com ela materiais para pôr fogo às portas. E o combate se travou tão de siso, que os cristãos por entrarem a vila e os mouros, que tão-pouco do concerto sabiam, por lha defender, morreram d'ambas as partes mais sem conto que em todos os encontros passados.

E tudo isto causou a inadvertência d'el-Rei que acima disse, o qual neste tempo andava com o alcaide e almoxarife ocupado em tomar posse do castelo e fazê-lo despejar dos mouros. E ouvindo grande estrondo das armas e alaridos dos mouros que no arraial e por toda a vila soava, ficou com grande sobressalto, mas sendo avisado da causa disto, subiu a grã pressa a uma torre do alcácer e mostrou-se aos do arraial, erguendo o braço e fazendo sinal de paz, e mostrando-lhe[s] as chaves da fortaleza, para que entendessem que já estava em posse dela. E mandou logo recado ao Mestre e aos outros capitães [97] do exército que se quietassem e não combatessem mais a vila, dando-lhe[s] razão, que antes devera fazer, do concerto que com os mouros tinha feito. O alcaide Aloandro saiu também do alcácer e andou por a vila sossegando os seus e dando-lhe[s] conta do que com el-Rei fizera, de que todos foram contentes, porque bem ficaram entendendo deste derradeiro combate que com os cristãos houveram que, se este remédio seu alcaide tão presto não buscara, pior lhe[s] houvera de sair seu partido.

E para que uns e outros ficassem mais seguros, mandou el-Rei deitar pregão por todo o arraial que nenhum cristão fizesse mal a algum mouro, ainda que eles andassem nem entrassem na vila, posto que as portas estivessem abertas, salvo os acompanhados dos que eles quisessem, mas que todos os mais residissem em suas estâncias que lhe[s] eram assinadas. O concerto que el-Rei fez com os mouros foi que os que se quisessem ir para outras partes o pudessem fazer logo, com tudo o que possuíam, e os que na vila quisessem ficar, lhes dava suas casas, fazendas e herdades, com condição que [97] pagassem a el-Rei os mesmos tributos e direitos que antes a Miramolim pagavam. E que el-Rei ficasse obrigado a os

favorecer e defender, assim dos mouros como de qualquer outra nação que lhes quisesse fazer mal, e que os cavaleiros mouros da terra ficassem por seus vassalos e o acompanhassem, quando lhe cumprisse, e por isso lhes fizesse favor e mercê como os outros de sua corte. E esta é a causa por que os mouros duraram em todo o Algarve mais de trezentos anos depois disto, sendo livres e senhores de suas fazendas. Desta maneira cobrou el-rei D. Afonso a vila de Farão no mês de janeiro da era de César,<sup>347</sup> que então corria, de 1298, e de Nosso Senhor Jesus Cristo [de] 1260.<sup>348</sup>

**Capítulo 8º – De como el-rei D. Afonso de Portugal foi sobre a vila de Loulé e a tomou, e o mestre de Santiago, D. Paio Correia, tomou Aljezur.**

Não passaram muitos dias depois da tomada [98] de Farão, quando el-Rei logo mandou aparelhar suas gentes para ir sobre Loulé, que estava dali [a] duas léguas adentro, pelo sertão. Os mouros desta vila já antes sabiam que el-Rei estava sobre Farão, e bem suspeitaram que, depois que a tomasse, havia de ir também sobre eles, pois os tinha tão perto. Pelo que começaram com tempo a fortalecer o lugar e provê-lo de tudo o que lhe[s] parecia ser necessário para o cerco que esperavam. El-Rei, que noutra coisa não entendia, como viu suas gentes algum tanto restauradas dos trabalhos passados e aparelhadas para o que esperavam, partiu de Farão com o mestre D. Paio Correia e com todo o seu exército, e chegando Loulé pôs-lhe cerco, repartindo seus capitães pelos muros da vila, que eram fortes e bons, dando a cada um sua estância, como fizera em Farão, para que ao tempo determinado juntamente dessem bateria aos mouros e entrassem a vila, se pudessem. Os mouros, aos primeiros encontros, mostraram esforço, e presumiram defender-se, e d'ambas as

---

<sup>347</sup> A Era de César, uma variante da Era Cristã, iniciava-se em 38 a.C., e foi usada na Península Ibérica até 1422.

<sup>348</sup> A conquista de Faro teve lugar em 1249.

partes havia mortos e outros danos, [98<sup>v</sup>] que nestes conflitos costumam não faltar, mas como já tinham os corações enfraquecidos do que sabiam haver acontecido aos de Farão, seus vizinhos, e de se verem sós e sem esperança alguma de socorro, não durou muito seu esforço, e a vila foi entrada sem enfadamento de cerco, e eles postos à mercê d'el-Rei, que deles a houve, como com os de Farão.<sup>349</sup>

E vendo el-Rei que o mestre D. Paio Correia trazia em sua companhia cavaleiros de muito esforço, exercitados nos ardis da guerra, que por eles serem tais e se acharem os primeiros nos perigos e combates passados, eram já mortos muitos deles, movido a piedade e doendo-se da perda de tão boa gente, disse ao Mestre, nesta vila de Loulé, que lhe pesava muito ver morrer tão bons cavaleiros como consigo trazia, e que não se achariam facilmente outros tão singulares e de tanto esforço, querendo também nestas palavras louvar ao Mestre e mostrar-se-lhe agradecido aos bons serviços que dele e de sua gente nos combates passados recebera. O Mestre, como era sábio e prudente, entendeu o porque el-Rei [99] dizia, e mostrando o bom ânimo que para suas coisas tinha, respondeu-lhe: «Senhor, não hajais compaixão da morte de cavaleiros, cujas vidas vistas acabar em seu ofício e com tanto merecimento, pois as empregaram em serviço de seu Deus e defesa da nossa fé verdadeira. E se porventura a falta deles sentis, ainda eu sou vivo, a quem não faltarão outros tantos, afora estes que me ficaram, para juntamente com eles vos servir noutros mores perigos que os passados».

Desta reposta mostrou el-Rei receber muito contentamento, e por lhe parecer que já a sua presença não era necessária no Algarve, pois as fortalezas dele estavam providas de sua mão, determinou partir-se para Portugal, como fez, e deixar nele ao mestre D. Paio Correia, para segurança dos lugares tomados, e também para acabar de alimpar a terra

---

<sup>349</sup> Nota à margem: «Tomou-se Loulé em dia de São Clemente, cuja invocação é uma só freguesia que agora tem». O dia de São Clemente celebra-se a 23 de novembro; a conquista de Loulé ocorreu na Primavera de 1249.

desta perdida gente, o que o Mestre aceitou de boa vontade, por dar fim à empresa daquele reino, que contra o parecer de muitos dos seus tão prosperamente lhe sucedera. Pelo que logo juntou seus cavaleiros e, correndo a terra contra o Cabo, [99] foi avisado que grande récova de mouros ia junta pela serra, uns diziam que a juntar-se com outros, para consultarem entre si o que lhe[s] convinha fazer, pois viam Silves, Tavira e os mais lugares pelos cristãos; e outros afirmavam, o que pareceu mais verdade, que iam do Cabo para Aljezur a uma boda a que eram convidados, porque os da vila os saíram a receber fora quase uma légua, e eles vinham seguros, sem armas, vestidos de festa. O Mestre, como isto soube, foi mui alegre e seguiu-lhe[s] [n]o encalce,<sup>350</sup> e havendo vista deles apertou com os de cavalo, e alcançando-os, matou e cativou quase todos. E alguns que escaparam acolheram-se à vila, e tão acossados iam que não tiveram acordo de fechar as portas da vila, pelas quais o Mestre entrou após eles e se apoderou da vila com os seus, sem algum partido dos mouros dela.

Tomado este lugar [de] Aljezur, não ficava em todo o reino do Algarve outro em poder dos mouros senão Albufeira, da qual se afirma havê-la ganhado aos mouros o mestre d'Avis, D. Lourenço,<sup>351</sup> em [100] tempo deste mesmo rei D. Afonso, mas não achei escrito se foi logo nesta conjunção ou depois, andando o tempo, e por esta razão se diz que a mesma vila foi sempre e é ainda agora do Mestrado.

Desta maneira teve fim a conquista do reino do Algarve d'aquém-mar de que falámos, a qual se começou em tempo d'el-rei de Portugal D. Sancho o 2º, pelo mestre de Santiago em Castela, D. Paio Correia, português de nação, capitão mui esforçado e grande guerreiro contra os inimigos de nossa fé verdadeira, da maneira que no princípio do 2º Livro fica dito, e

---

<sup>350</sup> BNP: «o alcance».

<sup>351</sup> A conquista de Albufeira data de 1249. Lourenço Afonso foi mestre de Avis entre 1296 e 1310, já no tempo de el-rei D. Dinis; durante o reinado de D. Afonso III (r.1238-1253), o mestre de Avis era Martim Fernandes (entre 1238 e 1264).

se acabou no deste rei D. Afonso o 3º, havendo quase quinhentos anos que estava em poder de mouros e contaminado com a suja lei de Mafoma. Durou esta conquista pouco mais de vinte anos, no fim dos quais foi ajuntado à coroa dos reis de Portugal, em que, com o favor divino, confiamos perseverará até [a]o fim do mundo, para glória do Senhor Deus e aumento de nossa Santa Igreja.

[100<sup>v</sup>] **Capítulo 9º – De como o mestre de Santiago D. Paio Correia se foi para Castela e, por divisões que houve, veio a Portugal o infante de Castela D. Luís, chamado Pontus,<sup>352</sup> e o reino do Algarve foi posto em terceira<sup>353</sup> em poder de D. João de Boim e de D. Pedro Eanes [de] Portel,<sup>354</sup> seu filho, cavaleiros portugueses.**

Acabada a conquista do reino do Algarve pela maneira acima dita, considerou o mestre D. Paio Correia que já em Portugal não tinha para que mais se deter, pois o Senhor Deus lhe cumprira seus desejos, e via os mouros privados do senhorio do Algarve e aos cristãos restituídos à posse dele, pelo que pediu licença a el-rei de Portugal, D. Afonso, para se ir para Castela a seu mestrado, o qual lha deu de boa vontade, posto que sentisse muito sua ausência, por seus bons serviços e merecimentos de sua boa [101] pessoa. E chegando a Castela, deu conta a el-rei D. Afonso o 10º de tudo o que no Algarve era feito, e de como el-Rei de Portugal, seu genro, o tinha já posto todo debaixo do seu império, do que o Rei se mostrou muito contente por lhe suceder tão prosperamente sua empresa.

Os principais senhores de Castela, com esta nova, não ficaram muito satisfeitos, porque também o não foram da doação que el-Rei fizera do

---

<sup>352</sup> Referência ao infante Luís de Castela (1243-1269), filho de Fernando III e da sua segunda esposa, Juana de Ponthieu (1237-1252), e daí o apelido «Pontus».

<sup>353</sup> Talvez analogia com *tercería*, que em castelhano, significa ‘colocar em mãos de terceiros’.

<sup>354</sup> D. Pedro Eanes de Portel (1246-1315), senhor de Portel, filho de D. João Peres de Aboim, já anteriormente referido.



Algarve a Portugal, e disto o repreendiam e ainda penitenciaram depois nas cortes de Madrid, e lho estranhavam todas as vezes que isto lhe[s] caía em prática, nem tinham para si que el-Rei de Portugal havia de cumprir a obrigação dos cinquenta cavaleiros, mas que havia de ser como a outra antiga do condado de Portugal, que fora feita ao conde D. Henrique. A estas murmurações e desconfianças pareceu a el-Rei necessário atalhar, com mandar a Portugal o infante D. Luís, seu irmão, para que em seu nome e pessoa tomasse juramento [101<sup>v</sup>] e menagem a el-Rei que cumpriria as condições da doação, e sobre isso fizesse as mais diligências que para sua segurança lhe parecessem necessárias.

Veio pois o Infante a Portugal com poder bastante d'el-Rei seu irmão, e além de tomar d'el-Rei de Portugal todas as seguranças conformes às condições de sua obrigação, para mais honesta desculpa d'el-Rei de Castela para com os seus, que todos desconfiavam, determinou deixar estas terras do Algarve em alguma maneira isentas d'el-Rei de Portugal e sujeitas ao de Castela, não porque, na verdade, deixassem de ser suas, conforme a doação passada, mas que por esta ocasião el-Rei de Portugal tivesse mais cuidado e lembrança de cumprir as obrigações dela, e o de Castela não fosse notado de sobejamente pródigo em dar as terras da sua coroa sem algumas obrigações e segurança de se lhe não levantarem com elas. Para isto, [102] informando-se primeiro, como é de crer, da nobreza, poder e virtude, porque tudo era necessário, dos cavaleiros portugueses que el-Rei em sua corte e reino tinha, entregou-as a D. João de Boim e a D. Pedro Eanes de Portel, seu filho, os quais eram pessoas de nobre e limpo sangue e de grandes casas no reino, para que as tivessem como fiéis, com menagem e juramento que logo fizeram diante o mesmo Infante e de todo o povo, que quando el-Rei de Portugal se descuidasse e não cumprisse a condição dos cinquenta cavaleiros que a el-Rei de Castela havia de dar, que eles com suas pessoas e com as ditas vilas e castelos o cumprissem inteiramente, o que el-Rei de Portugal neste caso era obrigado. E de tudo isto se fizeram escrituras e autos públicos, com todas as solenidades acostumadas.

[102<sup>v</sup>] **Capítulo 10º – De como, por diferenças que houve entre el-Rei de Portugal e o de Castela, tornou a Portugal o mestre D. Paio Correia com outros dois principais fidalgos de Castela por embaixadores, e das pazes que por seu meio foram feitas.**

Como o infante D. Luís de Castela teve concluídas as causas de sua vinda a Portugal, despediu-se d'el-Rei e tornou-se a Castela, e fez saber a el-Rei seu irmão, e a outros grandes do reino, o que em Portugal deixava feito, com o que el-Rei se alegrou muito e os seus se mostraram algum tanto mais satisfeitos. Mas el-Rei de Portugal não o ficou assim, do rigor da terceira com que os lugares do Algarve lhe ficavam, por isto ser fora das condições da doação, ainda que [103] por então o dissimulou, pelos enfadamentos que sabia que sobre isso passava em Castela el-Rei seu sogro. E ajuntando-se a isto outras diferenças que sobre os termos e partições dos reinos de Portugal e Castela se levantaram, foram estes dois reis, sogro e genro, postos em discórdia, do que o de Castela se dava por mais agravado.

O que sentindo a rainha D. Brites, trabalhou logo soldar estas quebras com sua prudência e virtude de todos conhecida, e pôde tanto com el-Rei seu pai que, dando-se ele por mais ofendido, ele foi o que mandou a Portugal embaixadores de paz, a saber, ao mestre de Santiago, D. Paio Correia, que sabia ser especial amigo e servidor d'el-Rei seu genro, e a D. Martim Nunes, mestre dos cavaleiros do Templo nos três reinos de Espanha,<sup>355</sup> e a D. Garcia, adiantado-mor do reino de Múrcia,<sup>356</sup> os quais, vindo a Portugal e tratando estas coisas por boas razões e sem paixão diante el-Rei e seu conselho, acordaram entre si certas condições, com que ficaram em paz e amigos como dantes, e assentaram que, para que estas pazes durassem, [103<sup>v</sup>] el-Rei de Portugal e seus filhos e sucessores

---

<sup>355</sup> D. Martín Nuñez foi mestre dos Templários entre 1253 e 1265.

<sup>356</sup> Provável referência a Alfonso García de Villamayor (c.1292), que foi *adelantado* em Múrcia entre 1258 e 1272.

livremente para sempre dispusessem de todas as vilas, fortalezas e mais terras do reino do Algarve, segundo fosse sua vontade, sem embargo de quaisquer promessas e condições que entre eles fossem postas, salvo da ajuda dos cinquenta cavaleiros, de que o não desobrigaram, mas que isto ficasse na boa fé e verdade d'el-Rei, sem outra mais condição ou segurança alguma.

Postas as coisas nesta boa conclusão, os embaixadores se tornaram a Castela satisfeitos, e acharam a el-Rei em Badajoz, o qual de tudo foi mui contente, e confirmou as pazes e concertos por seus embaixadores entre ele e el-Rei de Portugal, seu genro, feitos, e mandou suas provisões aos acima ditos D. João de Boim e Pedro Eanes de Portel, seu filho, pelas quais lhe[s] mandou que entregassem a el-rei de Portugal D. Afonso, seu genro, todas as vilas, castelos e terras do reino do Algarve. E pelas mesmas provisões lhes levantou as menagens e todas as outras obrigações [104] e juramentos que a ele e ao infante D. Luís, em seu nome, por razão do reino do Algarve tivessem feito, e isto por carta selada de suas armas reais, feita em Badajoz, em terça-feira,<sup>357</sup> dezasseis dias de fevereiro da era de Cristo, nosso Redentor, de 1267, subscrita por Milão Pires, secretário, que por mandado d'el-Rei a fez escrever, cujo teor é o seguinte:

«Provisão que el-rei de Castela e Leão, D. Afonso o 10º, mandou a D. João de Boim e a Pedro Eanes [de] Portel, seu filho, para que entregassem o reino do Algarve, com todas suas vilas e castelos, a el-Rei de Portugal, seu genro.

D. Afonso, pela graça de Deus rei de Castela, de Toledo, de Leão, de Galiza, de Sevilha, de Córdoba, de Múrcia e de Jaén, a vós, D. João de Boim, mordomo [104<sup>v</sup>] d'el-Rei de Portugal, e a vós, Pedro Eanes, filho do mesmo D. João de Boim, saúde e graça.

---

<sup>357</sup> BNP: «terceira feira».

Mandamos a vós firmemente e outorgamos que, vista esta carta, deis e entregueis a el-rei D. Afonso de Portugal, ou a quem ele mandar, todos os castelos do Algarve, que são estes: Tavira, Loulé, Santa Maria de Farão, Paderne, Silves e Aljezur, com todas suas pertenças e com todos seus direitos, e com todas suas rendas e com toda a terra do Algarve e seu senhorio. E se porventura o dito rei D. Afonso for morto antes que esta entrega seja feita, mandamos e outorgamos a vós e a cada um de vós que deis e entregueis a D. Dinis, primeiro filho e herdeiro deste D. Afonso, rei de Portugal, ou a outro seu irmão ou irmã, se D. Dinis morresse antes que esta entrega fosse feita, todos os castelos e toda a terra do Algarve e todas as coisas sobreditas. E nós, sobredito rei D. Afonso, quitamos para sempre a vós D. João de Boim, e a Pedro Eanes vosso filho, a menagem que a nós fizestes sobre todos os preitos e posturas que foram postas e escritas entre nós e D. Afonso, rei de [105] Portugal, e D. Dinis e seus filhos e filhas deste rei de Portugal, por razão do Algarve. E desde aqui adiante damos a vós e a cada um de vós por quites para sempre da menagem que nos fizestes dos castelos sobreditos do Algarve, e de todos os preitos e de todas as posturas sobreditas que des[de] aqui adiante nunca a nós nem a outrem por nós sejais obrigados de responder de todas estas coisas sobreditas, nem de nenhuma delas. E dizemos e outorgamos e damos por direitos que a vós e a cada um de vós, dando e entregando os castelos sobreditos do Algarve ao sobredito D. Afonso, rei de Portugal, e a D. Dinis, e a outro seu filho ou sua filha deste rei de Portugal, assim como sobredito é, que vós façais direito em os dar e lhos entregar. E este rei de Portugal e seu filho e sua filha fazem direito em os receber assim como sobredito é. E vós e cada um de vós fazeis todo o vosso direito destes castelos e sois livres da menagem que a nós fizestes deles. E se des[de] aqui em diante alguma carta ou [105<sup>v</sup>] cartas [a]parecessem sobre estes castelos ou sobre a menagem que sobre eles fizestes, ou sobre os preitos e posturas que foram feitas a nós

sobre o Algarve, não valham e sejam cassadas, e não hajam nenhuma firmidão. E esta carta seja firme e segura para sempre, e nunca possa vir em dúvida. Damos, pois, a vós esta carta aberta, selada de nosso selo de chumbo, que tendes em testemunho. Feita em Badajoz, por nosso mandado, terça-feira, dezasseis de Fevereiro era de Cristo de 1267. Milão Pires a fez escrever.»

**Capítulo 11º – De como el-rei de Castela, D. Afonso o 10º, quitou a el-rei de Portugal, D. Afonso, seu genro, ao infante D. Dinis, seu neto, e a todos seus sucessores a obrigação dos cinquenta cavaleiros em que lhe eram por respeito do reino do Algarve, e o soltou a Portugal, livre para sempre.**

Não ficou el-Rei de Portugal ainda satisfeito [106] de todo com esta doação e entrega do Algarve, por razão da obrigação e tributo que com ele lhe ficava dos cinquenta cavaleiros, nem se tinha por senhor absoluto dele, enquanto ela durasse, pelo que, considerando muitas vezes o remédio que nisso teria, acordou com conselho da rainha D. Brites, que em tudo o ajudava, mandar o infante D. Dinis, seu primogénito, a seu avô, el-Rei de Castela, e por seu meio lhe pedir que lhe soltasse esta obrigação, que muito sentia, afirmando-lhe, como era verdade, que por esta maneira o teria mais obrigado para tudo o que dele em qualquer tempo lhe cumprisse. Isto puseram logo em obra, porque o Infante, posto que ainda moço, já estava em idade para poder caminhar, como fez, e bem acompanhado chegou a Sevilha, onde foi recebido d’el-Rei seu avô com muitas festas e grande alegria. E passados os cumprimentos e visitas acostumadas, propôs sua petição a el-Rei conforme a instrução que levava, agradecendo-lhe primeiro a mercê da doação e convenção [106<sup>v</sup>] passadas, e depois pedindo-lhe que da obrigação dos cinquenta cavaleiros, e de qualquer outra que tocasse ao Algarve, quisesse relevar a el-rei D. Afonso, seu pai, e a ele e aos que deles descendessem, porque era isto para o reino sujeição e para eles enfadamento, e que

fazendo-lhe a mercê livre, conforme a sua pessoa e ânimo real, os punha em muito mor obrigação, além da em que eles já estavam, pelas muitas razões que para isso havia.

El-Rei, contam as crónicas que, ouvindo isto, esteve algum tanto suspenso sobre a resposta, a qual lhe não quis dar sem os de seu conselho, pelo que sabia que já sobre este caso passava. Mas depois disto, tendo-os juntos, propôs a petição de seu neto com palavras significadoras de seu ânimo, a que só D. Nuno de Lara<sup>358</sup> pôs contradição, dando para isso algumas razões honestas e que faziam a bem de seus reinos. Mas os outros, como entenderam que a vontade d'el-Rei era satisfazer em tudo a seu neto, não lha quiseram contrariar, antes lha louvaram. E assim [107] ficou assentado por todos eles sobre esta determinação e assento, que durou alguns dias. Foi o infante D. Dinis com el-Rei seu avô a Jaén, onde, acabado de concluir, houve por bem que se tornasse a Portugal, e lhe mandou dar uma provisão que trouxesse a el-Rei seu pai, escrita em pergaminho e selada com selo pendente das armas de Castela e Leão, que dizia desta maneira:

«Carta de final doação que fez el-rei de Castela e Leão D. Afonso o 10º do reino do Algarve a el-rei D. Afonso de Portugal, o 3º deste nome, seu genro, e a todos seus sucessores.

Saibam quantos esta carta virem e ouvirem como eu, D. Afonso, pela graça de Deus rei de Castela, de Toledo, de Leão, de Galiza, de Sevilha, de Córdoba, de Múrcia e de Jaén, quito para sempre a vós, D. Afonso, por esta [107ª] mesma graça rei de Portugal e do Algarve, a menagem que fizestes a mim por carta e a D. Luís meu irmão em meu nome, para fazer a mim<sup>359</sup> cumprir os preitos e posturas e as convenções que foram postas entre mim e vós, e D. Dinis e outros vossos filhos e vossos herdeiros, por razão da

<sup>358</sup> D. Nuño González I de Lara (?-1275), conselheiro de Afonso X de Leão e Castela.

<sup>359</sup> Provável lapso por 'assim'.

ajuda dos cinquenta cavaleiros que a mim devia ser feita em meus dias pelo Algarve. A qual ajuda e os quais preitos e posturas e menagens, em qualquer maneira que fossem feitas, assim por cartas como sem elas, eu quito para sempre a vós e a D. Dinis, e a outros vossos filhos e herdeiros, que nunca por isso, a mim nem a outrem por mim, vós nem eles, nem outrem por vós nem por eles, sejais nem sejam teúdos de nenhuma coisa, por razão dos castelos nem da terra do Algarve que vos dei. E outorgo que se alguma carta ou cartas [a]parecer[em] ou permanecerem sobre a menagem ou menagens, ou sobre preitos ou posturas ou convenções, ou sobre o serviço ou ajuda que a mim devesse ser feito ou feita [108] pelos castelos ou pela terra do Algarve, que des[de] aqui adiante nunca valham e sejam quebrados e de nenhuma firmidão. E renuncio e quito todo o direito e toda demanda que eu haveria ou haver poderia por essa carta ou por essas cartas contra vós ou contra D. Dinis, ou contra os outros vossos filhos ou vossos herdeiros, ou contra os cavaleiros que tiveram ou tivessem os castelos do Algarve. Em tal guisa que nunca a mim essa carta ou cartas possa nem possam prestar, nem a outrem por mim nem a vós, nem a D. Dinis, nem a vossos filhos, nem a vossos herdeiros, nem aos sobreditos cavaleiros empecer. E em testemunho desta causa dou a vós, sobredito Rei de Portugal e do Algarve, esta minha carta aberta e selada do meu selo de chumbo, que tendes em testemunho. Feita a carta em Jaén, por nosso mandado, sábado, sete dias do mês de Maio e era de César de 1305 anos. E eu Milão Pires a fiz escrever. E do ano de nosso Redentor de 1267.»<sup>360</sup>

---

<sup>360</sup> O Algarve passou definitivamente para a posse de Portugal depois do Tratado de Badajoz, celebrado em fevereiro de 1267 entre o monarca lusitano D. Afonso III e Afonso X, rei de Leão e Castela.

[108<sup>v</sup>] **Capítulo 12º – Da morte e sepultura do mestre de Santiago, D. Paio Correia, e de como estes dois reis de Portugal, D. Afonso e D. Dinis, pai e filho, e seus sucessores, ajudaram sempre aos reis de Castela em suas empresas, em agradecimento do reino do Algarve.**

Com esta carta, e com grandes dádivas que o infante D. Dinis recebeu d'el-Rei seu avô, se tornou a Portugal, com que el-Rei seu pai foi muito alegre, e o Mestre o acompanhou até Portugal. E depois, tornando a Castela, já no fim de seus dias, se recolheu na vila de Uclés,<sup>361</sup> que era o principal convento e cabeça do seu mestrado de Santiago, em Castela, onde se diz que bem e catolicamente acabou sua vida, já depois de velho, a 10 dias de fevereiro da era de César, que então corria, de 1313 anos, e de Cristo nosso Redentor de 1275. Em seu testamento mandou que, depois de morto, o trouxessem [109] ao Algarve, à cidade de Tavira, que ele ganhara aos mouros, desejando, em companhia dos santos mártires e cavaleiros que nela sepultara, esperar o final juízo, quando todos nos levantarmos a ouvir nossas particulares sentenças e receber o prémio e galardão de nossas obras.

Foi sepultado na capela-mor, da banda do Evangelho,<sup>362</sup> junto do altar da Igreja de Santa Maria, principal da mesma terra, que ele intitulou a Nossa Senhora quando a tomou e achou feita mesquita, mas sua alma é de crer que goza dos bens eternos da glória do Paraíso. A isto nos deve persuadir o grande zelo que do exalçamento da nossa fé sempre mostrou, ajudando a ganhar a[s] cidade[s] de Córdoba e Sevilha, em Castela, e ele mesmo, por sua pessoa, [conquistar] Mértola, Aljustrel, em Portugal, e pouco menos que todo o reino do Algarve, sendo ele o primeiro nos perigos e oferecendo cada dia sua vida ao cutelo pela fé que cria. Ora

---

<sup>361</sup> BNP: «Ucres». Trata-se de Uclés, na província espanhola de Cuenca,

<sup>362</sup> A expressão «banda do Evangelho» indica a nave esquerda de um templo, quando observada da entrada principal.



isto, acompanhado de esmolas e orações e outras boas obras que fazia, pois [109<sup>v</sup>] o Senhor o deixou cumprir seus dias em paz e em seu mestrado, argumento é bastante para o crermos dele e honrarmos não só sua alma, mas também seus ossos, que não quis deixar senão em poder de portugueses. Obriga-nos assim mesmo a honrarmos e não nos esquecermos deste ilustre varão a dívida da nação portuguesa, que neste e noutros semelhantes mostrou sua fineza, e os muitos serviços que a estes reinos com liberal vontade fez no melhor de sua vida.

E é de notar que não foram até [a]o presente os reis de Portugal desagradecidos [da] doação do benefício do reino do Algarve, nem lhe fundiu<sup>363</sup> menos aos reis de Castela para com os portugueses a quitação dos cinquenta cavaleiros, e a dos trezentos do conde D. Henrique por respeito de Portugal, porque, se com atenção lermos as crónicas e outras escrituras daquele tempo, acharemos por verdade que com grande vantagem lho havemos satisfeito, e que nos lugares de África e também em sua Castela nunca fizeram coisa [110] notável em que nos não achassem diante. E porque isto não pareça cortar largo a quem do que digo não tiver tanta notícia, apontarei brevemente alguns exemplos, sem fazer a ninguém injúria, nem passar os termos da verdade além do que se acha escrito.

Este mesmo rei D. Afonso o 10<sup>o</sup>, que nos deu o Algarve, sendo em sua velhice privado do reino nas cortes Valladolid, socorreu-se a el-rei de Portugal D. Afonso o 3<sup>o</sup>, seu genro, a quem dera o Algarve, o qual lhe mandou logo em seu favor trezentos cavaleiros pagos à sua custa, que lá andaram muito tempo e fizeram coisas notáveis, de que suas crónicas dão bom testemunho.<sup>364</sup>

---

<sup>363</sup> Isto é, 'rendeu' ou 'proveitou'.

<sup>364</sup> Nota à margem: «Rui de Pina». Provável referência à *Crónica de el-rei D. Dinis*, de Rui de Pina. As cortes de Valladolid foram convocadas pelo infante D. Sancho em 1282, à revelia do pai Afonso X de Leão e Castela, então ainda vivo; reinava nessa época em Portugal el-rei D. Dinis, que era neto de Afonso X.

El-rei D. Dinis, filho do acima dito D. Afonso o 3º, sendo-lhe pedida ajuda por el-rei de Castela D. Fernando, seu genro,<sup>365</sup> para ir sobre o reino de Granada, lhe mandou o conde D. Martim Gil de Sousa, seu alferes-mor,<sup>366</sup> com setecentos homens de cavalo, muito bem aparelhados, e lhe emprestou [110<sup>v</sup>] dezasseis mil e seiscentos marcos de prata para seus gastos.<sup>367</sup>

El-rei D. Afonso o 4º, filho d'el-rei D. Dinis acima dito,<sup>368</sup> mandou grande frota de naus por mar, e ele mesmo em pessoa foi por terra com todos os fidalgos e mais gentes do seu reino, em socorro d'el-rei de Castela D. Afonso, seu genro, em tempo que quatro reis mouros muito poderosos lhe tinham cercada Tarifa, em Andaluzia. E o reino estava em tanto perigo que os castelhanos, vendo a el-Rei de Portugal em Sevilha, que os ia a socorrer, o saíram a receber, todo o povo e clerezia em procissão, com todas suas relíquias, dizendo em altas vozes, com muitas lágrimas, «Bem-aventurado seja o rei de Portugal, que vem, no nome do Senhor, para salvar os cristãos das bocas dos dragões, inimigos da santa fé de Cristo, nosso Redentor». E depois disto, estando já todos juntos no lugar da batalha, e havendo pareceres no conselho d'el-Rei de Castela que Tarifa se desse aos mouros, se eles a quisessem aceitar, [111] com condição de logo se tornarem para África a suas terras, el-Rei de Portugal, com esforço maravilhoso e ânimo cristão,<sup>369</sup> deu seu voto dizendo: «Eu não saí de meu reino de Portugal para consentir que a cidade, nem vila, nem terra alguma de cristãos se dê a mouros, nem por minha honra tal consentirei. Antes vim e estou prestes a oferecer meu corpo à morte por Cristo, cuja esta empresa é, e ele o fez por nós e para

---

<sup>365</sup> O rei de Castela e Leão Fernando IV (r.1295-1312) foi casado com D. Constança de Portugal (1290-1313), filha de el-rei D. Dinis.

<sup>366</sup> D. Martim Gil de Sousa (?-1312), conde de Barcelos.

<sup>367</sup> Nota à margem: «O mesmo». Provável referência à *Crónica de el-rei D. Dinis*, de Rui de Pina.

<sup>368</sup> Nota à margem: «Batalha do Salado».

<sup>369</sup> Nota à margem: «Notáveis palavras d'el-Rei, bom cristão e esforçado cavaleiro».

em sua virtude e esforço guerrear com forte coração estes inimigos de nossa fé. Porque decerto não tenho aqui algum de meu conselho nem de meu reino que o assim não aprove e lhe pareça bem; que por se não perder Tarifa, eu farei o que faria pela principal cidade de meus reinos.»

E vindo todos neste parecer, repartiram-se os cristãos para o encontro. El-Rei de Castela se pôs contra Benamarim, rei de Marrocos,<sup>370</sup> que tinha seu exército ao longo do mar, e el-Rei de Portugal contra el-Rei de Granada,<sup>371</sup> que o tinha assentado da banda da serra, ao qual el-Rei de Portugal e os seus apertou com [111<sup>v</sup>] tão forçoso ímpeto, que a poucas horas lhe fez virar as costas e fugir primeiro que todos, o que foi causa dos outros desacorçoarem e perderem a batalha, e el-Rei de Marrocos dizer aos seus as palavras que se seguem, não sem grande nojo e tristeza: «Vede, vede aquele bêbado d'el-Rei de Granada, como vai fugindo d'el-Rei de Portugal com grande medo».<sup>372</sup>

Afirma-se que eram os mouros nesta batalha cinquenta mil de cavalo e tantos de pé que não tinham conto, porque se vinham com casas, mulheres e filhos a morar em Espanha, que por tão certa tinham por si a vitória. Morreram deles quatrocentos e cinquenta mil, e dos cristãos somente vinte pessoas, o que não pode ser sem evidente socorro de Nosso Senhor Deus.<sup>373</sup> Ficaram no campo grandes despojos de ouro e prata e outras riquezas sem conto, das quais el-Rei de Portugal não quis tomar para si senão um filho d'el-Rei de Granada, que na batalha vencera, e consigo trouxe a Portugal, e cinco bandeiras [112] d'el-Rei de Granada, seu pai, que perdeu na batalha, contentando-se só com a honra que nela ganhou.

---

<sup>370</sup> Referência ao sultão de Marrocos, Abu al-Ḥasan Ali ibn Uthman (r.1331-1348).

<sup>371</sup> Referência ao sultão de Granada, Yusuf I (r.1333-1354).

<sup>372</sup> Nota à margem: «Foi esta batalha no ano de 1378». De facto, a batalha do Salado teve lugar em outubro de 1340, na província espanhola de Cádiz.

<sup>373</sup> Os números reportados por Frei João de São José são claramente exagerados.

El-rei de Castela, D. Henrique, levantando-se-lhe o Infante seu irmão com o reino,<sup>374</sup> socorreu-se a el-Rei de Portugal, D. Afonso o 5.º, seu cunhado,<sup>375</sup> o qual lhe mandou em sua ajuda dois mil homens, entre de cavalo e pé, com que lhe fez levantar o cerco que o Infante e o mestre de Santiago tinha[m] posto sobre Sevilha.

Em vida d'el-rei D. João o 3.º, de Boa Memória,<sup>376</sup> foi o infante D. Luís seu irmão,<sup>377</sup> e filho d'el-rei D. Manuel, com o imperador Carlos V, seu cunhado, na tomada de Tunes e Goleta, com um galeão, o melhor que ia na frota, uma nau e dezanove caravelas muito bem providas de gente, armas e artilharia, as quais foram as primeiras que tomaram porto, por levarem a dianteira a toda a outra armada.

E não é isto tudo o que desta [112<sup>v</sup>] matéria se pudera trazer, por não fazer largo processo fora do propósito e instituto do livro, como bem poderá ver quem for lido nas crónicas dos reis de Portugal e Castela, nem se entenda que isto se faz à conta de semelhantes benefícios, o qual é a mor glória que os Portugueses em nossas empresas temos.

Fim do Livro Terceiro.

---

<sup>374</sup> Nota à margem: «Pero d'Aveiro em sua *Crónica gerab*».

<sup>375</sup> Alusão à batalha de Toro (1476), já anteriormente referida (fl. 29<sup>v</sup>).

<sup>376</sup> A referência ao rei de «Boa Memória» parece ser um lapso, pois este cognome applicava-se a el-rei D. João I, e não a el-rei D. João III.

<sup>377</sup> O infante D. Luís de Portugal (1506-1555), irmão de el-rei D. João III, participou na conquista de Túnis, levada a cabo em 1535 pelo imperador Carlos V (r.1519-1556).

**[113] LIVRO QUARTO****DAS PARTICULARIDADES DO REINO DO ALGARVE D'AQUÉM-MAR**

Ao leitor: Há neste reino do Algarve muitas coisas notáveis e maravilhosas, e tão particulares dele só, que não se acham em outro algum [lugar], assim na própria natureza da terra, como também nos costumes de que usam os moradores dela. Pelo que a muitos vi já espantarem-se e fazerem grandes admirações, ouvindo-as contar, e ainda pôr nelas algum escrúpulo, e certo, eles em parte têm razão, porque muitas delas o merecem e são dignas disso. Porque quem, em Portugal ou em outra qualquer parte do mundo, ouve dizer que no Algarve se vareja o figo e não a azeitona, e que num só figueiral, andando continuamente quinze, vinte pessoas, não podem tanto apanhar que mais não [a]madureça até se acabar, e que os figos se tocam com uns bichinhos que nascem e saem doutros, e os que assim não são tocados logo em pequenos pecam e caem, e que o azeite o faz cada um em sua casa, pisando a azeitona com os pés, e que as uvas, para o vinho ser bom, depois de vindimadas as deitam em terra, em monte, e as deixam apodrecer, e depois [113<sup>v</sup>] o faz cada um em sua casa com um saco, qualquer coisa destas por si trás consigo admiração a quem delas não tem experiência, e devem ser contadas com resguardo, quanto mais todas elas juntas. Tudo isto, não obstante, porque a matéria do livro o desejava para sua perfeição, e entendi que lhe não daria pequeno lustro, determinei tratar aqui cada coisa destas brevemente, mas isto com tal condição que ninguém delas duvide nem tenha escrúpulo algum, porque tudo o que aqui escrever afirmo, como cristão e religioso, não ser somente de ouvida, mas de vista e experiência de alguns anos que em Tavira, cidade principal do Algarve, estive. E porque algumas destas

coisas podem aproveitar para outras terras, se delas quiserem usar, avisarei em seus lugares, dando-lhe nisso também meu parecer.

**[114] Capítulo 1º – De como se põem e adubam os figueirais e se toca o figo.**

As principais fazendas do Algarve são os figueirais, e deitam-se os homens mais a eles que a outra coisa, porque se dão em toda a terra e é novidade de cada ano, e mais certa que o pão, que, por ser a terra muito enxuta de seu natural, não se dá bem se lhe não chove muito amiúde, salvo em algumas ribeiras ou lugares húmidos, que no Algarve são poucos.

Não se põem as figueiras de raiz das vergôntes que nascem aos pés das velhas, como cá fazemos, porque lá comumente não lhe consentem ter mais de um pé, e estas são as boas, nem, ainda que as tenham, as colhem para pôr, mas de ramos novédios de dois anos até três, e isto alporcados como bacelos, em covas assim longas e altas como se foram para enterrar finados, e não as deixam sobre a terra, mas cortam-nas um palmo debaixo dela, para que debaixo arrebente e comece a criar pé. Dão-se bem em as terras novas, e enquanto são pequenas querem que as cavem cada uma e as tenham muito mimosas. São as figueiras de muito adúbio<sup>378</sup> e trabalho, e o figo [114<sup>v</sup>] não de tanto proveito, e por esta causa, os algarvios que só nelas tratam poucos deles são ricos. Querem-se lavradas duas vezes no ano, e quem mais ferros lhe dá, mais e melhor fruto colhe, e também escavadas no princípio do Inverno para tomarem água, e depois cerradas e cavadas, e ao fim espojadas, como lá dizem, e isto já em maio ou junho, que é enterreirá-las, como em Portugal fazemos às oliveiras no tempo da safra, para depois varejarem e melhor apanharem o figo.

---

<sup>378</sup> Isto é, ‘amanho da terra’.

Os que no Algarve têm fazendas grossas, todos comumente moram nelas, e os outros também lá têm suas casas, e no princípio do mês de julho se vão para elas a fazer e consertar suas esteiras de funcho, que na terra há muito, porque, quando vem por dia de Santiago, já comumente há esteiras de figo a secar. É tão comum isto no Algarve, que não se tem nele por gente quem neste tempo não apanha figueiral, ou seu ou arrendado. Aos santos domingos pouca gente fica nas povoações, porque ou estão nas fazendas continuamente os de casa, ou esses que nelas ficam nestes dias vão a ver e desfadar-se com os outros, e é tanto o regozijo e contentamento [115] que mostram neste tempo, a que chamam *alacir*,<sup>379</sup> uns dum cabo e outros doutro, com diversos cantares e tangeres, que facilmente se pode deles entender que para eles aquela é a melhor parte do ano, e ainda o mais alegre da vida. Todos neste tempo andam fartos e contentes, assim ricos como pobres, e se melhoram nos vestidos de suas pessoas e alfaias de casa, de maneira que este tempo no Algarve é como a ceifa no Alentejo, quando anda o trigo pelas eiras.

As figueiras que se tocam não são as que dão este figo que cá trazem a vender, mas só de algumas castas particulares a que eles chamam *figueiras de metal*, e os figos delas assim tocados são muito estimados, de que fazem presentes e serviços, cada um a quem deve ou tem obrigação. A maneira que têm no tocar é que colhem os figos a umas figueiras que eles procuram ter nas fazendas, e poucas bastam porque dão muito, e vêm com a sua novidade madura, quando os outros figos estão pequenos como azeitonas, e os enfiam a três e quatro em um fio de esparto, como ave-marias,<sup>380</sup> e os penduram pelos raminhos das outras que querem tocar, compassados ao redor, [115<sup>v</sup>] de maneira que quem considera bem uma figueira destas, quando está com este aparato, se lhe afigura uma dona muito rezadeira, que se não farta de contas. Nestes figos assim postos, que para outra nenhuma coisa prestam, se criam uns bichinhos,

<sup>379</sup> *Alacir*, como anteriormente referido, é o tempo da vindima ou da apanha do figo.

<sup>380</sup> Isto é, 'rosários'.

cada um de seu grãozinho, dos que têm os figos dentro, como milho, e saem pelo olho do figo maduro, à maneira de mosquitos de vinho, pequenos, e se põem nos olhos dos outros figuinhos que estão pequenos e verdes, e os tocam. A maneira que nisto têm não o alcancei, porque é um segredo maravilhoso da natureza, e daí se vão e morrem sem mais serem vistos. Basta que eles lhe põem tal virtude que estes figuinhos assim tocados crescem e maduram a seu tempo, e se fazem muito formosos. E os que não acertam de ser assim tocados, ou por lhe não chegar algum destes bichinhos ou por seu dono lhe não fazer esta diligência, os figuinhos logo começam a se ensoar e pecam, e assim pequenos caem da figueira. Todas as figueiras geralmente, de qual sorte que sejam, folgam muito com este benefício, e os figos são muito diferentes dos outros, mas não as tocam todas, porque [116] seria necessário ter quase outras tantas figueiras de tocar, além do grande trabalho e não muito proveito que disso se seguiria a seu dono.

Há outro segredo nisto não menos maravilhoso que o já dito, e é que as figueiras que se costumam tocar desta maneira, sejam de que casta quiserem, todos os anos que as deixarem de tocar como que sentem muito a falta deste benefício, e dão logo a entender e se lhes perdem os figos, mas se as não põem neste foro, não o deixam de [ha]ver, e dão sua novidade como as outras. As figueiras de tocar, que são como as que cá chamamos *baforeiras* ou *doidas*, não querem enxada nem arado, nem outro benefício algum, antes lhe[s] faz prejuízo, e por isso estão sempre sujas e cheias de mato. Estas representam os maus e ruins, que com os benefícios se fazem piores.

## **Capítulo 2º – Do apanhar e enseirar do figo, e do muito que importa cada ano [a]o reino do Algarve.**

Chegando o tempo em que começa a amadurar [116<sup>v</sup>] o figo, que, como tenho dito, é comumente pelo Santiago e dura até Nossa Senhora de



Setembro, vendo os algarvios que já deles se podem fazer esteiras, tomam os apanhadores seus cestos d'arco no braço esquerdo e uns cambos<sup>381</sup> que já para isto têm feito[s], com outros cestos grandes para o carroto ao almexar,<sup>382</sup> e começam de lugar assinado a rodear as suas figueiras, a levar todas por ordem, e desta maneira as correm a primeira vez, a que eles chamam *dar camba*. Mas entrando mais a safra, levam suas apanhadeiras e homens que lhe[s] varejam o figo, os quais, depois de rodearem as figueiras com os cambos, sobem a elas e com suas varas sacodem os a que não podem chegar com a mão, e todos deitam no chão e caem nos terreiros que para isso lhes têm feitos. Alguns costumam não o apanharem naquele mesmo dia, porque dizem que, jazendo assim no chão, se faz mais teso e enxuto. De maneira que, entrada a força do alacir, no apanhar, varejar ou sacudir do figo nenhuma diferença há do apanhar d[a] azeitona em Portugal, o ano que há safra, salvo que esta se faz com mais alegrias e menos trabalho. E em [117] se apanhando o figo ou do chão ou da figueira, o vão logo deitar nas esteiras que já para isto no almexar jazem estendidas, esverdeando o primeiro, de maneira que o verde fique todo numa esteira e o mais seco noutra, apartado, por que ao levantar das esteiras esteja todo sazoado. Se neste tempo acerta de chover, dá muito trabalho e perda, se persevera, porque tudo se suja e apodrece. E também se vêm [ventos] nortes rijos, lhe fazem prejuízo aos que estão por colher nas figueiras, porque os encolhe, endurece e faz umas coroas pretas e ruins, e também com os orvalhos. O que muito aproveita ao figo, e o faz crescer e madurar, são os [ventos] levantes, que cá em nosso Portugal os ensoa. E assim, segundo as regiões e climas da terra, são proveitosos ou prejudiciais os ventos e tempos diversos do ano.

As esteiras, enquanto andam no almexar, se enrolam cada dia com o mesmo figo em se o sol pondo, e se tornam a desenrolar ao outro dia em ele saindo, por causa da humidade e orvalho da noite. E tanto que o vêm

---

<sup>381</sup> O mesmo que 'varas'.

<sup>382</sup> Almexar, como anteriormente referido, é o terreiro onde se secam os figos.

sazoado e para recolher, escolhem primeiro o mais alvo e maior, a que cá chamamos *doído*, [117<sup>v</sup>] a uma parte, e o *merchante*, que é o meão, a outra, e o mais pequeno e branco, a que eles chamam *confeitos*, a outra, e o demais que fica é o chocho, que eles guardam para os servidores e para os porcos e bestas, porque todos se mantêm dele. Os que querem fazer figo limpo de encomenda, ou para sua casa, lavam-no logo, em o escolhendo, numa bacia ou alguidar cheio de água com um olho de azeite nela, e tornam-[n]os a enxugar, e depois em alguns arcazes grandes, ou onde cada um pode, calcando-o primeiro aos pés, quanto mais lhe é possível, com um saco ou pano em cima, por limpeza. E desta maneira se conserva melhor e entra menos nele o bicho. Alguns lhe deitam, de mistura, alguns grãos de erva-doce ou semente de tomilho, porque tudo isto lhe dá cheiro e sabor. O que se faz para vender não se usa com ele de tanta cerimónia, mas, em o levantando da esteira, o levam à tulha, as quais fazem das mesmas esteiras de funcho, que são muito boas para isto, e ali o pisam aos coices, sem pano debaixo nem alguma outra cortesia. Estes assim tratados deitam aquela farinha que lhe cá vemos, que alguma gente pouco entendida [118] cuida que é açúcar, e não é senão sujidade que no figo fica, ao tempo do enseirar, com o azinhavre que do mesmo figo sai, o qual está bem visto no lavado, que nenhuma coisa disto cria. Os figos que nas mesmas figueiras se passam são brancos e de melhor sabor que os que nas esteiras se secam, mas não são de tanto peso para seu dono e por isso dizem que os figos das figueiras que têm os donos preguiçosos, são os melhores, porque primeiro se secam que os apanhem.

Para rechear se escolhem os figos nas esteiras primeiro que outros alguns, e estes se abrem por junto do pé e lhe metem as amêndoas dentro. Há mulheres que neste tempo não vivem doutra coisa. Também se fazem queijos destes figos, lavrados com amêndoas e festejados com mil labores por cima, e outras mil invenções de figuras, que estas mulheres cada dia inventam e lhe[s] mandam fazer para apresentar e fazer serviços

Os mouros da costa da África sabem já mui bem o tempo do alacir, em que se apanha o figo no Algarve, e dos lugares mais vizinhos, [118<sup>o</sup>] que são Tetuão, Safim e Larache, vêm aí com bom levante num dia e noite, e fazem suas entradas onde lhes parece que os algarvios estão espalhados. E posto que neste tempo de dia e de noite a terra se vigia, algumas vezes fazem presas nos descuidados, primeiro que sejam sentidos, e outras ficam também alguns deles no Algarve por moradores, posto que não por sua vontade.

O bispo do Algarve, D. João de Melo, que depois foi arcebispo de Évora,<sup>383</sup> passando uma vez de Tavira para Silves, ao longo da costa, achou uma manada destes, de dia, embrenhados em um lugar escuso não longe da vila [de] Albufeira, os quais tinham saído à primeira noite a fazer presa, como tenho dito, e detendo-se mais nela do que convinha, quando tornaram a se embarcar, acharam a fusta em seco. E recolhendo-se a esperar a maré, quis sua mofina que fizesse por aí o bispo seu caminho e houvesse notícias deles, o qual logo com sua gente, e com outra que se ajuntou, deu sobre eles e os cativou, e com a mesma fusta [os] mandou a el-rei de Portugal, D. João o 3<sup>o</sup>, de presente, dizendo-lhe que soubesse Sua Alteza que [119] os bispos do seu reino do Algarve também eram cavaleiros. Para remédio destes perigos há agora nos lugares mais suspeitosos algumas torres, e outras casas fortes em figueirais e fazendas dalguns fidalgos e homens ricos, [aonde] se acolhem e fazem fortes de noite, porque de dia não ousam eles a sair em terra, se não vem gente grossa.

É o figo bom mantimento, em especial para os do Algarve, que o têm já em costume, e serve muitas vezes em lugar de pão à gente dos montes e aos pobres, e também de cevada às bestas, de farelos aos porcos, e ainda aos cães e gatos, porque enquanto ele dura todos geralmente participam

---

<sup>383</sup> D. João de Melo e Castro (c.1521-1574) foi bispo de Silves a partir de 1549, e depois arcebispo de Évora, a partir de 1564.

dele, e a todos sustenta. E por isso chamam os mouros a este tempo *alacir*, que quer dizer em sua língua ‘mesa de Deus, que a todos farta’. O comum preço do figo,<sup>384</sup> quando há novidade, é a dois *reales*, quatro vinténs<sup>385</sup> o cento do figo cheio, a seis o quarterão dos doidos, que é uma arroba, a oito a peça do merchante, que são duas arrobas, e daqui sobe ou abaixa conforme qualidade dos anos. O mais deste figo se leva do reino para Flandres e daí vai muito [119<sup>v</sup>] dele para mais longe. E o modo de o vender e comprar, quando vêm as naus da carregação, é o seguinte: os mercadores da terra são os que comumente compram e lhe põem o preço, que chamam *mote*, e manda cada um deles apregoar pela cidade ou vila que ele quer comprar o figo e tomará a tal preço, peça e quarterão, porque assim costumam, que quem lho quiser vender por aquele preço lhe leve a casa. E esta é a comum venda e compra desta fruta, salvo se algumas pessoas particulares o querem bom e de bons gostos, porque estas encomendam-no antes ou vão-no lá a buscar. Quando os flamengos o compram por si mesmos, é coisa gostosa ver alguns deles fazer a experiência desta mercadoria, porque não abrem as seiras nem querem ver o figo, mas tomam um espeto e dão duas ou três estocadas por diversas partes das seiras, e depois passam o espeto pela boca, e se o acham azedo não o querem, mas se lhe[s] sabe a doces dizem «Bono, bono», e logo o pagam sem mais referta.

Não importa pouco ao reino do Algarve a novidade e rendição de seu figo, porque já está averiguado [120] por moradores da terra que isto entendem e lhes passa pela mão que, como os anos são bons desta fruta, não importa menos de vinte e cinco, trinta mil cruzados o que sai pela barra, afora o que se come na terra, e pelo sertão se leva para todas as partes do reino e de seus vizinhos.

---

<sup>384</sup> Nota à margem: «Preço».

<sup>385</sup> O vintém era uma moeda de prata que corria em Portugal, no valor de 20 réis ou reais, com peso aproximado de 1,8 gramas. O real (no plural ‘réis’ ou ‘reais’) era uma antiga unidade monetária, que no século XVI circulava em Portugal em moedas de variadas denominações.

### Capítulo 3º – Dos olivais do Algarve e da boa invenção que acharam os algarvios de fazer o azeite.

Os olivais, no Algarve, não se plantam de estaca, como em nosso Portugal, porque não prendem, por causa da terra ser seca, mas logo a natureza proveu de tantos zambujeiros que, nascendo nas próprias fazendas e pelos montes, convidam os homens a lhe[s] fazer benfeitoria, nem se sente nisto falta alguma. Cria a terra estas árvores muito grandes, e assim é também o fruto que dão, e por isso deste reino se faz conserva todos os anos, que se leva em pipas e quartos para as Índias<sup>386</sup> e outras muitas partes do mundo.

Não se varejam as oliveiras no Algarve, porque, como a terra é de [121] seu natural seca, recebe[m] disso muito prejuízo e não tornam a cobrar rama em muitos anos. Mas também nisto como na postura delas proveu a natureza, mestra e mãe de todas as coisas, porque, como a azeitona está madura, em lhe chovendo, tanto possais apanhar como ela por si cai logo, sem esse trabalho e diligência. Mas também tem seu desconto, e é que se, sendo ela madura, lhe não chove, como algumas vezes acontece serem os anos secos, ela se fica em cima e se seca na mesma oliveira, sem querer cair, e então lhes buscam remédios, subindo às oliveiras e abanando-as e sacudindo-as, uns com canas, outros com paus, que é não pequeno trabalho por elas serem grandes, como já disse, e ficarem desta diligência mal tratadas por alguns anos.

Toda a azeitona se apanha à mão, assim como vai caindo, e isto não é muito dificultoso por ser grande e formosa, e assim é também o azeite belo e saboroso. Quer-se feita em fresco, ou ao menos que lhe não tardem muito, ao contrário da nossa galega de Portugal, porque se se

---

<sup>386</sup> Referência à América ou ‘Índias de Castela’.

descuidam dela, come-a o sal e funde<sup>387</sup> muito menos. [121] Não costumam os algarvios fazer seu azeite comumente em lagares de mós e varas, como cá, posto que alguns há que ficaram do tempo antigo e já se vão desfazendo, salvo quando a novidade é tanta que a necessidade os constanja. E não sei se a pouca confiança dos lagareiros, a que eles em toda a parte dão ocasião, se o mau aviamento que no fazer do azeite muitas vezes há, deu motivo a se inventar um motivo fácil e proveitoso de que todos estão tão satisfeitos, que, se não é em alguma grande safra, não há homem que sua azeitona queira dar a lagares de vara.<sup>388</sup>

Tem outra bondade este artifício, não pouco de estimar, e é que cada [um] faz seu azeite em sua casa ou quinta, e todas as vezes que se antolha pouco ou muito, como quer, e como tudo passa por suas mãos e se vê pelo olho, escusam-se muitos escrúpulos que nisto costumam sobrevir, isto é, se fundiu mais sua azeitona ou se lha misturaram com a do vizinho, com outros enfadamentos que algumas vezes não pouco enfadam. É, pois, o caso que todos os algarvios, para fazer seu azeite e vinho, têm em suas casas um ou dois lagares de pau, feitos de duas ou três tábuas grossas, pegadas muito juntas, sobre umas travessas, [121<sup>v</sup>] com suas bordaduras ou torno, as quais assim juntas fazem cinco, seis palmos em largo e oito, nove em comprido, à maneira de tabuleiro, e a isto chamam eles lagar. Tem uma bica no meio duma das cabeceiras e assentam-no sobre dois banquinhos para isto feitos, quando se querem servir dele, e acabado o seu ofício, encostam-no a uma parede até que o tornam a haver mister. É tão fácil e maneiro este engenho, que o carregam sobre qualquer besta e o levam de um cabo para o outro com pouco trabalho, e serve de lagar de azeite e também de vinho, com o alimparem primeiro.

---

<sup>387</sup> ACL: «rende», que parece mais apropriado (fl. 120).

<sup>388</sup> ACL: «de verga», que parece mais apropriado (fl. 120).

As alfaias deste lagar é um vaso de barro pequeno, com<sup>389</sup> asado grande, que levará dois ou três almudes de água, estreito em baixo e largo na boca, a que chamam *pilão*, com um pequeno buraco abaixo um pouco do meio, que serve de sangradouro, o qual tapam com um pequeno pano, que serve de torneira. Tem mais uma saca de almáfega<sup>390</sup> da largura do mesmo pano, e de seis palmos em comprido, a qual cosem muito bem e lhe metem um cordel no repolego da boca, por que, quando estiver atada, não despida<sup>391</sup> o atilho com a força. É também necessária uma caldeira [122] de bom tamanho para aquecer a água, e duas outras panelas para cozer o azeite, onde lhe deitam seu sal, se a azeitona o não leva. Estes são todos os petrechos deste mister, que não são de muito custo nem difíceis de achar. Os mestres deste ofício são quantos negros<sup>392</sup> e homens de trabalho há no Algarve, posto que uns o fazem melhor que outros, mas como isto é tão geral, mui poucos há que se não tenham por oficiais deste mister.

Aparelhadas, pois, todas estas coisas, levanta-se o lagareiro à meia-noite, se é diligente e quer acabar cedo, e toma na saca sua tarefa, a que chamam *saquilada*, que são quatro alqueires de azeitona,<sup>393</sup> e entrando com ela no lagar, com as pernas e braços bem arregaçados, estende a saca no lagar com a azeitona e assim em seco a pisa com os pés um bom pedaço, erguendo-a algumas vezes e tornando-a a deitar da outra banda. Isto feito, ergue-a e desata-a e deita-lhe dentro duas ou três panelas de água quente, quanto ele pode sofrer, mexendo-a com um pau, que no lagar para isso traz, como arrocho,<sup>394</sup> e logo tornando a atar a estende outra vez no lagar e a torna a pisar e dar muitas [122<sup>v</sup>] voltas dum cabo

---

<sup>389</sup> BNP: «como».

<sup>390</sup> Tecido de lã grosseira, de cor branca.

<sup>391</sup> Leia-se 'não despeça'.

<sup>392</sup> Note-se a referência de Frei João de São José aos escravos africanos que constituíam uma parte da população do Algarve.

<sup>393</sup> O alqueire é uma antiga medida de capacidade para secos, que variava entre 13 e 22 litros.

<sup>394</sup> Pau curto, para apertar cordas de cargas ou fardos.

para outro, como primeiro. Depois disto, ergue a saca em pé, e assim atada, o que dela fica vazio em cima enrola no pau com que mexe, e anda com ele ao redor, como quem arrocha, e com os joelhos, mãos e pés espreme quanto pode. Desta maneira sai o azeite juntamente com a água, e corre no pilão que está debaixo da bica do lagar, o qual, como se enche, o vão sangrando por baixo, para que dê lugar acabar o azeite. Isto que tenho dito faz até cinco vezes, deitando-lhe água quente em todas elas, na derradeira das quais não há mais que fazer que deitar o bagaço fora, e esta é toda a ciência deste mistério.

O azeite se tira do pilão com um púcaro e se deita nas panelas em que se há de cozer, e quando já é pouco, se tira com uma vieira de concha ou de arame, por ser delgada, e nas panelas se lhe dá uma boa fervura e se lhe tira a espuma que de si deita, e logo o recolhem ao pote em que se há de guardar. Destas saquiladas faz um homem quatro no dia, por tarefa, e as acaba à hora de véspera,<sup>395</sup> ou mais cedo se é diligente, e daí até noite se vai a dormir e a repousar para o trabalho do outro dia. [123] Cada saquilada destas, se a azeitona é boa, deita um alqueire de azeite, pouco mais ou menos, de maneira que dezasseis alqueires de azeitona, que um homem faz cada dia, dão quatro alqueires de azeite, que são quinze, dezasseis na moedura com que os lagareiros dos lagares de vara poucas vezes ou nunca respondem. Muitas vezes têm feito algumas pessoas experiência disto, dando uma moedura ao lagar e fazendo outra em casa da mesma azeitona, como acima fica dito, claramente se mostra responder com muita vantagem o que se faz em casa às saquiladas, ainda que o bagaço do lagar comumente fica mais seco e escouçado, mas o segredo disto eu o não alcanço, os lagareiros o digam e respondam por si.

O azeite feito desta maneira tem notável melhoria do que é feito no lagar, porque não se lhe mistura o sumo dos âmagos ou miolos dos

---

<sup>395</sup> Isto é, 'à tarde'.



caroços da azeitona, que não são nada doces, porque todos ficam inteiros, e o azeite fica muito mais belo, limpo e apurado por mão de seu dono, e sobretudo [fica] ele sem escrúpulos e livre da obrigação de contentar lagareiros.

Desta maneira há no [123<sup>v</sup>] Algarve pessoas que fazem nas suas quintas quinhentos, seiscentos alqueires de azeite, com seus negros e pessoas de casa, e como nos olivais nunca faltam oliveiras secas e outras velhas que é necessário cortar para meterem de novo, esta lenha lhe[s] serve para fazer azeite, e muitos que não têm fontes ou poços, fazem alvercas e covas onde recolhem água da chuva, e assim ficam não tendo necessidade de buscar coisa alguma fora de casa. Particularizei tanto este engenho e invenção, por me parecer que se pode usar dele em qualquer parte, e ser tão fácil e proveitoso. Não ponha alguém dúvida na casta da azeitona ou nas feições dela, porque no Algarve também há a nossa galega e outras a que chamam *verdeal* e *longal*, que têm uns bicos muito mais agudos e saídos, e toda ela se faz desta maneira que tenho dito.

[124] Serviço do lagareiro que faz o azeite. Lembro aqui também que o lagareiro tem necessidade de uma pessoa que o sirva, isto é, que lhe aparelhe e dê de comer, faça fogo e dê água, sangre o pilão e tire e coza o azeite, e traga a azeitona ao lagar, até que acaba. Não sai dele, assim pelo trazer sempre quente como por lhe o ar ser muito prejudicial para a saúde, neste tempo em que anda sempre suado, e por isso, sempre se os lagares põem em lugares abrigados, em que lhe não dê vento, e quando estes servidores são diligentes e cuidadosos, um basta para dois lagares, com um só fogo e caldeira, se ambos estão juntos em uma só casa.

#### **Capítulo 4º – Das vinhas, uvas e vinho do Algarve.**

A postura das vinhas do Algarve é a de Portugal, mas o adúbio é muito menos, porque comumente não as cavam, nem empam, nem trazem

tão mimosas [124<sup>v</sup>] como noutras partes. No vidonho há muita diferença, porque em Portugal o de vara é o melhor e que se tem mais ao Verão, e o mourisco se gasta logo no Inverno. Isto é no Algarve tudo ao contrário, porque o de vara é o somenos e que se bebe logo, e o mourisco é o melhor e que se guarda para o Verão, e por isso as mais das vinhas se plantam deste vidonho. São as uvas mouriscas lá tão acerejadas e saborosas como as assarias<sup>396</sup> de cá, e comumente todas elas são formosas. As de que fazem a passa, que cá nos mandam,<sup>397</sup> são assarias e doutra casta a que chamam *sabra*, e a mestria que lhe[s] fazem não é outra senão colhê-las como são maduras, e deitá-las a secar nuns terreiros que fazem nas mesmas vinhas sobre a terra, estendidas à maneira de canteiros, por terem depois lugar de as virar e tomar o sol de ambas as bandas, e é bom cobri-las de noite por causa do orvalho que lhe[s] faz mal. E como são passadas, as apanham e enseiram como as cá vemos.

No tempo do vindimar, os que mais disto sabem e querem fazer melhor vinho não colhem as uvas a granel, mas cada vidonho por si, porque desta maneira [125] se conserva melhor, e não pisam logo as uvas, mas as deitam umas sobre outras, em montes, no almexar já dito, onde as deixam estar 12 [ou] 13 dias, em especial as mouriscas, e as rociam cada noite com uma pouca de água, de maneira que umas com outras aqueçam e apodreçam. E afirmam que quem as aqui mais deixa estar, melhor vinho faz. A razão que para isto dão não parecerá mal aos que deste mister entendem, porque dizem que o engajo ou peço das uvas, e também o folhelho, quando as vindimam, tem um sabor ríspido e mau. Juntas umas com as outras, estão-se adelgaçando e compondo, de maneira que quando as pisam não têm que deitar de si, mas fica só o de dentro dos bagos, sem outra mistura, que faz o vinho singular. E bem creio eu que se esta diligência se fizesse em Portugal às uvas mouriscas, posto que cá são mais carnosas e grossas por causa das terras serem mais húmidas e frescas, não receberiam pequeno benefício, o qual vemos por

---

<sup>396</sup> Assaria é uma casta de videira, de uva branca.

<sup>397</sup> BNP apresenta aqui algumas palavras riscadas: «por muito dinheiro».

experiência nas que se penduram, que quanto mais estão, têm melhor gosto e sabor. Todo o vinho lá é branco, porque a tinta se dá mal, e por isso há mui pouca planta desta, tem, porém, uma cor dourada, que lhe dá a mesma graça que [125<sup>v</sup>] achamos no vermelho.

A maneira de fazer o vinho é a mesma que do azeite, de maneira que não há mais ciência nisto que meter as uvas na saca, como fica dito da azeitona, e no próprio lagar bem lavado pisá-las muito bem, e dar-lhe o arrocho até três vezes, e sai o vinho limpo e sem folhelho nem bagulho, ou grã<sup>398</sup> alguma, e faz um homem folgadoamente uma pipa cada dia, com sua água-pé. Este não é menor proveito e descanso que o do azeite, porque todas as vezes que vos parece tempo, mandais o lagar à vossa vinha ou quinta, se o lá não tendes, e fazeis vosso vinho quanto podeis e vos vem à vontade, sem enfadamento de buscar lagares, carros, e de quem vos dê pressa a que despejis o lagar para outro a quem se secam ou apodrecem as uvas. Há nisto outro bem, e é que se escusa o carro das uvas da vinha ao lagar, onde elas não recebem menos prejuízo que do pulgão ou lagarta na vinha, e vos fica a lagaragem em casa para ajuda dos custos. A cada pipa de vinho, em especial ao mourisco, se deita na mesma pipa, antes de começar a ferver, um grande cântaro de água ou dois meãos, para lhe quebrar a fortidão, e se isto se lhe não faz, corre risco de se tornar [126] vinagre. Alguns costumam deitar-lhe gesso nas uvas, quando as pisam ou as põem em monte, ou também na pipa, e isto aprenderam dos castelhanos vizinhos, o qual conserva e aclara muito o vinho, mas aos que o não costumam beber desta maneira não é nada proveitoso ao estômago, nem tem bom sabor.

---

<sup>398</sup> ACL: «borra», que parece fazer mais sentido (fl. 125).

**Capítulo 5º – Da amêndoa do Algarve.**

A amêndoa no Algarve é boa fazenda, porque não requer algum adúbio, não apodrece com a chuva, nem se toma do bicho, nem tem seu dono com ela mais gasto que varejá-la, quando ela mesmo por si se abre e despede a casca, na amendoeira. Querem-se estas árvores enxertadas, e fazem-se muito grandes e formosas com o benefício da enxertia. São as amêndoas de muitas castas, porque há umas a que eles chamam marquesanas, que são grandes e quase redondas, outras longais, e outras molares. E destas, na verdade, o são algumas tanto, que as comem os pássaros e também as formigas nas mesmas amendoeiras, pelas junturas das ilhargas, de maneira que se seu dono as não apanha com tempo, algumas, quando acode, não acha senão as cascas sem [126<sup>v</sup>] miolo. Enterreiram-se as amendoeiras e varejam-se, como fazemos em Portugal às oliveiras, e depois tiram-lhe[s] a casca, que elas mesmo depois de maduras começam a dar, e põem-nas ao sol a secar dois ou três dias. Vale o alqueire da amêndoa com casca, no Algarve, comumente, dois *reales* de prata, quatro vinténs, pouco mais ou menos, conforme os anos, e as molares sempre valem mais, dez [ou] vinte réis por alqueire. Não importa pouco esta fruta ao Algarve, porque no ano de 1574, que houve esterilidade dela, se dizimaram<sup>399</sup> somente em Tavira cem moios<sup>400</sup> dela, confessado pelos que tinham este ofício.

**Capítulo 6º – Da pescaria dos atuns que morreram<sup>401</sup> na costa do Algarve.**

Os atuns são uns peixes grandes, sem escama, à maneira de golfinhos, e são alguns deles tão grandes que pesam seis, ouro arrobas e deitam de si

---

<sup>399</sup> Isto é, 'pagaram a dízima'.

<sup>400</sup> O moio é uma antiga medida de capacidade, equivalente a 60 alqueires.

<sup>401</sup> BNP: «morrerão». Não é perfeitamente claro se o autor quereria aqui utilizar o futuro do indicativo ou o pretérito perfeito.

tanta carne como um grande porco. Este peixe é o mais proveitoso que no mar se pesca, porque tudo dele se aproveita. Dos olhos fazem azeite, das ovas [127] fazem macamas,<sup>402</sup> que os bretões estimam muito, porque as acham boas para o estômago, da carne fazem conserva, e de uma só espinha que tem fazem lenha, de maneira que pouco ou nada dele se deita fora. Assado em fresco é singular, e também o salgado, guisado como coelho; feito em conserva, dura muito tempo e se leva embarrilado para todas as partes do mundo. Este pescado, a maior parte do ano, anda engolfado por todo o mar Oceano, e certos meses, que são os três da Primavera, março, abril, maio, em que faz criação, sentindo-se provocado à despedida, se ajunta em grandes cardumes, e com o natural instinto<sup>403</sup> que Deus Nosso Senhor deu a todas as coisas para sua conservação, vem buscar a corrente das águas ao estreito de Gibraltar, onde o mar Oceano se comunica com o Mediterrâneo, como por um canal, com tanta força e ímpeto que em espaço de seis horas, que uma maré gasta em encher, o faz retirar atrás e entra por ele quase duzentas léguas. A estas correntes acode este pescado, como digo, a desovar, e vem deferir primeiramente ao cabo de São Vicente, e dali faz sua viagem, não longe de terra, por toda a costa do Algarve, e corre para diante até à ilha de Cádiz,<sup>404</sup> que está antes do Estreito, de maneira que em toda esta paragem se [127<sup>v</sup>] faz a pescaria dele.

Vem sempre diante dos atuns grande multidão de corvinas, parece que para o mesmo efeito, alguns dizem que vêm fugindo deles e que as correm para as comer, e delas se faz também conserva para o Inverno. Um segredo se conta dos atuns, que se o não ouvira [a] homens de crédito e que os pescam, me pusera algum escrúpulo, mas como na natureza cada dia experimentamos coisas maravilhosas e nunca ouvidas, a essa mesma conta podemos também deitar esta. Dizem que, chegados

---

<sup>402</sup> A palavra parece ter alguma analogia com ‘muxama’, mas esta designa uma peça de atum seco e salgado.

<sup>403</sup> BNP: «distinho». Prefere-se aqui a lição de ACL, que faz mais sentido (fl. 127).

<sup>404</sup> BNP: «Cales».

os atuns ao Estreito, ao tempo do desovar e despedir de si a semente, se põem com os rabos para a força da água e a recebem nas guelras ou *parpatanas*,<sup>405</sup> como lá lhe chamam, que para este efeito abrem, e a tornam a levar consigo para onde vieram, e lá se criam e não tornam cá senão depois de grandes, que têm necessidade de desovar como os pais. Tem isto aparência de verdade, porque se cá ficasse esta semente, cá se criariam e achariam atunzinhos pequenos, mas não é assim, e os pescadores isto têm por muito certo.

A pescaria deste peixe não só é proveitosa, como tenho dito, mas também de muito gosto e desenfado, porque nos meses que acima disse, acode a ela [128] grande soma de pescadores de todo Algarve, com suas mulheres, filhos e outra chusma, e fazem suas cabanas por toda a costa onde estão as armações, e continuamente acode a eles toda a gente comarcã a lhe[s] trazer todo o mantimento e fresco necessário, e levar peixe, assim deste como doutro que também ali morre. De maneira que cada armação parece uma feira. Cada armação não traz menos de 70 [ou] 80 homens de serviço, com suas barcas e caravelões para recolher e levar o peixe, onde se há de dizimar e pagar os mais direitos, afora os mercadores do reino e doutros muitos estrangeiros que tratam nele e o levam a suas terras. Há na costa do Algarve, desde o cabo de Santa Maria até o de São Vicente, doze armações destas, umas apartadas das outras, nove das quais são d'el-Rei e três das rainhas de Portugal, e em todas elas andam seus feitores e escrivães, por cuja administração corre todo o rendimento desta pescaria. Os direitos que aos reis se pagam são de dez peixes, sete, e os três ficam aos pescadores, e os reis são obrigados a pôr somente as redes. Parece zombaria poder-se tomar com elas peixe nem outra coisa alguma, [128<sup>v</sup>] porque são de cordinhas de esparto delgadas, e as malhas tão largas que por cada uma delas caberá bem um porco. Com cada uma destas redes, sabendo os pescadores que vêm os atuns, cercam quase uma légua de mar em torno e os tomam em meio, os quais, em

---

<sup>405</sup> *Parpatana*, em castelhano, designa o osso lateral do pescoço do atum, que une a cabeça ao tronco do animal. ACL: «barbatana» (fl. 128).

tocando com focinho em alguma baracinha da rede, tornam para trás com tanto medo, que se deixam tomar e matar antes que passar adiante. Ficam muitas barcas e caravelões dentro no cerco, com a mais da gente, muita dela já exercitada neste mister, e os que para isto vão levam uns ganchos de ferro engastados em umas pequenas hâsteas de pau, os quais lhe[s] metem pelos lombos ou por onde podem, e os alam acima dois ou três homens, não sem trabalho, mas com muito gosto.

No tempo que os atuns morrem, todos andam abastados e contentes, assim ricos como pobres, porque todos ali têm que fazer e ganham sua vida, e é este outro alacir no Algarve. Importa esta pescaria dos atuns, alguns anos, passante de 100.000 cruzados, dos quais os pescadores levam sua parte e el-Rei o mais. Mas alguns anos que acode pouco, por causa dos tempos que lhe cursam ao contrário, [129] os pescadores recebem a maior perda, porque são grandes os gastos destas armações pela muita gente que trazem nelas.

### **Capítulo 7º – Dos solhos que se pescam no Algarve.**

Há no reino do Algarve outra particular pescaria que é a dos solhos, peixe real e de grande estima, e que importaria mais que a dos atuns se morressem em tanta abastança. Toma-se este peixe no rio chamado Guadiana, que em parte divide este reino do de Castela, e comumente são os solhos mores que os atuns, porque são mais grossos e mais compridos. O primeiro peixe destes que se toma é do comendador de Mértola, da vila antiga que está por este rio acima 12 léguas da barra, não longe do lugar onde se pesca, que é agora de D. Fernão Mião,<sup>406</sup> capitão dos ginetes, e os moradores dela lho mandam onde ele a esse tempo está e ele [129<sup>v</sup>] o sabe agradecer. Os outros, que logo depois deste primeiro

---

<sup>406</sup> ACL também regista: «D. Fernão Mião» (fl. 130). O capitão-mor dos ginetes era, desde 1572, Fernão Martins Mascarenhas.

se tomam, muitas vezes importam a seu dono dez [ou] doze mil réis cada um, com que nesta terra se compra uma boa junta de bois.

No ano de nossa geral redenção de 1321, estando el-rei D. Dinis em uma vila chamada Muge,<sup>407</sup> doze léguas de Lisboa pelo Tejo acima, lhe apresentou D. Guedelha, rabi-mor dos Judeus,<sup>408</sup> um solho vivo que pouco havia se tomara no Tejo, onde chamam Montalvo, no Campo de Valada, termo de Santarém, o qual tinha tão grande boca que lhe metia um raposo morto por ela e o botava logo fora com o resfôlego. Tinha por cima do espinhaço, desde o rabo até à cabeça, trinta conchas, como ampolas, e era de dezassete palmos em comprido, bem medidos, e de sete de grosso, e pesou dezassete arrobas, pelos pesos de Santarém. Não costumam estes peixes morrer neste rio, mas parece que se apartou dos outros com que vinha, e tomou a barra do Tejo e subiu por ele acima até o lugar onde o tomaram, e por ser isto desacostumado e o peixe em si grande, o mandou [130] o mesmo Rei pintar na Torre do Tombo em Lisboa, com a história deste acontecimento.<sup>409</sup>

### **Capítulo 8º – Do esparto que nasce no Algarve e do proveito que se faz dele.**

O esparto, erva bem conhecida pelo uso que temos dele, nasce no reino do Algarve, não se semeia, mas antes ele por si nasce entre penedos e terra que de nenhuma outra coisa presta, e nasce por si em moitinhas pequenas, sem o semear nem lhe fazerem benfeitoria alguma. O tempo de o colherem e em que ele está bem sazonado é do São João por diante, e esta é a postura da câmara, mas a gente pobre, que tem esta

---

<sup>407</sup> BNP: «Mujá».

<sup>408</sup> Referência a D. Judah Guedelha, rabi-mor no tempo de el-rei D. Dinis.

<sup>409</sup> Conserva-se no Arquivo Nacional da Torre do Tombo um «Atestado mandado fazer por D. Dinis, no qual se certifica que se tinha pescado um solho de grandes dimensões no Tejo, perto de Santarém», datado de 1321, mas sem qualquer gravura (Gavetas 2, maço 1, doc. 4).



seara por sua, não lhe espera tanto, mas por abril e maio a começam a apanhar e levar para suas necessidades. Colhe-se com uns pauzinhos pequenos, pouco mais de palmo, a que chamam *maniquetes*, em torno dos quais [130<sup>v</sup>] o embrulham, e chegam as pontas à moca, de maneira que, puxando, arrancam tudo o que tem emburilhado. E isto apanham negros e negras e gente pobre, e o vendem em molhos não muito caro. Lavram-no em todo Algarve, indiferentemente, mulheres ricas e pobres, e as donzelas em seus estrados, mas estas com luvas, e dizem que este é o retrós deste reino, posto que mais áspero e não tão macio como o de Granada. Fazem dele umas tiras de mão travessa em largo, quanto o esparto sofre, e de 12 braças em comprimento, a que chamam *empreitas*, as quais comumente valem a real de prata ou dois vinténs, se não são algumas de sobremão e encomenda, que valem mais caras. Proveu Deus Nosso Senhor esta terra de tão bom remédio para o figo, sem o qual padecera muita falta, e também a necessidade de muita gente pobre que desta novidade, tão sem custo, se sustenta. Faz-se dele cordoagem grossa e delgada, seirões e seiras, e alboções,<sup>410</sup> que são como alcofas para acarretar terra e outros serviços, [131] de maneira que o esparto não somente dá proveito e ajuda a seus naturais, os algarvios, mas também às gentes doutras muitas partes do mundo, como cada dia vemos.

### Capítulo 9º – Da palma do Algarve e das obras que se fazem dela.

Nasce também no Algarve a palma montesinha, de todos bem conhecida pelo uso que temos dela. Cria-se em moitas pelas serras e também por toda a outra terra má e boa, e têm trabalho os lavradores com ela, porque como deita as raízes altas pela terra, e feitas em cepa, onde uma vez nasce, por muito que as arranquem e queimem, sempre tornam a brotar de novo. Não se levantam com pé alto como as outras palmas caseiras e mansas que cá vemos, mas fazem umas moitas redondas e baixas de

---

<sup>410</sup> Alboção, como anteriormente referido, é uma alcofa de esparto.

folhas sobre umas hastezinhas, à maneira de braço com dedos, como as cá vemos nas vassouras que de lá vêm. Dão na Primavera fruto, que são uns cachos que lhe[s] nascem [131] nos olhos de cada moita, à flor da terra, e são como grandes ameixas, oito e dez pegadas umas nas outras, mas não têm bom sabor. Contudo, a gente pobre se aproveita delas, e à falta doutro melhor mantimento, as comem cozidas. Tiram-se também delas palmitos, que são os olhos das mesmas palmeiras que têm debaixo da terra, quando estão tenros, que é desde janeiro até março, estes são como pés de cardo, e têm melhor sabor que o seu fruto, e os vendem neste tempo ao menos para os moços, que fazem muito por eles. Das folhas maiores destas palmas se fazem as vassouras que se levam por diversas partes da nossa Europa, e as melhores e as que se fazem de encomenda valem a três réis, mas as comuns, que os pastores de gado pela serra fazem, valem a real e meio e a dois réis, mas assim se desfazem mais presto e duram pouco. Corta-se a palma pelas serras e montes no[s] mes[es] de julho e agosto, e aí mesmo se seca; mas se lhe chove depois de cortada, faz-se negra e de pouca dura. Esta é a sementeira e novidade da gente pobre, como disse do esparto, porque a todos é comum, e ela por si nasce e se cria sem indústria [132] nem benefício de alguém. E por muito que dela colham, nunca falta. Dos olhos desta palma, que se colhem quando estão tenros, a que chamam *cogolhos*, fazem obras proveitosas, e outras tão delicadas e custosas que por maravilha as levam por reinos estranhos. Dos cogolhos maiores se faz grande multidão de alcofas, pintadas de vermelho e preto, que duram muito e são de boa serventia, por serem leves e limpas. Dos outros mais pequenos se fazem sombreiros, a que chamam *palhetes*, com seus cordões do mesmo, festejados de tanta laçaria, arte e delicadeza, que em toda a parte onde os levam são de muita estima. Fazem isto mulheres, e ganham por este ofício sua vida, e[m] especial as que são mais polidas na arte, porque lavram deles são delicados e finos, que com mil réis e três cruzados que lhe[s] deis por cada um deles, não ficam muito contentes. Fazem também

desta palma cordões para cingir, condeças<sup>411</sup> e alcofinhas, com outras mil bugiarias que as mulheres curiosas estimam muito para sua costura e brincos, as quais ornam, para melhor parecerem, com diversas laçarias e botões de ouro e seda, em que gastam boa parte de seus mealheiros, com que os pobres se [132<sup>v</sup>] poderiam bem cobrir.

### Capítulo 10º – Das serras de Algarve.

É coisa notável de ver as serras e grandes montes de que está cercado o reino do Algarve da banda de Portugal, que é do norte, e sem dúvida que lhe não fazem vantagem os Alpes ou Pirenéus, senão na muita passagem que diversas gentes fazem por eles, e as muitas guerras e acontecimentos que os autores escrevem que neles houve, com que ficou tão celebrada a sua memória, porque no mais, nenhuma ou muito pouca diferença lhe[s] acho.<sup>412</sup> Têm sete léguas em largo, que com dificuldade se andam num dia, e em comprido desde o rio Guadiana, que lhe cai da banda de levante, até Odemira, onde vão acabar no mar Oceano da banda do poente. São tão continuadas em se erguer e abaixar, fazer de si mil sobrançarias e diferenças de personagens, que quem os vê de alto e considera com espírito sua variedade, não pode deixar de se maravilhar da ordem e disposição que pôs a natureza em suas coisas, porque a semelhança de mar muito empolado, [133] com grande tormenta, onde não se vê coisa chã ou igual, senão umas ondas altas e outras maiores junto delas, ficando uns grandes baixos muito saídos entre umas e as outras, e logo tudo isto revoltado, e que se comem entre si mesmas, que se tornam a representar em outra forma, sem ficar coisa que a vista abranja que não seja lavrada desta arte tão vária, o que tudo junto considerado faz um espetáculo maravilhoso.

---

<sup>411</sup> O mesmo que 'cestos'.

<sup>412</sup> Aparentemente, Frei João de São José teria passado pelos Alpes e Pirenéus em algum momento da sua vida.

Estão continuamente estas serras acompanhadas de grandes manadas de vacas, formosos fatos de cabras, muitas varas de porcos, com seus pastores e rafeiros, tudo o qual dá grande alegria aos caminheiros e os recreia com leite e queijo, se o tempo lho dá a eles. Há também por estas serras muitas silhas de colmeias, de que se tira cada ano grande quantidade de mel e cera, com que os moradores destas partes, se nisto são solícitos, granjeiam bem sua vida. Em muitos lugares dos mais acomodados delas se semeia trigo, cevada e centeio, posto que são tão fragosas como tenho dito, porque a indústria humana a tudo busca remédio, e o pão que se nelas colhe não lhe faz vantagem o de Alentejo senão em ser muito. Destas [133<sup>v</sup>] serras se passa infinito gado para Castela, atravessando o rio Guadiana por cima de Alcoutim, posto que os reis de Portugal têm defeso isto com grandes penas.

Mas como o interesse desta passagem é muito, a tudo se aventuram os homens, e fazem isto tão de propósito, que passando eu este rio o janeiro de 1569, me contaram pessoas que se acharam presentes que havia poucos dias que nesta paragem que digo vieram ter certos passadores com grande soma de porcos, os quais sendo sentidos pela justiça de Mértola, acudiu lá com alguns da mesma vila, mas eles vinham tantos e tão bem armados, que os mertelinos<sup>413</sup> os não ousaram acometer sós e mandaram pedir ajuda à marquesa de Vila Real, que estava na sua vila de Alcoutim esperando tempo para passar a Ceuta,<sup>414</sup> onde o Marquês estava. A Marquesa lhe mandou logo alguns de seus criados, e ajuntando-se todos, os cometeram. Mas eles se defendiam como homens já condenados à morte pelas leis do reino e que a isso vêm oferecidos, e por isso os não ousam acometer senão com muita vantagem de gente. Desta contenda ficou um dos passadores morto, o qual antes disto se arrimou a uma árvore a pelejar como leão, sem [134] haver quem lhe

---

<sup>413</sup> Leia-se 'mertolenses'.

<sup>414</sup> BNP: «Ceita». Referência a D. Manuel de Meneses, marquês de Vila Real, que era então governador de Ceuta, e que era casado com D. Maria da Silva, descendente dos condes de Redondo.

chegasse, até que lhe [a]tiraram à espingarda e o derribaram. Mas da outra parte também um estribeiro da Marquesa e outros ficaram feridos. Contudo, levaram os porcos e os repartiram estas duas vilas, Mértola e Alcoutim, entre si e os comeram.

Da outra banda do rio, que é Castela, que também são serras e montes, neste mesmo tempo acodem os castelhanos a esperar estes passadores, com quem têm suas inteligências, e vêm com mulheres e filhos e fazem cabanas, em que moram o tempo que ali estão. Causa esta passagem muita falta em todo Portugal, e muito mais no mesmo reino do Algarve, onde este gado comumente se cria, e muitas vezes acontece que nos açougues de suas terras se não pode haver um arrátel de carne, estando em Castela às moscas, como dizem, porque lá a levam onde vale mais cara.

Há finalmente, neste reino do Algarve, muita e boa fruta, como tenho dito, há muito peixe do melhor que o mar cria, há muito e bom azeite, e também haveria muito vinho se o lavrassem, porque lhe sobeja a terra para isso. Somente lhe falta pão, que tem pouco, e parece que o ordenou assim Deus [134<sup>v</sup>] Nosso Senhor para sua conservação, porque, se isto tiveram como o mais, seriam<sup>415</sup> os algarvios gente tão alterosa e determinada que não pudera ninguém com eles.

*Finis Laus Deo.*

Fim de todos os quatro livros da descrição do Algarve.

---

<sup>415</sup> BNP: «são».



# **BREVE GUIA DE LEITURAS**

**RUI MANUEL LOUREIRO & DANIELA NUNES PEREIRA**





## Breve Guia de Leituras

RUI MANUEL LOUREIRO & DANIELA NUNES PEREIRA

O leitor interessado em conhecer mais aprofundadamente a história do Algarve neste período, e também o contexto cultural em que a *Corografia do Reino do Algarve* de frei João de São José foi produzida, tem hoje à sua disposição uma relevante bibliografia, que aqui se apresenta muito sumariamente. Cada um dos títulos referenciados de seguida, apresentará outras pistas de leitura, de forma que cada leitor poderá traçar os seus próprios caminhos de investigação, ao sabor dos seus específicos interesses. Em cada secção, os títulos são listados por ordem cronológica de publicação.

A primeira edição da *Corografia do Reino do Algarve* merece ainda consulta atenta, sobretudo pela sua introdução:

- Manuel Viegas Guerreiro & Joaquim Romero de Magalhães (eds.), *Dois Descrições do Algarve do século XVI* (Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1983). A introdução figura nas pp. 3-20, enquanto o texto da obra de frei João de São José ocupa as pp. 21-132.

De entre os estudos que se debruçam sobre a *Corografia do Reino do Algarve*, valerá a pena consultar os seguintes:

- Joaquim Romero Magalhães, «Descrições geográficas de Portugal: 1500-1650. Esboço de problemas», *Revista de História Económica e Social*, n. 5, 1980, pp. 15-56. Este estudo enquadra a obra de frei João de São José no contexto mais geral das descrições geográficas que na sua época se foram produzindo.
- Manuel Viegas Guerreiro, *Fr. João de S. José e a sua Corografia do Reino do Algarve* (Faro: Universidade do Algarve, 1980). Breve estudo monográfico que retoma algumas das questões abordadas na primeira edição da obra de frei João de São José acima referenciada.

Outros autores portugueses do século XVI produziram descrições de distintas regiões de Portugal, que podem ser comparadas com a obra de frei João de São José. O exercício comparativo da seguinte obra, a título exemplar, permitirá detetar linhas de rumo, continuidades, métodos de trabalho e exposição:

- João de Barros, *Geographia d'Entre Douro e Minho e Tras-os-Montes*, ed. Joana Lencart (Porto: Câmara Municipal do Porto, 2019). O humanista João de Barros, que não se deve confundir com o cronista homónimo, redigiu esta descrição da região mais setentrional de Portugal em meados do século XVI.

A obra de frei João de São José poderá ser também confrontada com uma descrição geográfica do Algarve produzida no século XVII, e que

continua a aguardar uma edição crítica, que ficou a dever-se ao engenheiro italiano Alessandro Massay. Dela se conservam hoje dois manuscritos, um deles no Arquivo Nacional da Torre do Tombo, o outro no Museu de Lisboa, cuja parte textual foi objeto de edição:

- Lívio da Costa Guedes, *Aspectos do reino do Algarve nos séculos XVI e XVII: A “Descrição” de Alexandre Massaii (1621)* (Lisboa: Arquivo Histórico Militar, 1988). Edição e estudo da componente textual da descrição de Massay, que não inclui a importante parte cartográfica.

Com vista ao aprofundamento do estudo de temas de história do Algarve no século XVI, existem diversas obras sólidas, resultado de investigações rigorosas, com base em fontes manuscritas e impressas da época. Duas obras clássicas são de seguida arroladas:

- Joaquim Romero Magalhães, *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI* (Lisboa: Edições Cosmos, 1970) Trata-se de um estudo muito exaustivo sobre as regiões mais meridionais de Portugal nos alvares da modernidade. Uma nova edição foi recentemente publicada: *O Algarve económico durante o século XVI* (Olhão: Sol, Sul e Sal, 2018).
- Joaquim Romero Magalhães, *O Algarve Económico, 1600-1773* (Lisboa: Editorial Estampa, 1993). O autor prolonga a sua investigação para o século XVII. É ainda hoje o estudo fundamental sobre a matéria, contendo informações importantes sobre o período imediatamente anterior da história algarvia.

A respeito das muitas edificações algarvias, militares e religiosas, que mereceram a atenção de Frei João de São José, existem numerosos estudos, de entre os quais se poderão salientar, a título de exemplo:

- Valdemar Coutinho, *Dinâmica Defensiva da Costa do Algarve: Do período islâmico ao século XVIII* (Portimão: Instituto de Cultura

Ibero Atlântica, 2001). Trata-se de um roteiro histórico muito ilustrado e muito documentado, com ampla bibliografia.

- Catarina Marado, *Antigos Conventos do Algarve. Um percurso pelo património da região* (Lisboa: Edições Colibri, 2006). Estudo histórico e arquitetónico muito rigoroso e documentado de um alargado conjunto de edifícios religiosos algarvios.
- Natércia Magalhães, *Algarve – Castelos, Cercas e Fortalezas: As Muralhas como Património Histórico* (Santo Antão do Tojal: Letras Várias, Edições e Arte, 2008). Estudo muito documentado e muito ilustrado, com rigorosas descrições históricas e arquitetónicas.

No domínio dos estudos sobre localidades específicas do Algarve no século XVI (e períodos imediatamente anteriores), entre muitas outras, merecem destaque as seguintes obras:

- Maria de Fátima Botão, *Silves capital de um reino medieval* (Silves: Câmara Municipal de Silves, 1992).
- Fernando Cecílio Calapez Corrêa, *A Cidade e o Termo de Lagos no período dos Reis Filipes* (Lagos: Centro de Estudos Gil Eanes, 1994).
- Maria de Fátima Botão, *A construção de uma identidade urbana no Algarve medieval: o caso de Loulé* (Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2009).
- Daniela Nunes Pereira, *A Evolução Urbanística de Lagos (Séculos XV-XVIII)* (Faro: Direção Regional de Cultura do Algarve, 2017).
- Jorge Queiroz (ed.), *A principal do Reino do Algarve: Tavira nos séculos XV e XVI* (Tavira: Câmara Municipal de Tavira, 2020).

Relativamente a alguns temas mais específicos, alguns dos quais são mencionados de passagem na *Corografia do Reino do Algarve*, existem algumas outras obras relevantes, que complementarão o conhecimento da realidade algarvia na época de frei João de São José:

- Jorge Fonseca, *Escravos no Sul de Portugal, séculos XVI-XVII* (Oeiras: Editora Vulgata, 2002). Estudo muito rigoroso e muito documentado sobre a escravatura nas regiões meridionais de Portugal.
- Luísa Martins, *Contributos para a história da alimentação algarvia a partir das atas de vereação do concelho de Loulé (1384-1488)* (Faro: Direção Regional de Cultura do Algarve, 2016). Dedicada a um período histórico anterior, esta obra interessa também ao conhecimento dos modos de vida no Algarve quinhentista.
- Carla da Costa Vieira, *Uma amarra ao mar e outra à terra: Cristãos novos no Algarve (1558-1650)* (Olhão: Sol, Sul e Sal, 2018). Trata-se de um estudo sobre a presença e atividades dos cristãos-novos em terras algarvias, que aborda nomeadamente as questões relacionadas com a atuação da Inquisição no Algarve.
- Maria da Graça M. Mateus Ventura, *Por este mar adentro: êxitos e fracassos de mareantes e emigrantes algarvios na América hispânica* (Lisboa: Tinta-da-China, 2021). Uma obra inovadora, que investiga de forma muito documentada e rigorosa a ligação dos algarvios à expansão espanhola no continente americano.
- Gonçalo Melo da Silva, *As Portas do Mar Oceano: Vilas e Cidades Portuárias do Algarve na Idade Média (1249-1521)* (Loulé: Sol, Sul e Sal, 2022). Trata-se de uma investigação muito documentada, extremamente relevante para o estudo da história do Algarve no século XVI.

A *Corografia do Reino do Algarve* ocupa-se demoradamente com a história da reconquista do Algarve aos mouros. Sobre esta problemática, e sobre as crónicas anteriores que Frei João de São José poderia ter compulsado para construir a sua narrativa, existem também numerosos estudos.

- António Castro Henriques, *Conquista do Algarve, 1189-1249: O Segundo Reino* (Lisboa: Tribuna da História, 2003).

- Isabel Cristina dos Santos Sebastião, *Retrato(s) de D. Paio Peres Correia*, dissertação de mestrado (Faro: Universidade do Algarve, 2005).
- Filipe Alves Moreira, *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa* (Porto: Estratégias Criativas, 2008).
- Filipe Alves Moreira, *A Crónica de Portugal de 1419: Fontes, estratégias e posteridade* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2013).
- Mariana Soares da Cunha Leite, *A General Estoria de Afonso X em Portugal: As múltiplas formas de receção do texto alfonsino entre os séculos XIV e XVI*, tese de doutoramento (Porto: Faculdade de Letras – Universidade do Porto, 2012).
- Rafaela Barreto Sequeira, *A Imagem do Reino de Portugal e do Algarve na Crónica de 1419*, dissertação de mestrado (Faro: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – Universidade do Algarve, 2022).

A *Corografia do Reino do Algarve* foi escrita em 1577, no final do reinado de el-rei D. Sebastião, o monarca lusitano que viria a desaparecer no ano seguinte, na batalha de Alcácer Quibir, em Marrocos. Valerá a pena, pois, referir pelo menos dois títulos:

- Francisco de Sales Loureiro, *Uma Jornada ao Alentejo e ao Algarve* (Lisboa: Livros Horizonte, 1984). Após uma desenvolvida introdução sobre D. Sebastião e o seu interesse pelo Algarve, esta obra inclui uma edição da crónica de uma das viagens do monarca ao Algarve, da autoria do cronista João Cascão.
- Maria Augusta Mina Cruz, *D. Sebastião* (Lisboa: Círculo de Leitores, 2006). Trata-se da mais recente e mais rigorosa biografia do malogrado monarca português, que cultivou um especial interesse pelo Algarve.

# **ESTUDOS COMPLEMENTARES**

**RUI MANUEL LOUREIRO**

**JOÃO CARLOS GARCIA**





## A erudição de Frei João de São José

RUI MANUEL LOUREIRO

Um dos aspetos mais singulares, e menos estudados, da *Corografia do Reino do Algarve* é o das suas relações intertextuais com obras anteriores. A leitura desta elaborada descrição geográfica e histórica revela desde logo a erudição de Frei João de São José, já que são constantes as referências a obras anteriormente disponíveis, quer em edições impressas em prelos europeus, quer em manuscritos que na época conheciam significativa circulação.<sup>1</sup> Com efeito, o frade agostinho revela uma consumada erudição, demonstrando conhecer um larguíssimo rol de obras da mais diversa natureza, que vai citando ao longo da sua descrição.

---

<sup>1</sup> Ver as notas de rodapé da presente edição da *Corografia do Reino do Algarve*, que identificam todas as referências intertextuais explícitas.

Frei João de São José fez a sua formação no seio da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, que assegurava aos seus religiosos uma sólida educação teológica e filosófica. E o convento lisboeta de Nossa Senhora da Graça, para além das estruturas de ensino habituais neste tipo de estabelecimentos, possuía uma importante livraria, que estaria decerto à disposição dos membros da família agostiniana.<sup>2</sup> Assim, o autor da *Corografia do Reino do Algarve* conviveu desde jovem com o mundo dos livros, para além de ter revelado, ao longo da sua carreira, uma especial apetência por questões de natureza historiográfica. O bibliógrafo setecentista Diogo Barbosa Machado, na sua *Bibliotheca Lusitana*, atribuiu-lhe diversos títulos relacionados com a história e a orgânica da Ordem de Santo Agostinho, e também com temas de genealogia, pois teria escrito uma obra intitulada *Família dos Aboins historiada*. O manuscrito desta última obra nunca foi localizado, mas tratar-se-ia, decerto, da genealogia da própria família de Frei João de São José, que era filho de Afonso de Aboim.<sup>3</sup>

Quando pegou na pena para redigir a sua descrição de terras algarvias, em 1576 ou 1577, Frei João de São José teria uns 50 anos de idade, e possuiria decerto uma alargada cultura livresca, carreada não só nos anos de formação religiosa, mas também em décadas subsequentes, ao correr dos diversos cargos que foi exercendo na orgânica da Ordem de Santo Agostinho. Provavelmente não possuiria ou teria à mão todos os títulos a que vai fazendo referência ao longo dos quatro livros em que se divide a *Corografia do Reino do Algarve*. Mas teria à sua disposição os importantes recursos da livraria do Convento de Nossa Senhora da Graça. É possível identificar diversos núcleos temáticos nas muitas referências intertextuais

---

<sup>2</sup> Ver Luana Giurgevich & Henrique Leitão, *Clavis Bibliothecarum: Catálogos e Inventários de Livrarias e Instituições Religiosas em Portugal até 1834* (Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2016), pp. 99-100.

<sup>3</sup> Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, 4 vols. (Lisboa: 1741-1759), vol. II, pp. 136-137.

que se conseguem identificar na sua descrição da região mais meridional de Portugal.<sup>4</sup>

O Livro I da obra de Frei João de São José, dedicado essencialmente à descrição geográfica e histórica das diversas localidades algarvias, remete regularmente o leitor para diversos autores clássicos que tinham tratado temáticas relacionadas com a Península Ibérica. No século XVI, e na sequência do movimento humanista que se desenvolvera na centúria anterior a partir de Itália, era comum qualquer autor ibérico recorrer a citações de obras da antiguidade greco-latina, em assuntos relacionados com a história mais antiga das regiões onde se tinham desenvolvido o reino de Portugal e os restantes reinos que viriam a dar origem a Espanha. Num procedimento tipicamente humanista, procurava-se na história passada, e sobretudo na história do império romano, ligações textuais ao mundo quinhentista. É esse procedimento interpretativo que se deteta de forma sistemática na *Corografia do Reino do Algarve*, a respeito de um topónimo, de uma personagem de relevo, de um acidente geográfico ou de um evento significativo.

O geógrafo de língua grega Estrabão de Amasia (c.60 a.C.-c.25 d.C.), autor de uma *Geografia* do mundo mediterrânico em sentido alargado, a qual foi repetidamente impressa na Europa a partir de meados do século XV, é citado de forma explícita seis vezes. A mesma obra é referenciada mais quatro vezes nas notas marginais. É impossível determinar a edição concreta que terá sido utilizada por Frei João de São José, que conhecia bem esta obra. Poderia, por exemplo, ter consultado a tradução latina do *De situ orbis*, preparada pelos humanistas italianos Guido da Verona

---

<sup>4</sup> Todas as edições antigas referenciadas nas páginas seguintes pertencem às coleções da Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), sendo normalmente (mas nem sempre) oriundas de bibliotecas de estabelecimentos religiosos portugueses. Indicam-se sempre as respetivas cotas bibliográficas. Sobre as obras da BNP oriundas do Convento de Nossa Senhora da Graça, em Lisboa, ver Henrique Leitão & Lúcia de Azevedo Martins (eds.), *O Livro Científico dos Séculos XV e XVI: Ciências Físico-Matemáticas na Biblioteca Nacional* (Lisboa: Biblioteca Nacional, 2004).

(1374-1460) e Gregorio da Tiferne (1415-1466), que foi publicada em Basileia em 1549.<sup>5</sup> Estrabão, como refere o frade agostinho diversas vezes, dedicara o livro III do seu tratado geográfico à Península Ibérica.<sup>6</sup>

Outro autor clássico citado na *Corografia do Reino do Algarve* é Caio Plínio Segundo (23/24-79), escritor romano responsável por uma monumental e enciclopédica *Naturalis Historia* (ou ‘História Natural’), que foi repetidamente impressa na Europa depois de meados do século XV. Frei João de São José cita este autor cinco vezes, em questões relacionadas com o povoamento da Península Ibérica. Plínio era um autor bem conhecido nos meios cultos portugueses da época,<sup>7</sup> e Frei João de São José poderia ter recorrido, por exemplo, a uma edição da obra intitulada *Historiae mundi libri XXXVII*, que foi publicada em Basileia em 1539, com comentários do humanista boémio Siegmund Ghelen (1497-1554).<sup>8</sup>

Um terceiro escritor que é repetidamente citado na *Corografia do Reino do Algarve*, com dez menções explícitas, é Pompónio Mela (século I), autor de um tratado de geografia conhecido como *De situ orbis*, que foi repetidamente impresso em prelos europeus nos séculos XV e XVI, mas que também circulou em Portugal sob forma manuscrita.<sup>9</sup> Frei João de São José, neste caso, identifica a edição que terá utilizado, ao referir-se a dado passo ao que «disse Olivarius nas anotações que fez sobre

<sup>5</sup> Cota do exemplar na BNP: H.G. 50 A.

<sup>6</sup> Ver uma recente tradução portuguesa, Estrabão, *Geografia - Livro III*, trad. & ed. Jorge Deserto & Susana da Hora Marques Pereira (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra & Annablume, 2016).

<sup>7</sup> Sobre a receção de Plínio em Portugal, ver Aires A. Nascimento (ed.), *Os clássicos no tempo: Plínio, o Velho, e o Humanismo Português – Actas do Colóquio Internacional* (Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, 2007). A respeito da descrição da Península Ibérica em Plínio, ver Pilar Ciprés, «Los datos geográficos en la descripción de Hispania en la *Naturalis Historia* de Plínio», *Revista de Historiografía*, n. 25, 2016, pp. 89-109.

<sup>8</sup> Cota do exemplar na BNP: RES. 2283 A.

<sup>9</sup> Ver Joaquim Barradas de Carvalho, *La traduction espagnole du “De situ orbis” de Pomponius Mela par Maître Joan Faras et les notes marginales de Duarte Pacheco Pereira* (Lisboa: Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974).

Pompónio Mela». <sup>10</sup> Estava a aludir ao escritor espanhol Pedro Juan Oliver (?-c.1557), também conhecido como Petrus Johannes Olivarius, que publicou a obra *Pomponii Melae de situ orbis libri III* em Paris, em 1536, com várias reedições posteriores. <sup>11</sup> Entretanto, uma nota marginal da obra do frade agostinho, que não se sabe se é da sua responsabilidade, identifica uma outra edição da obra do geógrafo romano, ao referir «Francisco de la Hierva». <sup>12</sup> Tratava-se de uma alusão ao médico espanhol Francisco Núñez de la Hierba (c.1460-c.1505), que publicou em Salamanca, em 1498, uma edição da obra de Pompónio Mela, intitulada *Cosmographia Pomponi cum figuris*. <sup>13</sup> Poderia dar-se o caso de Frei João de São José ter compulsado ambas as edições.

O célebre geógrafo Cláudio Ptolomeu (c.90-c.168), por sua vez, é citado explicitamente seis vezes na *Corografia do Reino do Algarve*, sempre a propósito de precisões de localização de determinados centros urbanos. A *Geografia* de Ptolomeu, que circulou impressa na Europa a partir do século XV, conhecendo numerosas reedições, era normalmente ilustrada por ‘tábuas’ ou mapas. Esta obra seria bem conhecida de Frei João de São José, que numa determinada passagem da sua descrição do Algarve refere a edição concreta a que terá recorrido, pois menciona «Valgrisi, nos *Ptolomeus* de Veneza». <sup>14</sup> Tratava-se de uma menção a Vincenzo Valgrisi (c.1490-c.1572), impressor francês que trabalhou sobretudo em Veneza, onde publicou diversas edições das obras de Ptolomeu, e nomeadamente *La Geografia di Claudio Tolomeo Alessandrino*, em 1561, numa tradução do humanista italiano Girolamo Ruscelli (1518-1566). <sup>15</sup>

---

<sup>10</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 81 (fl. 37<sup>v</sup>).

<sup>11</sup> Cota do exemplar na BNP: H.G. 182 P.

<sup>12</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 67 (fl. 25<sup>v</sup>).

<sup>13</sup> Cota do exemplar na BNP: INC. 504//2.

<sup>14</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 81 (fl. 37<sup>v</sup>).

<sup>15</sup> Cota do exemplar na BNP: RES. 3283// 1 V. A respeito de Ptolomeu, ver Juan Luis García Alonso, *La Península Ibérica en la Geografía de Claudio Ptolomeo* (Vitoria: Universidad del País Vasco, 2003).

O Livro I da *Corografia do Reino do Algarve* traça uma espécie de itinerário através do território algarvio, que se organiza de oeste para leste, ao longo do litoral, com partida do cabo de São Vicente, e posterior retorno ao ponto de partida pelos caminhos do interior. Assim, não é surpreendente que Frei João de São José recorra também a uma edição moderna do chamado *Itinerário Antonino*, uma descrição detalhada das vias de circulação do império romano, espécie de guia de viagens composto em latim por autor anónimo, provavelmente no século III. Esta obra foi primeiro impressa em Paris, em 1512, com o título *Itinerarium provinciarum omnium Antonini Augusti*, tendo subsequentemente numerosas reedições.<sup>16</sup>

Uma nota marginal que não é da responsabilidade de Frei João de São José, mas de um dos copistas posteriores, refere «Ver *Itinerarium Antonini*, pp. 96 e 97, edição de Colónia e suas notas, pp. 578 e sgs. e 582».<sup>17</sup> Tratava-se de uma referência à edição do *Itinerarium* que foi impressa em Colónia em 1600, portanto, numa data posterior à morte do frade agostinho. Esta anotação, mais tardia que o próprio texto de Frei João de São José, poderá ser da responsabilidade de um copista, o que, naturalmente, deve colocar o leitor moderno de sobreaviso relativamente à originalidade da *Corografia do Reino do Algarve*, já que se trata de um indício seguro da manipulação do texto por sucessivos copistas.

Frei João de São José conhecia também diversas outras obras antigas, que por vezes refere de passagem, como as *Vidas paralelas* de Plutarco (c.45-120), que cita três vezes numa passagem sobre a antiga Lusitânia: «Esta

---

<sup>16</sup> Cota do exemplar na BNP: RES. 301 P. Sobre esta obra romana, que anda atribuída erroneamente ao imperador romano Antonino Pio, ver André Carneiro, *Itinerários romanos do Alentejo: Uma releitura de “As Grandes Vias da Lusitânia – O Itinerário de Antonino Pio” de Mário Saa, cinquenta anos depois* (Évora: Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo, 2008).

<sup>17</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 96 (fl. 49<sup>v</sup>).

história é tomada de Plutarco, da *Vida de Sertório*.<sup>18</sup> A obra do escritor grego era muito popular na Europa, conhecendo numerosas edições parciais e integrais nos séculos XV e XVI. Frei João de São José poderia ter consultado uma das edições disponíveis no seu tempo, como as *Graecorum Romanorumque Illustrium Vitae*, obra impressa em Paris em 1548, que incluía a biografia do general romano Quinto Sertório, que se notabilizara em campanhas militares na Península Ibérica.<sup>19</sup> A *Corografia do Reino do Algarve* refere também a obra de Eusébio (c.265-339), que é mencionada num dado passo do Livro IV sobre questões militares: «escreve Eusébio, em sua *História Eclesiástica*».<sup>20</sup> A crónica do bispo de Cesareia, que historiava a difusão do cristianismo através do império romano, foi repetidamente impressa nos séculos XV e XVI, e Frei João de São José poderia ter consultado, por exemplo, a *Hystoria Ecclesiastica* que foi impressa em Paris em 1525, em edição do teólogo francês Geoffroy Boussard (1439-1522).<sup>21</sup>

O frade agostinho estava também familiarizado com um conjunto de figuras literárias medievais, que refere esporadicamente, a propósito da antiguidade de alguns centros urbanos algarvios: como João de Bicláro ou Iohannes Biclarenensis (c.540-c.620), clérigo e cronista de origem goda, autor de uma crónica intitulada *Chronicon Biclarense*, que circulou sob forma manuscrita, apenas sendo impressa pela primeira vez em 1600, e que é referido implicitamente; como Santo Isidoro de Sevilha (c.560-636), autor de uma vasta enciclopédia conhecida como *Etimologias*, obra que não é citada explicitamente; ou como São Boaventura (c.1217-1274), franciscano italiano, autor de uns *Comentários às Sentenças de Pedro*

---

<sup>18</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 66 (fl. 24<sup>v</sup>). Para uma edição recente, ver Plutarco, *Vidas paralelas: Sertório – Euménio*, ed. Rui Valente (Évora: Sementes de Mudança, 2008).

<sup>19</sup> Cota do exemplar na BNP: H.G. 9220 P.

<sup>20</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 139 (fl. 90<sup>v</sup>).

<sup>21</sup> Cota do exemplar na BNP: RES. 2130 P. A respeito de Eusébio de Cesareia, ver Michael Hollerich, *Making Christian History: Eusebius of Caesarea and His Readers* (Oakland, CA: University of California Press, 2021).

*Lombardo*, que foram repetidamente impressos em prelos europeus nos séculos XV e XVI, mas que também não são citados. De qualquer forma, as obras destes autores estariam decerto disponíveis nas bibliotecas dos estabelecimentos da Ordem de Santo Agostinho onde Frei João de São José terá residido, estudado e trabalhado.

Frei João de São José, ao abordar nos Livros II e III da *Corografia do Reino do Algarve* a história da reconquista cristã da Península Ibérica, e também do Algarve, faz sobretudo obra de compilador, pois desenvolve a sua descrição a partir de obras de natureza crónica que estariam disponíveis anteriormente. As referências intertextuais multiplicam-se nestas secções históricas da sua obra, mas as fontes exatas que terá consultado nem sempre são fáceis de identificar, de entre a multiplicidade de crónicas – todas manuscritas – que sobre a matéria circulavam no século XVI.<sup>22</sup>

A chamada *Crónica do mouro Rasis*, atribuída a Ahmad ibn Muhammad al-Razi (887-955), cronista andaluz também conhecido como Rasis, é repetidamente mencionada por Frei João de São José, nada menos de cinco vezes, com transcrição de longas passagens. A dado passo, a *Corografia do Reino do Algarve* regista, a respeito do mártir São Vicente: «A informação deste mesmo caso [...] nos deixou Rasis mouro [...], no livro das histórias que escreveu das antiguidades e sucessão dos reis sarracenos em Espanha, que ainda temos volto em espanhol».<sup>23</sup> A crónica de Rasis continha uma descrição geográfica e uma história da Península Ibérica até ao século X, e circulou em tradução espanhola manuscrita. Alegadamente, o humanista André de Resende (c.1500-1573) teria mandado preparar uma versão portuguesa na segunda metade do século XVI. Mas Frei João de São José afirma ter utilizado uma versão

---

<sup>22</sup> Sobre as crónicas medievais de seguida referidas, ver informações essenciais em Giulia Lanciani & Giuseppe Taviani (eds.), *Dicionário da Literatura Medieval Galega e Portuguesa* (Lisboa: Editorial Caminho, 1993).

<sup>23</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 52 (fl. 11<sup>v</sup>).



castelhana da obra, que talvez lhe pudesse ter chegado às mãos através das suas ligações à família Aboim, pois a tradução original terá sido encomendada em início do século XIV por D. Pedro Eanes de Portel, filho de D. João Peres de Aboim, personagens que são explicitamente mencionadas na *Corografia do Reino do Algarve*.<sup>24</sup>

Outra das fontes privilegiadas de Frei João de São José terá sido uma anónima *Crónica da conquista do Algarve*, que datava da segunda metade do século XIV e que na época circulava também em manuscrito. Esta crónica relatava detalhadamente os feitos militares de D. Paio Peres Correia, fidalgo português que foi mestre da Ordem de Santiago e que desempenhou um relevante papel na reconquista do Algarve, por meados do século XIII. Os Livros II e III da *Corografia do Reino do Algarve* inspiram-se repetidamente nesta fonte, dando um enorme protagonismo ao Mestre de Santiago.<sup>25</sup>

Mas os recursos livrescos de Frei João de São José eram bastante mais alargados, e ao longo da sua *Corografia do Reino do Algarve*, no processo de reconstrução da história da reconquista dessa região meridional, cita outras crónicas que na sua época também circulavam manuscritas. Por um lado, recorre repetidamente à *Primera Cronica General*, que narrava a história dos reinos hispânicos, a qual foi preparada entre 1270 e 1284, sob o patrocínio do rei Afonso X de Leão e Castela (r.1252-1284). Manuscritos desta obra circulavam em Portugal, e inclusivamente em versões em língua portuguesa. Numa dada passagem da *Corografia do Reino do Algarve*, Frei João de São José refere-se explicitamente ao monarca castelhano e às obras que lhe eram atribuídas: «Este rei D. Afonso foi nobre de condição, liberal, virtuoso, cavaleiro e letrado, em tanto que escreveu as *Sete partidas*, compôs as *Histórias gerais* e um

<sup>24</sup> Ver Antonio Rei, *Memória de Espaços e Espaços de Memória: De Al-Razí a D. Pedro de Barcelos* (Lisboa: Edições Colibri, 2008).

<sup>25</sup> Sobre esta anónima crónica, ver Isabel Cristina dos Santos Sebastião, *Retrato(s) de D. Paio Peres Correia*, dissertação de mestrado (Faro: Universidade do Algarve, 2005).

livro intitulado *Tesouro*, e fez as tábuas que de seu nome são chamadas *Alfonsinas*».<sup>26</sup> Afonso X não foi propriamente o autor, mas antes o impulsor de um grupo de obras que foram preparadas durante o seu reinado: as *Siete Partidas* reuniam um vasto conjunto de matérias legislativas; a *Primera Crónica General* foi anteriormente referida; a *General Estoria* era um ambicioso projeto cronístico, que pretendia reconstituir a história universal; e as *Tabuas alfonsinas* eram tábuas astronómicas baseadas na obra de Ptolomeu, e foram impressas no século XVI. A designação de «Tesouro» aplica-se às *Cantigas de Santa María*, uma verdadeira enciclopédia da música medieval ocidental.<sup>27</sup>

Por outro lado, em matéria de crónicas medievais, são frequentes as alusões implícitas e explícitas de Frei João de São José à *Crónica de el-rei D. Afonso Henriques*, que anda atribuída a Duarte Galvão (1446-1517), um diplomata e secretário régio muito ativo na passagem dos séculos XV para XVI. O nome de Galvão apenas é citado em duas notas marginais da *Corografia do Reino do Algarve*, mas a sua obra é explicitamente referida no texto do frade agostinho: «diz o autor da *Crónica do primeiro rei de Portugal, D. Afonso Henriques*».<sup>28</sup>

Entretanto, diversas obras manuscritas de Rui de Pina (1440?-1522?), diplomata e cronista que viveu igualmente na passagem do século XV para o século XVI, são referidas de forma implícita, como a *Crónica de el-rei D. Sancho I*, a *Crónica de el-rei D. Afonso III* ou a *Crónica de el-rei D. Dinis*. Contudo, o nome do cronista apenas é citado nas notas marginais, onze vezes explicitamente. Não é seguro que estas citações nominais

<sup>26</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 127 (fl. 79<sup>v</sup>).

<sup>27</sup> A respeito desta crónica, e da respetiva tradição manuscrita, ver Mariana Soares da Cunha Leite, *A General Estoria de Afonso X em Portugal: As múltiplas formas de receção do texto alfonsino entre os séculos XIV e XVI*, tese de doutoramento (Porto: Faculdade de Letras – Universidade do Porto, 2012).

<sup>28</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 133 (fl. 84<sup>v</sup>). Relativamente a esta crónica, ver Filipe Alves Moreira, *Afonso Henriques e a Primeira Crónica Portuguesa* (Porto: Estratégias Criativas, 2008).

sejam da responsabilidade de Frei João de São José, já que poderiam dever-se a um dos copistas da *Corografia do Reino do Algarve*, que tratava de identificar as alusões a outros autores e obras incluídas no texto que copiava. As obras de Rui de Pina, que trabalhou sob as ordens de el-rei D. Manuel I (r.1495-1521), ao longo de todo o reinado deste monarca, circularam amplamente em cópias manuscritas, e constituíram a primeira tentativa global de escrita das crónicas de todos os reis de Portugal.<sup>29</sup> Mas estas crónicas continuam a levantar problemas de autoria e de intertextualidade, pois não é impossível que Rui de Pina tivesse trabalhado sobre materiais preparados por anteriores cronistas, e nomeadamente por Fernão Lopes (c.1385-1459).

Diversas notas marginais do manuscrito da obra de Frei João de São José, nada menos de onze, aludem a um cronista designado como «Pêro de Aveiro» ou «Pedro de Aveiro Ribeiro», que até à data ainda não foi identificado. Uma determinada nota refere-se a «Pedro d’Aveiro em sua *Crónica geral*, fl. 272», ou seja, citando um lugar textual concreto num determinado manuscrito.<sup>30</sup> Este enigmático «Pêro de Aveiro» poderia ser um copista responsável por alguma versão portuguesa da *Primera Cronica General*, atribuída a Afonso X, rei de Leão e Castela, que é citada noutras ocasiões e já foi anteriormente referida.

Não se fica por aqui a erudição de Frei João de São José, que, sem contar as obras e autores a que alude implicitamente, cita de forma explícita na sua *Corografia do Reino do Algarve* diversos outros escritores seus contemporâneos, alguns deles repetidamente. Trata-se de alusões pontuais, que visam esclarecer um ou outro pormenor da sua descrição histórica e geográfica do Algarve, mas que, na economia da narrativa, visam sobretudo demonstrar ao potencial leitor a amplitude da erudição do frade agostinho.

<sup>29</sup> Ver Rui de Pina, *Obras*, ed. Manuel Lopes de Almeida (Porto: Lello & Irmão, 1977).

<sup>30</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 119 (fl. 71).

O humanista e cronista João de Barros (c.1496-1570), que era feitor na Casa da Mina e da Índia, em Lisboa, é citado uma vez na *Corografia do Reino do Algarve*. Quando Frei João de São José se refere a Sagres, e alude à designação de «Terçanabal», menciona «João de Barros, na primeira parte da sua *Europa*».<sup>31</sup> Embora autor de diversas obras, de múltiplos géneros e estilos, João de Barros ficou sobretudo conhecido pelas suas três *Décadas da Ásia*, publicadas em Lisboa entre 1552 e 1563, nas quais historiava a expansão dos portugueses no Oriente.<sup>32</sup> Uma *Década Quarta* seria impressa postumamente em Madrid, em 1615. Barros teria alegadamente escrito um volume dedicado à *Europa*, relatando a história das origens de Portugal, mas o respetivo manuscrito nunca foi localizado.<sup>33</sup> Assim, é extremamente surpreendente a referência de Frei João de São José a esta *Europa*, referência que parece ter passado despercebida aos exegetas da obra de João de Barros. Tratar-se-ia de um lapso do frade agostinho? Ou terá ele tido oportunidade de compulsar um manuscrito da obra, que depois levou sumiço?

Outro autor referido explicitamente por Frei João de São José é Nicolau Coelho do Amaral (?-1568). A dado passo da *Corografia do Reino do Algarve*, com efeito, alude-se a «Nicolau Coelho, em seu *Monastichon* dos primeiros reis de Espanha», a respeito do antigo nome de Lagos.<sup>34</sup> Trata-se de uma alusão à obra *Monastichon de primis hispanorum regib. lib. primus*, da autoria deste religioso da Ordem dos Trinitários, a qual foi impressa em

<sup>31</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 60 (fl. 20).

<sup>32</sup> Sobre estas obras de Barros, ver Rui Manuel Loureiro, «Revisitando as *Décadas da Ásia*: Algumas observações sobre o projecto historiográfico de João de Barros», *e-Spania* [on-line], n. 30, 2018, <http://journals.openedition.org/e-spania/27836> (acesso em 09-04-2023). Quanto à *Década Quarta*, ver Rui Manuel Loureiro, «João Baptista Lavanha, cosmographe portugais, et la chronique d'Asie au début du XVII<sup>e</sup> siècle», *e-Spania* [on-line], n. 28, 2017, <http://journals.openedition.org/e-spania/27316> (acesso em 09-04-2023).

<sup>33</sup> A respeito dos manuscritos de Barros desaparecidos, ver Luís de MATOS, «Em torno dos inéditos de João de Barros», in Helder Macedo (ed.), *Studies in Portuguese literature and history in honour of Luís de Sousa Rebelo* (Londres: Tamesis Books, 1992), pp. 89-102.

<sup>34</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 66 (fl. 25).

Coimbra em 1554.<sup>35</sup> Na mesma secção dedicada a Lagos, Frei João de São José menciona de forma explícita «mestre Vaseu, na sua descrição do reino de Portugal».<sup>36</sup> Tratava-se de uma alusão a João Vaseu ou Joannes Vasaeus (1511-1561), um humanista flamengo que fez carreira em Portugal, e que entre outras obras publicou as *Chronici rerum memorabilium Hispaniae*, um compêndio de história peninsular saído dos prelos em Salamanca em 1552.<sup>37</sup> E ainda na mesma secção da *Corografia do Reino do Algarve* dedicada à urbe lacobrigense, um terceiro autor é convocado explicitamente: «tornando à nossa cidade de Lagos, donde me diverti, diz Garibay, no 6º livro de sua história».<sup>38</sup> O mesmo autor é mencionado em três notas marginais. Tratava-se de citações de *Los quarenta libros del compendio historial de las chronicas y universal historia de todos los reynos de España*, uma monumental obra em quatro volumes, publicada originalmente em Antuérpia em 1571, pelo cronista espanhol Esteban de Garibay Zamalloa (1533-1599).<sup>39</sup>

Na secção da *Corografia do Reino do Algarve* dedicada a Silves, e quando faz alusão à conquista da cidade algarvia por D. Sancho I (r.1223-1248), Frei João de São José menciona, a dado passo, que a «*História Pontifical* diz que este rei foi D. Sancho Capelo», para logo de seguida corrigir esta versão

<sup>35</sup> Cota do exemplar na BNP: RES. 1701//2 P. (da antiga biblioteca do Convento da Graça, em Lisboa). Sobre Frei Nicolau, ver Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, 4 vols. (Lisboa: 1741-1759), vol. III, p. 490.

<sup>36</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 66 (fl. 25).

<sup>37</sup> Cota do exemplar na BNP: RES. 557 V. Sobre o humanista flamengo, ver Juan Carlos Iglesias-Zoido, «Una Antología de Discursos Historiográficos en la España del XVI: Las *Conciones aliquot in genere deliberativo* de Johannes Vasaeus (Salamanca, 1538)», in Juan Carlos Iglesias-Zoido (ed.), *Conciones ex historicis excerptae: Nuevos estudios sobre las antologías de discursos historiográficos* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020), pp. 91-110.

<sup>38</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 65 (fl. 24).

<sup>39</sup> Cotas dos exemplares na BNP: H.G. 3608 A., H.G. 3609 A., H.G. 3610 A. e H.G. 3611. Sobre este cronista espanhol, ver Esteban Anchustegui Igartua, «El universo identitario de Esteban de Garibay y Zamalloa», *Ingenium – Revista de historia del pensamiento moderno*, n. 5, 2011, pp. 29-53.

errónea.<sup>40</sup> Tratava-se de uma alusão ao cronista espanhol Gonzalo de Illescas (1521-1574?), autor da monumental *Historia Pontifical y Catholica*, cujas duas partes foram publicadas pela primeira vez, respetivamente, em Dueñas (Palencia) em 1565 e em Valladolid em 1566. O mesmo autor é referido noutra secção da obra do frade agostinho, mas desta vez numa nota marginal. Frei João de São José poderia ter consultado uma edição mais tardia desta obra monumental, como a que foi impressa em Salamanca em 1569.<sup>41</sup>

Destaque especial merecerá uma outra referência incluída na *Corografia do Reino do Algarve*, na secção dedicada a Sagres: «o nome por que a conhecemos é *Sagres*; o qual o padre Gaspar Barreiros quer que seja mais antigo do que dizemos que é a mesma vila».<sup>42</sup> Frei João de São José aludia ao erudito Gaspar Barreiros (c.1515-1574), que servira na casa do cardeal-infante D. Henrique, figura eminente que decerto teria tido oportunidade de conhecer. Entre outras obras, Gaspar Barreiros era autor de uma desenvolvida descrição de uma viagem que fizera desde Badajoz até Milão na década de 1540, intitulada precisamente *Chorographia de alguns lugares que stam em hum caminho que fez Gaspar Barreiros anno de MDXXXVJ começado na cidade de Badajoz em Castella te á de Milam em Italias*, e que foi impressa em Coimbra em 1561.<sup>43</sup> Frei João de São José conhecia decerto esta obra, na qual, aliás, terá colhido inspiração para a sua própria descrição das terras algarvias.<sup>44</sup>

<sup>40</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, pp. 72-73 (fl. 30<sup>v</sup>).

<sup>41</sup> Cota do exemplar na BNP: H.G. 577 A. A respeito deste cronista espanhol, ver Nejma Kermele, «Théorie et pratique de l'histoire du monde dans la *Historia Pontifical y Católica* de Gonzalo de Illescas», *e-Spania* [on-line], n. 30, 2018, <http://journals.openedition.org/e-spania/27783> (acesso em 09-04-2023).

<sup>42</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 61 (fls. 20-20<sup>v</sup>).

<sup>43</sup> Cota do exemplar na BNP: RES. 398//1 P.

<sup>44</sup> A respeito de Gaspar Barreiros, ver Roger Lee de Jesus, «As 'Tábuas dos Roteiros da Índia' de D. João de Castro da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra: novos dados», *Boletim da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra*, n. 51, 2021, pp. 75-116.

Alguns outros autores dos séculos XV ou XVI são apenas referidos nas notas marginais da *Corografia do Reino do Algarve*, ou seja, as citações poderão não ser da responsabilidade de Frei João de São José, mas sim da do copista. Um deles é Lucio Marineo Sículo (1444-1536), um humanista italiano que ensinou na universidade de Salamanca e foi autor de uma obra intitulada *De Hispaniae laudibus*, impressa em Burgos em 1496, que anos mais tarde, em 1530, seria novamente publicada em Alcalá de Henares em duas versões distintas, uma em latim, *De Rebus Hispaniae memorabilibus*,<sup>45</sup> e outra em castelhano, *De las cosas memorables de España*. Frei João de São José poderia conhecer qualquer uma delas, mas não refere o seu autor de forma explícita. Outro dos autores citados na *Corografia do Reino do Algarve* é o dominicano espanhol Alonso Venero (1488-1545), cuja obra *Enchiridion de los tiempos*, primeiro impressa em Burgos em 1528, é mencionada três vezes nas notas marginais. Esta obra, que entre outros temas tratava da história da reconquista cristã, foi repetidamente publicada ao longo do século XVI, e o autor da *Corografia do Reino do Algarve* poderia ter consultado a edição impressa em Burgos em 1551, por exemplo.<sup>46</sup>

Outro autor citado apenas nas notas marginais, a propósito do sufixo *briga*, comum na antiga toponímia da Península Ibérica, é «Florião do Campo».<sup>47</sup> Tratava-se de uma referência a *Las quatro partes enteras de la Cronica de España que mando componer el Serenissimo Rey Don Alonso llamado el Sabio*, da autoria do cronista espanhol Florián de Ocampo (c.1499-

---

<sup>45</sup> Cota do exemplar na BNP: H.G. 3656 A. A respeito do humanista siciliano, ver Erika Rummel, «Marineo Sículo: A Protagonist of Humanism in Spain», *Renaissance Quarterly*, vol. 50, n. 3, 1997, pp. 701-722.

<sup>46</sup> Cota do exemplar da BNP: H.G. 4747 P. Sobre Venero, ver Mercedes Fernández Valladares, «Datos y noticias del pasado y del presente: repertorios y enchiridiones de los tiempos en la imprenta burgalesa del siglo XVI (a propósito de la editio princeps recuperada de Alonso de Venero)», in Sagrario López Poza (ed.), *Las noticias en los siglos de la imprenta manual: Homenaje a Mercedes Agulló, Henry Ettinghausen, María Cruz García de Enterría, Giuseppina Ledda, Augustin Redondo y José Simón* (La Coruña: SIELAE & Sociedad de Cultura Valle Inclán, 2007), pp. 55-67.

<sup>47</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 64 (fl. 23<sup>v</sup>).

c.1558), cuja primeira edição foi impressa em Zamora, em 1541.<sup>48</sup> Muito provavelmente, Frei João de São José conheceria bem esta obra, muito divulgada na sua época, que se baseava numa crónica medieval já anteriormente referida, que fora composta sob o patrocínio de Afonso X de Leão e Castela.

Curiosamente, ainda na mesma discussão relativa aos topónimos terminados em *briga*, a *Corografia do Reino do Algarve* refere-se, a dado passo, a «Luso ou Lisa seu companheiro, que foram depois deste rei Brigo quatrocentos anos ou mais, lhe deram este nome Lusitânia».<sup>49</sup> Frei João de São José poderia estar aqui a referir-se a *Os Lusíadas* do poeta Luís de Camões (c.1524-1580), obra que foi primeiro impressa em Lisboa em 1572, e que numa das suas estrofes se refere aos lendários reis da Lusitânia: «Esta foi Lusitânia, derivada / De Luso, ou Lisa, que de Baco antigo / Filhos foram, parece, ou companheiros, / E nela então os íncolas primeiros».<sup>50</sup> Mas, evidentemente, ambos poderiam ter-se baseado numa mesma fonte, neste caso, uma leitura errónea de uma passagem da *Naturalis Historia* de Plínio.<sup>51</sup>

O Livro I da *Corografia do Reino do Algarve* encerra com uma breve passagem sobre Sines, algo deslocada do contexto, pois surge depois da frase «Fim do 1º Livro».<sup>52</sup> A passagem contém uma alusão a D. Vasco da Gama, o fidalgo português responsável pela abertura do caminho marítimo para a Índia em finais do século XV, o qual era natural daquele porto alentejano. Uma nota marginal remete para «Castanheda, 1º livro

<sup>48</sup> Cota do exemplar na BNP: RES. 1524 V. (da antiga biblioteca do Convento da Graça, em Lisboa).

<sup>49</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 64 (fl. 23<sup>v</sup>).

<sup>50</sup> Luís de Camões, *Os Lusíadas*, ed. Álvaro Júlio da Costa Pimpão & Aníbal Pinto de Castro (Lisboa: Instituto Camões, 2000), p. 64 (c. III, est. 21). Cota do exemplar na BNP: CAM. 1 P.

<sup>51</sup> A respeito desta questão, ver Pedro Albuquerque, «Camões e Tartessos: Leituras em torno de dois excertos d'Os Lusíadas», *Spal – Revista de Prehistoria y Arqueología*, n. 17, 2008, pp. 137-168.

<sup>52</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 104 (fl. 56).



da História da Índia, cap. 29».<sup>53</sup> Trata-se de uma referência ao cronista Fernão Lopes de Castanheda (1500-1559) e à sua *Historia do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses*, cujo primeiro livro foi publicado em Coimbra em 1551, com uma segunda edição, emendada, em 1554.<sup>54</sup> Os restantes sete livros da obra monumental de Castanheda seriam impressos na mesma cidade, nos dez anos seguintes.<sup>55</sup>

Finalmente, será de mencionar um autor contemporâneo de Frei João de São José que apenas é mencionado nas notas marginais, embora esteja regularmente presente, através de referências implícitas ou de passagens parafraseadas das suas obras, na *Corografia do Reino do Algarve*. Trata-se do humanista André de Resende (c.1500-1573), autor de uma vasta bibliografia. Os capítulos 3º e 4º do Livro I da obra do frade agostinho, que são dedicados à história de São Vicente de Saragoça e da sucessiva trasladação das suas relíquias para Sagres e daí para Lisboa, inspiram-se largamente numa obra que nunca é citada, intitulada *Pro Sanctis Christi Martyribus Vincentio Olisiponensi patrono*. Trata-se de uma longa carta escrita por André de Resende ao músico espanhol Bartolomé de Quevedo, que foi impressa em Évora em 1567.<sup>56</sup> Frei João de São José segue de muito de perto esta longa missiva.

A dado passo da secção dedicada a São Vicente, Frei João de São José refere-se aos «franceses da província de Aquitânia, os quais dizem e ainda escrevem que o têm em um seu lugar chamado Beuter». E numa nota à margem assinala-se «Beuter».<sup>57</sup> Frei João de São José terá confundido as

<sup>53</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 104 (fl. 56).

<sup>54</sup> Cota do exemplar na BNP: RES. 425/1 V.

<sup>55</sup> Sobre Castanheda e da sua obra, ver Ana Paula Avelar, *Fernão Lopes de Castanheda, historiador dos portugueses na Índia ou cronista do governo de Nuno da Cunha?* (Lisboa: Edições Cosmos, 1997).

<sup>56</sup> Sobre esta obra, ver André de Resende, *Carta a Bartolomen de Quevedo*, ed. Virgínia Soares Pereira (Coimbra: Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra – Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988).

<sup>57</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 48 (fl. 9v).

suas informações, pois a cidade francesa para onde foi levado o corpo de São Vicente seria Castres. Esta informação fora transmitida pelo cronista espanhol, de origem alemã, Pere-Antoni Beuter (1490-1554), na sua *Cronica. Primera part d'la historia de Valencia que tracta deles antiquitats de Spanya, y fundacio de Valencia*, que foi impressa em Valencia em 1538. André de Resende faz referência a Beuter, mas sem mencionar o título da sua obra, na sua citada carta a Bartolomé de Quevedo. Mas Frei João de São José decerto conheceria a obra, talvez numa edição posterior, como a que foi impressa em Valencia em 1546-15151,<sup>58</sup> pois o cronista espanhol é adiante referido numa nota marginal.

André de Resende é mencionado duas vezes em outras tantas notas marginais a passagens de teor historiográfico. Numa dessas notas escreve-se «Refere Resende, na sua *Evora*, cap. 14».<sup>59</sup> Trata-se de uma alusão à *Historia de antiguidade da cidade Euora*, que foi impressa pela primeira vez em Évora em 1553.<sup>60</sup> A obra de André de Resende, com o seu pendor antiquário, conheceu assinalável difusão em Portugal, e é natural a sua presença e influência na *Corografia do Reino do Algarve*. Mas, de forma assaz curiosa, o mestre eborense nunca é mencionado explicitamente por Frei João de São José, que decerto com ele se terá cruzado em algum momento do seu percurso existencial.

A listagem dos autores e títulos citados na *Corografia do Reino do Algarve* é deveras impressionante, como se pode verificar, revelando a erudição do seu autor e os alargados recursos livrescos a que pode recorrer. A prática da época não impunha uma referenciação exaustiva das fontes utilizadas na preparação de uma dada obra. As menções podiam incluir apenas o

<sup>58</sup> Cotas dos exemplares na BNP: D.S. XVI-16; D.S. XVI-17.

<sup>59</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 85 (fl. 40<sup>v</sup>).

<sup>60</sup> Cota do exemplar na BNP: RES. 55 P. A respeito desta obra de Resende, ver Nuno Senos, «An Appropriate Past for Renaissance Portugal: André de Resende and the city of Évora», in Konrad Ottenheim & Karl Enekel (eds.), *The Quest for an Appropriate Past: Literature, Architecture, Art and the Creation of National Identities in Early Modern Europe (c.1400–1700)* (Leiden: Brill, 2018), pp. 127-150.

---

nome do autor, por vezes apenas o título abreviado da obra, mas outras vezes, nem uma coisa nem outra. Não era invulgar as referências serem de segunda mão, como pode ter sucedido em algumas das citações de Frei João de São José. Ou então, poderia tratar-se de referências colhidas em coletâneas manuscritas contendo extratos de diversas obras. Outras vezes ainda, tratava-se de citações feitas de memória.

Mas o levantamento das referências intertextuais na *Corografia do Reino do Algarve* sublinha a ideia de que a obra de Frei João de São José é importante não só pelas notícias de teor histórico, geográfico e etnográfico que nos transmite sobre as regiões mais meridionais de Portugal, mas também pelo que pode revelar da formação, da erudição e dos métodos de escrita de um erudito quinhentista. E também, é bem de ver, pelo que pode revelar das práticas culturais dominantes no século XVI, sobretudo no domínio da escrita da história e da geografia, que reservavam um importante lugar à intertextualidade.



## Um reino de cousas notáveis e maravilhosas: O Algarve de Fr. João de S. José

JOÃO CARLOS GARCIA \*

A primeira descrição de Portugal estruturada em função de divisões regionais faz parte de um texto mais amplo sobre o conjunto da Europa, de autor anónimo, conhecido por *Livro de Arautos*, redigido em 1416, e apenas publicado no último quartel do século XX.<sup>1</sup> Mas, as mais seguras informações sobre a elaboração de descrições geográficas autónomas, para o conjunto do território português, datam de meados de Quinhentos. Os seus autores são nomes bem conhecidos do Humanismo peninsular: André de Resende (1478-1573), João de Barros

---

\* Professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

<sup>1</sup> Aires A. Nascimento, *Livro de Arautos. De Ministerio Armorum* (Lisboa: s.n., 1977). Ver o estudo geográfico e cartográfico desta fonte por Suzanne Daveau & Orlando Ribeiro, «Conhecimento actual da História da Geografia em Portugal», in José Pinto Peixoto & outros, *História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal*, 2 vols. (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1986), vol. II, pp. 1047-1052.

(1496-1570) e Gaspar Barreiros (?-1574).<sup>2</sup> Desses projetos ficaram algumas provas mas não possuímos, nem versões manuscritas completas, nem versões impressas, com exceção das *Antiquitatibus Lusitaniae*, de Resende, editadas postumamente, em Évora, em 1593.<sup>3</sup> No final da centúria aparecerá a resumida *Geographia Antiga de Lusytania*, de Fr. Bernardo de Brito (1569-1617), a abrir o I volume da *Monarchia Lusytana* publicada pelos monges alcobacenses, em 1597, e dois anos depois, Duarte Nunes do Leão (c.1529-1608) terminaria a *Descrição do Reino de Portugal*, só editada em 1610.<sup>4</sup> Se estas duas últimas obras são as melhores «Geografias de Portugal» do século XVI, existem corografias sobre algumas regiões, peças de uma imagem que se pretendia formar, sempre com um intuito de contexto para o discurso da História.<sup>5</sup>

Pergunta o Discípulo ao Mestre, no capítulo sobre a «Dinifção da Geographia», no texto *Da Geografia por modo de diálogo*, por muito tempo atribuído a D. João de Castro (1500-1548): «Pois que remedio auera ahi se quisermos ter hu perfeito conhecimento das miudezas, E particularidades dos Reinos, E comarcas?» Responde o Mestre: «Pera isso se enuentou apartarse cada Reyno, ou Prouincia por sy, E tanto mais

---

<sup>2</sup> De Gaspar Barreiros existe um esboço para a descrição de Portugal / Lusitânia. Cf. Justino Mendes de Almeida, «Um inédito de Gaspar Barreiros: ‘Suma, e Descrição de Lusitania’ (Cód. 8457 da B.N.)», in Justino Mendes de Almeida, *Páginas de Cultura Portuguesa* (Lisboa: Universidade Autónoma de Lisboa, 1994), pp. 113-175. Sobre a identificação de Portugal com a Lusitânia, como tema historiográfico, ver Orlando Martins da Gama, *Da Lusitânia a Portugal: concepções do espaço e do poder das raízes clássicas à tradição humanista*, tese de doutoramento (Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Nova de Lisboa, 2019).

<sup>3</sup> Ver a edição coordenada por R. M. Rosado Fernandes: André de Resende, *As Antiquidades da Lusitânia* (Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1996).

<sup>4</sup> Ver a 3ª edição da obra, coordenada por António Borges Coelho: Duarte Nunes do Leão, *Descrição do Reino de Portugal* (Lisboa: Centro de História – Universidade de Lisboa, 2002).

<sup>5</sup> Cf. Joaquim Romero Magalhães, «As descrições geográficas de Portugal: 1500-1650. Esboço de problemas», *Revista de História Económica e Social*, nº 5, 1980, pp. 15-56 e Joaquim Romero Magalhães, «O enquadramento do espaço nacional», in José Matoso (dir.), *História de Portugal*, 8 vols. (Lisboa: Círculo de Leitores, 1993), vol. III, pp. 13-59.

particularidades nellas se notão quanto mais piquena parte de todo este globo se aparta, E por si apartada se descreue, a esta chamão corographia, ou topografia, que quer dizer discripção de Região, E descrição de lugar». <sup>6</sup> A primeira famosa obra que tem por título «Corografia» é a descrição da viagem a Roma que empreendeu Gaspar Barreiros em 1546, respeitante aos lugares entre Badajoz e Milão, apenas publicada em 1561: *Chorographia de alguns lugares que stam em hum caminho...* Não se trata de uma descrição regional, antes de um itinerário, que percorre espaços estrangeiros. <sup>7</sup>

As descrições regionais conhecidas tinham-se iniciado antes, com o *Tratado da Província d'Amre Douro y Minho e suas avondanças*, que Mestre António, médico de Guimarães, redigiu em 1512; a *Descrição do terreno em roda da cidade de Lamego duas legoas*, de Rui Fernandes, datada de 1531-1532, e a *Geographia d'entre Douro e Minho e Traç-os-Montes*, elaborada pelo jurista Doutor João de Barros, em 1548. As três tiveram maior ou menor divulgação junto do restrito público interessado, mas sempre em versões manuscritas, até ao século XX. <sup>8</sup> Assim, é a rica e densamente povoada região norte, a privilegiada na construção de um *puzzle* nacional que ficará sempre incompleto.

<sup>6</sup> D. João de Castro, *Tratado da Sphaera. Da Geografia. Notação Famosa. Informação sobre Maluco*, prefácio e notas por A. Fontoura da Costa (Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1940), p. 97-98.

<sup>7</sup> Uma das razões para que o volume só conhecesse uma 2ª ed. em 1986 (Coimbra: Universidade de Coimbra).

<sup>8</sup> De Mestre António consultar a edição de Luciano Ribeiro, *Uma descrição de Entre Douro e Minho* (Porto: Maranus, 1959). Sobre o autor e a obra ver Carlos Manuel Valentim, «Um humanista contemporâneo de Pedro Nunes: Mestre António de Guimarães», in *Actas do Colóquio Jornadas do Mar – Pedro Nunes: novos saberes na rota do futuro* (Alfeite: Escola Naval, 2002), pp. 355-366. Sobre o texto de Rui Fernandes, em volume autónomo, existe a edição de Augusto Dias, *Lamego do século XVI* (S.l.: Beira Douro, 1947) e as duas mais recentes e críticas, por Amândio Barros, *Descrição do terreno ao redor de Lamego duas léguas, 1531-1532* (Lamego: Beira Douro, 2001) e (Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2012). A obra do Doutor João de Barros teve duas edições: a 1ª pela Biblioteca Pública Municipal do Porto, em 1919, a 2ª coordenada por Joana Lencart (Porto: Câmara Municipal do Porto, 2019).

Coincidindo com o final do reinado de D. João III, no curto período dos primeiros anos da década de 1550, redigem-se várias descrições da cidade de Lisboa, a cosmopolita capital do império colonial português, por Cristóvão Rodrigues de Oliveira (1551), por João Brandão de Buarcos (1552) e pelo famoso humanista Damião de Góis, *Urbis Ulisiponis Descriptio* (1554), que terá larga difusão na Europa, através de edições nas cidades alemãs, no início do século XVII. A estas se junta a *História da Antiguidade da Cidade de Évora*, de André de Resende (1553), o outro centro do Humanismo em Portugal.<sup>9</sup>

Até ao final da centúria não teremos mais descrições geográficas, nem à escala urbana/local, nem à regional, com exceção *Da fabrica que faleçe ha Cidade de Lysboa*, de Francisco de Holanda, de 1571, da *Corografia do Reino do Algarve* de Fr. João de São José, de 1577, que analisaremos neste texto, e de uma particular fonte coeva, que é a *Relação da Jornada de El-Rei D. Sebastião quando partiu da cidade de Évora*, de João Cascão, que relata pormenorizadamente a viagem empreendida por aquele monarca ao Alentejo e Algarve, em 1573.<sup>10</sup>

Durante o primeiro quartel de Seiscentos, serão preparados mais dois importantes estudos sobre esta última região: a *História do Reino do Algarve*, do licenciado Henrique Fernandes Sarrão, de c. 1600, e a

---

<sup>9</sup> Sobre as obras dos dois primeiros autores, ver as edições de José da Felicidade Alves: *Lisboa em 1551* (Lisboa: Livros Horizonte, 1987) e *Grandeza e Abastança de Lisboa em 1552* (Lisboa: Livros Horizonte, 1990). Para o texto de Damião de Góis, que teve mais repetida difusão, ver a edição de Aires Nascimento, com introdução de Ilídio do Amaral (Lisboa: Guimarães Editores, 2002). A descrição de Évora de André de Resende, reeditada em 1576 e em 1783, pode ser consultada no volume das *Obras Portuguesas* do autor, coordenado por José Pereira Tavares (Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1963), pp. 1-69. Ver de Ivo Carneiro de Sousa, *André de Resende e a História da Antiguidade da Cidade de Évora* (S.l.: Casa do Livro, 1993).

<sup>10</sup> Cf. Francisco de Sales Loureiro, *Uma jornada ao Alentejo e ao Algarve. A alteração das linhas de força da política nacional. Texto do cronista João Cascão* (Lisboa: Livros Horizonte, 1984).



*Descrição do Reino do Algarve*, do engenheiro militar napolitano Alexandre Massaii, de 1621.<sup>11</sup> Assim, para os séculos XVI e XVII, é o espaço algarvio, o mais repetida e detalhadamente analisado entre as regiões portuguesas, seja por motivos políticos e administrativos, económicos e sociais, religiosos ou militares. Além das razões da produção dos documentos, são conhecidos os seus autores e a receção das suas obras, tudo possibilitando reconstituições históricas e geográficas do Algarve, no quadro da expansão ultramarina.<sup>12</sup>

### 1 – Fr. João de São José e a sua *Corografia*

As poucas informações biográficas que possuímos sobre Fr. João de São José (?-1580) chegam-nos através da *Bibliotheca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado.<sup>13</sup> Nascido no baixo Mondego, entre as famílias nobres de Tentúgal, professou no Convento de Nossa Senhora da Graça, da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, em Lisboa, em 1544. Nessa instituição se manteve por cerca de um quarto de século, onde era Mestre de Noviços em 1569. O próprio refere que em 1568, a Ordem o enviou

<sup>11</sup> O primeiro foi publicado, também pela primeira vez e conjuntamente com a *Corografia...* de Fr. João de São José, por Manuel Viegas Guerreiro & Joaquim Romero Magalhães (eds.), *Dois Descrições do Algarve do século XVI* (Lisboa: Sá da Costa Editora, 1983), pp. 133-174. O segundo por Lívio da Costa Guedes, *Aspectos do Reino do Algarve nos séculos XVI e XVII. A 'Descrição' de Alexandre de Massaii, 1621* (Lisboa: Arquivo Histórico Militar, 1988).

<sup>12</sup> Para o Algarve, essa tipologia de obras terá continuidade nos séculos XVIII e XIX. Ver José Carlos Vilhena Mesquita, *O Algarve nos primórdios da Academia Real da História Portuguesa. Duas descrições do Reino do Algarve pelo Pe. António de Oliveira de Azevedo* (S.l.: Secretaria de Estado da Cultura – Delegação Regional do Sul, 1995) e as obras de João Baptista da Silva Lopes, *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve* (Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1841) e *Memórias para a História Ecclesiastica do Bispado do Algarve* (Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1848). Sobre a *Carta Corográfica do Reino do Algarve*, complementar da primeira, ver João Carlos Garcia, «Uma carta militar e corográfica do Algarve (1825-1842)», *Al-Uyâ – Revista do Arquivo Municipal de Loulé*, n.º 21, 2019, pp. 59-80.

<sup>13</sup> Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, 4 vols. (Coimbra: Atlântida Editora, 1966), vol. II, pp. 275-276 (1ª edição, Lisboa, 1747).

para o Convento de Nossa Senhora da Graça de Tavira, onde poucos anos antes um aparatoso caso inquisitorial ocorrera e onde as obras do edifício conventual continuavam por iniciar. Como diz o novo prior nomeado: «para que, tomado sobre o caso maduro conselho, se determinasse o que mais convinha».<sup>14</sup> A comunidade agostiniana de Tavira, fundada por Fr. Pedro de Vila Viçosa, em 1542, tinha uma particular origem, já que se constituíra como herança da existente na cidade de Azamor, em Marrocos, abandonada pelos portugueses no ano anterior.<sup>15</sup>

De 1569 data a viagem de Fr. João, de Lisboa para o Algarve e em Tavira terá ficado quatro anos, coordenando as obras do convento, «com os trabalhos que as obras de tal qualidade trazem consigo», e recolhendo informações sobre toda a região algarvia. Em janeiro de 1573, quando D. Sebastião visita a cidade, já Fr. João se encontra de novo em Lisboa, como subprior de Nossa Senhora da Graça e aí deve ter redigido a *Corografia do Reino do Algarve*, terminada em 1577, pois sempre se refere à sua estada no sul, como passada. Contudo, terá voltado a Tavira, onde faleceu em 1580, segundo a *Bibliotheca Lusitana*.

Não são muitas as obras de erudição de autoria de Fr. João de São José referidas por Barbosa Machado. Apenas uma foi publicada em vida do autor e as outras encontram-se perdidas. A exceção é a *Corografia...*, de que não temos versão original, mas apenas duas cópias manuscritas setecentistas.<sup>16</sup> Encontra-se «dividida em quatro livros, para mor

<sup>14</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 91 (fl. 45v).

<sup>15</sup> Cf. Daniel Santana, «O Convento de Nossa Senhora da Graça de Tavira», *Monumentos*, n. 14, 2001, pp. 125-133.

<sup>16</sup> Biblioteca Nacional de Portugal, Manuscritos Reservados, Cod. 109 e Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, Manuscritos, Série Vermelha, 467. Cf. *Catálogo de Manuscritos. Série Vermelha*, 2 vols. (Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1978), vol. I, p. 346. Uma delas seria a referida por Barbosa Machado como existente na Livraria do Convento de Nossa Senhora da Providência, da Ordem dos Clérigos Regulares ou Teatinos, em Lisboa (Diogo Barbosa Machado, *Bibliotheca Lusitana*, 4 vols. (Coimbra: Atlântida Editora, 1966), vol. II, p. 676).

declaração da obra»,<sup>17</sup> à semelhança de *As Antiguidades da Lusitânia* de André de Resende. O primeiro é uma apresentação geral do reino do Algarve e a sua descrição geográfica, os segundo e terceiro, uma história da sua incorporação no Estado português, no quadro da Reconquista cristã peninsular dos séculos XII e XIII, e o quarto, uma muito original apresentação de aspetos económicos e sociais da região, onde se descrevem e comentam as «muitas particularidades da terra e costumes da gente deste reino do Algarve que só nele são achados».<sup>18</sup> A obra segue a estrutura que vem dos clássicos: primeiro o enquadramento espacial, depois a evolução histórica, por fim os habitantes e as suas atividades.<sup>19</sup> Mas, observemos cada um dos «livros» com maior detalhe, em busca do espaço geográfico.

O Livro I – «Que contém a descrição geral do reino do Algarve e de todas [as cidades], vilas, fortalezas e outros lugares em particular»,<sup>20</sup> inclui afinal, muito mais informação nos quatro capítulos que o constituem. A um contexto geral sobre o nome «arábico», a localização e a delimitação do reino, e as características dos seus habitantes segundo Ptolomeu e Estrabão (Capítulo 1º), segue-se a descrição do Sacro Promontório / Cabo de São Vicente (Capítulo 2º), a vida de São Vicente e a chegada a Portugal das suas relíquias, primeiro ao Algarve e depois a Lisboa (Capítulos 3º e 4º).

A descrição geográfica do reino surge na segunda parte do Capítulo 4º, intitulado, «De como o corpo do glorioso mártir São Vicente foi tresladado do Sacro Promontório para a cidade de Lisboa, em tempo

---

<sup>17</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 35 (fl. s.n.).

<sup>18</sup> Manuel Viegas Guerreiro & Joaquim Romero Magalhães (eds.), *Duas Descrições do Algarve do século XVI* (Lisboa: Sá da Costa Editora, 1983), p. 129.

<sup>19</sup> Segundo Manuel Viegas Guerreiro, a *Corografia do Reino do Algarve* é a «[...] melhor monografia etnográfica que se escreveu, antes de constituída, entre nós, a ciência etnográfica». Cf. *Fr. João de São José e a sua Corografia do Reino do Algarve 1577. Apresentação crítica* (Faro: Universidade do Algarve, 1980), p. 15.

<sup>20</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 37 (fl. 1).

d'el-rei D. Afonso Henriques».<sup>21</sup> A narrativa sobre o espaço desenvolve-se de oeste para leste, «pela costa do mar Oceano contra levante, pela ordem que Estrabão e Plínio o demarcaram»,<sup>22</sup> iniciando-se por Sagres / Terçanabal / Vila do Infante, que se situa nas «fraldas» do Cabo de São Vicente. O grande acidente geográfico fica deste modo sacralizado, quer pela autoridade dos clássicos, quer pela hagiografia vicentina, quer pela figura do Infante D. Henrique, que se apresenta como Mestre da Ordem de Cristo e fundador da vila de Sagres, mas sem referência ao seu papel na expansão ultramarina.

Na «ida pela costa» as povoações sucedem-se a partir de Lagos: Alvor, Portimão... com o acesso fluvial a Silves. Depois as vilas dependentes de Silves, menos litorais, mas não longe do mar: Lagoa e Alcantarilha. Seguem-se Albufeira e Faro, Tavira, Cacela e Arenilha, na foz do Guadiana. A partir de Faro, duas incursões no interior que muito se relacionam com a nova sede do bispado: Loulé e Estoi. Finalmente, o percurso ao longo do Guadiana, que também é «costa» por ser navegável: Castro Marim, Odeleite, Azinhal e Alcoutim. É aqui que se inicia a «volta pelo sertão».

A partir de Alcoutim, «do levante para o poente», o limite do Algarve «[...] corta pelo sertão entre as serras chamadas do Algarve e o Campo de Ourique, e por Monchique e a Nave Redonda a Odeceixe, direito ao mar aonde este rio se mete no Oceano».<sup>23</sup> É este ir e voltar nas duas bandas (litoral / interior), em que o autor divide o espaço retangular do Algarve, que analisaremos geograficamente, a partir da informação reunida e divulgada no Livro I. Recordamos que a *Corografia...* não apresenta, complementarmente, qualquer imagem cartográfica. Só nos resta reconstituir o mapa mental do autor.

<sup>21</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 55 (fl. 14<sup>v</sup>).

<sup>22</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 39 (fl. 2).

<sup>23</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 39 (fl. 2).

Sobre os Livros II e III não falaremos, já que a eles dedicaram M. Viegas Guerreiro e J. Romero Magalhães grande parte da «Apresentação» da obra, na 1ª edição de 1983,<sup>24</sup> e Rui Manuel Loureiro, um estudo, nesta 2ª edição. A procura e o cotejo das fontes cronísticas medievais revelaram o seu largo aproveitamento por parte de Fr. João de São José, na reconstituição da história política do Algarve durante a Reconquista, em que a Ordem de Santiago e o seu Mestre Paio Peres Correia jogaram decisivos papéis.

Finalmente, o Livro IV da *Corografia...*, intitulado «Das particularidades do reino do Algarve d'aquém-mar», é o mais original da obra e aquele em que o autor evidencia toda a sua capacidade de observação e recolha de dados, apresentando ao leitor as suas reflexões sobre os vários fenómenos e experiências que vivenciou num espaço em tudo distinto do vale do Mondego ou do estuário do Tejo. É o mundo mediterrâneo que se revela, impressiona e mesmo espanta o frade graciano: «[...] determinei tratar aqui cada coisa destas brevemente, mas isto com tal condição que ninguém delas duvide nem tenha escrúpulo algum, porque tudo o que aqui escrever afirmo, como cristão e religioso, não ser somente de ouvida, mas de vista e experiência de alguns anos que em Tavira, cidade principal do Algarve, estive».<sup>25</sup>

## 2 – A ida pela costa

A descrição de cada núcleo populacional algarvio feita num maior ou menor número de parágrafos, contempla alguns tipos bem marcados de informação, que se repetem de «entrada» para «entrada», embora nem todos se encontrem sempre presentes. Procurámos recolher e organizar esses dados, também quantitativos mas, sobretudo, qualitativos, para o espaço que corresponde à «ida pela costa», apresentando-os em seis

<sup>24</sup> Manuel Viegas Guerreiro & Joaquim Romero Magalhães, «Apresentação», in *Duas Descrições do Algarve do século XVI* (Lisboa: Sá da Costa Editora, 1983), pp. 3-20.

<sup>25</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 163 (fls. 113-113<sup>v</sup>).

temas que nos pareceram os mais recorrentes e destacados pelo autor, organizados numa estrutura próxima do modelo seguido no texto da *Corografia*: a hierarquia, a importância e as características das cidades, vilas e lugares; os valores demográficos dos núcleos de povoamento; os poderes e os senhores do território; os sítios das povoações e a sua relação com os conflitos militares; a presença das ordens religiosas; e as atividades económicas mais presentes no Algarve.

### **As cidades, as vilas e os lugares**

Na apresentação dos núcleos de povoamento destacam-se as quatro cidades existentes (Lagos, Silves, Faro e Tavira), e as dez vilas (Sagres, Alvor, Portimão, Lagoa, Albufeira, Alcantarilha, Loulé, Cacela, Castro Marim e Alcoutim), um lugar (Estoi), uma «vileta pequena» (Santo António de Arenilha, na foz do Guadiana) e um «lugarinho», o Azinhal.

Quanto às primeiras, com exceção de Silves, sede de bispado e cidade desde a sua primeira conquista por D. Sancho I, a obtenção do estatuto urbano data do século XVI. Tavira em 1520 e Faro em 1540, na tentativa de se transformarem em sedes da diocese algarvia que pretendia sair de Silves, atendendo à decadência deste núcleo, o que só aconteceu em 1577, a favor de Faro. Lagos na sequência da visita de D. Sebastião, em 1573. Segundo Fr. João, esta última já teria sido sede episcopal, atendendo a que no 4º Concílio de Toledo, em 633, esteve presente um *episcopus lacobrigensis*; e Faro herdou, por proximidade, o bispado de Ossoyoba (Estoi), um dos mais antigos da Lusitânia.<sup>26</sup>

Onde mais encontramos a preocupação de Fr. João com os autores clássicos, nestes parágrafos sobre os núcleos populacionais algarvios, é na explicação toponímica, ao querer seguir os modelos dos corógrafos

---

<sup>26</sup> Sobre a localização de Ossoyoba em Estoi/Milreu e a identificação da primeira com Faro, ver João Pedro Bernardes, «Faro Romana: 'Ossoyoba' e Milreu», *Monumentos*, n. 24, 2006, pp. 12-31.

contemporâneos, o que nem sempre consegue cabalmente. Como refere Romero Magalhães: «Neste livro [I] a erudição, embora de qualidade, e sempre crítica, ainda emperra um pouco o talento do narrador».<sup>27</sup>

Depois da explicação do topónimo Sagres, na sua relação com o Sacro Promontório, segue-se a identificação de Lagos com Lacobriga. A estas reflexões eruditas se dedicam quase três quartos da prosa sobre a cidade de Lagos; o mesmo acontece, proporcionalmente, com Alvor / Portus Annibalis, Estoi / Ossonoba, Tavira / Balsa e Castro Marim / Estrum. Por um lado, são os textos clássicos de Plínio, Pompónio Mela, Antonino Pio que comprovam a existência e a localização das povoações, por outro, são as ruínas arqueológicas de grandes edifícios, torres, aquedutos, que testemunham a veracidade das hipóteses. Quando os «geógrafos antigos» não referem a povoação, não «fazem memória» dela, é a confirmação de não ser antiga, como é o caso de Portimão, de Loulé e mesmo de Silves.

A atenção dada pelo autor a cada povoação, em quantidade de texto, é bastante díspar. Em primeiro lugar está a «sua» cidade de Tavira (mais de um quarto da prosa é-lhe dedicada, 26,8%) e, em segundo, Lagos (20,5%), a outra «capital» do Algarve. Silves (11,4%), Estoi (7,7%), Castro Marim (6,3%), Faro (5,1%) e Portimão (3,9%) constituem um segundo grupo, que se relaciona com motivos diversos: atual e antigas sedes episcopais (Faro, Silves e Estoi / Ossonoba), antiga sede da Ordem de Cristo (Castro Marim) e porto marítimo e polo de desenvolvimento económico (Portimão). Finalmente, os restantes núcleos, entre os quais se reparte de modo muito semelhante, a atenção de Fr. João: Alcantarilha (0,7%), Arenilha (0,9%), Albufeira (1,1%), Azinhal (1,1%), Lagoa (1,6%), Sagres (2,2%), Cacela (2,3%), Alvor (2,6%), Alcoutim (2,8%) e Loulé (2,9%). Havia dito o autor a iniciar a obra: «Há neste reino ao presente quatro cidades, muitas vilas, fortalezas

<sup>27</sup> Joaquim Romero Magalhães, «As descrições geográficas de Portugal: 1500-1650. Esboço de problemas», *Revista de História Económica e Social*, n. 5, 1980, p. 37.

e outros lugares, alguns no sertão e os mais na ourela do mar...».<sup>28</sup> Mantemo-nos na «ourela do mar».

Há neste reino ao presente quatro cidades, muitas vilas, fortalezas e outros lugares, alguns no sertão e os mais na ourela do mar, dos quais ao adiante farei particular menção, cada [31 (3<sup>v</sup>)] um em seu devido e próprio lugar.

### **A importância demográfica dos núcleos de povoamento**

A hierarquia da atenção concedida por Fr. João, em prosa, aos núcleos populacionais, não coincide com a que difunde sobre a importância demográfica.<sup>29</sup> Mas, os dados que refere sobre o número de vizinhos por povoação também não são completos nem muito seguros: Tavira, com duas freguesias e cinco no termo – 3.000 vizinhos (cidade e termo), Faro, com duas freguesias – 2.000 (cidade e termo), Portimão – 1.500, Loulé – 1.000 (vila e termo), Albufeira – 500, Lagoa – 300, Alcantarilha – 200, Estoi – 150, Odeleite a maior – 100, Azinhal – 30 e Odeleite a menor – 20. No caso de Albufeira e Alcantarilha o copista do manuscrito, em notas marginais, aumentou os valores para 600 e 300 vizinhos, respetivamente. Poderemos completar as faltas e procurar confirmações em fontes cronologicamente próximas: o Numeramento de 1527-1532, a viagem de D. Sebastião (1573) de João Cascão e a *História do Reino do Algarve* de Fernandes Sarrão (c.1600).

Comparando com os valores de Cascão, que diferem apenas de um lustro, a «estatística» de Fr. João está inflacionada entre um quarto e o dobro: em 1573 Albufeira teria apenas 250 vizinhos, Loulé 750, Portimão 800, Faro 1.800 e Tavira 1.500. E embora Cascão refira que esta última

<sup>28</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 41 (fl. 3<sup>v</sup>).

<sup>29</sup> Para uma visão de conjunto das questões demográficas no Algarve dos séculos XVI e XVII, ver Joaquim Romero Magalhães, *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI* (Lisboa: Edições Cosmos, 1970), pp. 17-38.



cidade já tivesse contado com 3.500 vizinhos, eles seriam 2.000 no início do século XVII, segundo Sarrão, valor muito próximo ao registado no Numeramento de 1527.<sup>30</sup> Das cidades e vilas descritas por Fr. João mas para as quais não divulgou valores demográficos, deixamos aqui as informações de João Cascão: Lagos – 2.000 fogos, Silves – 300 vizinhos, Alvor, Castro Marim e Alcoutim – 250 vizinhos cada uma delas, e Santo António de Arenilha – 15 ou 16 vizinhos.

Um dos problemas a ter em conta na consulta das fontes é nem sempre ser feita a separação entre a população residente nas sedes administrativas e a existente no conjunto do termo, o que no Algarve, atendendo aos tipos de povoamento, se revela decisivo a várias escalas. A cidade de Lagos, que Fr. João diz possuir duas freguesias, é um bom exemplo da concentração da população urbana, já que dos 1.763 moradores existentes em 1527, apenas 26% não reside na cidade. No caso de Silves, com apenas uma freguesia, a situação é inversa: dos 1.457 moradores existentes em 1527, apenas 18,6% residem na cidade, onde «casa que uma vez cai nunca mais se levanta, e a maior parte dela está já arruinada e sem gente».<sup>31</sup> Pelo extenso termo repartem-se 1.186 moradores, entre a serra e o barrocal. Situações de quase equilíbrio entre a população concentrada na sede e a repartida pelo termo ocorriam em Albufeira, Loulé e Castro Marim.

Mas Fr. João fala repetidamente do povoamento disperso, como as pequenas povoações que estão pela terra dentro, na área de Sagres; as vilas e lugares em torno de Lagos; os lugares que se repartem pelo vale do Arade, entre Silves e Portimão, e «lhes dão muita graça e proveito»<sup>32</sup> e os «lugarinhos» não longe de Alcantarilha. Na marítima Albufeira, o mais

---

<sup>30</sup> Cf. Júlia Galego & Suzanne Daveau, *O Numeramento de 1527-1532: tratamento cartográfico* (Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1986), p. 109.

<sup>31</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 74 (fl. 32). Os parágrafos sobre Silves foram escritos em 1576, segundo refere o autor.

<sup>32</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 70 (fl. 29).

dela é povoado de lavradores e em Cacela, quase toda a gente da vila está «derramada por suas quintas e fazendas».<sup>33</sup>

### **Os heróis, os santos e os senhores**

Na maioria das «entradas corográficas», a cada cidade ou vila algarvia corresponde uma ou várias personalidades históricas que se relacionam diretamente com a evolução do núcleo. Fr. João procura-as e enquadra-as nas suas pátrias; os tempos a que pertencem não levantam muitas dúvidas.

É a Reconquista cristã que fornece os principais heróis: D. Sancho I e a primeira conquista de Silves, em 1189; D. Paio Peres Correia, Mestre da Ordem de Santiago, e as conquistas de Cacela e Tavira, em 1242, e D. Afonso III e a conquista de Faro, em 1249. Depois os monarcas de Avis no Algarve, seja presencialmente, seja pelas obras realizadas: D. João II em Monchique e Alvor (onde faleceu), D. Manuel I e D. João III na defesa militar de Lagos. Finalmente, a referência tardia à nobreza, com ligação ao Algarve d'além em Marrocos: os Condes de Loulé (desde 1471), os de Alcoutim (desde 1496) e os de Vila Nova de Portimão (desde 1504). Duas personalidades se destacam por motivos diferentes: o Infante D. Henrique e a sua ligação a Sagres e Fr. Gonçalo de Lagos (c.1360-1422), que apesar de só ter sido beatificado por Pio VI, em 1778, gozava já fama de grande santidade e, sobretudo, tinha sido membro da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, como o próprio Fr. João de São José.

O poder da Coroa no Reino do Algarve é sublinhado pelo autor da *Corografia...* As cidades de Lagos e Tavira são do Rei e as de Silves e Faro, da Casa da Rainha. Para as cidades e a maioria das vilas é dito quem «ao presente» é Alcaide-mor: de Sagres – Rodrigo Eanes de Sarre;

---

<sup>33</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 92 (fl. 47).

de Lagos – Lourenço da Silva; de Silves – Fernão da Silva; de Albufeira – Diogo de Azevedo; de Faro – Rui Barreto; de Loulé – Gonçalo Nunes Barreto; de Tavira – Martim Coreia da Silva; de Castro Marim – Luís de Ataíde. Sobre as virtudes de cada um e as respetivas ligações familiares fazem-se algumas considerações que justificariam a sua nomeação para os cargos e honrariam as povoações que governavam.

São apenas três, os casos da presença da nobreza no governo das vilas algarvias: o senhor de Portimão era D. Martinho de Castelo Branco, 2º Conde de Vila Nova de Portimão, título criado por D. Manuel I, em 1504; o senhor da vila de Santo António de Arenilha era Luís Leite, filho do Capitão de Mazagão e Azamor, e o senhor da vila de Alcoutim era Manuel de Menezes, 4º Conde de Alcoutim, título criado por D. João II, em 1496, para os filhos mais velhos dos Marqueses de Vila Real. A vila de Cacela era da Ordem de Santiago desde o século XIII e quanto a Alvor, Lagoa e Alcantarilha nenhuma informação é dada a propósito das jurisdições que sobre elas recaem.

### **O sítio da povoação, guerra e pirataria**

Muitos dos sítios de implantação dos núcleos populacionais algarvios seguem, a maior ou menor escala, o modelo mediterrâneo: alcandorados sobre uma colina que domina uma baía e um porto, onde se desenvolve um arrabalde que concentra o comércio e os serviços, muitas vezes junto à foz de um rio que permite a ligação ao interior. Um bom exemplo é Lagos: «A cidade de Lagos é marítima [e] está edificada na ladeira dum teso, que faz rosto ao levante, e junto dela, da mesma banda, entra uma ribeira no mar, que corre do sertão».<sup>34</sup> Os outros exemplos próximos, menos importantes são: Portimão, «na boca da barra deste braço de mar»;<sup>35</sup> Albufeira, onde «Faz a costa junto dela uma baía»;<sup>36</sup> Faro, «bom

<sup>34</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 61 (fl. 20<sup>v</sup>).

<sup>35</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 75 (fl. 32<sup>v</sup>).

<sup>36</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 77 (fl. 34).

porto e seguro, a que se entra pela foz do rio Bias». <sup>37</sup> Tavira é particularmente exaltada, já que se divide «[...] em duas partes, como Roma e Sevilha, e passa-lhe um braço de mar pelo meio, uma légua adiante, o qual lhe dá muita graça e frescura, e tem sua ponte, por onde os moradores se comunicam sem enfadamento». <sup>38</sup> No extremo leste, «marítimas» mas destacando-se nos extensos areais, encontram-se Cacela, num teso, sobranceira ao mar, e Castro Marim, edificado na cabeça de um monte alto, de todas as partes cercado de mar senão do poente.

Existem alguns casos eminentemente militares, como Sagres, situado «numa angra», e existem os núcleos do interior do «sertão», como Loulé ou Odeleite, porque mesmo Silves e Alcoutim ainda se filiam no primeiro grande tipo, atendendo às suas características de portos fluviais. Diz Fr. João sobre Silves: «Tem uma ribeira que lhe corre por junto da banda do sul, com uma boa ponte, onde com águas vivas chega a maré que lhe sobe pela barra acima duas léguas». <sup>39</sup>

Toda a faixa litoral do Algarve é um espaço aberto. A sua linha de costa é, para oeste, mais recortada e com importantes troços de arriba mas com pequenos portos naturais; para leste, mais baixa, retilínea e arenosa. Num caso e no outro, perante um ataque vindo do mar, a defesa não era fácil, o que obrigava a multiplicar os pontos fortificados.

Já no título do Livro I se promete a descrição «de todas [as cidades,] vilas, fortalezas e outros lugares» do Algarve, e assim acontece no texto, onde se enumeram os núcleos muralhados (Sagres, Lagos, Albufeira, Faro, Tavira, Cacela, Castro Marim), e em alguns destes se faz a distinção entre os muros antigos (medievais) e as muralhas coevas, algumas em parte arruinadas como em Tavira, outras em construção, como em Alcantarilha, ou em torno dos novos arrabaldes, como em Lagos.

<sup>37</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 78 (fl. 35).

<sup>38</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 88 (fls. 42<sup>v</sup>-43).

<sup>39</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 75 (fl. 32<sup>v</sup>).

Os sítios dos núcleos populacionais, junto à linha de costa ou no interior dos pequenos estuários, exigiam defesas nos extremos das baías ou nas barras dos rios. Era o caso da cidade de Lagos, com duas fortalezas e um baluarte, o que permitia fogo cruzado que varejava o porto e baía; era o caso da construção do forte de Ferragudo, que defendia a barra do Arade e a vila de Portimão, por iniciativa de D. Fernando Coutinho, Bispo do Algarve (1502-1538); era ainda o caso da obra então em curso na barra do Gilão, o estabelecimento de uma torre e de uma fortaleza que protegeriam as «naus grossas» que procuravam o porto de Tavira. Mas, as defesas não se concentravam apenas nos recintos urbanos e na sua periferia, também se edificavam nos espaços agrícolas dos termos das cidades e vilas, mesmo nas fazendas e nos figueirais, onde se encontravam torres e casas fortes e, sobretudo, postos de vigia.

Ainda assim, eram permanentes os ataques da pirataria, não só de «mouros», mas particularmente destes, como faziam os portugueses na costa marroquina. Quer dos portos do litoral mediterrâneo, quer dos do litoral atlântico (como Larache e Safi), «com bom levante, num dia e noite», diz Fr. João, os mouros podiam fazer uma «entrada» nas praias algarvias. Mas acrescentava referindo-se ao perigo a que se expunham, caso fossem apanhados e reduzidos à escravatura: «[...] ficam também alguns deles no Algarve por moradores, posto que não por sua vontade». Foi o que ocorreu com um grupo de marroquinos encontrado pelo bispo D. João de Melo e Castro (c.1521-1574), perto de Albufeira, que «deu sobre eles e os cativou» e os mandou com o barco em que tinham chegado, de presente a D. João III.<sup>40</sup>

Todo o litoral estava organizado com uma densa rede de atalaias que dia e noite, em especial no verão, perante o aparecimento de embarcações suspeitas, lançavam o alarme. Em Tavira dizia-se que os seus habitantes

---

<sup>40</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 169 (fl. 118<sup>v</sup>).

«viverem sempre com um olho sobre o ombro» e «com um pé na estribeira e lança em punho».<sup>41</sup> Há notícias de razias de «mouros» de Sagres a Cacela, passando pelas praias de Loulé. Famoso ficou o ataque e saque de Alcantarilha, em 1550, e a fuga dos seus habitantes para Silves; daí a construção da muralha que decorria aquando da visita de D. Sebastião, em 1573, «[...] com baluartes em lugares convenientes, por ser perto da costa».<sup>42</sup> Posterior à descrição de Fr. João será o ataque de Francis Drake a Sagres, em 1587, e o ataque, pilhagem e incêndio da cidade de Faro pela esquadra do 2º Conde de Essex, no regresso da tentativa de conquista de Cádiz pelos ingleses «hereges», em 1596.<sup>43</sup>

### Os Franciscanos, os Carmelitas e os Gracianos

A presença das ordens religiosas é um dos temas mais presentes nos parágrafos dedicados a cada um dos núcleos populacionais algarvios. A informação dada por Fr. João é exaustiva e detalhada, sendo possível através dela avaliar o quadro geral, na entrada do último quartel de Quinhentos. São treze as comunidades existentes, a maioria das quais em espaço urbano, apenas duas mais isoladas: o Convento do Cabo de São Vicente e o de Nossa Senhora do Paraíso, no vale do Arade, perto de Silves, fundado pelo bispo D. Manuel de Sousa (1470-1549). A sua repartição ocorria ao longo do litoral, entre as quatro cidades (Lagos, Silves, Faro e Tavira) e três vilas (Portimão, Lagoa e Loulé). Tavira contava com três conventos, Lagos, Faro e Loulé com dois e Silves, Portimão e Lagoa, apenas um.<sup>44</sup>

<sup>41</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, pp. 92-93 (fl. 47).

<sup>42</sup> Francisco de Sales Loureiro, *Uma jornada ao Alentejo e ao Algarve. A alteração das linhas de força da política nacional. Texto do cronista João Cascão* (Lisboa: Livros Horizonte, 1984), p. 111.

<sup>43</sup> Sobre o assalto inglês a Faro, em 1596, ver Joaquim Romero Magalhães, *O Algarve na Época Moderna: Miunças 2* (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra / Universidade do Algarve, 2012), pp. 107-140.

<sup>44</sup> Cf. Catarina Almeida Marado, *Antigos conventos do Algarve: um percurso pelo património da região* (Lisboa: Edições Colibri, 2006), p. 33.

O panorama das comunidades tal como se encontravam em 1577, remetia para dois momentos bem marcados no conjunto do século XVI. Entre 1509 e 1519 haviam-se estabelecido seis conventos no Algarve: três dos Capuchos da Província da Piedade (Cabo de São Vicente, Lagos e Silves), um de Franciscanos Observantes (Tavira), um de Freiras Cistercienses (Tavira) e outro de Franciscanas Clarissas (Faro). Depois de duas décadas sem o aparecimento de novas instituições, entre 1541 e 1557 estabeleceram-se seis novas comunidades: mais dois conventos de Capuchos da Província da Piedade (Portimão e Loulé), muito presentes em todo o Algarve, mais um de Franciscanos Observantes (Faro), nos arredores da cidade, um de Carmelitas Calçados (Lagoa), que o autor diz ainda em construção, um de Carmelitas Calçadas (Lagos) e um de Eremitas de Santo Agostinho, Nossa Senhora da Graça, a que pertencerá Fr. João de São José. Esta mesma ordem fundara comunidade semelhante em Loulé, em 1574, num antigo convento de Franciscanos Claustrais, existente desde o século XIV. Assim, repartiam-se por todo o território dez comunidades masculinas e apenas três comunidades femininas e das treze comunidades, oito eram franciscanas, duas carmelitas, duas gracianas e uma cisterciense.

O Algarve revela-se um particular espaço no contexto nacional, quer quanto à distribuição geográfica dos conventos, todos no litoral e quase todos urbanos, quer no que respeita às ordens religiosas em presença, maioritariamente franciscanos e, entre estes, capuchinhos, ordem mendicante criada por Clemente VII, em 1528.

### **A agricultura, a pesca e o comércio**

Quanto às características da rede urbana e aos aspetos económicos e sociais do espaço algarvio são muitas as informações coligidas e difundidas por Fr. João. Existem cidades e vilas que se encontram em processo de crescimento demográfico e de expansão urbanística,

concentrando atividades dos setores ‘secundário e terciário’, sobretudo nos portos (pesca e comércio), e controlando espaços complementares agropecuários prósperos e com fortes redes de circulação. Mas também temos exemplos inversos, da decadência dos centros históricos por motivos naturais, políticos ou económicos, que atestam, por um lado, a diversidade na região do Algarve e, por outro, a fina capacidade de análise espacial do autor quinhentista.

Na panorâmica visão oeste-leste que Fr. João faz do litoral, o primeiro próspero núcleo é Lagos, poucos anos antes elevada a cidade. Bem construída e defendida, com um organizado abastecimento de água, os seus arrabaldes crescem, também eles em processo de fortificação. A ativa comunidade vive em muito da pesca (atum) e do comércio que se desenvolve na baía e no porto: «Entram nela naus e navios de toda sorte, e é muito frequentada de levantiscos, por causa do muito pescado que desta cidade levam embarrilado em conserva».<sup>45</sup> Também Portimão, que é uma vila recente, «nobre» e com «bons edifícios», tem já uma importante dimensão. É o «bom porto que tem, e vai cada dia em crescimento» que lhe traz a prosperidade, com o «muito trato por diversas partes, dentro e fora do reino».<sup>46</sup>

No conjunto destes exemplos positivos não entra a cidade de Silves, já que as condições de salubridade do seu sítio («doentio e de maus ares») se foram agravando ao longo do século XVI, com o assoreamento do rio Arade. Em «[...] certos meses de Verão, a mais da gente que pode se vai viver a outras terras e a suas quintas, quem as tem».<sup>47</sup> O termo de Silves é extenso e com boas características para a agricultura e a criação de gado, mas bastante despovoado. O corógrafo lembra que a concorrência de

---

<sup>45</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 61 (fls. 20v-21).

<sup>46</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 71 (fl. 29).

<sup>47</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 75 (fl. 32).



Portimão lhe foi fatal: pessoas, atividades, em particular o comércio, migraram para a foz do rio, «o bem de uma fez mal a outra».<sup>48</sup>

Também pouco sadia era a vila de Lagoa, mas depois de extinta a área pantanosa próxima, as novas condições permitiram o seu desenvolvimento: «[...] lavra-se nela muito pão, e toda a semente que lhe deitam dá em grande abundância».<sup>49</sup> De igual modo, Alcantarilha e Albufeira povoadas de lavradores, controlam extensas e férteis áreas de produção de figo, que a partir do último porto se exporta.

No centro do Algarve, Faro é uma cidade «moderna» e «bem assentada», com bons edifícios no núcleo mais antigo e prósperos arrabaldes a crescer extramuros.<sup>50</sup> Nela se acabava de instalar o bispo D. Jerónimo Osório (1506-1580), vindo de Silves, depois de quase três décadas de tentativas para que o planeado se concretizasse. Era habitada por mercadores e mareantes, mas também por muitos lavradores, num termo pouco extenso. As suas salinas produziam sal em abundância, pescava-se muito peixe (existiam três armações de atum, da Rainha) e pouco «pão», mas o cereal importado chegava por mar. Seria esta próspera e pacífica nova capital da região, a principal vítima de um ataque naval inglês, em 1596.

O grande centro do barrocal era Loulé, onde se concentrava gente nobre e abastada, lavradores e criadores de gado. Tinha extenso e fértil termo, com área serrana próxima e economicamente complementar. As produções repartiam-se entre os cereais, o vinho, o azeite, os figos e o gado para carne. O peixe chegava cada dia de Faro. Era justamente a relação com esta cidade que explica o desenvolvimento e prosperidade

<sup>48</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 75 (fl. 33).

<sup>49</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 76 (fl. 33<sup>v</sup>).

<sup>50</sup> Sobre a evolução urbana de Faro durante o século XVI, ver Tânia Rodrigues, *Faro na Época Moderna: do urbanismo à Arquitetura* (Olhão: Editora Sul, Sol e Sal, 2016).

de Loulé; Loulé e a sua bacia económica suportavam, em grande parte, o desenvolvimento e prosperidade de Faro.

Naturalmente, é de Tavira que Fr. João de São José dá mais informações, recolhidas diretamente: «Eu, que alguns anos nesta cidade fui morador».<sup>51</sup> Para o corógrafo, a cidade marítima «é ao presente, e foi sempre, a principal de todo o reino do Algarve»,<sup>52</sup> pela dimensão da área urbana, pelo sítio e posição e pela «fidalguia do reino» que nela se concentrava.<sup>53</sup> Através do seu porto muito se exportava e a ele chegavam muitos estrangeiros com as suas mercadorias. Tavira tinha um termo que se estendia ao longo do litoral, densamente ocupado por quintas e fazendas, com oliveiras, figueiras e amendoeiras, e pomares e hortas, em solos férteis. Até à barra de Faro estendia-se um braço de mar interior (rio de Santa Luzia), navegável por pequenas embarcações, e aí se pescava peixe e marisco.

Mas este quadro de prosperidade não correspondia completamente à realidade: «Todos à uma nos dizem que foi já muito mais nobre e populosa, e quem a vir assim o julgará, porque sem dúvida a terceira parte dela está arruinada e sem moradores [...]».<sup>54</sup> Esse preocupante abandono também se nota nos derrocados panos de muralha e nos próprios arrabaldes, antes eixos de expansão urbanística. Tavira fora, desde meados do século XV, a grande porta de ligação às praças portuguesas no Norte de África, para onde partiam militares, religiosos e comerciantes, mas também armas e cereais, e de onde chegavam cavalos, gado, couros, peixe seco, mel, cera e tâmaras. O abandono de várias das cidades portuguesas no Algarve d'além (Arzila, Safi, Azamor, Santa Cruz do Cabo de Gué), decidido durante o reinado de D. João III, nos meados de Quinhentos, provocara a decadência de Tavira, com a partida de

---

<sup>51</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 87 (fl. 42<sup>v</sup>).

<sup>52</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 84 (fl. 40).

<sup>53</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 92 (fl. 47).

<sup>54</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 86 (fl. 41<sup>v</sup>).

muitos comerciantes portugueses para os portos andaluzes mais próximos e com ligações ao comércio com as Índias de Castela.

Cacela tinha a pesca, mas também boas terras para o cereal, a criação de gado e a produção do figo. E entre a vila e a foz do Guadiana estavam as cabanas dos pescadores de Monte Gordo, que pescavam com muito proveito, já que a maior parte do peixe era vendido do outro lado da fronteira, a partir de Aiamonte.

Castro Marim é outro bom exemplo de prosperidade, não só pela estrutura da vila (importantes edifícios, poderosas defesas militares, porto flúvio-marítimo) e crescimento dos seus arrabaldes, como pelos recursos do espaço envolvente (agricultura, criação de gado, caça, pesca, salinas), e pela localização fronteiriça, junto à foz do rio Guadiana. Os naturais queixam-se que Castela «lhe come tudo».<sup>55</sup>

A terminar esta volta pelo litoral encontramos a descrição de Alcoutim, «pequena na povoação, mas fresca no sítio», entre o rio e a serra, famosa pela caça e pela criação de gado. Ao longo das margens do Guadiana encontramos «muito arvoredo e fruta, de que as ourelas deste rio estão acompanhadas».<sup>56</sup> Eram as marés que entrando no vale permitiam a navegação e o comércio, descendo ao pequeno porto fluvial o que se produzia no interior serrano do seu extenso termo.

### 3 – A volta pelo sertão

É o «sertão deste reino», em tudo diferente do Algarve anteriormente descrito: relevo acidentado, secas recorrentes, povoamento reduzido e disperso, escassez de cereais. Sobre as povoações conclui o autor da *Corografia...*: «E como isto assim seja, não gastarei tempo em fazer tão particular memória delas como fiz das do marítimo, onde jaz o principal

<sup>55</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 97 (fl. 51).

<sup>56</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 98 (fl. 51<sup>v</sup>).

do Algarve». E acrescenta: «[...] passarei com as nomear pela ordem em que elas estão situadas, quanto me for possível».<sup>57</sup>

Se a «ida pela costa do mar oceano contra levante» seguida por Fr. João nos levantou algumas dúvidas sobre a sua concreta perceção da faixa litoral, onde incluiu Silves, Loulé, Lagoa e Estoi, mais perplexos ficamos ao serem arrolados na «volta pelo sertão», Moncarapacho, Pera, Porches ou Mexilhoeira Pequena (hoje, da Carregação). Esse itinerário zigzagante tem uma primeira etapa nas freguesias serranas do concelho de Alcoutim (Martim Longo, Pereiro e Giões) e de Tavira (Cachopo), mas as etapas seguintes dizem respeito a núcleos da costa (Moncarapacho), do barrocal (Fonte do Bispo, Salir, Paderne) e novamente da costa (Pera, Mexilhoeira Grande, Mexilhoeira Pequena, Porches, Bordeira, Budens, Aldeia do Bispo, Raposeira, Aljezur e Odeceixe). A única exceção é Monchique, desenvolvidamente apresentado entre Pera e a Mexilhoeira Pequena!

Não só grande parte do «sertão» fica por descrever, como a sequência leste-oeste apresenta algumas hesitações e retrocessos, o que não quer dizer que o corógrafo não procure localizar cada núcleo populacional através de distâncias e orientações: Fonte do Bispo está a «duas léguas de Tavira pelo caminho de Loulé»<sup>58</sup> e a Mexilhoeira Pequena a «um tiro de bombarda» de Portimão «da banda do nascente».<sup>59</sup> Não são muitas as informações para cada povoação, mas revelam-se sistemáticas: dependência e hierarquia administrativa, volume demográfico, riquezas económicas.

Segundo Fr. João encontramos neste interior algarvio: uma vila (Aljezur), uma antiga vila «acastelada» (Salir), quatro aldeias (Martim Longo, Pereiro, Giões e Raposeira), nove lugares (Moncarapacho, Fonte do

<sup>57</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 99 (fls. 52-52<sup>v</sup>).

<sup>58</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 100 (fl. 53).

<sup>59</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 102 (fl. 54<sup>v</sup>).

Bispo, Paderne, Pera, Monchique, Mexilhoeira Pequena, Porches, Aldeia do Bispo e Odeceixe), um lugarete (Cachopo) e um lugarinho (Bordeira).

A esta hierarquia não correspondem os agrupamentos demográficos possíveis de ordenar segundo os valores indicados pelo autor. Existem três núcleos com mais de 300 vizinhos: Martim Longo, «grande e abastado», no Algarve oriental (400 vizinhos); Mexilhoeira Grande, no Algarve ocidental (300 vizinhos) e Salir, no Algarve central, com 300 fogos, mas dispersos. Um segundo conjunto existia com dois elementos em extremos opostos: Fonte do Bispo, próximo de Tavira, com 150 vizinhos e Aljezur, no litoral ocidental, com 200 vizinhos. E um terceiro conjunto, a maioria, com valores populacionais entre 30 e 100 vizinhos: Pereiro e Mexilhoeira Pequena (30); Cachopo, Pera, Porches, Bordeira e Budens (40); Giões (50); Aldeia do Bispo (60); Paderne (70); Odeceixe (80) e Raposeira (100). Já antes referimos a insegurança dos valores divulgados por Fr. João, a propósito dos indicados para os núcleos do litoral, ao serem comparados com fontes coevas. O mesmo diríamos para os que acabamos de comentar: segundo João Cascão, o cronista da viagem de D. Sebastião ao Algarve, em 1573, Aljezur teria então 80 vizinhos (e não 200) e Odeceixe, 50 vizinhos (e não 80), por exemplo.

As riquezas económicas deste interior mais esquecido e periférico surgem no texto, muitas vezes, de uma forma muito sucinta e repartida. É o caso das «terras de pão», da produção de cereais, um dos grandes problemas da região, que se diz ocorrer em Martim Longo, Pera, Porches, Salir e Fonte do Bispo, sem muito mais comentários. O gado é criado nas áreas mais periféricas da serra oriental (Martim Longo), do barrocal (Paderne) e do litoral ocidental (Aldeia do Bispo e Aljezur) e a caça, para o interior da Mexilhoeira Grande. Os produtos mediterrâneos – o figo, a amêndoa, o vinho e o azeite – são lembrados nas quintas de Moncarapacho e de Fonte do Bispo, na dependência de Tavira. Mas também é referido o vinho de Aljezur e o escoamento do figo pelo porto fluvial da Mexilhoeira Pequena.

Na sequência da narrativa, um lugar de destaque é dado a Monchique: «O sítio deste lugar parece maravilhoso a todo o homem que considera os segredos da natureza. [...] A graça e recreação que tem Sintra, na província da Estremadura, e [a] serra da Estrela em toda a Beira, essa podemos dizer que tem Monchique em todo o reino do Algarve».<sup>60</sup> A confirmar esta imagem do paraíso estão as águas termais e as frutas, que graças à altitude, ao micro-clima e aos solos existentes, se dão na serra e a partir dela se comercializam, como a cereja, a castanha, o pero e a laranja.

A pesca do atum é referida a propósito de uma das mais famosas armações da costa: Armação de Pera. A pesca em geral e a do marisco, em particular, relacionam-se com as duas Mexilhoerias, uma ligada ao «rio de Alvor», a outra ao «rio de Vila Nova», dando conta do comércio flúvio-marítimo existente na Ria de Alvor e no estuário do Arade.

Com esta panorâmica geográfica em que sobremaneira se destacam as atividades económicas dos centros populacionais algarvios, relacionam-se as matérias explanadas por Fr. João no Livro IV da sua *Corografia*... Ao apresentar, descrever e comentar, de forma crítica, as principais produções dos setores primário e secundário que caracterizam a economia da região e, conseqüentemente, falar também do comércio e dos serviços que aquelas desenvolvem, o corógrafo deixa-nos um amplo mas detalhado quadro, que só a sua invulgar capacidade de investigação e reflexão pode explicar.

#### **4 – As particularidades da economia algarvia**

No Livro IV, o último da *Corografia*..., as particularidades do Reino do Algarve passam pela observação da paisagem, que se faz a partir da

---

<sup>60</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 101 (fl. 54).

cobertura vegetal, já que às espécies dos estratos arbóreo e arbustivo mais presentes, estão ligadas importantes atividades económicas, como é o caso da figueira, da oliveira, da amendoeira e da vinha, mas também do esparto e da palma. O que não se refere, por exemplo, é o sobreiro ou a laranjeira, cujos ciclos económicos no Algarve ocorrerão muito posteriormente.

Aos figueirais e aos figos se dedicam: o Capítulo 1º – «De como se põem e adubam os figueirais e se toca o figo»<sup>61</sup> e o Capítulo 2º – «Do apanhar e enseirar do figo, e do muito que importa cada ano [a]o reino do Algarve».<sup>62</sup> Mais que os campos de cereal, que não são em número suficiente nem produzem o necessário para a região, são os figueirais as «principais fazendas do Algarve», porque «é novidade de cada ano, e mais certa que o pão». No dizer de Romero Magalhães, Fr. João descreve como um agrónomo, todo o processo, desde a plantação a partir de «ramos novédios de dois anos até três, e isto alporcados como bacelos, em covas assim longas e altas como se foram para enterrar finados», comentando os solos, o clima, a existência de água e a falta dela, e as diversas tarefas que ao longo dos meses do ano os algarvios executam.<sup>63</sup> As figueiras são duas vezes lavradas, escavadas, cerradas, cavadas e por fim espojadas ou enterreiradas, «como em Portugal fazemos às oliveiras no tempo da safra, para depois varejarem e melhor apanharem o figo».<sup>64</sup>

Dois largos parágrafos são dedicados a «um segredo maravilhoso da natureza», a polinização dos frutos através da vespa do figo (*Blastophaga psenes*), que o autor reconstitui em sugestivas imagens, quer sobre o método empregue, quer sobre a própria árvore nessa etapa do processo: «[...] quando os outros figos estão pequenos como azeitonas, e os

<sup>61</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 164 (fl. 114).

<sup>62</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 166 (fl. 116).

<sup>63</sup> «Discute e dá opiniões, fruto de atenta observação e apuradíssima sensibilidade ao meio», Joaquim Romero Magalhães, «As descrições geográficas de Portugal: 1500-1650. Esboço de problemas», *Revista de História Económica e Social*, nº 5, 1980, p. 37.

<sup>64</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 164 (fls. 114-114<sup>v</sup>).

enfiam a três e quatro em um fio de esparto, como ave-marias, e os penduram pelos raminhos das outras que querem tocar, compassados ao redor, de maneira que quem considera bem uma figueira destas, quando está com este aparato, se lhe afigura uma dona muito rezadeira que se não farta de contas». <sup>65</sup>

Todas as condicionantes naturais são anotadas pelo corógrafo, na explicação da existência e produtividade dos figueirais algarvios, em particular, o clima: «[...] segundo as regiões e climas da terra, são proveitosos ou prejudiciais os ventos e tempos diversos do ano». <sup>66</sup> E essa análise é feita quer à escala regional, quer à local, quando considera a influência benéficas dos «levantes» por oposição à influência negativa da «chuva e nortes rijos» ou, a insolação direta *versus* a «humidade e orvalho da noite».

Quando chega o momento de recolher os frutos, as tarefas são fáceis de reconstituir: «[...] apanhar, varejar ou sacudir do figo nenhuma diferença há do apanhar d[a] azeitona em Portugal». Depois é transportá-lo para as esteiras, «que já para isto no almexar jazem estendidas» e controlar o processo de secagem. O acondicionamento e a comercialização do figo implicam a apresentação das variedades do fruto, do mais procurado e caro, ao de menor qualidade, acessível a todos: doudo, merchante, confeitos e choucho, este último conservado «para os servidores e para os porcos e bestas, porque todos se mantêm dele». Os de melhor qualidade são cuidadosamente tratados, guardados para ocasiões especiais e para exportar, em particular para a Flandres e daí «pera mais longe», para o Norte da Europa. «Também se fazem queijos destes figos, lavrados com amêndoas e festejados com mil labores por cima, e outras mil invenções de figuras [...]», como ainda hoje se preparam para vender aos turistas. Mas o figo, no Algarve do século XVI, serve «[...] muitas vezes em lugar de pão à gente dos montes e aos pobres, e também de

<sup>65</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 165 (fls. 115-115<sup>v</sup>).

<sup>66</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 167 (fl. 117).



cevada às bestas, de farelos aos porcos e ainda aos cães e gatos». <sup>67</sup> Essa era a decisiva importância do figo algarvio na região e no sul de Portugal, que não escapou à leitura do corógrafo.

À oliveira, à azeitona e ao azeite dedica o autor o Capítulo 3º – «Dos olivais do Algarve e da boa invenção que acharam os algarvios de fazer o azeite». Sobre essa espécie tão característica do Mediterrâneo, refere Fr. João as variedades existentes bem como as condições da sua manutenção ao longo do ano. Dos frutos, logo depois de recolhidos, faz-se conserva «[...] que se leva em pipas e quartos para as Índias e outras muitas partes do mundo». <sup>68</sup> Sobre a produção do azeite, a descrição é mais detalhada e claramente anotada por testemunho direto.

É neste capítulo da *Corografia...* que mais se fala da presença de escravos negros no Algarve. Embora na região os lagares não sejam de «mós e varas» <sup>69</sup> mas a azeitona seja pisada com os pés, a «boa invenção que acharam os algarvios», como diz o autor, é lá que encontramos os escravos negros. Fr. João dá um exemplo de conjunto: «[...] há no Algarve pessoas que fazem nas suas quintas quinhentos, seiscentos alqueires de azeite, com seus negros e pessoas de casa». <sup>70</sup>

O Capítulo 4º trata «Das vinhas, uvas e vinho do Algarve». Contrariamente ao esperado, atendendo ao forte enquadramento mediterrâneo, a uva e o vinho não parecem ser das mais comuns e lucrativas produções do Algarve. Depois de falar das condições para o cultivo da vinha, Fr. João comenta as variedades existentes, particularmente, as uvas mouriscas: «São as uvas mouriscas lá tão

<sup>67</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, pp. 167-170 (fls. 116<sup>v</sup>-119<sup>v</sup>).

<sup>68</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 171 (fl. 121).

<sup>69</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 172 (fl. 121).

<sup>70</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 175 (fl. 123<sup>v</sup>).

acerejadas e saborosas como as assarias de cá, e comumente todas elas são formosas». <sup>71</sup>

Das uvas algarvias se fazem passas, largamente exportadas por via marítima. Quanto à produção do vinho, quase todo branco «porque a tinta se dá mal», não tem grande segredo: «A maneira de fazer o vinho é a mesma que do azeite». <sup>72</sup> «Da amêndoa do Algarve» fala o Capítulo 5º. Fr. João refere a criação e fases de desenvolvimento da árvore, as suas variedades, as etapas anuais da sua conservação, a comercialização dos frutos. Mas a imagem que fica é a da completa adaptação da espécie ao meio: «A amêndoa no Algarve é boa fazenda, porque não requer algum adúbio, não apodrece com a chuva, nem se toma do bicho, nem tem seu dono com ela mais gasto que varejá-la, quando ela mesmo por si se abre e despede a casca, na amendoeira». Como fez para caracterizar as outras riquezas e produções do Algarve, também sobre a amendoeira e o seu fruto procurou Fr. João recolher informações detalhadas e fidedignas, desde o ciclo anual da árvore ao valor comercial da amêndoa: «[...] no ano de 1574 que houve esterilidade dela, se dizimaram somente em Tavira cem moios dela, confessado pelos que tinham este ofício». <sup>73</sup>

A caracterização do Algarve económico pela mão de Fr. João de São José continua com dois capítulos dedicados à pesca: Capítulo 6º – «Da pescaria dos atuns que morrerão na costa do Algarve» <sup>74</sup> e Capítulo 7º – «Dos solhos que se pescam no Algarve». <sup>75</sup>

Em cada ano, ocorre na região um particular momento no Verão, que é o da colheita dos figos, o alacir, que quer dizer em árabe: «mesa de Deus, que a todos farta». <sup>76</sup> Mas, passados o Outono e o Inverno, chegam os

<sup>71</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 175-176 (fls. 124-124<sup>v</sup>).

<sup>72</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 177 (fls. 125-125<sup>v</sup>).

<sup>73</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 178 (fls. 126-126<sup>v</sup>).

<sup>74</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 178 (fl. 126<sup>v</sup>).

<sup>75</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 181 (fl. 129).

<sup>76</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 170 (fl. 119).

atuns, e os pescadores algarvios dirigem-se às praias a montar as suas armações (de 70-80 homens), «com suas mulheres, filhos e outra chusma»,<sup>77</sup> a pescar, a salgar, a secar e a exportar o atum, porque em conserva, «se leva embarrilado pera todas as partes do mundo».<sup>78</sup>

Como acontecia com o bacalhau, também nestes «peixes grandes, sem escama, à maneira de golfinhos», tudo se aproveitava. Diz o corógrafo: «Dos olhos fazem azeite, das ovas fazem macamãs, [...] da carne fazem conserva, e de uma só espinha que tem fazem lenha, de maneira que pouco ou nada dele se deita fora».<sup>79</sup> Na armação é momento de grande azáfama, a que acorre a população do espaço envolvente em apoio das comunidades piscatórias. Desde o Cabo de Santa Maria ao de São Vicente existiam doze armações (nove do Rei e três da Rainha). Parecem feiras, comenta Fr. João: «[...] todos ali têm que fazer e ganham sua vida, e é este outro alacir no Algarve».<sup>80</sup>

A explicação da grande migração do atum, entre o Atlântico e o Mediterrâneo é feita detalhadamente, com base na recolha oral junto de quem conhece de perto os acontecimentos, com pormenores tão surpreendentes que deles o autor duvidaria «[...] se o não ouvira [a] homens de crédito e que os pescam, me pusera algum escrúpulo».<sup>81</sup>

Dos solhos no Guadiana, em particular, do solho-rei (*Acipenser sturio*), o esturjão, falara já André de Resende, em *As Antiguidades da Lusitânia*. Segundo Fr. João, «peixe real e de grande estima», por isso o preço exorbitante pelo qual é comercializado, se aparece, porque se fora tornando cada vez mais raro: o mesmo «com que nesta terra se compra uma boa junta de bois».<sup>82</sup>

<sup>77</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 180 (fl. 128).

<sup>78</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 179 (fl. 127).

<sup>79</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, pp. 178-180 (fls. 126<sup>v</sup>-127).

<sup>80</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 181 (fl. 128<sup>v</sup>).

<sup>81</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 179 (fl. 127<sup>v</sup>).

<sup>82</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 182 (fls. 129-129<sup>v</sup>).

E os aspetos económicos terminam com dois comentários às atividades artesanais, também elas ligadas à existência de espécies vegetais mediterrâneas: Capítulo 8º – «Do esparto que nasce no Algarve e do proveito que se faz dele»<sup>83</sup> e o Capítulo 9º – «Da palma do Algarve e das obras que se fazem dela».<sup>84</sup>

Uma famosa produção de objetos utilitários acontece a partir de um arbusto, o esparto (*Spartium junceum*). «Faz-se dele cordoagem grossa e delgada, seirões e seiras e alboções, que são como alcofas para acarretar terra [...]». Não existindo plantaçaõ cuidada e sistemática, por nascer «em terra que de nenhuma outra coisa presta», é recolhido pelos escravos negros e pelos pobres que o vendem em molhos, sendo depois trabalhado e vendido nas lojas e feiras.<sup>85</sup>

Sobre a «palma montesinha» (*Chamaerops humilis*), que se cria em moitas por todo o Algarve, em bons e maus solos, fala também Fr. João: «Cortase a palma pelas serras e montes no[s] mês[es] de julho e agosto, e aí mesmo se seca [...]». Das folhas grandes deste arbusto «se fazem as vassoiras, que se levam por diversas partes da nossa Europa» e dos «olhos/cogolhos» se fazem alcofas e sombreiros, mas também cordões e alcofinhas «[...] com outras mil bugiarias que as mulheres curiosas estimam muito para sua costura e brincos».<sup>86</sup>

Mas a palma tem ainda outro aproveitamento, quer o seu fruto, quer os seus rebentos, apesar do mau sabor, servem de alimento à «gente pobre». É esta uma virtude grande, no grande fresco pintado por Fr. João: não é apenas o rei, a gente fidalga e os homens honrados que surgem na

---

<sup>83</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 182 (fl. 130).

<sup>84</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 183 (fl. 131).

<sup>85</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 183 (fls. 130-130<sup>v</sup>).

<sup>86</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, pp. 184-185 (fls. 131-132).

imagem, também a gente pobre e mesmo os escravos mouros e negros vivem na *Corografia*....

O Livro IV termina com o Capítulo 10º – «Das serras do Algarve», onde se descreve e caracteriza esse mundo que existia e coexistia no reino algarvio. A vasta área, comparável aos Alpes e aos Pirenéus, segundo o autor, é uma faixa leste-oeste, que se estende do Guadiana à costa ocidental vicentina e tem «sete léguas em largo».<sup>87</sup> Longe de ser periférica, deserta e abandonada, ela é antes complementar do litoral urbano e densamente povoado. Fr. João lembra a sua próspera economia: a cultura dos cereais (trigo, cevada e centeio), a produção de mel e cera e a criação de gado (bovino, caprino e suíno). Esta última relaciona-se com o muito contrabando que se faz com a Andaluzia ocidental: «Destas serras se passa infinito gado pera Castela, atravessando o rio Guadiana». Mas o mais notável parágrafo é o da descrição das serras de xisto, onde o autor comenta a «[...] ordem e disposição que pôs a natureza em suas coisas, porque a semelhança de mar muito empolado, com grande tormenta, onde não se vê coisa chã ou igual, senão umas ondas altas e outras maiores junto delas, ficando uns grandes baixos muito saídos entre umas e as outras, e logo tudo isto revolto, e que se comem entre si mesmas, que se tornam a representar em outra forma, sem ficar coisa que a vista abranja que não seja lavrada desta arte tão vária [...]».<sup>88</sup> No dizer de Romero Magalhães: «quadro de valor inigualável em tal literatura em Portugal».<sup>89</sup>

## 5 – As redes, as distâncias e as orientações

No final dos percursos pela costa e pelo sertão encontramos uma surpreendente lista de topónimos que Fr. João diz serem relativos a

<sup>87</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 185 (fl. 132<sup>v</sup>).

<sup>88</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 185 (fls. 132<sup>v</sup>-133<sup>v</sup>).

<sup>89</sup> Joaquim Romero Magalhães, «As descrições geográficas de Portugal: 1500-1650. Esboço de problemas», *Revista de História Económica e Social*, n.º 5, 1980, p. 37.

outros lugares do Algarve, não referidos «[...] por não ter inteira notícia deles e me parecerem de menos importância».<sup>90</sup> Nela surgem, por esta ordem: Sines, Vila Nova de Mil Fontes, Benfali, Colos, Murteira, Carrapateira, Algoz, Carvoeiro, Freixo, Pena Grande, Peninha, Nave Redonda, Alte, Quarteira, Marim, Alcarias e A dos Pretos. Se é estranho não ter notícia de Alte ou de Quarteira, mais inexplicável é a localização no Algarve, de núcleos populacionais que nunca dele fizeram parte, como Sines, Milfontes e Colos. Será que o relevo acidentado das freguesias do sul e sudeste do concelho de Odemira, na continuação do maciço de Monchique, prolonga o Algarve para noroeste?<sup>91</sup> Afinal, que conceção tem desse espaço regional o autor da *Corografia do Reino do Algarve*?

No texto de Fr. João existem duas informações muito recorrente na sequência da apresentação das povoações algarvias: a direção e a distância entre elas. A primeira é dada pelos pontos cardeais: Norte, Sul, levante e poente; a segunda encontra-se expressa em léguas, mas também em milhas e em «tiro de bombardas». Apenas dois erros detetamos: Lagoa para «levante» de Silves, quando se encontra para sul daquela cidade, e Loulé a Norte de Faro, quando a sua localização é claramente para noroeste.<sup>92</sup>

As léguas podem ser «grandes», como entre Silves e Tavira, «serra dentro», como entre Alcoutim e Martim Longo, «rio acima», como entre a barra do Guadiana e Alcoutim, «pelo sertão», como entre Portimão e Silves, quando essa ligação era sobretudo fluvial, e «pela costa», ao longo do litoral. Sobre a disparidade de medição das léguas no Algarve de

<sup>90</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 103 (fl. 55<sup>v</sup>).

<sup>91</sup> É o que podemos observar no mapa das divisões geográficas de Portugal, de Orlando Ribeiro, *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico* (Coimbra, Coimbra Editora, 1945), mapa V.

<sup>92</sup> Cf. João Carlos Garcia, «A percepção do espaço numa corografia seiscentista do Reino do Algarve», *Revista da Faculdade de Letras – Universidade de Lisboa*, sér. 5, n. 6, 1986, p. 109.

então, temos a curiosa reação de D. Sebastião ao chegar a Tavira, em 1573: «El-Rei enfadado de algumas léguas, que achou grandes neste caminho, mandou daqui provisões a Lagos ao Corregedor da Comarca que mandasse medir as léguas e as fizesse de seis mil passos cada uma, e em cada uma pusesse seu padrão, – e o mesmo dizem que mandou fazer por todo o Reino».<sup>93</sup>

Mas, no caso da *Corografia...* de Fr. João, a correspondência entre as distâncias em léguas terrestres e os valores atuais (em linha reta) entre cada dois lugares indicados apresenta um erro reduzido e bastante uniforme. Os maiores desfasamentos entre valores ocorrem no extremo Sudeste da região (Tavira-Castro Marim e Castro Marim-Alcoutim) e em torno de Silves (Silves-Monchique e Silves-Porches). Os poucos mapas coevos, reconstituídos e existentes não apresentam esta correção nas distâncias e na localização relativa. Onde e como reuniu Fr. João esta informação tão correta e segura para estabelecer a rede da organização do espaço regional?

Fizemos duas tentativas de comparação entre a lista de topónimos citados por Fr. João e os topónimos algarvios presentes no denominado *Códice de Hamburgo*, ca. 1525, e no mapa de Portugal de Fernando Álvares Seco, na versão de Ortelius, de 1570. Em relação à primeira fonte, exemplarmente estudada por Suzanne Daveau,<sup>94</sup> cerca de 74% dos topónimos algarvios referenciados no *Códice de Hamburgo*, encontram-se na *Corografia...* Fr. João não refere dois ou três casos isolados, como o antigo porto de Loulé, Farrovilhas, o núcleo de Almargens, em São Brás de Alportel, ou ainda as ilhas da Armona e da Barreta, e uma concentração de povoamento no extremo sudoeste da região, de que são

<sup>93</sup> Francisco de Sales Loureiro, *Uma jornada ao Alentejo e ao Algarve. A alteração das linhas de força da política nacional. Texto do cronista João Cascão* (Lisboa: Livros Horizonte, 1984), p. 119.

<sup>94</sup> Suzanne Daveau, *Um antigo mapa corográfico de Portugal (c.1525): reconstituição a partir do Códice de Hamburgo* (Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 2010).

elementos: Figueira e Vale de Boi, em Budens – Vila do Bispo, Beliche e Baleeira, em Sagres, e Bençafrim, Espiche e Almadena, em Lagos. Em contrapartida, o corógrafo acrescenta, em relação ao *Códice de Hamburgo*, além dos núcleos do barrocal, Salir e Paderne, e de Arenilha, na foz do Guadiana, as povoações esquecidas da serra relacionadas com o vale do Guadiana: Odeleite, Azinhal, Pereiro e Giões.

No caso da imagem de Álvares Seco, na versão do *Theatrum Orbis Terrarum*, de Ortelius, cerca de 65% dos topónimos algarvios referenciados no mapa encontram-se na *Corografia...* A leitura da repartição dos topónimos é muito semelhante ao que referimos para o *Códice de Hamburgo*, surgindo alguns novos e dispersos exemplos, como Alferce (Monchique), Vidigal (Aljezur) ou a Ilha dos Cães e o Cabo de Santa Maria (Faro). Tratando-se de uma imagem redesenhada, gravada e impressa fora de Portugal, acumulam-se as deturpações e as repetições de topónimos, o que em alguns casos dificulta ou impossibilita a identificação da povoação ou acidente geográfico.<sup>95</sup>

Não tendo chegado até nós a documentação do Numeramento de 1527-1532 referente ao Algarve, as listas de lugares a visitar e visitados pelos inquiridores existiram e foram a base do trabalho então desenvolvido. Essas listas foram contemporâneas da incluída no *Códice de Hamburgo*, que divulga valores de latitude e longitude para todos os lugares arrolados. As suas cópias ou variantes serviram para a elaboração dos mapas manuscritos e alguns, posteriormente, impressos. Fr. João não parece ter tido em muita consideração as imagens cartográficas, se é que teve oportunidade de as observar; mas o acesso a inventários administrativos ou eclesiásticos sobre o espaço algarvio poderá ser mais provável.

---

<sup>95</sup> Sobre o mapa de Portugal de Álvares Seco, ver Maria Fernanda Alegria, Suzanne Daveau, João Carlos Garcia & Francesc Relaño, *História da Cartografia Portuguesa, séculos XV-XVII* (Porto: Fio-da-Palavra, 2012), pp. 190-196.



---

A todas as fontes, dos autores clássicos e coevas, textuais, estatísticas ou iconográficas, se sobrepõe o saber prático do autor, o que aprendeu ao observar o espaço e ao ouvir o testemunho de quem nele vivia. «Há neste reino do Algarve muitas coisas notáveis e maravilhosas, e tão particulares dele só, que não se acham em outro algum [lugar], assim na própria natureza da terra, como também nos costumes de que usam os moradores dela».<sup>96</sup> Assim acontecia no século XVI e assim acontece hoje, a quem percorrer o Algarve atentamente, como fez Fr. João de São José.

---

<sup>96</sup> *Corografia do Reino do Algarve*, p. 163 (fl. 113).





